

Abílio Wolney Aires Neto

MEMÓRIAS DE JOÃO RODRIGUES LEAL

VIDA E OBRA

Copyright © 2006 by Abílio Wolney Aires Neto

Capa: Abílio Wolney Aires Neto

Coordenação Gráfica: Biblioteca Virtual AW Editor(Do autor) ([www. abílio-wolney.cjb.net](http://www.abilio-wolney.cjb.net) e <http://abilio-wolney.blogspot.com/> e nas páginas www.dnoto.cjb.net e www.dno.com.br). Edição do autor em *impressora Hp LaserJet 1200*, computador *Pentium V*.

Rua Pérola, Qd. 09, Lt. 11, Jardim Ana Paula

CEP 75.125-205 - Anápolis - GO

Fone: (62) 96799339 Fax: (62) 33134666

E-mail: abiliowolney@hotmail.com

homepage: [www. abilio-wolney.cjb.net](http://www.abilio-wolney.cjb.net) e <http://abilio-wolney.blogspot.com/> e nas páginas www.dnoto.cjb.net e www.dno.com.br

CIP. Brasil. Catalogação na Fonte
BIBLIOTECA MUNICIPAL MARIETTA TELLES MACHADO

A255d Aires Neto, Abílio Wolney.

Memórias de João Rodrigues Leal / Abílio Wolney Aires Neto --
Anápolis: Biblioteca Virtual AW Editor, 2005.
384p.

ISBN: 85-7690-087-5

1. Wolney, Abílio - biografia. I. Título

2006 - 012

CDU: 929WOLNEY

DIREITOS RESERVADOS

É proibida a reprodução total ou parcial da obra, de qualquer forma ou por qualquer meio, sem a autorização prévia e por escrito do autor. A violação dos Direitos Autorais (Lei nº 9610/98) é crime estabelecido pelo artigo 48 do Código Penal.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
2006





João Leal (fotos do acervo dos irmãos Dário Rodrigues Leal e Nadir R. Leal)

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Nadir Raimunda Rodrigues de Melo¹ pelo precioso material de pesquisa que nos forneceu, como centenas de cartas de punho do seu irmão, Dr. João Rodrigues Leal, dirigidas a D. Diana Leal, além de outros escritos e fotografias que nos foram emprestados e copiados para o nosso arquivo.

Agradeço à Professora Marlene Rodrigues Alves e à sua mãe, D. Guiomar Rodrigues Alves por outras anotações² deixadas pelo personagem, que nos foram fornecidas juntamente com outras fotografias.

Homenageio com estas *Memórias* a honrada viúva, D. Carmen Ruth Benthies Leal, os filhos do protagonista, Dr. João

¹ **Nadir Raimunda Rodrigues de Melo** foi professora do Primário no Colégio João d'Abreu e no Grupo Escolar São José, ao longo de anos. Foi chefe da empresa de transporte Transbrasiliana, na mesma época em que lecionava, cargo no qual se aposentou. Foi eleita e exerceu o mandato de Vereadora de 1976 a 1980, tendo sido Secretária da Câmara de Vereadores em Dianópolis de 1976 a 1978. Trabalhou como Coordenadora na Escola Imaculada Conceição (hoje arrendada ao Município), do maternal à 4ª série, o que fez ao longo de 07 anos. É membro da Pastoral do Dízimo e Secretária do Apostolado da Oração da Igreja Católica de Dianópolis.

² Essas anotações teriam sido cedidas pela viúva do Dr. João Leal, D. Carmen Ruth Bentes Leal. A Professora Marlene Rodrigues Alves leciona no Colégio João d'Abreu e numa Escola Maternal e é sobrinha do Dr. João Leal, de quem nos deu importantes informações.

Afonso Benthês Leal, Bacharel em Processamento de Dados (Ciência da Computação) e bacharelando em Direito, Dr^a. Maria de Fátima Bentes Leal, Bacharel em Direito³, e Dr. Rogério Benthês Leal, Engenheiro Mecânico pela UNB, bem como os seus irmãos citados, incluindo Edward Rodrigues Leal, Maria Rodrigues Leal (Mariquinha) e o ex-Prefeito Dário Rodrigues Leal, pelo que fez por Dianópolis.⁴

Agradeço à estimada prima Noélia Costa Póvoa Araújo⁵, que me forneceu o primeiro material de pesquisa para a

³ A Dr^a **Maria de Fátima** é pós-graduada, com especialização em Direito Tributário e é funcionária concursada do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

⁴ **Dário Rodrigues Leal** foi Prefeito em Dianópolis no mandato de 1951 a 1955, durante cuja gestão realizou obras importantes para o Município. Em 1952 construiu a ponte sobre o rio que cruzava o antigo Distrito de Rio da Conceição, hoje município de mesmo nome e fez a estrada que ligava Rio da Conceição a Almas, hoje sudeste do Tocantins. Em março do mesmo ano estando Prefeito, contribuiu com a instalação do Ginásio e atual Colégio João d'Abreu. Em 1953 construiu o prédio da Empresa de Correios e Telégrafos, tendo no mesmo ano feito a aquisição para o município de Dianópolis de uma Casa no Distrito de Conceição do Norte, atual Conceição do Tocantins-TO, para instalação de uma Sub-Prefeitura. Iniciou, também em 1953, a construção da Usina Hidrelétrica no Rio Manoel Alvinho, que hoje tem o nome do Dr. João Rodrigues Leal, cuja Usina foi retomada pelo Prefeito seguinte, Joca Costa, em cuja gestão foi concluída, graças à intervenção do Dr. Leal, como veremos. Em 1954 o Prefeito Dário Leal instalou a Delegacia de Polícia e a Cadeia Pública da Comarca de Dianópolis, que teve como 1º Juiz o Dr. Wilson Azevedo e Silva. Em 19 de março deste mesmo ano instalou o Grupo Escolar São José, ainda hoje em pleno funcionamento em Dianópolis. Com a vinda do Dr. Joaquim Câmara Filho, Secretário da Indústria e Comércio do Estado de Goiás, foi criada a Associação Rural de Dianópolis, em março de 1954, tendo como Presidente o ex-Deputado e ex-Prefeito, Cel. Abílio Wolney. Terminado o mandato de Prefeito foi eleito Vereador, mas não assumiu a vereança para tomar posse no cargo de Fiscal de Rendas do Estado de Goiás. Em 04.07.55, sua esposa Anisiana Leal Costa, mãe dos filhos Maria Ivone, José Ismar, Ione e Ivanise, faleceu em Salvador, onde fora buscar recursos. Em 07.06.56 casou-se em segundas núpcias com D. Diran Fernandes Rodrigues Leal, sua prima, com a qual teve 4 filhos: Leide, Leila, Lécia e Dário Júnior. Aposentou-se como Fiscal de Renda do Estado de Goiás em 1982. Político por força do sangue, já em 1947 era Vice-Presidente do Diretório Municipal do extinto PSD. Outras coisas mais ele realizou...Hoje está com 88 anos de idade e ainda bem lúcido.

⁵ **Noélia Costa Póvoa Araújo** é autora de artigos e poemas, alguns já editados, e dona de importante acervo histórico em documentos antigos. Num esboço biográfico, vemos oportuno anotar que Noélia cursou o Primeiro e o Segundo Grau (Magistério) no Colégio João d'Abreu. Aprovada no Concurso Público para Professora do seu Educandário não assumiu de início o cargo, sendo depois contratada como professora primária. Em Brasília trabalhou no ambulatório médico da BENECA em 1965. É filha de outro grande homem de Dianópolis, o ex-prefeito João Joca Leal Costa. Atualmente faz parte das seguintes

elaboração deste livro, que em sua maior parte foi escrito pelo próprio protagonista.

Instituições: 1) Sub-Comissão Municipal de Resgate à História Viva do Tocantins; 2) Conselho Municipal de Turismo de Dianópolis; 3) Tesoureira da Associação Dianopolina de Artesãos; 4) Secretária do Clube da Melhor Idade “São José”. É casada com o Dr. Wilson Antônio de Araújo (Candinho), este que ao longo de 27 anos exerceu o Ministério Público como Promotor de Justiça, depois promovido a Procurador de Justiça, em cujo cargo aposentou-se.

SUMÁRIO

Agradecimentos.....05

Sumário.....09

Dedicatória.....13

Prefácio.....15/26

I – Introdução.....29

II – Síntese Biográfica Desenvolvida nos Capítulos Seguintes.....35

III – Narrando a História de Sua Terra e Falando da Sua Luta.....41

IV – A Caminho de Porto Nacional. O Seminário e os Primeiros Estudos.....55

V – O Retorno de Porto Nacional à Sua Terra.....67

VI – A Caminho da Capital Federal. A Carreira Militar.....73

VII – Um Diário em Cartas.....97

VIII – Galgando Degraus em Nova Fase: Os Concursos, as Universidades e os Bacharelados.....135

IX – No Alto Escalão da Câmara dos Deputados.....151

X – O Acidente.....155

XI – Vida e Obra do Dr. João Rodrigues Leal.....159

1 – Correios e Telégrafos.....161

2 – Hospital São Vicente de Paulo.....167

3 – Ponte Sobre o Rio Palmeiras.....173

4 – Colégio João d'Abreu.....177

4.1. – Luta Para Criação do Ginásio João d'Abreu.....185

5 – Aeroporto e Abrigo Para Passageiros.....217

6 – Instituto de Menores.....223

6.1 – Carta do Deputado Hagahús Araújo e Silva ao Dr. João Leal.....	229
7 – Posto de Saúde e Serviço de Abastecimento d'Água.....	243
8 – Usina Hidrelétrica.....	251
XII – Na Itália e em Outros Países da Europa.....	261
XIII – Banco da Amazônia.....	273
XIV – O Casamento e a Nova Família.....	297
XV – Diana, A Mãe Venerada.....	305
XVI – As Candidaturas a Deputado Estadual e Federal.....	315
XVII – Síntese da Viagem à Terra Santa.....	319
XVIII – O Paraninfo e o Jubileu de Prata do Colégio João d'Abreu.....	337
XIX – Bodas de Prata do Casamento.....	355
XX – Os Últimos Dias.....	357
XXI – Dianópolis - Sinopse Histórica.....	361
XXII – Anexo - Cartas do Ex-Dep. Abílio Wolney ao Dr. João Rodrigues Leal.....	365
XXIII – Títulos e Homengens.....	369

*Há homens que lutam um dia, e são bons;
Há outros que lutam um ano, e são melhores;
Há aqueles que lutam muitos anos, e são muito bons;
Porém há os que lutam toda a vida..
Estes são os imprescindíveis.*

Bertold Brecht

Nullum officium referenda gratia necessarium est

Sim, nenhum dever é mais importante do que a gratidão àqueles que foram imprescindíveis.

Dedico este modesto trabalho à memória de Custodiana Leal Rodrigues⁶ ou simplesmente Diana Leal, mãe do protagonista, que deu à nossa terra um grande homem e ao Brasil outro maior...

⁶ Custodiana Leal Rodrigues é uma das quatro Dianas que deram nome a Dianópolis, como veremos em Capítulo próprio.

Dianópolis, 16 de julho de 2005.

Caro primo, Dr. Abílio Wolney Aires Neto, que passo a tratar coloquialmente. Você me colocou numa situação que, se por um lado me preocupa por outro me traz uma grande alegria; se me sinto fragilizado para me expressar com justiça na linguagem rica dos grandes expoentes da língua, por outro lado sou tomado de grande alegria por poder expressar publicamente minha admiração e reconhecimento pela amizade que sempre me ligou ao meu muito querido primo. No Rio era com ele que eu dividia minhas preocupações e as poucas alegrias. Ele compartilhava comigo da minha alegria quando fui aprovado no vestibular da Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, já em fase de transição para Faculdade do Rio de Janeiro. Igualmente quando fui nomeado para a Administração do Porto do Rio de Janeiro, após difícil e concorrido concurso público...

E que tristeza quando lhe disse que teria que interromper meus estudos para o Curso de Matemática (O que eu desejava estudar era Engenharia, entretanto problemas advindos de horário de trabalho e do curso na Faculdade de Engenharia alteraram o meu plano).

Mais uma tristeza compartilhada com ele em sua volta de Dianópolis onde fora para tratar de assuntos do ginásio. Eu o aguardava no Aeroporto Santos Dumont. Tomamos um táxi e

rumamos para a Gávea onde se localizava o Colégio São Marcelo.

– Que foi que aconteceu?!... Me perguntou.

Eu lhe disse que por motivo de horário de trabalho, onde às vezes teria que trabalhar à noite, me via levado a estudar um solução para o caso. Ele me disse taxativo:

– Peça demissão do emprego! Você não vai morrer de fome!

No dia seguinte cheguei ao Armazém 33 do cais do porto, no bairro do Caju e aguardei a chegada do fiel, o Sr. Valdemar Correia de Sá. Eu estava tenso no meio dos colegas e trabalhadores outros do armazém, quando chegou o fiel e eu me aproximei muito preocupado:

– Seu Valdemar, eu preciso falar com o senhor!

Ele me aliviou o estado de tensão com uma brincadeira:

– Ô Póvoa, conversa particular, só com mulher!

– É assunto sério...

Ele franziu a testa e me falou, preocupado:

– Que foi, Póvoa?!

Fui objetivo e lhe contei, em poucas palavras o que ocorria e por isso eu ia pedir minha demissão.

– E você acha que a melhor solução é esta?! Você conseguiu este emprego por mérito próprio, fez concurso, não

dependeu de favor de político nenhum e agora quer jogar tudo no mato ?!

Depois desse dia passei a trabalhar com ele no escritório do Armazém, deixando o controle das descargas dos navios aos meus colegas conferentes. Ele me ajudou até o fim! Foi um grande amigo que tive no Rio, um protetor.

Eu havia ficado uma semana sem ir à Faculdade, enquanto o Leal voltava. Depois de seu regresso, voltando a freqüentar as aulas eu me encontrei com o Ary, tenente reformado da Aeronáutica, que fora colega do Leal.

– Senti sua falta, que houve?

Eu lhe contei o ocorrido (Quando cheguei ao Rio em 1944, o então Sargento Ary fora meu professor num cursinho preparatório para a Escola Técnica de Aviação. Fiquei sabendo que ele era de Porto Nacional e nos identificamos como conterrâneos. Ele dava aulas de eletricidade. Não tendo sido bem sucedido na prova para a Escola Técnica, nos perdemos de vista. Um dia, na faculdade, nos íamos chegando, eu o encarei e ele a mim:

– Você não é o Sargento Ary?

– E você não é aquele moço de Dianópolis?

Reatamos nossa amizade, concluímos o curso juntos e depois cada um tomou o seu rumo, (ele para Porto Nacional e eu para nossa Dianópolis). Pois é, o Ary que fora colega do Leal.

O seu livro está magnífico, retrata com fidelidade o grande homem que foi o Dr. João Leal, tal como devemos tratar, com carinho, respeito, superando as dores e retratando as alegrias, ainda que discretamente, conforme o modo de ser de

cada um.

Oswaldo Rodrigues Póvoa.

PREFÁCIO

João Rodrigues Leal, filho de Afonso Rodrigues de Santana e Custodiana Leal. Seu pai era irmão de minha mãe, Maria Costa Rodrigues Póvoa, pelo lado paterno. Nossa amizade ia muito além do nosso parentesco e eu me sinto muito feliz fazendo justiça a essa amizade, em deixar neste breve prefácio alguma coisa a respeito dele, pouca coisa, é verdade, porque não tenho capacidade suficiente para alcançar as alturas dos seus méritos como cidadão, como parente, como filho dedicado de uma família que ia muito além daquela em que nasceu. Sua família mais ampliada era constituída de todo o povo do município de Dianópolis, o sofrido município de S. José do Duro dos velhos tempos.

Eu ainda não havia aprendido a ler quando ouvi falar que o moço João Leal tinha ido para o seminário de Porto Nacional, sede da Diocese do antigo Norte de Goiás. Ficou algum tempo por lá até perceber que sua vocação não era a de abraçar a vida religiosa. O seu rumo seria outro, ampliar seus conhecimentos, estudar, firmar-se na vida profissional, constituir família, fazer algo por sua terra natal. Voltou a sua terra. Por alguns dias fui seu aluno, quase analfabeto, pois estava no *beabá* e me lembro de ter recebido dele uma folha de papel almaço pautado com um texto escrito a lápis para que eu cobrisse o que

estava escrito e assim exercitasse minha caligrafia de iniciante nas primeiras letras. Não sei que idade eu tinha, talvez uns seis ou sete anos, no início da década de 1930.

Depois o Joãozinho sumiu e fiquei sabendo que ele viajara para o Rio de Janeiro. Anos depois, incentivado por meu tio Dito, meu pai resolveu me mandar para o Rio de Janeiro, onde deveria estudar, incentivado pelo exemplo do Leal que lá já se encontrava, lutando para conquistar espaço na capital da república. Em 1944, ano em que cheguei ao Rio, ele era funcionário do Departamento dos Correios e Telégrafos, órgão naquele tempo subordinado ao Ministério da Viação e Obras Públicas. Anos depois era estudante de direito numa faculdade que funcionava na Rua do Catete.

Em 1950, tendo eu deixado o Exército e passando por dificuldades, ele me recomendou a um capitão reformado, seu amigo, que ocupava um cargo numa empresa de aviação, a Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul onde passei a trabalhar na seção de prestação de contas, mas sempre estudando. Eu agora era quase vizinho dele. Saí do bairro do Leme, onde prestei o serviço militar, fui para o bairro de Botafogo e agora me achava no bairro do Catete, enquanto ele morava na rua que começa em frente ao relógio da Glória, na Praça Paris.

Desde os primeiros anos da década de 1950 já ele ocupava uma função importante na Câmara dos Deputados, tinha um bom relacionamento com os parlamentares a quem recorria em busca de ajuda ao seu município, o nosso município de Dianópolis.

Aos domingos, antes do meio dia, ele sempre me telefonava convidando-me para almoçar e eu atendia com satisfação, primeiro porque nossas conversas eram sobre nossa terra e segundo porque eu fazia uma economia pois ele não me deixava pagar minha despesa. Nossas conversas giravam sempre a respeito de assuntos ligados ao nosso município. Sua obsessão

no momento era conseguir uma escola de segundo grau para Dianópolis e já entrara em entendimentos com a Congregação das Escravas do Divino Coração para tratar do assunto e também com o advogado, Dr. Wilson Azevedo e Silva, que era namorado da Professora Sulamita formada pela Faculdade Nacional de Filosofia, a quem pediu em casamento para participar de uma grande aventura no coração do Brasil. O casal veio lecionar aqui no Ginásio João d'Abreu e o Dr. Wilson era também titular da Comarca de Dianópolis.

A respeito do Ginásio transcrevo do livro **Quinta-Feira Sangrenta**, de minha autoria, primeira edição:

“Em 1951, na gestão do prefeito Dário Rodrigues Leal, teve início a construção do primeiro grupo escolar da cidade. O Dr. João Rodrigues Leal, ilustre filho desta terra então residindo no Rio de Janeiro, tomava a iniciativa de entrar em entendimento com a Congregação das Escravas do Divino Coração no sentido de fundarem um ginásio em nossa cidade.

Após minuciosos entendimentos o assunto ficou decidido. A Congregação assumiria essa responsabilidade, desde que lhe fossem doadas instalações necessárias ao funcionamento do ginásio. Foi então decidido que o grupo escolar que estava sendo construído teria sua planta modificada e o prédio adaptado à nova finalidade. Foi ainda o Dr. João Leal, com a participação do Deputado João d'Abreu, que providenciou professores e tomou todas as providências para a realização do primeiro exame de admissão, o qual se verificou sob a inspeção de D. Abel Ribeiro Camelo, então Bispo Auxiliar de Goiânia. Paralelamente se realizava a assembléia de fundação do Ginásio, no dia 28 de setembro de 1951.

A 25 de fevereiro de 1952, chegava a esta cidade D. Abel Ribeiro Camelo, na qualidade de Inspetor Federal, para que se procedesse aos exames de admissão ao Ginásio. Foi necessário trazer de avião especial o inspetor e professor Egidio Turchi, com o que foi completada a banca examinadora com a participação ainda dos professores Sulamita Castro Azevedo e Silva, como Presidente e Padre João Magalhães Cavalcante, como Diretor do Ginásio.

A instalação se deu no dia 1º de março de 1952, sendo a solenidade iniciada com a celebração de Missa Solene pelo Padre João Magalhães Cavalcante, às 9 horas, com a presença do Deputado João d'Abreu, do Dr. João Rodrigues Leal, do jornalista Expedito Quintas do prestigioso matutino carioca **Diário de Notícias**, do Senhor Bispo D. Alano Maria du Noday, da Diocese de Porto Nacional, dos professores Dr. Wilson Azevedo e Silva e sua esposa Sulamita Castro Azevedo e Silva e das religiosas Madres Belém, Arânzazu, Glória e da Irmã Anunciata, além de numerosos convidados de outros municípios e do povo de Dianópolis.

Terminada a solenidade religiosa seguiu-se o ato da instalação da Mesa, dela fazendo parte: Padre João Magalhães Cavalcante, Deputado João d'Abreu, Dr. João Rodrigues Leal, o repórter Expedito Quintas, o Prefeito Municipal Dário Rodrigues Leal, o Secretário da Prefeitura, Sr. Antônio da Costa Ribeiro, o Presidente da Câmara Municipal, Sr. Augusto Rodrigues de Santana, o Promotor Público, Sr. Francisco da Costa Ribeiro, o Professor Dr. Wilson Azevedo e Silva, a Professora Sulamita Castro Azevedo e Silva, o Sr. Benedito Costa Póvoa, os Professores Coquelin Aires Leal e Custodiana Costa Aires e o Sr. Casimiro Costa.

A solenidade teve prosseguimento com a entrega de prêmios aos primeiros classificados nos exames de admissão, com a seguinte classificação: 1º. lugar, João Leal Costa e Doracy Aires Rodrigues; 2º. lugar, Tasso Casimiro Costa Jacobina; 3º. lugar Pery Póvoa Aires e 4º. lugar Maria Benedito Fernandes Rodrigues.

No Rio de Janeiro o **Diário de Notícias** do dia 16 de março de 1952 abria manchetes com subtítulos: **Revelações de Uma Viagem ao Planalto Goiano – Dois Brasis Diferentes: O dos Relatórios e o Real – O Milagre da Pequena Cidade de Dianópolis**, onde descreve as solenidades da instalação do Ginásio.

Este foi o primeiro ginásio fundado no Nordeste de Goiás. Antes de sua fundação, quem pretendesse ir além do curso primário teria que passar por uma espécie de aventura, como já ocorrera com Alzira Wolney e Coquelin Aires Leal, que estudaram no Liceu de Goiás, sendo que o último prosseguiu seus estudos na Bahia; Francisco Liberato Póvoa, que estudou no Colégio da Barra do Rio Grande até 1917; Alexandre Leal Costa, que nos últimos anos da década de 1910 foi estudar na Bahia, onde se tornou médico e catedrático famoso; Coquelin Leal Costa e Benedito Costa Póvoa

que estudaram na Escola Politécnica da Bahia, na década de 1930, tendo o primeiro concluído os estudos, formando-se em Mecânica; Wolney Leal Costa, que iniciando os estudos do 1º. grau na Bahia, rumou para o Rio de Janeiro, onde abraçou a carreira militar, reformando-se na patente de Coronel Intendente; João Rodrigues Leal, na década de 1930 e Osvaldo Rodrigues Póvoa na década de 1940 seguiram para o Rio de Janeiro, formando-se o primeiro em Direito e o segundo em Filosofia, no Curso de Matemática. As viagens, normalmente eram realizadas a cavalo até onde pudesse ser encontrado outro meio de transporte. Os primeiros, em geral, tinham os seus estudos custeados pelos pais e os últimos se lançaram à temerária aventura de conquistar um lugar ao sol em uma cidade cosmopolita, trabalhando para custear os próprios estudos, passando por muitas decepções, muito sacrifício e muita dor.

Em 1929, João Rodrigues de Santana Filho, pretendendo dar a sua filha Ida uma formação melhor, mandava-a estudar em Porto Nacional, fazendo a longa viagem a cavalo, transpondo rios e correndo outros riscos. Não chegou, contudo, a concluir o Curso Normal.

No início de 1951, várias moças de Dianópolis, contando já com transporte aéreo, foram estudar em Porto Nacional, onde algumas delas fizeram o Curso Normal. Desse grupo saíram os primeiras normalistas de Dianópolis: Luzia Ribeiro Póvoa, Corália Andiará Costa Leal e Viola Reny Rodrigues Camelo. Em Formosa, onde fez os cursos ginasial e normal, estudou Idália Rodrigues Amorim.

Deste modo vinha o ginásio preencher uma grande lacuna, dando oportunidade a tantos jovens que de outra forma teriam que se submeter uma aventura ou permanecer com o simples curso de primeiras letras.

Sob a direção das religiosas rapidamente o ginásio cresceu o conquistou grande conceito face à esmerada educação que ministrava a seus alunos que, ao procurarem outros centros para prosseguimento de seus estudos, sempre conquistavam boas classificações. Da primeira turma de ginasianos passaram por universidades, conquistando diplomas, os seguintes ex-alunos: Doracy Aires Rodrigues (Filosofia); Edmundo Leal Costa (Medicina); Jesi José de Moura (Direito); José Aires Leal (Filosofia); Maria Póvoa Ribeiro (Filosofia); Tasso Casimiro Costa Jacobina (Odontologia); Wilson Antônio de Araújo (Direito) e

Coquelin Aires Leal (Medicina). Com o largo conceito conquistado pelo ginásio, numerosos alunos de outros municípios e até mesmo de alguns lugares distantes vinham estudar em Dianópolis: de Barreiras e Casa Nova (Ba), de Taguatinga, Campos Belos, Arrias, Natividade e até de Goiânia.

Em março de 1967 foi criado o Curso Normal – Escola Normal Madre Maria Tereza – passando o estabelecimento a ser denominado Colégio João d'Abreu. Em virtude da pobreza da região e da escassez de subvenções públicas, o estabelecimento esteve em permanente crise desde os primeiros anos da década de 60, a ponto de se cogitar de seu fechamento o que seria sumamente grave, conside-rando-se que os governos do período pós-revolucionário vinham encarando com a maior seriedade o problema da educação.

Dentro dessa filosofia o governo do estado, chefiado pelo engenheiro Otávio Lage de Siqueira teria deliberado encampar o colégio em setembro de 1970, passando a denominar-se Colégio Estadual João d'Abreu. Incompreensível-mente o colégio não foi encampado, como se acreditava e divulgava, limitando-se o estado a pagar os professores sem que houvesse qualquer determinação legal nesse sentido. Esta anomalia permaneceu até 1973, quando foi notada a irregularidade, sanada então com a assinatura de um convênio entre a Secretaria da Educação e Cultura e o Colégio, que voltou à denominação de Colégio João d'Abreu”.

Voltando a falar do Rio, nós nos encontrávamos em frente ao relógio da Glória, na Praça Paris. Até ali eu seguia à pé, pois morava perto, na Rua Bento Lisboa e quando chegava já ele me aguardava. Seguíamos caminhando e conversando, o restaurante Maragojipe ficava ali na Lapa. Já o freqüentávamos há algum tempo, mas eu insistia em errar o seu nome, chamando-o de Mapinguari e o Leal me corrigia, rindo gostosamente.

Eu me acostumara com comidas simples pois não podia gastar com pratos requintados, por isso, logo que chegávamos ao restaurante ele dizia:

– Já sei, você vai querer risoto de frango!...

Era verdade, frango com arroz era o prato que eu sempre escolhia.

Além das cartas que recebíamos de nossos parentes dando notícias, eu me mantinha informado no tempo em que trabalhei na *Cruzeiro do Sul*, pois eu conferia todas as passagens vendidas pela empresa e estava a par de todas as viagens de gente de nossa cidade, pois naqueles tempos as viagens para lugares mais distantes eram realizadas de avião.

Quando ele já havia tomado as primeiras providências para a instalação do ginásio em nossa cidade ele sofreu um grave acidente. Fazendo um curso de pilotagem ele chegava ao aeroporto quando um piloto ou aluno pediu que o auxiliasse na partida do motor. Foi horrível, a hélice atingiu o seu braço direito, quase arrancando-o fora! Ele pediu que eu fosse avisado do acidente e eu fui vê-lo no Hospital dos Servidores do Estado, onde estava internado. Foi um drama para nós! Ele precisava de força diante de situação tão dramática e eu também me sentia atingido por uma tragédia de tal magnitude. Após muitas cirurgias ele não perdeu o braço mas até que pudesse voltar a usá-lo teve que aprender a escrever com mão esquerda... Foi uma passagem dolorosa, graças a Deus superada e ele viu o seu grande sonho realizado, Dianópolis pôde contar com um ginásio que se tornou famoso pela qualidade do seu ensino.

Todos os empreendimentos importantes do município de Dianópolis só se concretizaram graças ao empenho, à obstinação desse meu primo teimoso, apaixonado por sua terra e por nossa gente.

O povo nem sempre sabe retribuir aquilo que se faz por ele. Depois de tanto trabalhar pelo povo de Dianópolis, candidatou-se a deputado, mas não foi eleito. Ele, porém, não se sentiu derrotado, não tomou a atitude vingativa de cruzar os braços, ao contrário, arregaçou as mangas e redobrou os seus esforços em

benefício do povo de sua terra. Ele foi este homem extraordinário, humilde, mas decidido; não se deixou abater, só se entregou ao Poder Maior, talvez convocado para alguma obra importante lá no Alto.

Este livro, **MEMÓRIAS DE JOÃO RODRIGUES LEAL – Vida e Obra** – vem preencher um pouco do vazio que ficou com sua morte, aliás, um renascimento para a verdadeira vida.

No livro, o autor retrata as passagens mais marcantes da vida e das lutas do protagonista. Magnífico, emocionante o capítulo que relata sua viagem com a família à terra onde nasceu o cristianismo. Numa linguagem quase bíblica, com o sentimento do cristão autêntico ele fala dos lugares onde esteve Jesus. Fala de muitas passagens relatadas pelos evangelistas, das *Bodas de Caná*, onde nossa Mãe Maria de Nazaré Lhe falou que o vinho havia acabado, fazendo com que Jesus realizasse o seu primeiro milagre.

Eu gostaria de poder expressar tudo o que sinto a respeito dele e do seu trabalho por nossa terra, mas a sua grandeza, o seu valor é capaz de tudo, inclusive de relevar a minha incapacidade de me expressar como gostaria neste breve prefácio.

Ao leitor, que leia esta obra com muito carinho, porque nela não há fantasia. Ao meu primo Leal, um grande e caloroso abraço espiritual. Quando Deus o permitir haveremos de nos encontrar. Com certeza alguma coisa vamos falar de nossa vida no Rio e de nossa querida Dianópolis.

Oswaldo Rodrigues Póvoa⁷

⁷ O Prof. **Oswaldo Rodrigues Póvoa** fez o curso de Matemática na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal (Rio de Janeiro), de 1954 a 1957. Lecionou no Colégio João d'Abreu, de Dianópolis, de 1958 a

I

INTRODUÇÃO

Num itinerário permeado de saudades, angústias e solidões, transitaria João Rodrigues Leal até que pudesse vislumbrar os primeiros clarões de dias melhores.

Na forja das dificuldades de toda ordem surgia o pequeno grande homem – o *Rui Barbosa* da nossa Dianópolis – bem cedo emprestado à Pátria.

1970. Auditor concursado do Ministério da Fazenda, de 1963 a 1990. Publicou a célebre obra *Quinta-Feira Sangrenta*, *Crônicas de Outros Tempos*, *Caminhos de Outrora e de Hoje (Conceição do Norte)* e *História do Tocantins*, todos históricos. É autor da obra *Historiologia*, um minucioso livro que em 205 páginas cuida, dentre outros enfoques, da genealogia de todas as famílias dianopolinas. Tem inéditos, dentre outros, *Crônicas de Lisboa*, resultado de uma viagem a Portugal e Espanha, e dedica-se a pesquisas históricas que interessam aos Estados de Goiás e, principalmente, do Tocantins. Nos livros *Caminhos de Outrora e de Hoje (Conceição do Norte)*, pág. 15 e seguintes e em *Historiologia*, pág. 172, o Prof. Osvaldo Rodrigues Póvoa fala do tio Afonso e da tia Diana Leal, pais honrados do Dr. João Leal, numa especial deferência a este último, de quem era amigo e confidente, como vimos, em assuntos deles e de Dianópolis.

É nos pequenos frascos que estão os perfumes mais caros, como diz o adágio popular.

Na partida de sua terra natal, o prezado João Leal viajou como o pólen soprado pelo vento, que iria fecundar em terras distantes, depois de um périplo extraordinário que o imortalizaria como exemplo de garra, determinação, visto como guardava nos arquivos do seu eu profundo a consciência inata de uma missão a ser cumprida.

Estudou. E estudou tanto que cursou três Faculdades diferentes e ainda pós-graduou-se, em alto estilo. Poliglota, falava francês, inglês, grego, espanhol e arranhava o italiano e o alemão, o que facilitou suas viagens de trabalho a Países da Europa e depois uma viagem à Terra Santa.

Entraria na vida pública pelos bastidores da Câmara dos Deputados no Rio, cidade na qual bacharelou-se em Ciências e Letras, em Ciências Econômicas e em Direito, inaugurando seu Escritório, onde já vinha articulando entre os parlamentares da antiga Capital Federal acerca dos dias novos para Dianópolis e cidades como Porto Nacional, Gurupi, Tocantinópolis, Pedro Afonso, Natividade e mais tarde Miracema do Norte.

Na jornada da sua carreira pública de inestimáveis trabalhos prestados ao povo, não logrou ser eleito Deputado Federal, tampouco Deputado Estadual, não obstante as votações que obteve nas candidaturas.

Entretanto, fez por Dianópolis e pelo Norte o que muitos políticos e homens do povo, salvo honrosas exceções, não conseguiram.

João Leal jamais se candidatou a Prefeito de sua terra natal – e se não sáísse do seu clã provavelmente nada teria conseguido –, mas Dianópolis não havia recebido tanto em obras

como nos tempos em que ele exercia cargo destacado na Câmara dos Deputados.

Como nos contou o Dep. Hagahús Araújo e Silva, houve tempo em que o Dr. João Leal conseguiu tanta verba para obras em Dianópolis que, por falta de aplicação delas, foram retidas ou devolvidas aos cofres da União.

Em 28 de novembro de 2000, aos 86 anos de idade, entrava ele pela vida *post mortem* num belo aprumo de candidato à história.

E foi eleito...

O seu jazigo em Brasília, no histórico Campo Santo do Plano Piloto, mais precisamente na *Ala dos Pioneiros* é motivo de orgulho para os seus, embora todos nós quiséssemos que fosse em sua terra natal.

Compreendemos. Um homem que o destino plantou no Parlamento Nacional para advogar as causas do norte goiano-tocantinense teve sua *Memória* fincada nos horizontes do Planalto Central do Brasil, inclusive porque suas mãos estiveram entre os que semearam os primeiríssimos frutos administrativos como Assessor Parlamentar.

Contam que, por ocasião da transferência da Capital Federal do Rio para Brasília, ele viajou três dias e três noites. Era chegar num vôo e retornar no seguinte. Tresnoitado na *ponte aérea*, ia e vinha na azáfama de transportar o acervo da Câmara dos Deputados, tendo ficado com o encargo de organizar salas, arquivos, equipamentos e outros detalhes.

Dianópolis também o queria, de modo que o trouxe num busto para a nossa cidade de mártires e heróis. Posto num bronze em frente à Agência do Banco da Amazônia S.A. - BASA, na Praça Cel. Wolney, o crânio de João Leal atravessará os

tempos sobre uma colunata fronteira por uma placa com os seguintes dizeres:

“Homenagem ao Dr. João Rodrigues Leal.

“Em meados de 1967, por indicação do governador e autoridade de âmbito federal e estadual, foi nomeado o primeiro diretor do Banco da Amazônia proveniente do então Estado de Goiás: Dr. João Rodrigues Leal.

Como Diretor, seus atos convergiram no sentido de potencializar a eficácia do funcionamento do Banco, frente à qualidade de vida dos funcionários. Por sua sugestão, a Diretoria aprovou a realização descentralizada de concursos públicos, nas próprias localidades onde existia carência de funcionários bem como nas agências em instalação, fato que possibilitou o ingresso dos primeiros dianopolinos no Banco da Amazônia.

Durante sua gestão, o então Estado de Goiás foi contemplado com mais três novas agências (Gurupi, Miracema e Dianópolis), sendo reestruturadas, ainda quatro já existentes (Pedro Afonso, Tocantinópolis, Natividade e Porto Nacional). Tudo isso sem contar com o grande salto no tocante aos créditos que chegou a 2780% do montante anteriormente destinado ao Estado.

Atentando-se especificamente à nossa região, imprescindível foi a implantação da agência do Banco da Amazônia em Dianópolis (...). Sensibilizado, o prefeito em exercício, Hagahús, que se dispôs a prestar toda a colaboração à futura instalação, como realmente o fez, construindo um prédio às expensas da Prefeitura, para os trabalhos da agência. Tais atitudes foram bastante relevantes e repercutiram na diretoria do Banco, influenciando na realocação da agência para esta cidade.

Diante de tais e de tantos outros serviços, relevantes e reconhecidos, prestados à cidade de Dianópolis, como a fundação do tradicional colégio João d'Abreu, construção da primeira hidrelétrica, fornecimento de água tratada, construção do

aeroporto, implantação da Agência de Correios e viabilização da implantação do Instituto de Menores, obras estas que nos traduziram os conceitos de progresso e desenvolvimento, é inadmissível que deixemos cair no esquecimento um homem a quem tanto devemos.

É a este homem de poucos sonhos e de vida árdua e muito trabalho, imortal para a história de Dianópolis como para aqueles que com ele conviveu, em razão da admiração e confiança que nos conquistou que prestamos esta justa homenagem.

Patrocínio: Banco da Amazônia S/A;
Prefeitura Municipal de Dianópolis e Amigos do Dr. João Rodrigues Leal.
Vereador Dico⁸, iniciativa deste projeto.”⁹

⁸ O Projeto de Lei (depois transformado em Lei) que deu o nome do Dr. João Leal à agência do BASA foi de autoria da Vereadora Nizinha (Anisina Jacobina Aires Sepúlveda). Quanto ao projeto de se fazer o busto, a iniciativa louvável foi do Vereador **Raimundo Rodrigues Bezerra (Dico)**, que teve a ajuda material de diversos amigos e parentes.

⁹ A placa está datada de 25 de maio de 2004, mas foi colocada no dia 26.08.04, por ocasião da comemoração do aniversário de emancipação política de Dianópolis.





Banco da Amazônia S.A. em Dianópolis. Foto de janeiro de 2005.

II

SÍNTESE BIOGRÁFICA DESENVOLVIDA NOS CAPÍTULOS SEGUINTE

O Dr. João Rodrigues Leal nasceu em 25 de maio de 1914, às 11 horas, na Praça Getúlio Vargas, hoje Praça Liberato Póvoa. Filho de Afonso Rodrigues de Santana e de Custodiana Leal Rodrigues¹⁰, nasceu em Dianópolis (ex-São José do Duro), Estado de Goiás, hoje Tocantins.

Aos 12 anos, ficou órfão de pai.

Foram seus mestres, na terra natal, o Sr. Francisco Liberato Póvoa e o Dr. Henrique Itibirê, Juiz de Direito.

¹⁰ Foram avós paternos do Dr. João Rodrigues Leal o Capitão João Rodrigues de Santana e Joaquina Alves Bandeira. Maternos: Coronel Custódio José Leal e Francisca Antônia Leal. João Leal era o primogênito e teve sete irmãos. O nome do Dr. João Rodrigues Leal é em homenagem ao seu mencionado avô, Capitão João Rodrigues de Santana, martirizado no tronco, por ocasião da chacina oficial de 1919 juntamente com os filhos Nilo e Salvador Rodrigues de Santana. (Nota do autor).

Em 1929, foi para o seminário São José em Porto Nacional. Ali teve como professora a Irmã Aspásia, dominicana do Colégio Sagrado Coração de Jesus. Dois anos decorridos, era matriculado na Escola Avulsa Secundária, mantida pelos frades dominicanos. Foram seus professores: Frei Bertrand Oléris, Frei Gil Gomes Leitão, Pe. Dídimo Maia Leite (hoje Frei Domingos) e o farmacêutico Dr. Osvaldo Aires da Silva.

Não desejando continuar no Seminário, voltou à terra natal, em 1933, onde, no ano seguinte, colaborou com a Prefeitura em vários serviços. Desempenhou também a função de professor da escola primária local. Teve um desentendimento com o então prefeito local, por ocasião da visita de um inspetor escolar do Estado. Pediu exoneração.

Não se conformou em ali permanecer. Em 1936, fevereiro, dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde desejava continuar os estudos. Não tinha recursos. A quitação militar embargou-lhe a possibilidade de qualquer emprego. Todas as tentativas foram-lhe infrutíferas. Apresentou-se voluntariamente ao 14º R.I., sediado em Niterói. Neste fez, no período de um ano, os cursos de Cabo (1º e 2º) e de Sargento. Aprovado em todos os cursos, percorreu toda a escala de promoções no mesmo ano. Era pouco ainda. Em 1938, submeteu-se a exames para o curso de transmissões. Aprovado, foi matriculado no Centro de Transmissões do Exército.

Concluído o curso e aprovado, voltou à unidade de origem.

No início de 1939, fez novo exame, este para o curso de Comando de Pelotão. Foi o único aprovado em sua unidade. Em fevereiro, foi matriculado no C.P.O.R. (Curso de Preparação para Oficiais da Reserva), no Rio de Janeiro, concluindo o curso com a classificação de 7º lugar, numa turma de 30 alunos.

Voltando à tropa, foi transferido para o 2º R.I., Vila

Militar, Rio de Janeiro, onde permaneceu até 1940, quando foi deslocado para o serviço de Rádio e Meteorologia da Aeronáutica do Exército, Campo dos Afonsos, de onde, mais tarde, foi transferido para o Serviço de Bases e Rotas Aéreas.

Criado o Ministério da Aeronáutica, não se conformou com as possibilidades que lhe poderia oferecer a carreira militar.

Preferiu a vida civil.

Fez, seguidamente vários concursos públicos e aprovado em todos eles. Trabalhou no Ministério da Viação e Obras Públicas e no da Justiça e Negócios Interiores.

Em 1948, após concurso, foi nomeado Oficial Legislativo da Câmara dos Deputados, classificando-se em 11º lugar num grupo de cerca de 2.500 candidatos.

Na Câmara, exerceu as seguintes funções:

- Chefe da Seção da Receita da Diretoria de Orçamento por duas vezes;
- Chefe da Seção da Despesa da mesma Diretoria;
- Chefe da Seção de Comissões, que abrangia, na época, todas as Comissões permanentes, especiais e de inquérito;
- Chefe da Seção do Pessoal;
- Oficial de Gabinete do Presidente da Câmara, onde várias vezes assumiu a Chefia do Gabinete.
- Diretor de Patrimônio da Câmara dos Deputados;
- Várias vezes substituiu na Chefia de Serviços Gerais da Câmara dos Deputados;
- Respondeu, em 1963, pela Diretoria Geral da Secretaria da Câmara dos Deputados:

Possuía os seguintes cursos:

-
1. Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoa, pelo D.A.S.P.;
 2. Bacharel em Ciências e Letras, pelo Colégio Pedro II;
 3. Bacharel em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas do Rio de Janeiro;
 4. Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro;
 5. Seminário de Direito e Processo Penal da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro;
 6. Extensão universitária em economia e finanças na Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Bolonha, Itália, cidade onde fez estágio nos Ministérios do Tesouro e do Orçamento e no Parlamento Italiano, com trabalhos sobre suas normas e métodos de funcionamento.
 7. Monografia apresentada na Faculdade de Economia e Comércio de Bolonha, intitulada “Noções Elementares Sobre Orçamento”;

Outras atividades realizadas:

1. Viagem de estudos e intercâmbio cultural, patrocinada pela “Cit  Club Universitaire de Paris”,   França, Suíça e Itália, ocasião em que observou os métodos de ensino da Sorbonne;
2. Viagem de estudos ao Uruguai, Argentina, Chile e Peru, onde apreciou suas normas de elaboração orçamentária.
3. Viagens de trabalho a outros países da Europa;
4. Viagem   Palestina – Terra Santa.

Depois de aposentado na Câmara dos Deputados – passados mais de 35 anos de trabalhos prestados – assumiu a função de Diretor do Banco da Amazônia S.A, como veremos em Capítulo próprio.

Algo importante a constar do seu currículo diz respeito ao amor, todo especial, para com sua mãe D. Diana Leal e depois   esposa e aos filhos. Na mãe, parecia depositar um afeto redobrado, já que, vimos, perdera o pai ainda criança e, sendo o

primogênito, passou a ser como um guia dos irmãos pequenos, aos quais sempre demonstrou preocupação e um sentimento fraterno, verdadeiro, o que com certeza também contribuiu na sua renúncia ao casamento cedo, mormente em razão de planos urgentes e prioritários atinentes ao seu desiderato aqui na Terra.

E de fato, o Dr. Leal deixou para casar-se após a aposentadoria na Câmara dos Deputados, de onde saiu para assumir a Diretoria do Banco da Amazônia em Belém-PA, onde conheceu a bela Carmen Ruth Bentes Leal.¹¹

¹¹ Veja o Capítulo que trata da sua nova família.



João Leal. Rio, 20 de março de 1941

III

NARRANDO A HISTÓRIA DE SUA TERRA E FALANDO DA SUA LUTA

Em narrativa cuidadosamente datilografada, o nosso protagonista viaja em reminiscências da velha São José do Duro – hoje Dianópolis – e vem nos falar desde o seu nascimento, palmilhando o caminho da sua luta para atingir o acme da sua existência¹²:

*“Quando nasci, a Vila do Duro não passava de uma pequena povoação, que foi várias vezes sacudida pela política e regime social então reinantes no interior brasileiro.”*¹³

¹² O texto que segue teria vindo a lume, discretamente, por volta de 1966, às vésperas da sua aposentadoria na Câmara dos Deputados e, naturalmente, complementado depois. Vejamos o que diz ele a respeito, em carta: *“Em 14.8.66. Minha Mãe: Hoje é dia consagrado aos pais. Já não vive o meu. Fui à missa e dediquei à sua alma uma prece, além de um óbolo para que, na missa das 19horas, o celebrante lhe faça uma oração. Remeto-lhe, com esta, uma síntese da minha vida. Simples, mas cheia de lutas. Não menciono tudo. Apenas alguns pontos. Dentro de seis meses estarei aposentado, se Deus quiser. Passarei algum tempo aí. Agora um duplo pedido: sua bênção e recomendações a todos. Do filho =João=”.*

Lembro-me, vagamente, de umas andanças pelo sertão, como chamam ainda hoje parte que se inicia no sopé da Serra do Duro. Tinha pouco mais de cinco anos e aqueles “passeios” eram frutos da truculência política, executada pela polícia estadual em entreveros com políticos locais. Fizemos uma parada na fazenda Retiro, creio ser este o nome.

Eu não entendia, naquela idade, aqueles deslocamentos precipitados e muito menos aquelas fisionomias apreensivas, abatidas. Havia, porém, uma razão. É que, poucos dias antes, uma chacina fora praticada pela polícia que, num tronco, trucidara os principais chefes de famílias locais. Menos de um mês antes, a mesma polícia já havia assassinado, barbaramente, o Coronel Joaquim Aires Cavalcante Wolney, Coronel Wolney como era chamado. Estes fatos constam, romaneados em “O Tronco” de Bernardo Elis, escritor goiano.

Retornamos, algum tempo depois, à Fazenda Cinema, que era mais um pequeno sítio constituído de duas casas: uma de morada e a outra destinada à guarda de mantimentos e arreios.

Meu pai dedicava-se, simultaneamente, ao comércio e a lavoura para manutenção da família. O comerciozinho assim se fazia: ia à Bahia comprar, a crédito, tecidos, sal, café e bijuterias que, por sua vez, vendia, na maior parte, a troco de bois.

Enquanto aguardava a época própria para a junta de bois, ele se dedicava à lavoura, que se resumia no plantio de arroz, feijão, milho, mandioca e de outros viveres de primeira necessidade.

¹³ Anota ele que “próximo ao local da casa onde nasceu está o hoje o prédio do Banco da Amazônia S/A” em Dianópolis, na praça Cel. Wolney.

Agradava-me ver aquela azáfama, principalmente o esforço dos homens que se sucediam na bolandeira e as raízes de mandioca que se sucumbiam nos dentes dos ralos.

Acaba a desmancha, vinham os preparativos para a junta de bois que representavam o pagamento da mercadoria comprada. Eu gostava de acompanhar meu pai nesse trabalho. Nem sempre havia sela à minha disposição, o que me obrigava a viajar na garupa ou, quando muito, utilizando com sela uns bons baixeiros! Esta tarefa tinha início nas primeiras chuvas. A junta de bois, começava, sempre, nos lugares mais distantes. O gado, que era pouco no princípio, ia aumentando, à medida que nos aproximávamos do Cinema. Nesta, lida havia uma rotina: pelas cinco da manhã, era servido o almoço, que se resumia em arroz, feijão com toucinho e carne seca. Às vezes, um cafezinho no final. Para agüentar a jornada, durante o pastoreiro, a rapaziada conduzia paçoca (carne seca e farinha) e rapadura. Montados, só uns poucos. O resto era mesmo a pé.

A comida, feita em quantidade, não era boa e quase sempre acarretava complicações intestinais. À tardezinha, após encurralar a boiada, vinha o jantar. Este, mais leve era tolerável.

Recebidos os bois contratados, se todos pagassem, era retorno ao Cinema, ponto da partida. O pastoreiro continuava até chegar a marcha para o Estado da Bahia, onde a boiada era vendida.

Que labuta com os bois está sempre sujeita ao estouro da boiada. Presenciei um na Fazenda Malheiros, de Josino Valente, casado com minha tia Ana Rodrigues Valente. Não sei a causa. Já se iniciava a marcha quando sobreveio o estouro. É de se temer. Eu estava na garupa da montaria de meu pai. Este se preocupava mais em nos defender do que mesmo evitar a trovoadas daqueles bois, que marchavam em carga cerrada para o lado nascente da fazenda. Em poucos minutos a boiada

desapareceu.

Já no Cinema, dias depois, a mesma boiada tornou a estourar. Desta vez, à noite. Parecia uma trovada. Foram-se as cercas dos currais.

Vendido o gado na Bahia e com a volta de meu pai, tudo parecia um mar de rosas.

Era o ano de 1923. Para mim, tudo ia bem. Para meu pai, parecia o contrário. Minha mãe, embora dissimulasse, não podia esconder suas preocupações. Certo dia, meu pai determinou que toda a família devesse deslocar-se para a fazenda Tucuns, a umas seis léguas do Cinema. Para mim aquilo era uma mudança muito brusca. Mas havia, para aquela determinação, razões seguras. Eu não a compreendia porque as crianças não compartilham dos conselhos dos adultos. Mesmo com aquele deslocamento para a fazenda Tucuns, a inquietação continuava, pois medidas de precaução eram continuamente tomadas. A situação devia ser grave. Meu pai destacava para cada estrada que demandava à sede da Fazenda homens armados. Ele também se incumbia de vigiar uma estrada. Minha mãe nada dizia, mas não podia esconder sua aflição. Não era nada agradável aquele ambiente. Adultos atônitos e as crianças, como que prisioneiras, não podiam, sequer, brincar um pouco distante da casa.

Tudo aquilo me parecia inconseqüente, embora fossem medidas justificadas na opinião dos adultos. E eram realmente.

É que a temida polícia retornava ao Duro para uma revanche, pois dali havia sido escorraçada em princípios de 1919. Deste estado de alarme, o resultado é que fomos parar no Município de Santa Maria de Taguatinga, hoje simplesmente Taguatinga. Mais precisamente nos detivemos na Fazenda Lamarão, do Senhor Teonilo, que nos dera uma generosa

acolhida. Acredito que não fomos além em virtude de conselhos do nosso anfitrião. O Lamarão era uma boa fazenda, com enorme pomar e grande criação bovina e cavalar. Depois de tanta andança, parecia-me estar num paraíso. Eu me deleitava com as frutas, que existiam em quantidade.

A não ser a intranquilidade de meus pais e do meu tio João Rodrigues da Santana, que também ali se achava com a família, nada nos faltava. Para nós, crianças, tudo estava bem. Mas, alguma coisa estranha havia entre os adultos. Constantemente, meu pai e meu tio iam à vila de Taguatinga com o senhor Teonilo. Com tristeza, eu verificava que meu pai recusava minha companhia, por razões que eu ignorava. Só mais tarde, já adolescente, soube o porquê das viagens. Eram entendimentos com os chefes políticos locais visando o retorno ao Duro, fato que se verificou pouco tempo depois.

Não retornamos diretamente ao Duro. Fizemos duas estações: uma no Tucuns e outra no Cinema onde meu pai, após verificar, com cuidado, a situação, procurou retornar a suas atividades anteriores. Em 1924 era ele nomeado Coletor Estadual que, de certa forma, vinha trazer embaraços às suas atividades no Cinema. Nesse período já se achava em Dianópolis (Duro) o Capitão Antônio Cezar de Siqueira, Comandante da 4ª Companhia de Polícia Estadual, que ali se fixava após peregrinação pelos Estados da Bahia e do Piauí em perseguição ao Coronel Abílio Wolney.

O Capitão Siqueira, como era chamado, além de militar comissionado, ali foi também um grande comerciante. Arbitrário e prepotente, tornou-se o único comerciante. A ninguém mais pertencia ali o exercício do comércio. É que seus vencimentos de militar não comportavam a vida de nabado que levava. Más, há uma triste explicação para isso. Ele se tornou, manu miliatari, o dono absoluto das fazendas locais, principalmente daquelas de propriedade dos Wolney e de seus parentes e amigos.

Fazia o comércio com Barreiras. Mandava matar as rezes para fornecimento de carne à tropa e aos habitantes locais. O produto da venda da carne ele o recolhia ao seu cofre. As peles eram negociadas em Barreiras, em troca de mercadorias, geralmente tecidos, sal, café, bijuterias, remédios e perfumes dos melhores. Gostava de andar sempre bem perfumado.

Era um déspota. A maioria dos proprietários não podia dispor de seus bens sem o seu consentimento. Das famílias envolvidas, direta ou indiretamente, nos acontecimentos de 1918/1919, nem se pode falar. Tudo dependia dele.

Ele representava o temor para os poucos boiadeiros que se arriscavam em comprar bois na região. Duro era ponto obrigatório da passagem das boiadas e a Fazenda Boa Vista, de Domingos Francisco Diniz, o local escolhido para a contagem dos bois. Este trabalho cabia a meu pai, como Coletor. Mas, não ia só. O Capitão Siqueira fazia-o acompanhar sempre de praças armadas. Só após a contagem era fornecido o talão de exportação. Isto era um constrangimento para meu pai, homem sério e correto. Mas isto pouco valia para o Capitão Siqueira, que só queria saber do dinheiro. A tropa sob seu comando, de dinheiro, só conhecia o nome. Sim, haviam os vales e fornecimento de todo tipo de mercadoria e gêneros de primeira necessidade pela soberana loja do Capitão. No fim do mês, oficiais e praças se contentavam em ver os males de volta, pois seus vencimentos ficavam nos cofres do todo poderoso Comandante.

Por essa época, nossa escola funcionava na casa de José Anísio Leal Costa ao lado do casarão do Coronel Wolney, ambas separadas por um grande muro. Nesta residia o Capitão Siqueira. À frente morava Elizeu Valente, gerente da loja do Capitão. Meu pai residia na casa do Sebatião de Brito, hoje pertencente a Deuselina Aires Ribeiro. Dali, nas horas de folga, ficava apreciando os soldados nas tarefas de arranca malvas na praça. No trecho entre a casa do Coronel Wolney e o velho

sobrado, passagem obrigatória do Capitão, não havia um pé de malva, sequer. Baixinho, empertigado, bem fardado, com uma espada que lhe tocava quase os pés, lá ia ele para o expediente que se iniciava ao mesmo tempo que nossas aulas. Nem sempre eu podia ver essa passagem porque o mestre Liberato era intransigente em matéria de horário. Não tolerava atraso e só gostava de entrar na sala quando todos os alunos ali se encontrassem. Era uma pequena sala com bancos e à frente a mesa do professor. Sobre esta, infalivelmente, a tradicional palmatória. Era o instrumento de castigo. Dois dias da semana me atormentavam: Terças e Sextas-Feiras. Nas Terças, exercícios de aritmética e, nas Sextas, a cruciante sabatina de tabuada. Sempre tive dificuldades com os números e aquilo, para mim, era um suplício. Sim, porque errar implicava, quase sempre, em meia dúzia de bolos de palmatória, quando não uma dúzia. O pior é que havia, na classe, alunos fisicamente maiores. Então meu temor aumentava. Se apanhasse dos pequenos como eu, ainda bem. E dos grandes? Aí a dor era maior. Quando eu acertava a pergunta, dava, antes uma olhadela nas minhas vítimas para ver quantas. Se eram grandes ou pequenas. Para estes não havia problemas. E os maiores? Se batesse com força, não me restava outra alternativa senão aguardar o revide futuro. Se batesse devagar, o mestre não me perdoava e cobrava em mim a fraqueza demonstrada com o colega. Era um dilema terrível. Passado algum tempo, resolvi castigar, com vontade, as minhas vítimas. Antes, porém, tive que me empenhar a fundo no estudo das matérias. Meu resultado. Batia mais e apanhava menos.

Não se podia conversar na sala, exceto no recreios. Eu me sentava ao lado de Benedito Póvoa Aires, Ditinho como é chamado. Tínhamos dez anos aproximadamente. Ele, pouco afeito ao estudo, já manifestava sua tendência para o comércio. Um dia, ele resolve levar para a escola uma caixinha contendo canetas coloridas. Não era dia de sabatinas, que exigiam, de nossa parte, atenção concentrada. A aula se destinava a exercícios de leitura. Enquanto o aluno designado lia uma página escolhido pelo mestre,

os outros deviam, cada um com o seu livro, acompanhar a leitura, o que também era feito pelo mestre Liberato.

Achou o Ditinho ser aquele o momento oportuno para me impingir uma de suas belas canetas. Já havia feito a mesma coisa com o colega ao lado e nada acontecera. Sim, aquele era o momento propício, enquanto o mestre se achava atento à leitura. A caixinha, aberta, olhos fixos nas canetas, já entabulando o ajuste, não percebêramos que a leitura atingira o final. Na sala, um silêncio profundo. O mestre nos observava, palmatória em punho. Quebrou o silêncio chamando-nos à sua mesa. O susto foi grande. Parecia um raio que sobre nós se abatia. Lá se foi ao chão a caixinha e as canetas, que nele se espalharam. O resultado foi meia dúzia de bolos para cada um e daqueles bem dados. Saímos tristes da escola. Ele embora castigado, conservava as suas canetas. Eu sai duplamente punido, pois além de apanhar, fiquei sem a caneta desejada. Cheguei em casa para o almoço triste e apreensivo, pois temia ser interpelado por meu pai ou minha mãe. Felizmente, meu pai estava no escritório atendendo às partes e minha mãe na faina da cozinha. Mas minha tranquilidade não era completa. Dario, meu irmão, presenciara o meu castigo e talvez falasse sobre o assunto. Ele, anteriormente, tinha sido uma das minhas vítimas da palmatória. Meu temor logo se desfez, pois ele se portou com elegância e nada falou sobre o incidente.

A praxe da palmatória, intolerável para nós alunos iria continuar por mais alguns anos. Em 1925, quando a 4ª Companhia fora deslocada para Taguatinga com o objetivo de combater a famosa coluna Prestes, o Capitão Siqueira convocara o mestre Liberato para, como farmacêutico, se não me engano, prestar assistência médica à tropa. Aquela convocação me parecera prenúncio de uma pausa naquele tipo de castigo. Puro engano. Ao mestre substituíra o Dr. Henrique Itiberê, Juiz de Direito. Embora parecesse bonachão, era também rigoroso nas aulas, que passava a ser dadas na casa que pertence hoje, creio, a Marcos Rodrigues de Santana, meu tio e padrinho. Para azar nosso, o sistema

continuou, apenas com algumas alterações. O Dr. Itiberê adotou, nas sabatinas da tabuada, uma posição diferente para os alunos. Estes formavam em escala decrescente da esquerda para a direita. Formado o semicírculo, todos de pé, de frente para a mesa, ia apontando os interrogados, sem ordem pré-estabelecida. Ia de um extremo ao outro e ao meio sem mais nem menos. O esforço que se fazia para se preparar para a resposta era completamente anulado pela tensão nervosa que de todos se apoderava. Dentre os maiores não me esqueço de Francisco Ribeiro, Hormides Rodrigues (Tio Duca), meus primos Antenor e Benjamin Rodrigues, além de outros. Eram o temor de nos outros, os menores, pois, quando acertavam, não tinham complacência com aqueles que fossem infelizes nas respostas. Dário, meu irmão, diante da dificuldade que sentia com a tabuada, tinha o hábito de furar o papel no local dos números, o que lhe valeu sérias repreensões. O medo de palmatória me serviu muito. Estudava o máximo que me era permitido. Isto muito me valeu, pois várias vezes fui ao revide. Meu livreto de tabuada já estava sujo, imundo de tanto ser manuseado. O mesmo sistema continuou com o mestre Marcos Rodrigues.

Em 1925/1926, ainda em perseguição à Coluna Prestes, passou por Dianópolis o Capitão Soares, vindo de Barreiras e com destino a Natividade. Requisitou em Dianópolis uma grande quantidade de muares. De retorno, a pretexto de não dispor de animais em condições de viagem para Barreiras, deixou na casa onde morávamos em um bom número de fuzis, mosquetões, espadas e arreios. Por essa época, a Companhia de Polícia de Goiás não mais se achava em Dianópolis. Antes o Capitão Siqueira fora substituído pelo Capitão Agenor Santiago, que, posteriormente, recolhera a tropa para Natividade.

Algum tempo depois chega o Capitão Lucena, da polícia alagoana, também em perseguição à Coluna Prestes. Eu me encontrava com meu tio João Rodrigues de Santana no sítio Mombó, onde ele se dedicava à tarefa de moagem de cana.

Um dia, à tardezinha, sol ainda fora, vimos um grupo de homens armados que de uma pequena elevação descia para o sítio. Eram os chamados “Patriotas” e no comando quem vinha? Aldo Borges. Chegaram e apearam. O grupo, com exceção de uns dois ou três, permaneceu fora de casa, enquanto Aldo Borges, num cômodo, conversava com tio Joãozinho. Do que falavam, não sei. Certo é que não me parecia agradável àquela conversa, diante da preocupação de tia Emília e de alguns outros circunstantes. Nós, as crianças, fomos afastadas. Aldo Borges ali pernoitou com seus homens.

Até hoje não sei como, mas o certo é que meu tio mandou avisar a meu pai a chegada daquela visita incômoda. Avisou também a Pompílio Ayres, que se encontrava num sítio próximo. Meu pai estava na Vila, onde se encontrava o Capitão Lucena, antes referido, e que representava uma segurança para todos, exceto para o Aldo Borges, que via frustradas suas intenções. Após o café da manhã, este se deslocara para a vila, creio que ignorando a quantidade e qualidade de tropa sob o comando do Capitão Lucena. Com tio Joãozinho e outras pessoas, regressei à vila. Já informado sobre Aldo Borges, creio que Capitão não permitiu que o mesmo ali se aquartelasse. Lembro-me bem que almoçaram um churrasco em frente à casa de Custodiana Wolney Araújo, onde se achava o Capitão Lucena. Almoçaram na rua. Não demorou muito, Aldo e sua tropa tomaram novo destino. Creio que o Capitão Lucena não permitiu que ali ficasse aquela presença indesejável como lhe fizeram sentir meu pai e alguns mais. Aldo Borges retirou-se para não mais voltar. Como que para prevenir alguma coisa, o Capitão Lucena ainda permaneceu em Dianópolis vários dias.

O ano de 1926 foi de preocupações e sobressaltos e pra minha mãe e filhos, de triste memória. Após tanta intranquilidade, meu pai adoecera em fins de setembro, vindo a falecer em sete de outubro. No cinema, já doente, se fez transportar para a casa pequena destinada à guarda de mantimentos. Sentia um calor terrível, somente amainado com

grande quantidade de ramos e folhas verdes que eram espalhadas pelo cômodo. Um dia, porém, resolveu não mais continuar ali. Queria, a todo custo, ir para a fazenda Água Boa, de seu falecido pai, onde se achava minha avó Naninha (Ana Felícia Costa Rodrigues) com uma prole numerosa. Ali faleceu. Senti muito, pois eu era muito ligado a ele. Lembro-me bem que, no dia em que morreu, pela manhã, mandou chamar os filhos para abençoá-los. Foi um momento dramático. Pouco depois falecia. Todo o ambiente se transformava em tristeza generalizada.

A viuvez e a orfandade era o quadro encontrado no Cinema. Minha mãe tinha 29 anos de idade com o peso da responsabilidade de criar os seis filhos, cuja idade variava de seis meses a 12 anos. Eu, o mais velho, sentia-me profundamente abalado, desorientado, não sabia como ajudar minha mãe. Era forçoso, porém, fixar um plano de ação. Ver aquilo de que dispúnhamos e fazer o balanço dos débitos e créditos deixados por meu pai, os serviços da roça (pequena lavoura), o gado, as fazendas. Preocupava-nos o inventário. Este, no interior, era uma espécie de sanguessuga que avançava faminta nos bens de órfãos e viúvas.

O mês de outubro foi um pesadelo para nós e para Dianópolis.

Josino Valente, casado com minha tia Ana Rodrigues Valente, ficou profundamente acabrunhado com a morte de meu pai a quem, como cunhado, era ligado por fortes laços de amizade. Sete dias depois falecia ele na Fazenda Malheiros.

Mas não parou aí o luto que se abateu sobre Dianópolis. Dia 29 seguinte, falecia minha tia Mariquinha, esposa do mestre Liberato. Foi vítima da varíola, que se espalhou pela Vila e sítios dos arredores, ceifando muitas vidas.

Com isso ficamos confinados no Cinema. Não se podia

ir a nenhum lugar. Tínhamos, graças a Deus, alimentos suficientes, enquanto se debatiam com a fome e a moléstia que se espalhava. Não raro recorriam à minha mãe em busca de alimentos. Os necessitados, entretanto, não podiam se aproximar de casa. Ficavam a distância. Num determinado ponto, minha mãe nos mandava colocar arroz, feijão, café, carne e outros gêneros de necessidade. Ali aquela ajuda era recolhida pelos famintos. Esta situação permaneceu por algum tempo.

Todos nós de casa fomos imunizados com vacinas fornecidas por meu tio João Rodrigues de Santana que, por sua vez, as havia recebido de Barreiras.

Passada a epidemia que ali deixara como sinal de sua passagem a viuvez e a orfandade, tratamos logo da pequena lavoura, com os poucos recursos e poucos empregados de que podíamos dispor. A lavoura se resumia na plantação de milho, feijão, mandioca e arroz, não raro com minha mãe no comando dos trabalhos. Esta labuta continuou pelos anos afora. Quando minha mãe ficava na sede do Cinema, tínhamos o Dario, Guiomar e eu que levar a comida para os trabalhadores. Esta tarefa nós a desempenhávamos levando marmitas ou gamelas, estas na cabeça. O percurso não era fácil. Para atingirmos a roça, éramos obrigados a descer uma pequena serra. Isto nos exigia muito cuidado. Qualquer descuido, um tropeção e lá se ia toda a comida.

Em fins de 1926 ou principio de 1927, entregamos, mediante rigorosa conferência, todo o armamento e arreios que o Capitão João Soares havia deixado na casa onde morávamos na Vila. Lembro-me que um dos animais que nos fora requisitado fugia para o Cinema. Já estava a meio caminho quando o Tibúrcio o alcançou. Tibúrcio era o encarregado pelo Dr. Francisco Rocha de recolher toda a tropa então requisitada em Goiás. Eu, ingenuamente, pedi ao Tibúrcio que nos deixasse ao menos aquele animal, pois o Capitão nada nos pagara. Não me deu a mínima atenção. Insisti. Por fim, o Tibúrcio, já aborrecido com

aquela lengalenga, me respondeu taxativo: “Não posso menino. Todos os animais requisitados vão ser entregues ao Dr. Chiquinho Rocha, em Barreiras.” Assim, nada mais me foi possível fazer, senão ver nossos animais, como os de outros, seguirem para Barreiras. Daquela requisição, não recebemos um centavo sequer.

Os anos seguintes, de 1927 a 1930, foram dedicados à faina da lavoura, com intervalos para o período da “ferra” nos Tucuns e Lagoa Nova, inclusive a tarefa mais longa de proceder à partilha decorrente do inventário. A ferra consistia em verificar e marcar bezerros nascidos no ano anterior. Não se pagavam vaqueiros, em dinheiro. De cada quatro crias, um lhe era destinada como retribuição ao trabalho. Casa e animais eram por conta do dono da fazenda.

Entre 1927/1928, senão me engano, minha mãe resolveu construir uma nova casa no Tucuns. Tarefa dura, especialmente para mim e para o Dario no carreto de adobes e barro para levantamento da casa. O pedreiro parecia-me exagerado, pois os oitões ficaram bastante altos, vale dizer que nosso carreto de adobes e barro foi aumentado. Por essa época já tinha meus quinze anos e o Dario onze. Intercalava meus afazeres com a escola na Vila, onde o professor Marcos Rodrigues de Santana, muito bom, calmo uma excelente caligrafia, nos exercitava nos ditados, sem se esquecer, porém, das sabatinas que representavam à contrapartida.

Alternada a escola com outras obrigações, pois era o mais velho. Minha mãe continuava na labuta da lavoura no Cinema, para onde nos transferimos de vez com o falecimento de meu pai. Não obstante as dificuldades, nunca se descuidou da educação dos filhos. Com a mudança para o sítio, tínhamos que ir para a Vila à tardezinha dos domingos ou às segundas-feiras bem cedo para a frequência da escola. Ali ficávamos sob os cuidados de minha Tia Ana Custódia, também viúva, com dois filhos, Custódio e Confúcio. A única filha, Joaquina, já casada, residia em

Minas Gerais, em Montes Claros, alternando com Januária. Custódia, Totó como é chamado, não dava bola para nós outros: Confúcio, Dario, Guiomar e eu. Entediamo-nos, porém, a contento, e a minha tia sempre muito dedicada. Ela tinha uma praxe sistemática, especialmente pela manhã. Para tanto, executava seu trabalho com o máximo de cuidado, evitando o menor ruído naquele mister. Era o preparo do café matinal. Havia, entretanto, um movimento que ela o fazia quase que automaticamente. Ao colocar o café na água, já em ebulição, ela batia a colher na borda da chocolateira. Nós, atentos, íamos todos para a cozinha, onde saboreávamos o café com leite, bolo ou cuscuz."



Fazenda Cinema. A casa nova, ao fundo, atrás da mangueira, foi feita sobre os alicerces da velha.

IV

A CAMINHO DE PORTO NACIONAL. O SEMINÁRIO E OS PRIMEIROS ESTUDOS.

E stávamos no ano de 1929. João Leal era um rapazinho de 15 anos de idade e, não fosse o seu desejo de “*ser alguém*”, como se dizia em sua terra, de lá não teria saído.

D. Diana via no filho os pendores para o mundo do conhecimento. Quem sabe através da Igreja Católica conseguiria alguma coisa. E conseguiu, como escreveria mais tarde o seu filho:

“A assistência religiosa, naquela época, era precaríssima na região. Padre, só se via dois ou três dias por ano. Era a ocasião dos casamentos e batizados. Crisma era coisa difícil. A região, como ainda hoje, pertence à Diocese de Porto Nacional. Anualmente, ali comparecia um frade dominicano em desobriga. Lembro-me dos freis José Maria Audrin, Reginaldo Tournier (este autor de uma carta geográfica de Goiás), Bertrand Olleris e, mais tarde, Antônio. Os dois primeiros eram ótimos pregadores. Eu me entusiasmava com aquela linguagem fácil, clara e convincente.

Não obstante essa presença anual e, portanto rara, a religião católica era a dominante. O cerimonial das missas, a pregação dos frades, as procissões, tudo aquilo me calava fundo no espírito. Em consequência, após prévios entendimentos com D. Domingos Carreot, Bispo Diocesano, por intermédio de meu padrinho Aureliano Azevedo, fui, em princípios em 1929, para o Seminário São José, de Porto Nacional. Fui em companhia de meu tio João Rodrigues que, um ano antes, ali internara sua filha Ida, no Colégio Sagrado de Jesus, mantido pela freiras dominicanas.

Fui matriculado, inicialmente, na escola primária das religiosas, anexa ao Colégio. Minha professora foi a irmã Apasia, uma santa. Paciente e delicada, tudo fez para que eu pudesse acompanhar a turma. Diante dos outros alunos, minha deficiência era gritante. Este atraso foi compensado com um regime intensivo de estudos. Em 1930, vencida a primeira etapa, eu já podia acompanhar satisfatoriamente os demais alunos, entre os quais se destacava Leopoldo Freitas que seguiu, mais tarde, a carreira militar. O regime de estudos era rigoroso e a jornada, completa. Além dos frades dominicanos, já havia ali o Padre Dídimo Maia Leite. Estudara em Porto, Goiás (antiga Capital) e Diamantina, Minas, de onde retornara para ser ordenado em Porto Nacional.

Corria, normalmente, o ano de 1930. Porto era, então, a única cidade do norte de Goiás onde havia escolas em nível organizado. Além do Colégio Sagrado Coração de Jesus, havia a Escola Avulsa Secundária sob a direção dos frades dominicanos. Era também a única cidade do norte do Estado que contava com um representante na Câmara dos Deputados. Filho da terra, O Dr. Francisco Aires da Silva, Dr. Chiquinho na intimidade, muito fez pela região, especialmente por sua terra natal. Sem invocar outros benefícios, mencionarei apenas dois fatos ocorridos quando eu me encontrava em Porto Nacional. O primeiro foi a chegada de veículos por ele trazidos, enfrentando dificuldades e os campos arenosos do Jalapão. Além de automóvel havia um ou dois caminhões. Foi uma festa. Toda a cidade vibrava com aquele

acontecimento. Meio de transporte sobre rodas eu só conhecia o carro de bois. Fiquei embevecido com aquela máquina e não compreendia a sua auto-locomção, acostumado que estava com a força propulsora dos bois.

Presenciei, ainda em 1930, a chegada do material destinado à estação radiotelegrafia. Uma comissão de Belém, Pará, chefiada pelo Dr. Sampaio, trouxera aquela aparelhagem. Viagem difícil, em barcos carentes de segurança. Da comissão, lembro-me do senhor Campos, o telegrafista, e de um outro chamado Chermont. Havia outros. Fixei-me somente nestes dois. Explico-me. Os dominicanos, inclusive D. Domingos Carreot, eram franceses, com os quais o Senhor Chermont mantinha longas palestras em francês. Impressionou-me o desembaraço daquele cidadão, ainda jovem. Soube, depois, que estudara na França e daí seu francês fluente e que despertara grande satisfação nos religiosos.

O outro, o senhor Campos, tinha uma linguagem especial, através dos sons, quase sempre acompanhados de um ruído incomodo. Montada a estação, veio a inauguração. Curiosidade geral. Aquela aparelhagem, para funcionar, dispunha também de um motor a gasolina. As primeiras comunicações se fizeram com Belém do Pará. Duvidei e achei estranho que se pudesse manter entendimentos com aquela aparelhagem. Evidente que não tinha eu, na época, qualquer conhecimento de física e do sistema Morse. Não entedia as explicações. Mas a verdade é que o senhor Campos vinha sempre com as respostas certas às informações solicitadas. Convenci-me do milagre daquela aparelhagem. Porto podia comunicar-se com os centros mais avançados do país.

O resto do ano, entretanto, não seria de benesses para o Dr. Chiquinho, vulto venerado e realizador em sua terra. Sim, um ambiente de incerteza, de intranquilidade, movia os cordões da política nacional. Entre 3 e 24 de outubro daquele ano novos

rumos se delinearam no panorama político brasileiro. Aquela mesma estação radiotelegráfica por ele obtida com tanto interesse, cuidado e carinho, para sua terra natal, foi o veículo que trouxe a notícia da derrocada total da facção política que dominava o Brasil e na qual se achava integrado.

Do lado vitorioso, não faltaram as passeatas, os discursos em que ressaltavam os nomes de Getúlio Vargas, João Pessoa, José Américo e Juarez Távora, além de outros. O último era conhecido dos portuenses, pois por ali passara anos antes integrando a chamada Coluna Prestes. Havia mesmo uma canção que o celebrizava.

Ao término das aulas, fomos passar as férias na Fazenda Santa Rosa, um pequeno sítio dos dominicanos, à margem do Tocantins, pouco abaixo de Porto Nacional.

A pescaria era nossa diversão predileta. O Faustino Moreira era o companheiro constante. Ótimo remador, excelente colega. Várias vezes atravessamos o rio para pescar do outro lado. Minha aproximação com o Faustino, o que também ocorreu depois com o Pedrocílio Guedes, decorria do fato de serem eles de Taguatinga, município vizinho ao meu.

Não obstante ter avançado nos estudos, eu já sabia que continuaria na escola das freiras. É que não tinha base para ser matriculado na Escola Avulsa Secundária. A parte da manhã, com raras exceções, era dedicada ao estudo de religião e latim (declinações), intercalado com geografia e história. As tardes eram sempre livres. Ao término das férias, eu já tinha dado um avanço regular. Ao se iniciarem as aulas, dois colegas deixaram a escolinha, pois já matriculados na Escola Secundária, o Leopoldo Freire e o José Gonçalves Zuza. Este, pequenino, mas extremamente inteligente. Encontrei-os, anos depois, no Rio de Janeiro e em Goiânia. O primeiro, cadete da Escola Militar do Realengo e o segundo como professor em Goiânia.

Veza por outra eu os encontrava. A casa do Leopoldo ficava da Catedral e do Convento dos Dominicanos. Da Biblioteca, onde eu estudava, via a casa. O Leopoldo, à tarde, gostava de estudar música. Seus instrumentos prediletos eram o saxofone e o clarinete. A princípio não passava da escala musical. Não se descuidava, porém, do estudo das matérias da Escola. Passado algum tempo, já executava algumas músicas. Na Escola, saia-se bem. O Zuza, muito aplicado, enfrentou a Escola com relativa facilidade.

Continuei na escolinha das freiras onde fui bem sucedido. Isto me valeu a matrícula na escola Secundária no ano seguinte.

Do Seminário, recordo-me dos seguintes colegas: Pio Aires da Silva, João Fernandes da Conceição, Luzo Matos, Francisco Botelho, Faustino Moreira, Pedrocílio Guedes, Ascendino Pinto. Havia outros. Todos bons companheiros. Estes, porém, me chamavam a atenção. O Pio, embora muito dedicado, sentia alguma dificuldade nos estudos. Disciplinadíssimo e, às vezes, autoritário. Creio que foi esta a razão de ter sido escolhido para regente. Todos os respeitavam.

Havia, no Seminário, a praxe da leitura durante as refeições. Diariamente, um era escolhido para exercício daquele mister e o Pio, por qualquer falha que se cometesse, alterava a sequência da escala, obrigando o faltoso à leitura vezes seguidas. Quem se incumbia da leitura comia por último, o que não era agradável. Comida fria, não obstante bem preparada. O mestre cuca era o Daniel, cozinheiro exímio, mas isto não neutralizava o aspecto desagradável da comida fria. Além do mais a leitura, como era feita, implicava em redução do recreio.

Como contrapartida à rigidez do Pio, veio, depois, o Luzo na regência. Este era extremamente delicado. Quando nos falava, fazia-o em tom paternal. Todos o admirávamos. Tínhamos

por ele verdadeira afeição. Breve, porém, nos veríamos privados do convívio deste excelente companheiro. Retirou-se do seminário por motivo de doença. Deixou muitas saudades entre os colegas e quantos o conheciam.

O João Fernandes da Conceição, além de ótimo aluno, gostava de exercitar-se na poesia. Escrevia seus versos e os lia para os companheiros. Recitava muito bem e nos impressionava.

Sobre o Faustino e o Pedrocílio, já me manifestei anteriormente, merecendo um acréscimo quanto ao último. Sempre que podia, seu assunto predileto era as fazendas do pai. Manifestava, assim, acentuada tendência para a criação, ou mais precisamente para a pecuária.

O Ascendino Pinto, embora inteligente, não era apegado aos livros. Como o Luzo, era também maranhense. Natural de Balsas, onde passa o Parnaíba. Gostava de nos mostrar as fotografias das gaiolas (ele as chamava de vapor) que chegavam as Balsas. A saudade da terra o fazia assim proceder.

Por fim, o Francisco Botelho, de Almas, então pequeno vilarejo vizinho a Dianópolis. Gordo, bochechas recheadas. Um bonachão. Bom companheiro. Creio que sentiu dificuldades nos estudos. Não quis continuá-los, não obstante ter uma situação financeira satisfatória. Extremamente apegado à sua terra, cedo a ela retornou.

A vida do internato era rigorosa e de estudo intensivo. Folgas, só as tínhamos às tardes das quintas-feiras e aos domingos, quando nos era permitido o passeio em grupo pelos arredores da cidade e sempre acompanhados de um frade ou do regente.

No Colégio Sagrado Coração de Jesus, em regime de internato, estudava Ida, minha prima. Sempre obtive permissão

para visitá-la e o fazia regularmente pelo menos uma vez por mês. Ela era bem mais adiantada e me antecederia um ano em Porto, onde já residia meu padrinho, Aureliano Azevedo e sua esposa Custódia. Tinham um filho de criação, o Gabriel de Almeida.

Aos domingos alternadamente, eu ia, após o almoço, passar o resto do dia com eles. Almoçavam e jantavam muito cedo. Às quinze horas, era servido o jantar, quando eu já me habituara com o jantar do Seminário, sempre às 17 horas. Amigos de meus pais, tratavam-me como a um filho. A saudade de minha mãe e dos meus irmãos era amenizada com carinho que me dispensavam. Havia se transferindo para Porto Nacional em virtude das lutas políticas que em Dianópolis se travaram. Eu já conhecia meu padrinho Aureliano e Gabriel. Não obstante estabelecidos em Porto, vez por outra, entre 1924/1926, iam a Dianópolis tratar de interesses relacionados com as propriedades que ali possuíam.

Em 1931, com bons resultados nos exames, foi-me concedida permissão para passar as férias em Dianópolis, no convívio com minha mãe, irmãos e parentes. O sacrifício da viagem era compensado pela satisfação de rever os meus. O percurso era feito a cavalo, enfrentando as chuvas e, não raro, riachos e rios cheios. Dez dias, no mínimo, era o tempo necessário para o trajeto. Não havia as facilidades de hoje, como rodovia e avião. Mas o sacrifício era necessário. Àquela época, em todo o norte do Estado, Porto Nacional era o único lugar onde havia ensino mais ou menos organizado. Ali estudavam moças e rapazes de Peixe, Natividade, Arraias, Posse e São Domingos, além de Taguatinga e Dianópolis. Até mesmo do Maranhão e Piauí vinham estudantes. Era, pois, natural que os pais, enfrentando dificuldades, para ali encaminhassem seus filhos, único meio ao alcance para educa-los.

Por muitos anos Porto manteve esta primazia e ainda hoje chamam Capital Cultural do norte goiano.

Voltei das férias revigorado com o carinho e incentivo da minha mãe, irmãos e parentes. Não que fraquejasse nos meus propósitos de continuar os estudos. É que aquelas partidas, aquela separação eram sempre tristes.

Ao retornar a Porto, sabia que iria ser matriculado na Escola Avulsa, deixando, assim, a escolinha da irmã Aspásia. No ano interior, Frei Bertrand Olleris já me iniciara no estudo da física, química, álgebra e geometria, além de história universal. Ele gostava muito de história e me forneceu um compêndio de Jônatas Serrano para que o estudasse nas férias.

Na volta para Porto, era obrigatório a passagem por Natividade e um pernoite na Chapada, pequeno povoado que, como Natividade, teve sua origem na exploração do ouro. Guiomar e Carmita Viana, filhas de D^a Cotinha, estudavam em Porto no Colégio das freiras. A caravana aumentava. Guiomar, Carmita, Ida e eu. Na Chapada, morava o Coronel Joaquim José da Silva, avô das primeiras e muito amigo de meus pais, dos quais era compadre, pois padrinho de meu irmão Edward. Recebíamos ali uma excelente acolhida. Homem equilibrado e sério. Era surdo realmente, não obstante dizerem alguns que sua surdez era por conveniência. Desta corrente faz o parte o Adail Santana. Narrou-me este que, certa vez, um dos agregados chegara à casa do Coronel a quem pedira cinco mil réis emprestados ou por adiantamento.

O Coronel fez que não ouvira e perguntou sobre o que lhe falava o pião. Este, em voz mais alta, repetiu o pedido, só que agora já faltava em dez mil réis. O Coronel fez que não entendeu e, colocando a mão em concha, no ouvido, recomendou que falasse mais alto. O empregado, no pressuposto de que não fora ouvido ou entendido, disse que precisava de vinte mil réis. Falou bem próximo para se certificar que desta vez, era ouvido. O Coronel virou-se para o empregado, fitou-o bem e interpelou: Como é isso? Você me falou, no início, em cinco mil réis,

aumentou para dez e agora pede vinte? Você não precisa de coisa alguma, não sabe nem o que quer. O empregado, desnortado, acabrunhado, emudecido, retirou-se, abatido, com a falta cometida. Mas o Coronel era um homem bom. Não dispensou o empregado, mas lhe passara uma lição da qual nunca se esquecera. Isto me foi contado pelo Adail Santana para apoio de sua afirmação.

De retorno, quando chegávamos a Porto, nos hospedávamos em casa de padrinho Aureliano e só depois tomávamos nossos destinos.

Tomei conhecimento, por intermédio dos colegas, que já estava matriculado na escola avulsa. Senti-me preocupado com a mudança e o número de matérias. Ali, contudo, para minha satisfação, reencontraria o Leopoldo, o Zuza e outros colegas. Havia muitas fisionomias estranhas e entre estas os irmãos Severino e Joaquim Macedo, Eli Brasiliense, os irmãos Milton e Newton Aires, os irmãos José (Zezé), Frederico e Raimundo Pedreira, além de outros.

Aos poucos fui me acostumando com a turma. Todos se tornaram, mais tarde, ótimos amigos. Logo no início do ano letivo, recebi o horário das aulas, discriminando pelas várias matérias: português, francês, história, álgebra, geometria, física, química e geografia geral. Era muita coisa. Preocupei-me. Aconteceu-me, logo no começo, um fato desagradável, no que concerne a geografia. Deram-me para estudar a parte relativa à Europa, principalmente a ocidental. Apenas havia iniciado o estudo do francês. Na primeira aula, Frei Bertrand me interpelou sobre os limites de vários países. Respondi bem. Perguntou-me, depois, qual o canal que separava a França da Inglaterra. “Pas de Calais”, respondi, mas o fiz como pronunciasse em português. O resultado foi uma gargalhada geral da turma, inclusive de Frei Bertrand que procurava abafar seu riso intermitente. Senti-me massacrado. Passado uns momentos, Frei Bertrand, corrigindo a pronúncia,

explicava que eu mal havia sido iniciado no francês. Isto de nada me valeu. Passei uma semana acabrunhado. Chegava à escola já desconfiado. De vez enquanto recebia uma indireta de alguns alunos.

Dediquei-me ao estudo do francês e o fiz de maneira intensiva, aproveitando, inclusive, alguns momentos de folga. Aquele fato, entretanto, nunca mais foi esquecido. Nas demais matérias ia-me saindo regularmente, com exceção da química, está já agora ministrada pelo Prof. Oswaldo Aires, que muito fez pela turma, aliando a prática às aulas teóricas. Houve realmente um bom aproveitamento da turma. Não obstante o esforço despendido, essa matéria iria dar-me trabalho, anos mais tarde, no colégio Pedro II (externato), no Rio de Janeiro, onde tiver que enfrentar o Professor George Summer.

Foi um ano letivo muito apertado. Além da Escola, tinha que atender no estudo do latim e do português, alternadamente, às tardes durante a semana. Destas matérias se incumbia o Padre Dídimo. À medida que ele alcançava no programa, as dificuldades intensificavam-se. Certa feita, ele relacionou uma série enorme das funções desempenhadas pela palavra que, dando exemplo para cada caso. No latim, ele exigia, além da tradução e da versão, uma análise tanto quanto possível completa. Isto muito contribuiu para que saísse bem no fim do ano. Minhas notas, porém, não foram elevadas em física, química e álgebra. Não fui, contudo, dos últimos. No balanço final, saí-me bem. Estava, pois, em condições de enfrentar o ano seguinte, o que não ocorrera antes.

Em 1931, fui passar as férias em casa, com minha mãe e irmãos. Desta feita, senti uma extraordinária mudança na mocidade local, principalmente na parte social e relativa aos estudos. Esta transformação deveu-se aos mestres Coquelin Ayres Leal e sua esposa Custodiana Costa Ayres, que ali assumiram a direção do ensino. A transformação foi grande e os

rapazes e as moças bem desenvolvidos. Trata-se de um casal que nasceu para a educação e ao qual Dianópolis muito deve. No decorrer destas memórias, terei oportunidade de a eles referir-me quando tratar da criação do Ginásio João d'Abreu.

O reinício das aulas era sempre de confraternização com o reencontro dos colegas que se debandaram no começo das férias. Cada um com mais entusiasmo, disposto, física e mentalmente, para enfrentar a nova jornada. A alegria nem sempre era completa. Não raro, faltava algum companheiro que, por um motivo ou outro, desistia dos estudos. A ausência de uns era compensada com a presença de outros que se matriculavam.

Éramos uma turma unida. Aos mais adiantados não faltava a paciência com os mais atrasados. Havia tolerância e uma sadia compreensão. O regime de estudos não sofrera qualquer amolecimento. Frei Bertrand passara a Frei Antônio Sala a incumbência de História Geral, vez que teria a seu cargo a Álgebra, Física e Geometria. Veio com outra novidade - o grego. Suas declinações as letras, os verbos tudo era difícil. Confesso que me acovardei. Além das dificuldades encontradas, vi-me prejudicado no estudo das demais matérias, principalmente daquelas em que não encontrava facilidade. Aos poucos, com muito esforço, fui transpondo os obstáculos, obtendo, no fim do ano, resultados satisfatórios.

Em 1932, apenas dois anos após a Revolução de 1930, novas apreensões sondavam a política nacional. Era a Revolução Constitucionalista de São Paulo. Eu nada entendia daquilo, mas gostava de ler o "Estado de São Paulo", que ali chegava com bastante atraso. Paralelamente, já avançado um pouco no estudo do francês, lia o "La Croix" e "Le Monde", estes de edições ainda mais atrasadas. Havia ainda o "Brasil Central", editado em Bonfim, hoje Silvânia, em Goiás. Aquelas leituras muito me impressionaram e foram despertando em mim uma visão diferente dos homens e do mundo. Não compreendia como a

Revolução de 1930, que sacudira o Brasil em todos os seus quadrantes, com apenas dois anos, já tivesse os seus contestadores, em luta armada. Só com passar dos anos, vim compreender esse imbróglio político. Em tudo, mais que o interesse social, falou a sede do poder. Era uma luta desigual, mas que trouxe à tona a insatisfação dos descontentes. Embora vencidos militarmente, não o foram politicamente, pois em breve o governo convocava eleições gerais, daí advindo a Constituição de 1934.

Ao término do ano letivo, retornei a Dianópolis, para as férias, sempre passadas no Cinema. Poucas vezes ia à Vila e só fazia para retribuir visitas. Preferia ficar no Sítio, naquele convívio agradável com minha mãe e irmãos, que me cercavam de gentilezas e carinho.

Retardei, por motivos diversos, a voltar a Porto no ano seguinte. Só regresssei com dois meses de atraso. Fí-lo em companhia do Padre Dídimo, que passava por Dianópolis. Já naquela época, eu tinha verdadeira admiração e respeito pelo Padre Dídimo, pela sua cultura, seu método de ensino e de convivência com os alunos. Permitia a liberdade, sem liberalidade. A ele muito devo de minha iniciação em português e em latim.”

V

O RETORNO DE PORTO NACIONAL À SUA TERRA

Em Porto Nacional, “embora me tenha saído bem nas provas semestrais, não cheguei ao fim do ano. Não quis continuar no Seminário, pois havia chegado à conclusão de que a carreira eclesiástica não era a minha vocação. Continuar na Escola não me seria possível, por falta de meios para a minha manutenção. Analisei bem o assunto e comuniquei minha decisão ao Frei Reginaldo Tournier a quem pedi que a transmitisse a D. Domingos Carrerot. Frei Reginaldo recomendou-me que examinasse melhor a minha atitude. Respondi-lhe que já havia meditado devidamente sobre o assunto e não via razões para o reexame sugerido. Dois ou três dias depois, fui chamado alternadamente, por D. Domingos, Frei Bertrand, Padre Dídimo e novamente Frei Reginaldo. Fui franco com todos. Não voltei atrás. Ao contrário do que supunha, esta sinceridade muito me valeu. Todos respeitaram meu ponto de vista e teceram, mesmo, até elogios ao meu comportamento. Deixei-os todos como bons amigos. Precisamente naquela época recebera carta em que minha mãe me comunicava ser grave o estado de saúde da minha avó Chiquinha. Sabendo que o Padre Dídimo

viajaria para Natividade e Dianópolis, pedi a Frei Reginaldo e a D. Domingos que me permitissem antecipar meu regresso a Dianópolis, aproveitando a companhia do Padre Dídimo. Fui atendido, mas cheguei tarde, pois minha avó já havia falecido. Era setembro de 1933. Fiquei uns meses apreensivo, sem saber, concretamente, a que me dedicar. A atividade de minha mãe continuava sendo a lavoura, exclusivamente para a manutenção da família e uma pequena criação de gado. Procurei integra-me naquelas duas atividades, não obstante o pouco ou nenhum atrativo que me despertavam. Fí-lo porque não podia ficar parado ou viver como parasita. Embora me sentisse relativamente habilitado, não consegui qualquer emprego, mesmo público, pois os poucos existentes estavam ocupados.

Tempos depois, o então Prefeito Antônio Póvoa me convidava para exercer o cargo de professor durante a ausência do titular Coquelin Aires Leal, que se licenciara para ir à Cidade de Goiás, antiga Capital. Em verdade iria à Capital com o objetivo de receber vencimentos atrasados. Conclui logo que não havia regularidade em tais pagamentos. Isto não me atraía. Relutei, não só por esse fato, como também da precariedade no exercício do cargo. Convenceu-me, porém, o Prefeito, especialmente considerando a disponibilidade em que me encontrava. Era meu padrinho de batismo nas fogueiras de São João. Homem franco, sincero e, às vezes, até rude na sua maneira de expressar. Falava em convite. Dizia que era uma oportunidade de cooperar com sua administração e transmitir um pouco do que sabia aos meninos de nossa terra. Isto a princípio. Quando lhe apresentei as razões da minha relutância, sua fisionomia se transformou. Foi-me claro. Disse-me que ia fazer minha indicação e não admitia recusa. Assim, o que era convite tornou-se ordem, uma determinação enfim. Tio Bené (Benevenuto Alves Ribeiro) então promotor público, foi por ele incumbido de preparar o expediente fazendo minha indicação. Não me deram tempo sequer de consultar minha mãe. Recomendaram-me, ambos, que iniciasse as aulas com urgência. Ponderei que morava no Cinema e que teria de

conversar, antes, com minhas tias Ana Custódia ou Felismina (esta sogra de Tio Bené) com o objetivo de ficar na casa de uma delas durante o desempenho do cargo. Minhas ponderações não prevaleceram. Acertei tudo com a tia Ana Custódia, Dindinha como a chamava. O Prefeito colocou-me à disposição uma sala na sala do Coronel Wolney, já então o Coronel Abílio, com a advertência de que não poderia perder tempo. Providenciou logo em seguida uma mesa e bancos coletivos que foram colocados na sala de visita do velho casarão.

Voltei ao Cinema onde comuniquei o fato à minha mãe, que não fez qualquer objeção, não obstante saber que minha ausência lhe causar certo embaraço. Dois dias depois voltei à Vila. Padrinho Antoninho residia no Progresso, sítio dos arredores de Dianópolis. Ali, sem prejudicar o exercício do cargo de Prefeito, mantinha uma grande plantação. Sítio bem tratado, lavoura em franco desenvolvimento, tudo isso justificando nome no Progresso. A propósito vou contar um fato, do qual nunca esqueci. Certo dia, de passagem pelo Cinema, ouvi-o dizer à minha mãe que não tolerava a inatividade e que já havia escolhido um lugar, onde se dedicaria à lavoura. O sítio se chamaria Progresso, localizado pertinho da Vila. Não dispunha do suficiente para empreitada, disse. Tirou do bolso do paletó um pequeno pacote, envolto em papel. Eram 20 moedas de prata de 2.000 réis. Vale dizer, 40.000 réis ao todo. Com aquilo, acrescentou, poria mãos à obra. Efetivamente, em pouco tempo, toda aquela mataria se transformou numa grande lavoura. Certamente aquela obra não ficou nas vinte moedinhas. Deve ter gasto muito mais, pois o progresso se tornou uma realidade, exemplo incontestado de que pode fazer um homem perseverante e firme nos seus propósitos: com a ajuda de seus irmãos Benedito e Pery Póvoa, o Progresso se tornou um ponto de atração e bem representava o resultado do quando pode realizar a força de vontade de um homem firme e seguro nas suas decisões.

Voltemos à escola. Fui verificar a sala. Uma decepção.

Somente aqueles móveis precários ali colocados. Nem sequer giz e quadro negro. Livros, onde buscá-los? Fui a Padrinho Antoninho e a Tio Bené expor a situação. Responderam-me, quase ao mesmo tempo: é assim mesmo, no começo tudo é difícil. Não há verba para compra de material. Iremos eliminando as deficiências aos poucos, dentro do possível.

Nessa situação, foram iniciadas as aulas. Consegui, depois, um quadro negro muito ordinário e apenas uma caixa de giz. Lecionei três meses. Recomendei aos alunos que comprassem cadernos de papel almaço. Com toda essa carência de material, procurei transmitir alguma coisa aos que freqüentaram a escola. Dos poucos alunos, sem menosprezo aos demais, devo dizer que se destacou o Custodinho (Custodio Leal) filho de tia Felismina e anos mais tarde meu compadre. Muito aplicado, ele procurava resolver todos os exercícios que eram passados na classe. Creio que aproveitou alguma coisa.

Um dia, quando jantava, fui informado de que chegara o Inspetor de Ensino, da região norte do Estado, Dr. Ranulfo Batista Cordeiro. Desejava comunicar-se comigo ainda naquele dia. Nem tio Bené nem padrinho Antoninho se encontrava na Vila. Procurei o inspetor. Expus-lhe as condições da escola e que seria interessante aguardar aquelas autoridades. Esclareceu-me que desejava fazer a inspeção in loco, quando verificaria as condições de funcionamento da escola. Mandeï, pela manhã, avisar o Prefeito da chegada do Inspetor. Este, porém, antecipou a inspeção, sob as alegações que precisava viajar em seguida, pois sua viagem era longa e teria que percorrer vários municípios da região. Não fosse a falta absoluta de material, a impressão teria sido melhor. Sala bem arrumada, bancos em ordem e a meninada presente. Após algumas indagações, informou-me o Inspetor que sua impressão, de um modo geral, fora boa, mas que retrataria, no seu relatório, as condições da escola, especialmente quanto à falta de material e acomodação.

Quando o Prefeito chegou, a inspeção já se fizera e o Inspetor já de partida. No encontro que mantive com o Prefeito expus-lhe todo o ocorrido. O Prefeito estava visivelmente contrariado. Entendia que algumas providências poderiam ter sido tomadas antes da inspeção. Ponderei-lhe, com fraqueza, que nenhuma providência caberia, pois a deficiência de material e acomodação era patente. O resultado é que tivemos um desentendimento. Disse ao Prefeito que já me considerava demitido e que naquele mesmo dia formalizaria meu pedido. Procurou-me antes de regressar ao Progresso, exatamente no momento em que eu concluía meu pedido de demissão. Fez-me algumas ponderações, achando que não devia manter aquela atitude. Lamento não poder atendê-lo, respondi. Assim, deixei a escola. Devo ressaltar, entretanto, que isso não arrefeceu, em absoluto, nossas relações de amizade. Ao contrário, tornaram-se mais sólidas e mais acentuadas as provas de apreço que sempre me dispensara.

Voltei ao Cinema, onde retomei as atividades anteriores. Tempos depois, prestei minha colaboração à Prefeitura, agora sob a direção do Senhor Francisco Moura. Minha incumbência, desempenhada a título gratuito, era o relacionamento dos contribuintes.”

VI

A CAMINHO DA CAPITAL FEDERAL. A CARREIRA MILITAR.

O caminho do Rio de Janeiro, com todos os obstáculos, era mesmo a via estreita, espinhosa, o trajeto de urzes e cardos pelo qual deveria passar o nosso João Rodrigues Leal. Dias difíceis e heróicos o aguardavam, como ele próprio contou numa série de quase 500 (quinhentas) cartas dirigidas à sua venerada mãe ao longo do percurso dos tantos anos que por lá esteve.

Momentos graves não o dasanimariam. Corajoso, parecia apoiar-se sobre uma fé viva na bondade de Deus, na intuição dos que sabem sofrer; na convicção de que somente as provas bem suportadas podem conduzir o homem aos seus objetivos; na esperança de que a recompensa seria tão mais generosa quanto mais difícil tivesse sido a sua aflição em terras distantes, onde era um ilustre desconhecido, *sem lenço e sem documento, quase nada no bolso ou nas mãos*. Sentia que para merecer a recompensa pela sua luta havia que passar por tribulações, privações, solidões... Haveria que ser atingido por motivos de dor e de contrariedade a desafiar o seu esforço para a

superação com o fito de dominar os ataques de melancolia e de desespero em que se viu muitas vezes, pois só mais tarde pôde dizer com uma justa satisfação:

“– Fui o mais forte”.

Foi um *bem-aventurado* nas ocasiões de provar a sua firmeza de ideal, sua perseverança e sua submissão às vicissitudes a fim de lograr o êxito.

Assim que chegou na antiga Capital da República foi para um pensionato dos mais simples. Ali foi logo vítima de ladrões, que roubaram-lhe o dinheirinho e algum ouro em pó que a mãe lhe deu para as aperturas do primeiros dias. Ficou desorientado.

Havia a notícia de que o Exército seria uma alternativa para quem se apresentasse ao serviço militar. Lá já estava a algum tempo o conterrâneo Wolney Leal Costa, que mais tarde chegou à patente de Major e era filho de Casimiro Costa.

Demais, João Leal teria que servir ao Exército, por obrigação legal, sob pena de não ter a quitação militar, documento necessário para toda a sua vida. Os jovens que atingissem 18 anos estavam obrigados ao serviço, especialmente na Capital Federal.

Era o ano de 1936. Aos 22 anos, João Leal apresentava-se ao Exército, levado por Wolney.

Em carta, relatou a D^a. Diana Leal:

“Rio de Janeiro, 16 de abril de 1936.

Minha saudosa Mãe, a bênção vos peço.

Aqui cheguei no dia 24 de março, às 9 horas da noite. Até então me acho com saúde graças a Deus. Segundo vos escrevi de Sítio do Mato, que logo vendesse o meu ouro mandaria qualquer importância. Infelizmente me acho no meio de gatunos refinadíssimos, que bateram em tudo que eu havia apurado, ficando em como dizem: de tangas. Mas com isso não quero dizer que passo privações, pois aqui tem o Ney, que me oferece tudo o que eu precisar (...)"

Como militar, entendeu bem cedo dever agir como um bravo soldado que, ao invés de fugir do perigo, preferia as lutas na disciplina da carreira nos estudos, à paz que não lhes podia dar nem glória, nem promoções, já que o militar que não é enviado à frente de batalha não fica feliz, pois o descanso no acampamento não lhe proporciona promoção. Ser como um bravo oficial e não desejar um descanso que enfraqueceria a sua alma. Nas suas cartas pudemos constatar que ele chegava a ficar satisfeito quando Deus os enviava à luta. Essa luta não era o fogo da batalha, mas as amarguras da vida, em que algumas vezes era preciso mais coragem do que num combate sangrento, pois aquele que se mantivesse firme diante do inimigo poderia fracassar sob a pressão de um sofrimento moral.¹⁴

A correspondência de Niterói e da cidade do Rio de Janeiro para sua mãe em Dianópolis está recheada de desabafos e confidências. De princípio eram escritas semanalmente – embora as cartas às vezes demorassem quinze dias, um mês ou mais para chegarem ao destinatário, o que mais tarde foi solucionado com a linha aérea *Panair*.

Eram mesmo epístolas cheias de esperança, que serviam de lenitivo, o remédio certo para o jovem distante do seu torrão natal, que trazia projetado na tela mental, numa saudade contínua.

¹⁴ Paráfrase de Lacordaire – Havre, 1863.

Havia em João Leal uma fé, dessas que sempre mostra os horizontes do infinito diante dos quais um dia se apagariam os dias sombrios da primeira década em terras estranhas.

Depois se confirmaria: “os momentos de maior dor seriam para ele as primeiras notas da alegria de dias futuros.”

Renunciara ao casamento por décadas seguidas, embora o desejasse. Primeiro queria se formar. Essa força de renúncia por certo foi adquirida na experiência dos dias de *Seminário* em Porto Nacional, e porque compreendeu que a família seria constituída depois dos ideais concretizados, os quais seriam mesmo em prol da coletividade, em favor do norte goiano.

A sua primeira família parecia ser mesmo a humanidade que, intuitivamente, o convocava.

Certa feita, quando um dia galgou posição de destaque, o *status* de alto funcionário da Câmara dos Deputados – via concurso público – uma jovem moça lhe foi recomendada por carta. Leal bem que queria, adorava a beleza das *Dianas* de sua terra, mas ela era muito jovem e ele já na madureza, ou melhor, com projetos ainda por serem realizados no campo do todo. Aguardaria outra, se Deus quisesse. Afinal, pensava, *quantas uniões infelizes, fruto do interesse e da vaidade e nas quais o coração não serviu para nada!*

Mais tarde, como já anunciamos, se casaria.

Vejamos, pelas próprias mãos dele, como foi a sua saga rica em incidentes, naqueles tempos de luta árdua:

“Nos dois anos, após a volta de Porto Nacional, foi-se acentuando cada vez mais o meu desejo de afastar-me de

Dianópolis com o objetivo de continuar os estudos. Mas, os recursos, onde buscá-los? Não os tinha e não pretendia recorrer à pequena herança de meu pai. Se recebesse os três meses de vencimento como professor substituto, já era alguma coisa. Ainda assim não seriam suficientes. Em Porto eu me havia iniciado, com a ajuda de Frei Bertrand, e nas horas de folga, em trabalhos fotográficos. Comprei então uma máquina. Preparavam-me as eleições, com uma inovação: os títulos deviam trazer as fotografias dos eleitores. Com este trabalho, fiz um reduzido “pé de meia”, melhorado com o recebimento dos vencimentos como professor substituto. Ainda assim era pouco para tentar a continuidade dos estudos, o que só era possível em centros distantes. Lembrei-me que dispunha de cinco rezes, produto de uma novilha que me dera minha madrinha Liberta. Vendi-as a tio Augusto Rodrigues.

Soube que Benedito Póvoa viajaria para Patos, Minas Gerais, onde residiria sua irmã Amelinha. Com ele me entendi, manifestando-lhe o desejo de viajarmos juntos. Já àquela altura, eu me firmara no Rio de Janeiro, como objetivo. Ali desejava continuar os estudos, quaisquer que fossem as dificuldades a enfrentar. Comuniquei esta decisão a minha mãe que, a princípio, foi contrária à viagem, alegando razões materiais, isto é, falta de recursos. Não era contrária a que eu continuasse os estudos, mas me alegava a falta de meios e que não tinha condições para ajudar-me. A minha decisão lhe parecia traduzir uma aventura temerária num meio totalmente estranho. Pesei bem em todos os argumentos apresentados. Já tinha meus 21 anos e sentia que não me faltava coragem e disposição para enfrentar adversidades.

Minha mãe ficou num dilema: se, por um lado, aprovava meu desejo e disposição, ficava, por outro, entristecida por não poder ajudar-me. Isto lhe trazia um sentimento de profunda ansiedade. Concordou, afinal, embora nada pudesse fazer em meu benefício senão pedir a Deus que me guiasse e os passos, que me amparasse naquela aventura. Aventura naquelas circunstâncias era, efetivamente o termo apropriado.

Vencida essa primeira etapa e contando apenas com pouco mais de trezentos mil réis, acertei com Benedito Póvoa os pormenores da viagem. Esta deveria ser em princípio de 1936, mais precisamente em 26 de fevereiro.

Houve um pequeno atraso, pois Benedito precisava levar para Barreiras um carregamento de algodão. De fato, levou vários fardos daquele produto que, vendido em Barreiras, foi o alicerce financeiro de sua viagem. Em recursos financeiros, uma grande distância nos separava. Havia, porém, entre nós, uma sólida amizade. Nosso itinerário seria Barreiras, partindo de Dianópolis. Ali tomaríamos um pequeno vapor até Barra e outro desta para Pirapora, onde tomaríamos o trem, ele ficando em Belo Horizonte e eu seguindo para o Rio de Janeiro.

Naqueles idos, o transporte até Barreiras era feito em lombo de burros. Combinamos que ele, Benedito, me aguardaria no Progresso, no dia apazado. No dia marcado para ali me dirigi apenas com dois cargueiros e um camarada, que se incumbiria da tropa e da alimentação. Foi uma despedida dolorosa, pois deixava minha mãe e irmãos para enfrentar uma aventura e sem saber se um dia teria oportunidade de revê-los. Alimentava-me, é verdade, a vontade de retornar à minha terra, nunca, porém, na situação em que dali partia. No percurso do Cinema ao Progresso eu ia pensando no que me aguardaria o futuro, isto de permeio à tristeza de que me achava possuído com a separação dos meus. Quando cheguei ao Progresso, encontrei Benedito já bem adiantado nos preparativos para a partida. Preparada, a tropa partiu na frente. Oito dias foi o tempo gasto até Barreiras. Jornada penosa, enfrentando chuva e a saudade dos entes queridos. Uma decepção nos aguardava em Barreiras, pois fomos informados de que não se tinha qualquer notícia na ocasião provável da chegada do vaporzinho procedente da Barra.

Em Barreiras, encontramos o Coronel João José de Almeida, alto comerciante de Taguatinga, que ali se achava de

passagem, com destino ao Rio de Janeiro. Em virtude da falta de vapor, combinamos os três seguir para o Sítio do Mato, nas margens do Rio São Francisco, onde esperávamos tomar um vapor até Pirapora. No São Francisco, o tráfego era mais intenso, com mais assiduidade. Sítio do Mato era, quase sempre, ponto de parada dos vapores. Assim fizemos. Em Sítio, aguardamos, apenas, dois dias. Embarcamos no vapor “Benjamin Guimarães”, movido por uma roda de madeira, como as velhas barcas da Cantareira, entre Rio e Niterói. Para mim, porém, foi uma grande novidade, pois em matéria de transporte fluvial eu só conhecia mesmo as canoas e batelões.

O Coronel João José de Almeida era um homem já habituado a esse tipo de transporte bem vivido, conhecedor de Belo Horizonte e Rio de Janeiro aonde ia quase anualmente. Para o Benedito, também, aquilo não era novidade. Dos três era o único que, pela primeira vez, via um vapor, como chamavam. Achei-o formidável. Muitos anos mais tarde, o destino me proporcionaria viagens em transatlânticos.

Uns quatro dias depois, chegávamos a Pirapora, onde tomamos o trem no mesmo dia. O trem foi outra novidade extraordinária para mim. Aquela máquina sobre trilhos a rebocar tanto vagões causou-me profunda admiração. O Benedito, a título de solidariedade, viajou comigo na 2ª classe. Viagem penosa e dura. Partimos às 17 horas e viajamos toda a noite. Que bancos duros e incômodos! Comecei a verificar que o progresso tem também suas facetas desagradáveis.

Eu via que minha pequena fortuna ia-se escasseando à medida que avançava na viagem. Lembrei-me que ainda dispunha da máquina fotográfica. Vendê-la-ia.

Já em Belo Horizonte, na estação ferroviária, falei ao Benedito sobre o assunto. Este, para me ajudar, comprou-a por 100 mil réis, isto enquanto tomávamos uma ligeira refeição. Em

Belo Horizonte ficou o Benedito, pois seu destino era Patos, enquanto eu prossegui viagem para o Rio. Nossa despedida, na estação, foi triste e deixou-me num mundo desconhecido. Revi os momentos de minha partida para Dianópolis. Fiquei atônito quando me vi a sós, pois não me contava com a companhia do grande amigo e companheiro.

Isso ocorreu no dia 24 de março de 1936.

Prosseguimos viagem, o Coronel João José de Almeida, na 1ª. classe e eu, na 2ª.. Bem de ver a situação de isolamento e abandono em que me senti. O Coronel, de Pirapora, telegrafara ao seu amigo Senhor José Piauí, com quem sempre se hospedava no Rio. Pediu acomodação para um companheiro de viagem, que era eu. Quando chegamos a estação Central do Brasil, no Rio, já nos aguardava o Sr. Zé Piauí, que nos conduziu a sua pensão, na Rua Gomes Freire, cujo número não me recordo. Desde a Central, estação antiga, tudo me parecia uma babel infernal. Fiquei atordoado. À noite era o barulho ensurdecedor dos bondes que passavam constantemente na rua.

Naquela pensão fiquei alguns dias, tendo recebido boa acolhida de seus proprietários. Um dia antes de seu regresso, o Coronel João José de Almeida resolveu levar-me ao Teatro Receio, que ficava ali próximo. O senhor Zé Piauí disse-lhe o que estavam representando no Teatro. Confesso que nada entendi da informação. Fiquei, porém, um pouco desconfiado. Efetivamente a representação me surpreendeu. Era uma espécie de Vaudeville, entremeado de comicidade. Egresso do interior e com rigorosa formação religiosa, fiquei chocado. Mulheres lindas quase seminuas. Ao meu lado, o Coronel se comprazia, não sei se com meu aturdimento ou com aquelas jovens de físicos vestais, seios protuberantes pernas e coxas à mostra, num bailado em que tudo se sobressaía.

Enquanto permanecia na pensão, procurava,

concomitantemente, ver alguma coisa, tentar um emprego. Documentação eu só tinha certidão de idade, assim mesmo em pública forma, e certificado de alistamento militar. Tão logo o Coronel viajou, tratei de sair da pensão, procurando outra onde despendesse menos. Resolvi ir ao Cabo de São Cristóvão onde funcionava na época, o Serviço de Intendência do Exército, então dirigido pelo General Felipe Xavier de Barros, goiano, filho de Taguatinga, município vizinho ao meu. Ali serviam, também, o Tenente Napoleão Taguatinga e Wolney Leal Costa (Ney), este meu contraparente e que tinha o posto de cabo, se não me engano. Não me foi possível avistar-me com qualquer daqueles oficiais. Ali encontrei, também, outro taguatinguense, o soldado Marcelino. Tentei mais de uma ou três vezes uma audiência com aqueles oficiais. Nada consegui. Infomaram-me que ali nada era possível fazer por mim. Expliquei ao Ney as dificuldades que me encontrava, dinheiro acabando e sem qualquer perspectiva de emprego. Não obstante alguns teste a que me submeti, tudo esbarrava na minha falta de experiência e documentação em ordem, especialmente quanto à quitação com o serviço militar. Não aceitavam aquele simples certificado de alistamento. Um sargento que assistia a conversa e de cujo nome lamentavelmente não me recordo, disse que, em Niterói, estavam organizando o 14º Regimento de Infantaria, unidade de que estava aceitando voluntários. O Ney entrou, em seguida, num gabinete próximo. Creio que do Tenente Taguatinga. Ao regressar, informou-me que seria interessante uma tentativa no 14º Regimento. Como me apresentar naquela unidade sem ter sequer uma apresentação? Quando me retirava, o Marcelino me ofereceu uma vaga no quarto de sua pensão, na Rua Bela, que desemboca no Campo de São Cristóvão. Aceitei e para lá me mudei imediatamente.

Tinha que resolver minha situação perante o serviço militar. O Ney prontificou-se a me levar até São Gonçalo, sede do Regimento de organização, onde me apresentou a um Cabo, seu colega e amigo. Este me informou a quem deveria dirigir-me. A pessoa indicada era o Capitão William Allan, acrescentando-me

que, naquele dia, uma quarta-feira, o Capitão já se encontrava no Quartel. Com o Ney, retornei ao Rio. Certo é que fiquei os últimos dias de março e princípio de abril na peregrinação entre São Cristóvão e São Gonçalo, com despesas de bondes, de barcas e de alimentação.

Diante daquela situação precária, tive que economizar ao máximo e a verdade é que já passei fome, pois não sabia em que ia dar aquele vai-e-vem.

Um dia resolvi expor, de qualquer maneira, minha situação ao Capitão Allan. Interrompi-o quando já se dirigia para a saída do quartel. Era o Chefe da Seção Mobilizadora. Ouvi-me com aquela paciência que lhe era peculiar. Levou-me até à Casa das Ordens. Entrou no Gabinete e, ao voltar, mandou datilografar um memorando em que me apresentava à 6ª Companhia onde deveria ficar encostado. Esclareceu que, com esta medida, eu teria comida e alojamento de graça, enquanto aguardasse a incorporação. Ficou com meu certificado de alistamento militar e a pública forma de minha certidão de idade.

Devo registrar que após o Ney me apresentar ao cabo, seu amigo, este desapareceu durante a minha peregrinação. Desapareceu não é bem o termo. Evitava minha aproximação.

Voltei a São Cristóvão no dia seguinte para apanhar meus pertences. Paguei a pensão, agradei a Marcelino a solidariedade que meu deu, à proprietária da pensão e retornei ao Quartel, em São Gonçalo. Restavam-me ainda uns poucos trocados. Esta parca economia eu a fiz com muito sacrifício, despendendo o mínimo possível. Durante aquela peregrinação, todos os trajetos de São Cristóvão às Barcas e destas a São Gonçalo, eu os fazia a pé, gastando de transportes somente os 800 réis da Barcas, ida e volta. Quando retornava São Cristóvão estava cansadíssimo e quase subalimentado.

Com os demais encostados, não me preocupava com alimentação e alojamento. Tínhamos, porém, a obrigação da faxina. Varríamos toda a companhia e, aos sábados, a lavagem era completa. Para esse mister, recebíamos, cada um, calção, camiseta e o instrumento necessário.

Todos os meus pertences, eu os deixava sobre a cama que me fora destinada, dentro de uma pequena mala que obtive em troca da mala que me acompanhara na viagem ao Rio. A parte da tarde dos sábados eu os dedicava à lavagem dos meus trajes civis, como faziam os demais encostados. Não podíamos pensar em lavadeira, pois a situação de todos era precária.

Não obstante dispor de comida e alojamento, continuava preocupado, pois não sabia se seria incorporado ou não. Continuei naquela rotina diária até 14 de abril, quando o Boletim publicou minha incorporação, como voluntário. No fim do mês recebia o primeiro soldo, que se resumia a pouco mais de 18 mil réis, após os descontos. O soldo era de 21 mil réis. Mas a isso se somava a vantagem da alimentação, alojamento e fardamento, que eram gratuitos. Fui incluído na 6ª Companhia.

Como era natural, antes e mesmo depois da incorporação, todos eram vigiados. É que o 14º Regimento de Infantaria fora criado em substituição ao 3º R.I., da Praia Vermelha, Rio de Janeiro, que se vira envolvido na rebelião comunista do ano anterior. Era imprescindível este cuidado pois, dos incorporados, havia gente de toda a parte, inclusive do Rio Grande do Norte e Pernambuco onde a subversão comunista deixou a sua marca de sua passagem.

A instrução era intensiva. Informaram-me que, após o período de instruções, já atrasado, os praças seriam declarados mobilizáveis, quando então, passariam a ganhar mais, se não fossem licenciados. Já estava anunciado que haveria exames para o curso de cabos. Resolvi inscrever-me, tendo sido aprovado e

matriculado. Piorou a instrução que se tornou mais intensa. Um mês após ser considerado mobilizável, fui aprovado no curso, mas apenas para 2º Cabo, não atingindo o grau necessário para 1º Cabo. Por falta de vagas, não fui promovido. Tive, porém, o soldo aumentado como mobilizável, além da experiência adquirida no curso.

A 6ª Companhia era comandada pelo Capitão José Alberto Bittencourt que tinha, como auxiliares, os Tenentes Paulo Bayard Aires de Miranda, João Francisco de Paula Sattamini e Atratino Cortes Coutinho. Eu integrava o pelotão sob o comando do segundo. Na época, era ainda boa a minha caligrafia, razão por que fui incumbido do chamado Livro de Alterações. Isto me valeu ser dispensando da escala de serviço.

Conclui, examinando minha situação, que os vencimentos, mesmo como mobilizável, com o tempo disponível, não me permitiam reencetar os estudos - meu objetivo principal. Precisa conciliar os três fatores.

Anunciava-se um exame para o curso de telegrafistas do Regimento. Não obstante a falta de preparo para a função procurei saber das vantagens que traria. Informaram-me que os aprovados seriam transferidos, dentro das vagas existentes, para a Companhia Extra e ali classificados como especialidades, com pequena vantagem pecuniária. Poucas eram as vagas.

Nesse ínterim, o Capitão Allan me chama à casa de Comando do Regimento. O Capitão era o chefe da Seção Mobilizadora. Aproximava-se a época do licenciamento e a incorporação de novo contingente para prestação do Serviço Militar. Mas, qual a razão daquele chamado? Iria ser licenciado? Preocupei-me. Minha impressão logo se desfez. É que constavam dos meu assentamentos a profissão de fotógrafo. Disse-me o Capitão que precisava de meus serviços e sobre isso já havia se entendido com o Comandante da minha Companhia, Capitão José Alberto Bittencourt.

Assim, sem prejuízo de minhas tarefas na 6ª Companhia, passei à disposição do Capitão Allan. Para efeito de teste, forneceu-me máquina, material e um cômodo apropriado para o serviço. Após uns três dias de trabalho num laboratório particular, iniciei a nova tarefa no Quartel. Saí-me bem, o que me trouxe alguma regalia, pois trabalhava no próprio prédio do Comando. Isto me possibilitou alguns contatos com o Comandante do Regimento, Coronel Eduardo Guedes Alcoforado e o Subcomandante, Tenente Coronel Dermeval Peixoto.

Ao lado do Laboratório Fotográfico, ficava a Estação Radio do Regimento. Mantive, então, contatos com os radiotelegrafistas, que me proporcionaram algum treinamento, além das instruções sobre a aparelhagem, alfabeto Morse e noções sobre eletricidade. Cederam-me um manipulador para treinar. Com os sinais bem decorados, Já traduzia algumas mensagens, em transmissão lenta. Aqueles companheiros muito me animaram e já me sentia, assim, com disposição para enfrentar o anunciado exame, cujas inscrições foram logo publicadas no Boletim Regimental. Apenas uma meia dúzia de candidatos. Isto me animou. Realizados os exames, fui classificado em 2º lugar e logo transferido para Companhia Extra.

Por ordem do Capitão Allan, passei o serviço para outro soldado, por sinal bem entendido no mister. Dai em diante, dediquei-me às novas funções.

Minha situação, porém, era instável. Embora classificado como radiotelegrafista, continuava sujeito a se licenciado a qualquer momento. Pedi, então, para continuar dois anos, como engajado, pois o licenciamento me traria sérias dificuldades para enfrentar a vida civil e levar avante meu plano de estudos.

Em janeiro de 1937 anunciou-se novo exame para o curso de Cabos. Enquanto aguardava o despacho do meu pedido,

resolvi repetir o curso. Em abril, concluía a primeira etapa, isto é, curso para 2º Cabo. Fui bem classificado, o que me possibilitou continuar o curso para 1º Cabo, ao mesmo tempo em que me submetia aos exames de seleção para o curso de candidatos a Sargento. Em junho seguinte, conclui o curso de 1º Cabo, tendo sido classificado em 2º lugar. Na mesma época saiu o resultado dos exames de seleção para o curso de candidatos a Sargento. Fui-me logo matriculado.

O mês de junho foi promissor para mim. No dia 8 fui promovido a 2º Cabo, com transferência para a 6ª Companhia aonde não cheguei sequer me apresentar pois no dia seguinte já era promovido a 1º Cabo e classificado na companhia de Metralhadoras do III Batalhão. Assim, com os vencimentos melhorados e com o entusiasmo do resultado satisfatório nos cursos de cabo, enfrentei, com redobrada disposição, o de Sargentos, concluído em setembro seguinte. Foram ao todo nove meses de cursos intensivos, porém bem compensados. O último curso foi bem mais difícil e a concorrência não era de ser desprezada. No final, fiquei em 5º lugar. Todos os aprovados ficaram na expectativa de promoção, das quais não se tinha notícias.

No princípio de novembro, foi considerado o pedido que eu havia feito antes, sendo engajado por dois anos. Fiquei, assim, dispondo desse período pra planejar meus estudos, com mais tranquilidade, sem um receio de um licenciamento a qualquer momento.

Embora sem saber de nada, em caráter positivo, houve um boato que haveria promoções para preenchimento de claros no posto de sargento. Não se dizia quando, nem quantas vagas. Não obstante estar bem classificado, isto me preocupava. No ano anterior, deixara de ser promovido por falta de vaga.

A 22 de novembro, meu temor de desfazia. O Boletim

Regimental publicava as promoções, cinco exatamente. Escapei por pouco. Promovido, criei alma nova, já agora fortalecida com bons vencimentos. Em menos de dois anos, passei 21 mil réis para cerca de 600 mil réis de vencimentos. Isto para mim foi um reforço substancial.

Embora perdendo a gratuidade de alimentação e fardamento, senti-me disposto a enfrentar os estudos. Matriculei-me num curso particular com o objetivo de submeter-me aos exames do art. 100, isto é três anos ginasiais de uma só vez. Fí-los no Colégio Icaraí, em Niterói, não obstante a dificuldade que sentia com o inglês. Os exames foram anulados pelo Ministério da Educação. Após marchas e contramarchas, determinou o Ministério que todos os candidatos se submetessem a novos exames no Colégio Pedro II, Externato.¹⁵

Aquartelado em São Gonçalo, município vizinho a Niterói, era-me difícil aproveitar aquela oportunidade, pois o Pedro

¹⁵ Em carta de 6 de abril de 1938, João Leal escreveu de Niterói-RJ para sua mãe a respeito: "Há dois meses vos escrevi sobre os exames que me achava fazendo desde o dia 4 de fevereiro findo. Até hoje nada ficou resolvido, infelizmente. A princípio, suspenderam os exames, depois anularam, finalmente. Então o Diretor do Colégio arranhou um meio dos alunos requerem ou melhor, apresentarem um Mandado de Segurança. Foi mandado então abrir um Inquérito e já ficou exposto que os próprios fiscais vendiam no próprio Ministério de Educação Certificados de preparatórios falsos, de maneira que há ainda esta esperança por nossa parte. Vede com que dificuldade eu tenho lutado aqui com os meus estudos, porém isto não me esmorece, absolutamente. Estou resolvido a ficar no mesmo ano do que desistir. Mãe, a coisa mais dura que encontrei foi esta de ver-me privado dos meus direitos, como me vejo atualmente... Estou encontrando dificuldades; o ano passado faltou-me a certidão de nascimento; este ano acontece isto, ma seja feita a vontade de Deus. Um dia feliz tenho esperança de ver todos os meus desejos coroados de êxito com muita fé em Deus..."

Il está no Rio de Janeiro. Não me foi possível fazer os exames. Continuei, porém, a estudar.

Por outro lado, não me convinha pedir transferência para unidade sediada no Distrito Federal, ainda que por interesses particulares. Promoções a sargentos há muitos anos não se faziam, no Exército. Promovido para preenchimento de claro existente, por certo o Comandante do Regimento se oporia à transferência. Eis que me surge uma oportunidade, não de transferência, mas de ser deslocado, por algum tempo, para a Vila Militar. Anunciara-se exame de seleção para o Curso de Instrução e Transmissão Regional (C.I.T.R). Fiz os exames em fins de março de 1938.

Fui o único dos Sargentos recém-promovidos que se submeteu a estes exames. Um dia, em plena formatura, próximo ao Campo de Tiro, chamou-me o Comandante do Regimento, Coronel Zenóbio da Costa, que me interpelou sobre os motivos que levaram a submeter-me àqueles exames. Esclareci-lhe que, como especialista, além de prestar o serviço regulamentar, me sobraria tempo para me dedicar aos estudos. Não gostou de minha explicação. Homem de linguagem rude e temperamento às vezes arbitrário, disse-me que o exército não precisava de bacharéis e que se eu quisesse ser bacharel que fosse antes ser paisano. Esquecia-se o Comandante de que o Ajudante do Regimento, então Capitão Paulo Torres, hoje Marechal, era bacharel em direito. Ouvi, disciplinadamente, a sua diatribe verbal. Bem de ver o estado de abatimento em que me encontrei.

No dia 7 de abril, o Boletim da 1º Região Militar publicava minha aprovação nos exames. No dia seguinte, recebi o ofício de apresentação ao Quartel General da 1º Região, que me encaminhou ao Diretor do Centro Especial de Transmissão, em Deodoro, Vila Militar. Verifiquei, assim, como me valeu a experiência no Serviço Radiotelegráfico do Regimento.

Concluído o curso, retornei ao Regimento em 5 de dezembro daquele ano, ocasião em que, por determinação do Comandante da Região, me foram concedidos seis dias de dispensa do serviço, como prêmio, pelo aproveitamento demonstrado durante o curso. Não obstante a satisfação pelo resultado do curso, meu estado de espírito era de preocupação. Não me esquecia de reprimenda do Comandante e via que mais difícil se tornava levar avante meu plano de estudos.

Sediado no Município de São Gonçalo e com os serviços a que via obrigado, não me era possível freqüentar aulas em Niterói e muito menos no Pedro II, no Rio de Janeiro.

Dediquei-me, entretanto, nas horas de folga à revisão de todas as matérias exigidas pelo então artigo 100.

Para melhorar de situação e buscando qualquer oportunidade que me possibilitasse os estudos, estava disposto a enfrentar qualquer curso que me aparecesse.

Em meados de março de 1939, surgiu-me a oportunidade desejada, a de fazer exame de seleção para o Curso Regional de Aperfeiçoamento de Sargentos. Inscrevi-me. A 27 de março, após sua marcha de São Gonçalo, além do Saco de São Francisco, foi anunciado que os candidatos àqueles exames fariam as provas depois do almoço. Aquela decisão do Comando me pareceu demasiadamente estranha.

Assim, mesmo estafados com aquela marcha, submetemo-nos, todos os inscritos, às provas de seleção, que foram dirigidas pelo então Major Aguinaldo Caiado de Castro. As provas foram encaminhadas ao Comando da 1ª Região Militar, onde deveriam ser corrigidas. Não obstante o estado de estafa em que foram realizadas as provas, fiquei na expectativa, alimentando a esperança de ser aprovado.

A 10 de abril seguinte, veio o resultado. Do Regimento, fui o único aprovado. No dia 12, conforme determinação do Comando da Região, fui apresentado, com ofício do Regimento, ao Diretor do Centro de Preparação para Oficiais da Reserva, na Avenida Pedro II, São Cristóvão, Rio de Janeiro, onde fiquei até conclusão do Curso em fevereiro de 1940.

Enquanto cursava o C.P.O.R.- as aulas eram pela manhã - eu me preparava para enfrentar o art.100 no Pedro II, caso houvesse possibilidade de tempo, o que me parecia problemático, considerando a minha volta ao Regimento e a má vontade já demonstrada pelo seu Comandante, conforme já noticiado.

Certo é que, nos últimos dias do curso, enquanto aguardava o resultado, tratei de obter minha transferência para a Vila Militar. Conseguir o chamado "Concordo" do Comandante do Regimento era tarefa difícil, senão impossível. Tinha que tratar do assunto por outros caminhos. Resolvi ir ao Gabinete do General Boanerges Lopes de Souza, então diretor de infantaria, a quem fiz chegar a minha pretensão e as razões em que se fundava. Ansioso pela resposta, voltei dois dias depois. O curso fora concluído e os resultados já publicados. Fui desclassificado em 7º lugar numa turma de 30. Já estávamos no dia 8 de fevereiro e, com o término do curso, seríamos apresentados ao Comando da Região, que nos encaminharia às unidades de origem.

O Coronel que atendera nada me adiantou. Disse que o meu caso já estava com o general Boanerges, que tinha boa vontade em atender meu pedido. Perguntou-me se eu tinha preferência por alguma unidade da Vila Militar. Respondi-lhe que se houvesse possibilidade de ser atendido, gostaria de ir para o 2º Regimento de Infantaria, pois seu Comandante, Coronel Dermeval Peixoto, já era meu conhecido quando Subcomandante do 14º Regimento, ao tempo do Coronel Eduardo Guedes Alcoforado. Entrou no Gabinete do General voltando pouco depois com a

recomendação de que, ao ser apresentado pelo C.P.O.R. à Região, passasse, antes de entregar o ofício, pela Diretoria de Infantaria.

Convenci-me de que meu caso estava resolvido. Com esta orientação, a 12 de fevereiro me apresentei ao Comando da Região. No mesmo dia, à tarde, recebi o ofício que me encaminhava ao Regimento. Apresentei-me no dia seguinte. Não foi boa a acolhida que dispensou o Comandante. Creio que o General Boanerges teria determinado alguma consulta prévia e recebido resposta negativa. Não se podia deslocar para o Rio sem licença escrita no comando do Regimento. Desta vez não me deram os dias de descanso, não obstante ter concluído bem o curso. Como prêmio era o serviço de dia à Companhia, ao Batalhão, Comando de Guarda, que se intercalava com a rigidez da instrução.

Tanto o Comandante do batalhão, quanto o da Companhia, estava a par de má vontade do Comandante do Regimento. Esclareci ao Capitão Henrique Alves da Silva a razão daquela má vontade. Todos obtinham permissão para ir ao Rio, menos eu. Nada me restava senão aguardar o resultado do pedido, a esta altura já conformado em ver perdido mais de um ano de estudos, uma vez que os exames no Pedro II se iniciavam nos próximos dias.

Dia 17 sai publicada a minha transferência. O Coronel aborreceu-se, mas teve que mandar transcrevê-la no Boletim Regimental. Teria, entretanto, declarado, segundo fui informado, que não me desligaria, pois iria providenciar para que a transferência fosse tornada sem efeito. Quê fazer naquelas circunstâncias? Como ir ao Rio sem permissão, quando havia nas Barcas uma patrulha permanente que exigia a licença?

Soube, dois dias depois, por intermédio de um Oficial amigo, que o Comandante do Regimento se comunicara

efetivamente com o Diretor da Infantaria, mas o que este dissera que não tornaria sem efeito do seu ato. Minha situação era insuportável. Convenci-me de que o Coronel Zenóbio tomara o caso a sério e que não seria removido do seu ponto de vista. Eis que me surge uma solução inesperada. O próprio Comandante de minha Companhia não se conformava com o que se passava comigo. Sob sua responsabilidade, mandou que o Sargenteante da Cia. datilografasse uma autorização para que eu fosse ao Ministério da Guerra. Entregou-me o documento e mandou que me dirigisse à Diretoria de Infantaria. Pode ter sido uma indisciplina, mas traduziu alto espírito de sensibilidade humana. Era uma quarta-feira, em que não havia expediente à tarde no quartel.

Quando cheguei à Diretoria de Infantaria, fui atendido pelo Ajudante de Ordens, que já sabia da má vontade existente no Regimento. Aguardei algum tempo até ser introduzido no Gabinete de um Coronel a quem narrei o que se passava, inclusive a maneira encontrada para chegar até ali. Após falar com o General, disse-me o Coronel que regressasse ao Regimento, pois o Diretor de Infantaria já havia recomendado que se passasse um rádio ao Comando do Regimento determinando o meu desligamento.

Voltei a São Gonçalo mais esperançoso. Dia seguinte, cedo, comuniquei o resultado ao Cmt da Cia. Após o almoço, disse-me o Capitão Henrique que eu seria desligado naquele dia, mas o Cmt continuava renitente quanto à apresentação.

Dia seguinte, 22 de fevereiro saiu publicado o desligamento, ficando adiado até seguir para a nova Unidade. A esta altura eu já perdera as primeiras provas. Resultado: dois anos perdidos.

Efetivamente, o Cmt. do Regimento não assinou o ofício de apresentação. Não o assinaria, disse. Fê-lo o Subcomandante do Regimento, Tenente Coronel Marquesi.

Ao comandante da Companhia apresentei meus agradecimentos pelo interesse que teve na solução de meu caso.

No 2º Regimento de Infantaria, fui incluído na 1ª Companhia, cujo Comandante, Capitão Hugo Mendes Vilela, era dado a escrever pequenas biografias de vultos históricos de nosso exército. Baixinho, terrivelmente exigente faltava-lhe, porém, certa sensibilidade, agradava com a ausência de certas noções de psicologia humana. Isto vem a propósito de um fato com o mesmo ocorrido no Quartel. Dirigira-se bruscamente a um praça recém-incluído, daí advindo um entrevero entre ambos, no qual levou a pior. Salvou-o a intervenção de outros praças que o libertaram do contendor. Este foi preso imediatamente e algum tempo depois era o Capitão transferido.

Substituiu-o Capitão Melquiades Tavares da Silva.

Ao Coronel Demerval Peixoto esclareci as razões que me levaram a pedir transferência para o Regimento. Receptividade completamente diversa do outro Comandante. Esclareceu-me, entretanto, que o regime de instrução era rigoroso, mas que, dentro das possibilidades, nenhum entrave eu teria para estudar. Assim, nas horas vagas, mesmo no Quartel, eu ia revendo a matéria do art. 100.

Em abril de 1940, surgiu-me a oportunidade de inscrever-me em concurso público a ser realizado pelo D.A.S.P. Fui ao Comandante a quem pedi permissão para inscrição. Deu-me a imediatamente, inclusive me favorecendo com o tempo necessário para efetivá-la e posterior realização das provas. Que diferença de tratamento!

Em setembro fui colocado à disposição da Comissão de Tiro do Campeonato Olímpico Regional. Vale dizer, fiquei dispensado da escala de serviço e da instrução, limitando-me esta aos exercícios de tiro. Não fui mau atirador, daí ter sido escolhido.

O tempo disponível permitiu-me estudar para o concurso quem em breve se realizava.

Em outubro tive que tomar parte nas manobras que se efetuaram no Vale do Paraíba, na região compreendida entre Canas e Pindamonhangaba, em São Paulo. Na região de Aparecida do Norte, mais precisamente no Sítio do Veloso, fui convocado pelo Major Tamoio da Silva, excelente Oficial de Estado Maior. A escolha se deveu ao fato de eu ter concluído o curso de aperfeiçoamento no C.P.O.R. Explicou-me os objetivos do Regimento. Forneceu-me um mapa, com folha de cartolina e material necessário a fim de que reduzisse a escala ao máximo. Executei o trabalho em tempo relativamente curto, pois as circunstâncias assim o exigiam. Não era possível tirar cópias. Entregue o mapa, com a ampliação, o Major Tamoio, com um lápis vermelho, traçou as posições que cabiam a cada batalhão e suas subunidades e os objetivos a alcançar e manter. Reuniu, em seguida, todos os comandantes de Batalhão e Companhias, quando me retirei. Creio que o trabalho foi satisfatório, pois recebeu vários elogios.

Ao regressar das manobras, fiz sentir ao Cmt. da Cia. o meu desejo de entrar em férias pois dispunha de dois períodos não gozados em virtude dos cursos que fizera."



VII

UM DIÁRIO EM CARTAS

João Leal, como vimos, contava 22 anos quando foi para o Rio de Janeiro. Em 1936, cheio de sonhos, queria formar-se para retornar a penates, voltar à casa materna, poder fazer alguma coisa para o progresso da velha *São José do Duro*, casar-se com uma das beldades do seu torrão de tanta moça bonita. Mal pressentia que o seu trajeto seria o mundo, pois só de lá conseguiria, como já observamos, o que conseguiu fazer por Dianópolis e pelo Norte.

As suas primeiras cartas, endereçadas à mãe e aos irmãos, especialmente Dário, são cheias de confidências de um nortista obrigado a enfrentar as mil dificuldades do começo na cidade grande. Logo no primeiro ano de estudo num Ginásio de Niterói veio um golpe, como vimos. A Escola teve os exames do ano anulados. Depois, os turnos militares impediram-no de prestar provas parciais, perdendo mais um ano, por intolerância dos Chefes. E para completar, o homem que saiu do *Duro* para a Capital do País, com o único propósito de estudar para ser 'alguém' na vida, deparou com a burocracia de um outro Colégio, agora na cidade do Rio, que não reconheceu o período completo do Ginásio que ele havia feito no Seminário em Porto Nacional.

Chegara a supor que a sua vida seria toda de sofrimentos, amarguras e sacrifícios morais, de par com um sem número de dificuldades, a mutilar-lhe o espírito.

Mas a esperança era o fanal por onde medrava em suas conjecturas.

Como observei, dentre as quase 500 cartas copiadas para o nosso arquivo – as quais lemos atentamente – seleccionamos algumas para transcrição.

A primeira narra a partida...

A segunda se apresenta num diapasão de firmeza e as seguintes, num tom quase sempre terno e melancólico, surgem como lenitivo, desabafo, sensação da proximidade com a mãe tão amada e tão distante.

Os seus primeiros escritos devem ser entendidas no contexto da sua idade juvenil e na época em que foram produzidos, pois o homem que surge depois da Universidade e na Câmara dos Deputados é uma metamorfose, fruto da experiência, da maturidade, do tirocínio angariado na fortuna cambiante do tempo.

Da messe de cartas, as últimas, ultrapassadas décadas, soam de modo bem diverso. Será quando começa a colher os louros da vitória.

O certo é que João Leal foi um forte. Conjugou o verbo sofrer *no presente*, com dignidade. Depois o verbo vencer com luta, *pois quem vence sem luta, triunfa sem glória*. E mesmo quando sofreu no superlativo, jamais perdeu o seu anelo, a firme disposição.

Foi até o fim...

Leiamos-lo, novamente, **quando da partida em 1936**, numa carta¹⁶ escrita a caminho, em Barreiras-BA, que faz divisa com São José do Duro:

“Prezada Mãe.

A vossa bênção.

Tendo chegado aqui, me encontrei com o Cel. João José de Almeida, de viagem para o Rio. Entendi-me com ele imediatamente. Tio Abílio¹⁷ chegou até aqui na Companhia Braga e aconselhou-me que eu devia seguir com ele (Cel. João José), pois o mesmo me seria muito útil, porque me livraria de muitas ‘cabeçadas’. Antes, porém, de me entender com o próprio João José, fui convidado pelo mesmo para seguirmos juntos e que ele faria por mim o que pudesse. Então, em vez de me embarcar aqui, sigo por terra com o Cel. João José até Sítio do Mato. Aí, então, embarcaremos. Penso, minha Mãe, que N. S. da Conceição está me guiando em tudo. As coisas estão me encaminhando às polegadas. Tenho muita fé em Deus que hei de ser feliz. Ora, imagine, o Cel. José de Almeida eu só conhecia por nome. Logo na hora que ele me avistou, foi com tamanha satisfação que fiquei completamente obtuso, sem saber o motivo. Convidou-me para o seu quarto e perguntou-me qual o meu pai. Disse-lhe tudo, quais os meus pais, e o que eu ia fazer, isto é, o meu destino. Mandou fazer café, me ofereceu. Minha Mãe, fiquei cativo em ver de primeira vista tão boa vontade, não só dele como de tio Abílio e suponho até que este me recomendou a ele, segundo o que ambos me falaram. Ficou então assim tecida a minha viagem, daqui para Sítio do Mato. Daí embarcarei até Pirapora em vapor e tomaremos o trem até Belo Horizonte, onde vamos demorar uns 4

¹⁶ Na transcrição das cartas fizemos a atualização ortográfica.

¹⁷ Cel. Abílio Wolney, três vezes Deputado Estadual por Goiás, Deputado Federal eleito e depurado e, entre 1930-1937, Intendente (Prefeito) da cidade de Barreiras (Mandato de 1930 a 1937).

dias. Depois tomaremos novamente o trem para o Rio, onde tenciono ficar.”

Dois anos depois de ter chegado a Niterói-RJ e, em seguida, à cidade do Rio de Janeiro, escreveria uma sequência de outras cartas ao longo do tempo:

“Niterói, 19 de fevereiro de 1938.

Saudosa Mãe, a bênção vos peço.

Conforme suponho já vos haver cientificado, desde o dia 4 deste me vejo em exames. Ontem, comecei as orais, pelo francês em que me saí mais ou menos. Hoje, se não houve alteração no programa, prestarei o de inglês (...) Passando a outro assunto: Aborreço-me bastante a notícia que tive em saber que o Moura está empregando o suor do povo durense exclusivamente em seus interesses particulares. Porventura, não há homens aí? Estão cegos? Por que não recorrem aos poderes judiciais? Lastimo bastante a administração aí existente. Mas que posso eu fazer assim tão distante? Nada. Está à vontade dos que aí se acham. Apenas como filho dessa terra procuro e trabalho para ver se um dia feliz junto dos demais amigos fá-lo-emos progredir sem interesses pessoais como que agora acontece infelizmente. Permita Deus que o Moura saiba pelo menos fazer um serviço bem feito, pois o dia em que eu retornar a esse torrão por mim inesquecível, procurarei desvendar todos os mistérios, todas as administrações e se por acaso descobrir algo que contrarie os preceitos da lei nacional, infeliz daquele que a infringiu, porque estou trabalhando exclusivamente para isso e com muita fé em Deus hei de vencer todas as dificuldades que por acaso surjam.

Mãe, o que eu acho mais nobre no homem é o sentimento, porque ele tendo essa qualidade terá também todas os demais predicados do bom senso. É por isso que hoje me vejo ausente de todos aqueles que me são caros (...) Do filho saudoso

– João Roiz Leal. Ao Dário e demais irmãos, muitas recomendações.”

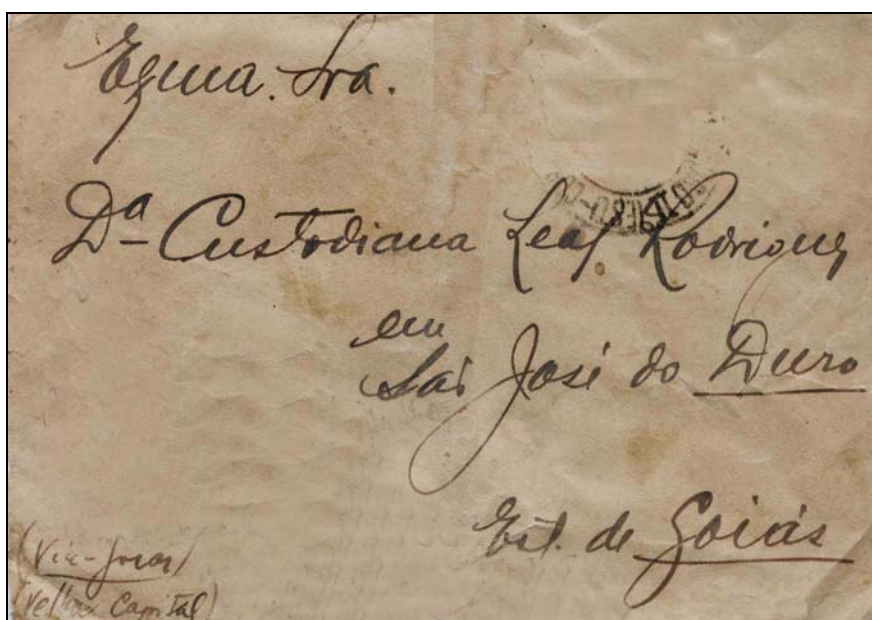
“Niterói, 2 de maio de 1938

Saudosa Mãe, sempre pedindo a vossa bênção.

Venho por este acusar o recebimento de uma vossa carta que me veio por intermédio de tio Casimiro... Conforme já voz fiz ciente em cartas anteriores, os exames da que me submeti na Escola foram tido como nulos. Até agora não ficou ainda nada resolvido. Resolvi, porém, me matricular no Instituto Superior de Preparativos no Rio, visto não me confiar mais em um só Colégio daqui de Niterói. Matricular-me-ei no Rio, logo que saíam os meus vencimentos, repetindo o mesmo ano e perdendo setecentos e tantos mil réis que o tal Colégio ‘Acarai’ me comeu. Mas seja feita a vontade de Deus. Com quantas dificuldades eu lutei, quantas noites mal dormidas, quanto trabalho; dormia diariamente às 12 horas da noite e agora tudo isso me foi prejuízo; trabalhei em vão. Mas, não obstante estas peripécias, prossigo firme e com a mesma perseverança de outrora. Direi, como disse Henry Ford: “Não temerás o futuro, nem idolatrarás o passado. O homem que teme o futuro, que se arreceia do fracasso, limita as suas possibilidades. O fracasso é apenas uma oportunidade para se recomeçar mais inteligentemente. Não há vergonha num fracasso honesto: há vergonha em temer o fracasso”. Tomei estas palavras como o meu dilema e estou resoluta a segui-los até a morte... Vos prometi enviar agora, logo que receba os meus vencimentos, uns cem mil réis, porque não posso ainda fazer mais. Foi-me grande a contrariedade em saber da situação dos nossos poucos bens. Mas, infelizmente ainda não me é possível sanar esses incidentes. Um dia, se Deus me ajudar, hei de melhora-los. Adeus. Do filho saúdo J. R. Leal. O meu endereço será o mesmo, isto é, João Rodrigues Lea, 3º Sargento – 14º R.J. Niterói-Rio de Janeiro”.

“Rio, 6 de maio de 1938.

(...) Só estou aguardando a saída dos meus vencimentos, o que espero seja amanhã. Como já vos escrevi no dia 2 deste, que não me é possível mandar muito, mas com um pouco de dificuldades vou ver se consigo vos enviar 100\$000 que vos servirá para alguma coisa. Hoje recebi uma carta de tio Casimiro... Suponho já vos haver cientificado que atualmente estou aqui no Rio, onde ficarei uns 6 meses mais ou menos. Estou aqui tirando curso de Transmissões Regionais...



Neste envelope veio a 1ª carta escrita de Niterói-RJ, em 1936.

Niterói, 22 de Dezembro 1938

Saudosa Mãe,

Abençoe-me
 Sempre a boa saúde e bem
 estar ao lado de todos os nossos
 e o que desejo.

Aproveito a oportunidade para
 agradecer-lhe que ontem nos
 remeteu os 10% que meias conforme
 os meus eunior mensalmente.

Adianto-lhe ainda que no dia 17 de
 Janeiro irei por um pouco tarde
 visto o pagamento para me prin-
 cipio do Janeiro. Isto me dá, em
 virtude de ser filho de amor

Letra do Dr. João Leal em carta de 1938.

“Niterói, 2 de março de 1939.

Saudosa Mãe,

(...)Tendo eu sabido ultimamente que tio Abílio é conhecido e amigo do General Valentim Benício da Silva, que é atualmente Secretário do Ministério da Guerra, venho por esta pedir-lhe que, a fim de me facilitar mais nos estudos, arrajar o seguinte: Ver se consegue por intermédio de tio Abílio¹⁸ um emprego para mim no Ministério da Guerra, porém como militar. Sendo tio Abílio amigo do citado general, uma cartinha dele, dirigida ao mesmo, pedindo para me passar a empregado, é na certa e assim terei mais folga de maneira que eu possa estudar sem tantas dificuldades...Se conseguirdes, tio Abílio deverá escrever ao próprio general a quem deverá ser feito o pedido. Peço-vos isto porque estou nas fileiras e assim me é bastante difícil a continuação dos estudos. Já estou cansadíssimo. Outrossim, isto não deverá passar da Sr^a. e ele. Amanhã vos remeterei os 50\$ referentes ao mês de fevereiro...”

“Rio, 10 de novembro de 1939

A vossa bênção,

Mãe, esta carta tem um fim completamente diverso das anteriores. É o seguinte: antes de tudo vos digo que quem está vivo acha-se a todo momento exposto à morte. Isso todos nós reconhecemos. Nada tenho podido fazer por vós até então; disso estou ciente e vós sabereis me perdoar. Em caso de morte da minha parte e para não vos deixar sem algum meio, vou lhe estatuir uma pensão. Até o fim desta farei a minha declaração de herdeiros, em que figuras em 1º lugar...Aos herdeiros dos militares falecidos por ferimento ou moléstia, quando em serviço, será concedida uma pensão igual aos vencimentos do posto que tinham

¹⁸ Refere-se ao ex-Deputado, Cel. Abílio Wolney.

em vida. SE por acaso eu tiver uma morte natural, tereis uma pensão de 150\$ por mês; se por ferimento ou moléstia a vossa pensão será de 450\$...Assim o faço pelo fato de recear uma vida relativamente curta, devido ao meu estado físico, forçado isso por excesso de trabalho intelectual, além das várias preocupações que tenho ao enfrentar as dificuldades que me apresentam. Sinto-me às vezes abatidíssimo, não obstante estar o organismo perfeito, mas o esforço que tenho feito tem sido excessivo, porém tenho que conseguir o meu objetivo embora com prejuízos. Aqui estou exclusivamente para isso, portanto mais do que justo que eu me sacrifique e procure, enfim, vencer na vida. Peço que não vos impressioneis com este meu modo de expressão, pois estou com plena saúde e o que digo é mais precaução, pois estamos sujeitos a tudo isso...”

“Rio, 7-XII-1939.

Saudoso mano Dário,

Um abraço.

Mais uma vez se aproximam as saudosas festas de Dezembro. Estas são sempre ocasiões que me deixam assas melancólico, a imaginar com especialidade na satisfação que a todos daí anima. Enquanto vocês se divertem, eu, triste e saudoso, levo os dias a meditar sobre esta minha vida de semi-asilado. A vida nem sempre serve a todos. Uns vivem cheios de prazeres, outros mergulhados para sempre nas tristezas, que os envolve no seu negro manto. Àqueles ela se apresenta com doçura, enquanto a estes, cheia de obstáculos. Quando uns vivem na bonança, outros mendigam e assim é que passamos o que chamamos – a vida...”

“Rio, 8-XII-1939.

Minha saudosa Mãe,

(...) Talvez, segundo as concepções do Esoterismo, na outra vida eu tenha sido um individuo cuja vida foi alegre e cheia de prazeres e que hoje tenho que, ao invés de prazeres, sofrimentos; acho que é realidade, pois estes se me apresentam continuamente. Tenho passado horas amargas, não moralmente, mas espiritualmente, pois são inúmeras as minhas preocupações. Ontem, recebi uma carta vossa, que me serviu de lenitivo, justamente numa ocasião que me achava bastante acabrunhado. Estes últimos dias me têm sido cheios de preocupações. Nunca me dediquei tanto ao estudo como agora. Tenho muitas vezes deixado de fazer refeição para não me interromper. Sei perfeitamente que me faz mal, mas a situação me obriga a assim proceder. Há momentos que sou obrigado a interrompe, pois fico com a cabeça como que pesada e com o corpo mole. Infelizmente o médico me proibiu de excesso de esforço mental, recomendando-me descansar. Às vezes cumprio o que ele impõe, mas nem sempre, pois sou eu quem sabe das minhas necessidades. Urge, portanto, que eu me esforce para conseguir o mais cedo possível o meu objetivo. Mãe, já são 2 horas da manhã e tenho que repousar um pouco. P.S. Na vossa carta lamentastes não poder me auxiliar conforme é o vosso desejo. Reconheço perfeitamente a pureza da vossa vontade. Só preciso do vosso amor materno, que considero como o mais sincero e grande tesouro que pode ter um filho, e disto me orgulho. Eu sou quem sente não poder vos corresponder conforme mereceis. Quisera eu poder e teríeis tudo quanto necessitas...”

“Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1939.

Minha saudosa Mãe,

Abençoa-me.

(...) Hoje, mais do que nunca, me senti tão isolado dos meus que passei o dia a conjecturar algo do meu futuro. Peço a Deus que me dê um futuro mais risonho para compensar os

aborrecimentos que tenho tido na minha, como dizer, adolescência.

Atualmente me vejo tão só e cheio de afazeres que às vezes fico quase a desistir das minhas pretensões, mas ao mesmo tempo constato que nada conseguimos neste mundo sem que estejamos nos deparando a todo instante com grandes e sérios obstáculos.

Nesta fase, então, me aparece como que uma força superior e assim é que vou seguindo o meu íngreme caminho.

Muitos hão de pensar e dizer que é melhor voltar aos meus. De fato, inicialmente esta concepção parece ser a mais verdadeira e de melhores resultados, porém, eu vos afirmo que é puro engano, pois de nada adianta a minha presença aí sem que tenha meios de viver mais ou menos independente. Não, absolutamente, não. Além disso, é preciso que tenhamos força de vontade para enfrentar as dificuldades da vida a fim de um dia conseguir a nossa independência, pelo menos monetariamente. Não é verdade? Creio que sim.

Saí para estudar e não para voltar conforme parti. Por conseguinte tenho que conseguir o meu objetivo e então, depois deste conseguido, voltar ao seio dos meus e com eles viver o resta da vida...

Quanto ao meu estado de saúde, vou indo bem graças a Deus.

Avisai à madrinha que tenho tido constantemente notícias do Confúcio e que ele vai bem, não obstante ter estranhado bastante a vida militar. Ele pede-me para arranjar a sua transferência aqui para o Rio e eu prometi que tão logo ele passe a mobilizável eu a arranjarei. Aproveitando a oportunidade, vos apresento os meus votos de felicidade pela entrada do novo ano. João Rodrigues Leal."

Em 1941, escreve:

“Rio, 19 de maio de 1941.

Minha Mãe,

(...)Ao chegar em casa encontrei sobre a minha mesa de trabalho 14 cartas, todas daí. Pelos envelopes vi que muitas letras me eram estranhas...Escreveram-me: Coquelin, tio Casimiro, tio Liberato, Dito, Dário, Custodinho, Otacílio, Romilce, Maria Jacobina, Carmen Jacobina, Carmen Aires Póvoa, Délia, Letícia e mais outra carta de S. Paulo. Imaginai a alegria, o prazer, o entusiasmo que de mim se apoderou! Nem sei mesmo explicar. Deixou-me ainda mais admirado as cartas das meninas, o que não sei mesmo supor a razão de tal fato. Talvez sabeis, o que, se possível, peço-lhe esclarecer-me. Respondi-a, incontinenti, aproveitando o domingo...”

“Rio, 7 de julho de 1941.

Nadir, minha querida irmã,

(...)Fiquei contente por ter tido ocasião de verificar em sua carta de 12 do mês findo a sua boa vontade em estudar. Reconheci a sua boa intenção, pelo fato de me formular um pedido que se relaciona com o assunto. Assim, cabe-me assegurar-lhe que empenharei máximos esforços no sentido de conseguir a sua ida para o Colégio no próximo ano...cabendo-me fornecer a mensalidade para a sua permanência no Colégio...”

“Rio, 21 de julho de 1941.

Minha Mãe,

(...) Escrevi uma carta a tio Abílio pedindo alguns dados sobre a fundação do Duro, Missões, Taipas e Conceição,

pelo que vos peço lembra-lo sobre este pedido”.

Rio, 29/IX/1941.

Minha Mãe,

Abençoi-me.

(...)Não vos preocupeis comigo, pois tenho mesmo satisfação em remover os obstáculos que se me apresentam, porque, desta maneira, saberei dar o necessário valor aos meus esforços. Estou de uma maneira que tudo aquilo que consigo sem dificuldade não tem para mim importância alguma. Ao contrário se me vejo obrigado a empregar o máximo esforço. Neste caso, então, fico contentíssimo porque vi que soube vencer o difícil e torna-lo fácil. O que me preocupa não são os sacrifícios que tenho de demolir, porque já me familiarizei com estes. Os motivos, os “porquês” da minha luta são outros muito diversos. Já não me preocupo com dificuldades porque tenho certeza que estas se enfileiram no meu destino, restando-me tão somente a coragem, ânimo, perseverança e força de vontade. Com estes poucos elementos de que disponho e com a boa vontade de Deus, hei de pelo menos saber me portar perante o difícil. Como bem sabeis, a vida é muito curta, o que nos obriga a encara-la por um prisma tal que dele possamos tirar aquilo que nos é vantajoso... Cumpre-me solucionar o meu futuro. Estou com 28 anos, por conseguinte, com 2/3 de vida; resta-me um terço¹⁹. Resolvi então permanecer aqui mais uns 2 anos. Se, por acaso, vier a constatar que todo o meu esforço não possa ter a necessária compensação então voltarei ao velho torrão. Para atingir o meu último objetivo restam-me alguns anos, o que me leva a consegui-lo às portas da morte. Até o

¹⁹ O pai do Dr. João Leal, Afonso Rodrigues de Santana, falecido em 07 de outubro de 1926, não havia chegado aos 40 anos, como anotamos. Daí o paradigma.

momento não desisti e assim continuarei até que tome a definitiva solução e enquanto aqui estiver...

Rio, 29/IX/1941.

Dário,

Meu fraterno abraço.

Quanto ao desenvolvimento que está sendo imprimido à nossa terra é motivo de satisfação para todos nós. Sobre o campo de aviação cabe-me dizer-lhe inicialmente que acharia melhor que a Prefeitura empregasse esse dinheiro numa outra coisa, pois não há, no momento, compensação em se estabelecer uma linha aérea tendo escala aí. Assim me expresso com uma certa base. Você bem sabe que pertenci à aviação e que estou mais ou menos a par disso. Não há muito tempo tio Abílio teve esta idéia, submetendo mesmo à apreciação do Ministério da Guerra,(isto antes da criação do Ministério da Aeronáutica) uma petição para que o Correio aéreo Militar tivesse escala aí, isto é, que houvesse ligação aérea entre o Tocantins e S. Francisco. O pedido foi apreciado tendo uma solução contrária em virtude de acarretar gastos de material, o que por conseguinte viria trazer despesas sem necessidade e que não compensa mesmo de forma alguma. O material aeronáutico é todo importado, o que justifica plenamente o cuidado na sua conservação se fosse possível esta linha, realmente seria para este trecho alguma vantagem. Futuramente com o desenvolvimento da aeronáutica tal fato poderá se verificar, porquanto a tendência é sempre aumentar...”²⁰

Outras Cartas:

“1º/XII/1941.

²⁰ Todavia, não demorou e o próprio Dr. João Leal conseguiu a linha aérea para Dianópolis, como ele próprio narra em Capítulo próprio.

Prezadas irmãs Maria e Nadir, o meu abraço.

Aproveito a ocasião para lhes responder às suas cartas.

Inicialmente peço desculpas pelo fato desta seguir resumidíssima. Quanto à minha saúde, graças a Deus estou sempre forte e sadio. Maltratam-me somente as dificuldades com que tenho lutado e a saudade dos meus. Cada dia que passa maior se torna a saúde de todos. Sobre o meu regresso não lhes posso adiantar nada nesse ponto, pois não posso prever a ocasião. O tempo se encarregará de resolver. Se estivesse na minha vontade, hoje mesmo rumaria para lá. Infelizmente isto não depende de mim. Peço a Deus que este dia não esteja muito longe. Tudo depende do amanhã. Pode estar longe e pode estar perto. O futuro no-lo dirá. Aguardando as suas próximas notícias, fica o irmão Leal. P.S. Muitas recomendações às sobrinhas.”

Preparava-se o cenário mundial para a segunda guerra. O amoroso filho escreve à sua mãe:

“Rio, 15 de dezembro de 1941.

Minha Mãe,

Abençoi-me.

Daqui como sempre, formulo os meus votos para vosso bem estar com todos os nossos. Mãe, esta tem um fim todo especial. Conhecedor que sou de quanto valem o amor, a dedicação e não raras as preocupações que vos assomam o espírito, causando, assim, uma verdadeira onda de toda espécie de pensamentos, achei justo vos dizer alguma coisa sobre o cenário tenebroso que nesta hora envolve o universo. Como mãe que sois, bem sei que o vosso pensamento está concentrado constantemente em minha pessoa na qualidade de filho. Estais, não resta dúvida, alheia à situação por que neste passa o mundo.

As poucas notícias que aí chegam não são suficientes para esclarecer os fatos. Cabe-me, pois, dar-vos em linhas gerais, ciência do momento. A nossa situação, entretanto, permanece inalterável perante o conflito que ora assola o mundo. Assim sendo, não há razão para que vos preocupeis tanto com a minha pessoa. Temos graças a Deus um chefe de nação capaz e que bem sabe orientar os interesses nacionais, evitando tudo que nos possa prejudicar. É, enfim, um timoneiro que está à altura de desviar a sua nave dos obstáculos que porventura lhe surjam à frente. Creio, pois, não ter deixado margem a dúvidas. E por agora recomendações a todos. Abençoi o filho Leal. P.S. Quanto ao remédio para a vossa vista, é preciso que esclareçais mais detalhadamente como surgiu o corrimento de lágrimas e se houve sintoma de dor e ainda se divulgaís melhor as coisas ao longe ou mais perto. Aguardo resposta urgente.”

“Rio, 29/VI/42.

Saudosa Mãe, abençoi-me. Acuso vossa carta de 2 do corrente. (...) Todos os dias peço ao Todo Poderoso para me dar um meio de auxiliar não só a vós como a todos os meus irmãos. Dói-me profundamente n’alma saber dos sacrifícios e dificuldades por que tendes passado com os manos. É bem verdade que tenho também passado por dissabores e enfrentado não raro obstáculos. Quero o sofrimento, mas peço a Deus que vos dê paz, felicidade e tranqüilidade de espírito com os meus. Estou só e distante e prefiro sofrer na solidão, nesse ambiente estranho e longínquo. Quero, enfim, sentir a vida na sua realidade e, assim, aprenderei melhor a julgar as coisas. Não vos impressioneis, entretanto, com o que digo, pois, não obstante tudo isso, jamais me faltou o essencial – saúde – e em segundo lugar sempre me acompanha a força de vontade e desta maneira tenho sabido me conformar com os revezes que me tem reservado o destino. Confio em Deus e haveremos de vencer os obstáculos e isso é o suficiente. Por hoje, querida mãe, é só. Muitas lembranças aos nossos. O filho João.”

“Rio, 14/VII/42

Saudosa Mãe.

(...) Pelo último avião recebi uma carta de tio Abílio, que me deixou sobremaneira envaidecido. Os motivos ele mesmo vos poderá explicar. O velho Casimiro por sua vez me teve demonstrado uma consideração inacreditável e da minha parte farei o possível para lhes corresponder. Tenho que responder outras cartas e por isso peço-vos permissão para terminar”.

“Rio, 28-9-42.

Minha Mãe,

Abençoi-me.

Volto como sempre à vossa presença para solicitar vossas notícias bem como de todos os nossos. (...) Já não peço cartas semanais, quinzenais, como anteriormente tinha. Peço-as pelo menos mensais. Quanto a mim e aos demais dianopolitanos aqui residentes, todos com saúde, não havendo assunto digno de mencionar, pois o fato importante destes últimos dias foi o nosso estado de guerra com os países do “Eixo”. (...) Acha-se, atualmente, aqui o Sr. Pedro Ludovico que veio tratar de assuntos atinentes aos interesses de Goiás. Concedeu, ontem, uma entrevista a jornal carioca, cujo assunto é de agradar e satisfazer qualquer goiano que saiba bem encarar os problemas de acordo com as exigências modernas. O filho João Rodrigues Leal.”

“Rio, 14/XII/42

Saudosa mãe,

Abençoi-me. A última carta vossa que tive é datada de outubro. Nela notei a grande preocupação que tendes a meu

respeito, alegando também falta de notícias. Causou-me admiração esta afirmativa, uma vez que continuo sempre a escrever ainda semanalmente. (...) Quanto à situação do País se achar em guerra, não deve em absoluto ser motivo de vossa preocupação para comigo. Não procuramos a guerra, ela nos foi imposta e o nosso dever é cumprir a obrigação para com a Segurança Nacional e para tanto não se admite vacilações. Assim, não vejo motivo de preocupações. Deveis pedir a Deus que este flagelo termine o mais breve possível a fim de voltar a paz à humanidade. No mais, o necessário é sabermos cumprir o nosso dever na hora precisa. Não tenho mais assunto digno de nota e aqui termino enviando recomendações a todos. O filho João”.

“Rio, 25/7/43.

Saudosa Mãe,

Abençoai-me.

(...)Em virtude do atraso dos correios, resolvi adotar um novo itinerário para minhas cartas. Assim é que vou encaminhar esta por Peixe-Arraias-Taguatinga e Duro, pois segundo fui informado não há mais ligação entre Palma e Duro. Ultimamente não sei o que ocorre com os demais parentes, pois até aqueles que me escreviam com relativa assiduidade deixaram de fazê-lo. O velho Abílio deixou inesperadamente, não sei a razão. Talvez seja falta de tempo, pois segundo estou informado, Dianópolis está progredindo a passos largos. (...)”

“Rio, 18/X/43

Minha Mãe,

(...) Felizmente, com a ajuda de Deus, vou vencendo paulatinamente os obstáculos que se me apresentam e assim vejo que se aproxima cada vez mais a etapa final do meu objetivo, –

conseguir alguma coisa pelo estudo – ideal que me acompanha desde a minha infância. Estou certo de que a força de vontade é um fator preponderante para aqueles que batalham em busca de um objetivo. (...) Ganho pouco, porém dá para continuar os meus estudos, embora com dificuldades. Felizmente, o principal nunca me faltou que é a saúde”.

“Rio, 9/II/44.

Minha saudosa Mãe.

Não obstante os obstáculos que tenho encontrado vou conquistando o terreno que, com a ajuda de Deus, me levará à vitória final – a conquista e realização do meu ideal. É bem verdade que este ainda está relativamente distante. Entretanto, já consegui vencer a primeira etapa. No ano que findou exigi de mim quase que o impossível. Todavia, com algumas noites de sacrifício, sem dormir algumas vezes, consegui chegar ao fim do ano aprovado em todas as matérias. Foi difícil a tarefa empreendida, porém soube vence-la e espero que isso aconteça até atingir a etapa final. Fiz os meus preparativos no Colégio Pedro II terminando-os em 1942. Em 1943, com a reforma do ensino, fui matriculado diretamente, por escolha, no 2º ano clássico. Como sabeis, a advocacia foi sempre o meu sonho dourado. Pensei na medicina, na química industrial, porém cheguei à conclusão de que devia obedecer ao que me ditava a consciência: estudar a carreira jurídica é o que vou fazer. Não podemos fugir ao que nos determina a vocação. A medicina é realmente um sacerdócio digno, porém só para aqueles que a querem seguir incondicionalmente. Vi que não era esta a minha carreira. Assim o ano de 1943 foi para mim um ano de duplo sacrifício: Estudei por dois lados. De um tirei o 2º ano clássico e de outro cursei o 1º ano da Faculdade de Ciências Econômicas. Custou-me quase que o impossível, mas venci e assim espero fazer até o fim. Agora, certo de vos ter exposto o que se passa comigo aqui termino com recomendações a todos. O filho João”

“Rio, 5 de março de 1944.

Saudosa Mãe,

(...) Tenho me dedicado a outro setor para aproveitar as férias escolares. Como sabeis há um órgão oficial denominado “União Nacional dos Estudantes” controlado diretamente pelo Ministério da Educação. Como estudante que sou não me parecia razoável ficar à parte. Assim, em fevereiro último comecei a frequentá-lo. É meu órgão de estudante de escola superior, que além de outras atribuições, está em relação direta com os muitos estudantes a ele diretamente subordinados. No dia 1º deste fui nomeado como 1º Sub-Secretário da Secretaria de Assistência Econômica e Financeira. Ontem fui mais uma vez distinguido pelos meus colegas que me confiaram o cargo de Diretor dos cursos de preparação, ali mantidos, até o fim do corrente ano. Para poderdes constatar o que alego, junto a esta os dois recortes de Jornais que trazem a nota. E assim minha saudosa mãe vou levando a vida. Graças a Deus ultimamente tenho conseguido alguns ótimos conhecimentos e peça a N. S. da Conceição encarregar-se de me orientar compensando as dificuldades que eu vinha encontrando.”

“Rio, 28 de agosto de 1944.

Saudosa Mãe,

(...) Há poucos dias, ao ler um matutino desta Capital, deparei-me com um telegrama de Goiânia em que se esclareciam algumas providências tomadas pelo Estado em prol da educação primária. Trata-se da criação no Estado de mais 6 grupos escolares em diversas cidades estaduais. Entre estes, para ser beneficiado, se achava ...”

“Rio, 12 de setembro de 1944.

Saudosa Mãe,

(...)No que diz respeito a alguns tópicos da vossa carta fiz algumas referências com uma franqueza condenável e por isso quero reportar-me ao que disse para amenizar a atitude que na ocasião tomei. Refiro-me à pessoa do nosso parente ... Na minha carta de ontem disse que o assunto não me interessava. Trata-se, entretanto, de notícia referente a um parente que, embora nunca me tenha distinguido com a sua consideração, sou obrigado a referir-me ao caso com mais dignidade e em atitude compatível com a minha educação. Além disso, trata-se de meu tio, em cujas veias corre parte do sangue daquele a quem muito estimo e cuja lembrança tenho no mais profundo respeito – o meu querido pai. Postei-me mal e por isso retifico o que disse. Se assim não procedesse iria macular a conduta daquele ente de quem origino e homem cuja personalidade sempre hei de venerar...”

“Rio, 17 de fevereiro de 1945.

Minha Mãe,

(...) Há poucos dias escrevi ao Dito alguma coisa sobre meus estudos e pedi a ele que vos transmitisse o que lhe escrevera. Reservei, porém, a meu ver, o melhor para vos comunicar diretamente. Eis que o momento esperado surgiu, naquele dia, de maneira algo satisfatória. Lá na Faculdade onde fora ver o resultado do concurso de habilitação par ingresso na mesma vi apreensivo o resultado final afixado na Portaria. Inicialmente tive receio de ler a lista, porém, logo resolvi fazê-lo. Fui aprovado e, relativamente bem classificado. Foi quase indescritível, naquele momento, a satisfação que tive ao ver o nome entre os primeiros da lista dos aprovados. (...) Quando penso que me deparei com candidatos preparadíssimos é que vejo o fruto dos meus esforços, dos meus sacrifícios e das minhas noites mal dormidas...”

“Rio, 24-12-45.

Saudosa Mãe:

Escrevo às vésperas de 25 de dezembro e por isso não poderei deixar de formular os meus sinceros votos para que passeis com todos um feliz Natal e Ano Novo.

(...) Para mim, não obstante as dificuldades e preocupações a que tenho enfrentado, este fim de ano não é dos piores porque vejo, de certo modo, todos os meus esforços coroados de êxito. Venci mais uma etapa. Tem sido longa a jornada. Caminhos íngremes e sinuosos, mas que aos poucos vão sendo palmilhados. Não me têm faltado perseverança e boa vontade e assim vou vencendo, aos poucos, a jornada a que me propus trilhar. Só com dificuldades saberemos dar valor aos nossos empreendimentos. Há quase 10 anos que daí parti e, à frente eu só vislumbrava obstáculos e um objetivo distante que se confundia com o horizonte das ilusões. Havia, contudo, em mim, a esperança e uma vontade de vencer. Era o ano de 1936. No meu íntimo, lutas terríveis eram travadas, pois só via embaraços. Tudo me era adversidade quando, na manhã de 26 de fevereiro, resolvi partir e assim aconteceu. Venci dolorosamente a distância que nos separa e, agora, graças a Deus, acabo de vencer mais uma jornada com o término do Curso de Ciências Econômicas. Quando entrei para a Faculdade tinha a certeza de chegar até o fim. Consegui-o, felizmente. É uma vitória que muito me agrada. No dia 29 do corrente será o término oficial do curso de cerimônia protocolar: missa e colação de grau. É pena que não estejais presente para que maior fosse a minha satisfação. Querida Mãe, já venci parte do meu caminho. Falta-me, agora, vencer o resto. Creio que só me faltam 4 anos, estes na Faculdade de Direito. Espero que não me falem, ainda desta vez, a força de vontade e perseverança, valores que considero essenciais. Fui transferido, recentemente, para o Ministério da Justiça ... O filho J. R. Leal".

"Rio, 9/4/48.

Minha Mãe:

(...)Agradeço-lhe a comunicação que me foi feita quanto à posse do Prefeito e dos componentes da Câmara Municipal. Fiquei satisfeito e espero que de agora em diante todo o esforço dos nossos se concentre no futuro de nossa terra que muito espera de seus filhos no sentido de fazê-la progredir sempre. É tempo de deixar de lado divergências e tudo quanto dificulte o nosso progresso. Para tanto é mister que todos se harmonizem e tenham como único objetivo o nosso futuro, que será o amanhã de Dianópolis. Creio que já vos comuniquei, mas caso não o tenha feito esclareço que já fui nomeado e já estou empossado no cargo de Oficial Legislativo da Câmara dos Deputados. Por hoje, recomendações a todos. P.S. Atenderei o vosso pedido anterior. Se precisardes de outros remédios podeis avisar-me com a possível urgência. Do filho João.”

“Rio, 30//1949.

Minha Mãe:

(...) Em carta vos dei notícias de minha viagem de Dianópolis até Barreiras. Encontro-me, de novo, neste ‘rebolicho’ tormentoso que é como considero a chamada ‘Cidade Maravilhosa’. Ainda me sinto sob o peso da saudade que sinto de todos e de tudo quanto aí deixei. São oito horas da noite e aqui estou: no meu quarto onde tenho também minha pequena mesa de estudos. Até agora não tive coragem de abrir um livro sequer, pois só me lembro desses felicíssimos dias que aí passei, num convívio salutar com todos os nossos que outra coisa não fizeram senão me cumularem de gentilezas as quais, sou o primeiro a reconhecer, nem sempre por mim merecidas. É sobremodo profunda a gratidão que nutro pela distinção que me dispensaram. Estou até sem inspiração para escrever, pois ainda me encontro dominado por essa dor mental a que chamamos tão apropriadamente saudade. Sou muito sentimental e nesses

momentos de emoção faltam-me palavras próprias que me permitam traduzir fielmente o meu pensamento. (...) Não sei quando terei outra oportunidade de retornar a essa terra querida onde passei agora os dias mais felizes de minha vida. Peço a Deus que me ajude a repetir esta viagem. A todos um saudoso abraço. Do filho João.”

“Rio, 19/2/49

Minha Mãe,

(...) Há poucos dias remeti ao Dário, por intermédio de Braga, 4 blusas, sendo uma para Nadir, Mariquinha, Guiomar e Dizinha e mais um corte de seda para Nadir e o remédio de Guiomar. (...) Outrossim, segundo voz prometi, devo ratificar, agora, a promessa feita, isto é, que em maio começarei a remessa de importância que represente um pouco do esforço e boa vontade de minha parte em voz ser útil em alguma coisa. Esta contribuição será mensal. A farei de todo o coração pois acredito que já servirá para minorar um pouco vossas dificuldades...”

“Rio, março 9/1949.

Minha Mãe,

(...) Quanto à impressão que tive de Dianópolis e que me solicitais, devo dizer-lhe que ótima sobre uns aspectos e péssima sobre outros. A parte que mais me decepcionou foi a de verificar a indolência de nossa mocidade que não se dedica a qualquer atividade; disso decorre a proliferação de vícios e entre estes a bebida que infelizmente, e com pesar, vi que aí é quase generalizado. Tive mesmo a dolorosa impressão, ou melhor, convicção, de verificar que até algumas moças bebem. Isto é deplorável e deixa ao visitante péssima impressão... No dia 27 deste devo viajar para Belo Horizonte de onde regressarei segunda-feira, dia 28, pela manhã. Vou fazendo parte de uma

caravana de... e deputados. Não irei como membro oficial da caravana – que é política – e sim como observador, pois não pretendo assumir compromissos políticos. Estou, todavia, designado para falar no banquete que nos será oferecido pelo Dr. Negrão de Lima, Prefeito de Belo Horizonte. Falarei em nome dos estudantes para agradecer a acolhida que nos será dispensada. Boa passagem aérea, estadia no melhor hotel, tudo de graça, mereço alguma coisa, não é verdade? Por hoje é só. Abençoe o filho = João =.

“Rio, março, 18/49.

Minha Mãe,

(...) Quanto ao assunto relativo à paulista peço-lhe me permita nada dizer ainda; a pessoa que lhe fez a indicação (sei quem disse) foi muito precipitada. Tenho estado por aqui em fases mais adiantadas, nunca, porém, comprometido e acho mesmo difícil que tal aconteça. Sou muito exigente nesse assunto, mais do que aparento ser. Além disso, este problema é muito sério e não posso cair assim nas primeiras águas. Já não estou na fase de sonhos e ilusões. Sou muito cético em matéria daquilo que chamam amor e por isso é que procuro ser prático e objetivo. Efetivamente, devo dizer-lhe com toda lealdade, não é qualquer moça que me servirá para futura companheira. Ainda não me preocupa o problema de casamento e quando chegar o momento porei à prova aquela que me interessar. Gosto muito de liberdade e independência e o casamento, sob certos aspectos, me será um entrave, razão porque o tenho evitado.(...) O momento de agora ou pelo menos do fim do ano em diante é para que eu não lhes falte com minha assistência, pois, graças a Deus, estou bem empregado e já não tenho grandes obstáculos pela frente, financeiramente falando. Não tenho nada, mas o meu ordenado é suficiente para eu viver mais tranqüilo e menos preocupado...”

“Rio, abril, 16, 1949.

Minha Mãe:

(...)Até agora tudo corre normalmente e esperamos que as solenidades de nossa formatura se realizem no dia 5 de novembro próximo. As despesas gerais com estas solenidades, até o momento, atingem a cifra de Cr\$ 260.000,00, dividida entre todos os bacharelandos. Isto me privará de fazer quaisquer outras despesas este ano, o que me impossibilitará voltar aí no fim deste ano conforme era meu desejo. Não sei mesmo quando poderei aí retornar, não obstante a minha vontade de fazer, anualmente, uma visita a essa nossa querida terra. O certo é que não poderei ir aí agora em 1949-1950. Além disso, preciso trazer o 'Ed'²¹ para cá e ele consumirá, mensalmente, pelo menos Cr\$ 1.000,00, pois acredito não esteja em condições de desempenhar, inicialmente, qualquer emprego e a vida aqui se torna, dia a dia, mais cara. Outrossim, de maio em diante, começarei a remessa do auxílio que lhe prometi...".

"Rio, julho 15/49.

Dário,

(...) Por aqui tudo normal. O Souza Porto, que aqui se encontrava, seguiu para Goiás a 12 deste com o João d'Abreu, isto depois de aqui tratar de interesses ligados ao norte goiano. Ele, o Abreu e eu trabalhamos um pouco; não sei se seremos compensados. Aqui continua fervendo a política da sucessão presidencial. Segundo os primeiros prognósticos, parece que PSD, UDN e PR marcharão juntos para o pleito, enquanto do outro lado se colocam as forças que, ultimamente, batizaram de 'populistas', isto é, PSP e PTB, com Getúlio Vargas e Ademar de Barros. Embora nunca me tenha referido a questões políticas com o Abreu, e o faço por uma questão de coerência para comigo mesmo, acredito que ele esteja no último grupo. Creio que a pugna

²¹ Referia-se ao irmão Edward Rodrigues Leal.

vai ser renhida, pois enquanto de um lado se colocam os atuais partidos majoritários, do outro estão, também, duas forças altamente significativas com Getúlio e Ademar, dois homens que desfrutam, não há negar, de grande prestígio popular, embora com orientação que a mim me parece até certo ponto duvidosa. Não há de definitivo qualquer certeza da união Getúlio-Ademar, mas os fatos me levam a crer que há possibilidade de os mesmos marcharem juntos, se os partidos majoritários continuarem com a política que estão adotando. Claro que esta minha observação nada traduz, pois não sendo político, não estou em condições de expender conceitos desta ordem. É, todavia, a opinião de um pequeno observador; creio que me é lícito expender meu parecer sobre o que vejo, não é verdade? As 'sereias' já devem estar cantando por aí, não? Cuidado com elas; não assuma compromissos político-partidários sem um profundo e meditado exame da situação. Não é conselho que lhe dou, mas sugestão, pois é ainda muito cedo para se tomar qualquer deliberação nesse sentido. Certo? Futuramente vocês terão melhores oportunidades para uma decisão...Do irmão = João = P.S. Depois de escrita esta recebi sua carta de 24/6. Quanto à consulta, no que diz respeito ao partido a que você se filiou, você deve agir como lhe ditar sua consciência. Nestes casos ela será sua melhor conselheira. Aliás este é um assunto em que não me imiscuo e você conhece, naturalmente, meu ponto de vista nesse sentido."

"Rio, 1/9/49

Minha Mãe,

(...)Peço-lhe falar ao Dito que a verba da estrada está difícil, pois está incluída no regime de economia. Ele, como Prefeito, deve fazer um longo e minucioso ofício pedindo ao Sr. Presidente da República que mande aplicar este dinheiro atendendo às dificuldades com que luta o nosso sertão. É a única saída que temos. Quanto ao resto vai bem. Vou aguardar a vinda

do Dito²² em novembro para que ele receba pessoalmente o auxílio para o Grupo Escolar...”

“Rio, 17 de outubro de 1949.

Minha Mãe:

Peço a Deus que vos dê saúde com todos os dessa nossa boa terra. Com a ajuda divina vejo que se aproxima o momento de ver os meus esforços coroados de êxito. Em 4 matérias, das quais já sei a nota da última prova escrita, passei independentemente de exame oral. Falta, apenas, saber a nota de uma que é Direito Civil. Creio que estarei livre de oral nesta também, pois na primeira prova parcial tirei a nota máxima, isto é, 10. Creio, assim, que não foram em vão os sacrifícios por que passei e pelo menos uma coisa hei conseguido com o término do curso: um exemplo aos nossos, aos quais oferecerei o prêmio da minha jornada. Tudo fiz para não desmerecer a confiança daqueles que em mim a depositaram e a vós especialmente cabe o prêmio desta vitória conseguida com dificuldades e dissabores. Só sinto que neste dia não me encontre junto a todos os nossos para que todos compartilhassem da satisfação que me anima, conforta e me dá forças para as lutas do futuro...Graças a Deus venci esta primeira etapa; espero, agora, vencer a segunda que é a vida profissional...Junto, segue um resumo das solenidades até agora estabelecidos. Como se trata de uma solenidade que só ocorre geralmente uma vez na vida, estou fazendo questão de compartilhar de todos os atos. Só não o farei se vierem outras despesas, pois já não disponho de recursos. Espero que as despesas parem onde estão...”²³

²² Refere-se ao então Prefeito de Dianópolis, Benedito Póvoa.

²³ Da programação das solenidades de formatura dos bacharelados de 1949 da Faculdade de Direito do Rio de Janeiro constava a Missa de Ação de Graças para o dia 3 de novembro de 1949, quinta-feira, às 11 horas, no Altar-Mor da Igreja da Candelária. A Colação de Grau se deu

Num telegrama de 4.11.49 consta a seguinte redação:

“Momento solenidades minha formatura não poderia silenciar satisfação me envolve pt Transmito assim abraços todos os nossos essa vitória que não é minha mas povo Dianópolis pt João Leal”.

“Rio, novembro 24/49.

Minha Mãe,

Hoje lhe passei, via Natividade, um telegrama em que falava sobre a nossa estação de rádio. Creio que o assunto está resolvido, o que, acredito, muito servirá à nossa gente...”

Noutro telegrama, de **26.11.49**, consta:

“Estou bem pt Acabo resolver caso rádio Dianópolis pt Técnico e operador seguirão breve montagem estação que funcionará dentro poucos dias pt Abraços João Leal”.

“Rio, novembro, 30/49.

Minha Mãe,

no dia 5 de novembro, sábado, às 21 horas, no Teatro Municipal, tendo como Paraninfo o Professor Ary Azevedo Franco. No dia 5 de novembro, domingo, às 16 horas, foi o Culto Evangélico no Templo da Igreja Cristã Presbiteriana, na Rua Silva Jardim, nº 23, Praça Tiradentes, Rio. No dia 7 de novembro foi descerrada Placa Comemorativa do Centenário de Ruy Barbosa, no recinto da Faculdade. O Baile de Gala foi no dia 10 de novembro, quinta-feira, às 23 horas, nos salões do R. S. Clube Ginástico Português, com a Orquestra: W. Spilman. Traje: Civil – *smokin* ou casaca; Militar – traje de gala. Os dianopolinos Benedito Póvoa e Coquelin Ayres se fizeram presentes àquele evento no Rio de Janeiro.

(...) Estive ultimamente em S. Paulo e mais recentemente em Belo Horizonte, onde fui me encontrar com Dito, Irene e Herculina. O que se passou durante as solenidades de minha formatura e estadia em Belo Horizonte melhor vos dirá o nosso amigo Dito. Ele será a melhor carta. Passei o dia 29 do corrente (Domingo) com eles em Belo Hte., onde conversamos bastante. Neles eu via a nossa gente. Não é muito certo, mas é bem provável que eu passe por aí no início do próximo ano. O Abreu convidou-me para fazer, com ele, uma excursão pelo norte do Estado e diz que faz questão da minha companhia. Não resolvi ainda em virtude de o Congresso Nacional já estar convocado para o próximo dia 16 de janeiro. O ano passado consegui aquelas férias rápidas, mas agora não sei se as conseguirei. Se eu for com o Abreu talvez ficaremos aí apenas um ou dois dias, pois teremos que percorrer todos os municípios do norte do Estado, em avião especial...”

“Rio, 26/12/49.

(...)Não viajei, ainda, em virtude de não ter resolvido em definitivo, os casos do nosso município, nesta Capital. Logo os tenha resolvido, viajarei. Nosso itinerário será: Goiânia, Planaltina, Formosa, Posse, S. Domingos, Arraias, Taguatinga, Dianópolis, Natividade, Porto nacional, Pedro Afonso, Filadélfia, Tocantinópolis. Daqui voltarei a Carolina (Maranhão), de onde regressarei ao Rio. O Abreu ficará em Tocantinópolis e daí irá a Araguacema, Miracema, Itaguatins, Araguatins, regressando depois por outros municípios. Na volta pretendo voltar pela rota marítima, quando, então, espero passar na Bahia (Salvador) para dar um abraço no Alexandre²⁴ e Romilce...”

Seis anos depois, encontramos um bilhete do Advogado e Oficial Legislativo, datado de 18 de junho de 1954,

²⁴ Refere-se ao médico, Dr. Alexandre Leal Costa, filho de Dianópolis, a respeito de quem tenho inédito o livro “O grande Alexandre Costa”.

onde o nosso protagonista parece ter resolvido se envolver mais diretamente com as questões eleitorais:

“18/6/54.

Minha Mãe,

(...)A 9 de julho estarei aí com a caravana política das oposições; a 29 deste seguirei para Porto, Tocantínia, Miracema, Pedro Afonso e outros municípios voltando a 9 de julho a Dianópolis de depois ao Rio...”

“Em 5/4/58

Minha Mãe,

No próximo sábado, 12, irei a Goiânia, não só assistir a convenção do PSD mas na esperança de encontrar alguém de Dianópolis e de outros municípios. Não sou candidato a nada, mas aproveitarei a oportunidade para rever alguns amigos e conhecer melhor o andamento da política em nosso Estado, principalmente o comportamento dos homens. Reputo a decisão a ser tomada naquela convenção de capital importância para os interesses do Estado, daí a razão pó que desejo assisti-la... Meu endereço; Rua Quitanda, 3, sala 514 ou Câmara dos Deputados(Orçamento)”.

“Em 12/4/58

Minha Mãe,

Aí vão os remédios relativos à receita do Dr. Manoel. Sinto a incompreensão da nossa gente. Dificilmente obteremos outro médico igual a este. Contudo, seja o que Deus quiser. Abraço a todos. Do filho =João=“.

“Em 7 de junho de 1958.

(...) Estou pensando em ir até aí por ocasião da inauguração da Usina, o que espero se dará até fim de julho. Já despachei para Dianópolis toda a parte hidráulica e na próxima semana seguirá a elétrica. Trata-se de material de primeira; todo ele importado diretamente da Alemanha. Certamente o Joca²⁵ providenciará a montagem imediata tão logo chegue aí o material. Da Alemanha só falta vir a parte do equipamento telefônico entre a usina e a cidade. Vamos ter uma usina de primeira ordem. Posso dizer sem medo de errar que será a melhor do norte do Estado. Teremos energia de sobra e a cidade poderá ficar iluminadíssima. Creio que será nossa Dianópolis mesmo mais bonita à noite que durante o dia. Por hoje vou terminar enviando recomendações a todos os nossos. Do filho = João =.

Com a Capital Federal já transferida para o planalto central do Brasil, as cartas continuam preocupadas com Dianópolis, almejando sempre melhores tempos:

“Brasília, 15 de janeiro de 1962

Minha Mãe,

Ontem mandei o Abelino a Goiânia para ver o resultado do diagnóstico relativo aos dois doentes trazidos pelo Dr. Francisco. Infelizmente, o resultado do exame comprovou ser poliomielite. Ontem, ainda, para melhor comprovação, telefonei ao Secretário de Saúde para melhor esclarecimento. Ele ratifica a informação. Eram 23,30 hs. Entramos em entendimentos. Possivelmente, no avião de 3ª ou 5ª irá outro médico para preparação da vacinação geral em Dianópolis a verificar-se entre 20/21 do corrente. Tenho feito tudo quanto está ao meu alcance. Já me sinto esgotado, pois não consigo sequer dormir, tamanha tem sido a minha preocupação. Confio, porém, em Deus que nos

²⁵ Prefeito de Dianópolis, João Joca Leal Costa.

há de resolver este momento de atribulações por que passamos. Um abraço a todos. Do filho =João=”.

“Brasília, 5 de novembro de 1964

Minha Mãe,

(...) a idade vai cansando a gente... Faltam-me poucos anos para a aposentadoria. Aposentado, passarei um período aí, outro aqui, viajando um pouco para compensar, na velhice, o que não me foi possível fazer na mocidade. Este é agora meu objetivo... Espero que o futuro não me faça mudar de orientação... Interessante: hoje completo 15 anos de formatura. Para mim é uma data significativa.”²⁶

“Brasília, 26 de junho de 1966

(...) No momento estou sem empregada. Saio para o trabalho às 9 da manhã e de lá retorno entre 8 e 9 da noite. Tenho trabalhado exaustivamente. Não fora assim, não poderia ter ajudado o Edward e não lhe poderia atender agora...”

Já aposentado no começo do ano de **1967**, no dia **04 de junho** do mesmo ano se vê convidado a assumir a direção do Banco da Amazônia S.A, o que será tratado em Capítulo próprio.

Escreve ele:

“Minha Mãe,

²⁶ Não sabia o Dr. João Leal que, assim que chegasse o tempo de se aposentar na Câmara dos Deputados, nova missão o aguardava: ser um dos Diretores do Banco da Amazônia S.A. E depois se casaria, constituindo bela família.

O assunto do Banco voltou à baila inesperadamente. Fui chamado ao Palácio do Planalto, onde me informaram que o meu nome fora escolhido. Efetivamente, no mesmo dia 1º/6, o Chefe do Gabinete do Ministério do Interior me comunicava, do Rio, que meu nome acabava de ser recomendado ao Ministro da Fazenda. No dia 2, seguinte, fui apresentado aqui em Brasília, ao Ministro do Interior, General Afonso Albuquerque Lima e ao Presidente do Banco, Dr. Francisco de Lamartine Nogueira. Após alguns entendimentos, ficou acertado que viajarei para Belém no próximo dia 11, domingo. Deverei tomar posse e entrar em exercício na 2ª feira, dia 12. Segundo me informou o Presidente do Banco, deverei dirigir a carteira de Administração-Geral. Será mais uma experiência que adquirirei, se tudo der certo. Estou resolvido a aceitar o cargo como homenagem ao nosso Estado e à nossa Terra. De Belém, dar-lhe-ei outras notícias. Desta feita, não descerei em Dianópolis, pois o vôo será direto Brasília-Belém. Com suas preces, abençoe o filho =João= P.S. A patente criando a agência do Banco do Estado já se encontra em Goiânia; na próxima semana seguirá funcionário para escolher o local para instalação da agência. Parabéns a todos. Verso. Minha velha Mãe: Deus tem me ajudado. Já estava no conhecimento de que irão à minha posse as seguintes pessoas; Dr. José Fleury; Dr. Tyrso Rosa (Presidente da Caixa Econômica Federal-Goiás); Dr. Issy Quinan; Dr. Adayl Santana. Ontem, às 23,30 horas, me telefonou o Deputado Jales Machado, pai do Governador, declarando-me ter recebido de Otávio Lage recomendação para representa-lo na minha posse. São distinções que me confortam e estimulam.”

Depois de já ter assumido a Diretoria e Superintendência do Banco da Amazônia, de Belém-PA, escreve:

“Belém, 05 de julho de 1967

Minha Mãe,

(...) Estou bem, não obstante fustigado pelo calor que é

intenso... Junto uma página de jornal de Porto Nacional, com noticiário sobre a posse.”

Dando um salto no tempo:

“Brasília, 22 de março de 1978.

Minha Mãe,

Recebi convite das religiosas para as bodas de prata do Ginásio a serem celebradas em julho próximo.

Lamento não ter estado aí por ocasião dos festejos de São José. Ainda me recordo de sua iniciativa do ano passado, quando houve aquela missa que tanto entusiasmo despertou em nossa família, especialmente pelo sentido de confraternização e solidariedade demonstradas no cumprimento de uma promessa que foi por todos acolhida.

É ainda voltado para São José, nosso padroeiro e exemplar chefe da Sagrada Família, que espero dele as graças ...”

“Brasília, 13 de maio de 1980.

Minha Mãe.

Há poucos dias lhe escrevi e eis que volto a fazê-lo. A Sr^a. Dirá que estou escrevendo demais. Na última carta deixei de falar sobre dois casos:

1º. – Telefone – Tão logo receba o carnê, a Sr^a deve me comunicar para os pagamentos, inclusive a partir de janeiro último.

2º. – Um convite – Sua Santidade o Papa João Paulo II deverá chegar a Brasília no próximo dia 30 de junho. Parece-me uma excepcional oportunidade para a Sra. vê-lo, embora de longe.

Segundo anunciam, a chegada será às 8 horas da manhã no Aeroporto de onde seguirá para a Catedral onde será celebrada missa campal na Esplanada dos Ministérios. Creio que a Sr^a. Poderia fazer uma forcinha para vir. Aqui não haverá despesas para a Sr^a. A passagem eu pagarei.

Aguardando sua resposta, aceite recomendações dos meninos e da Carmen. Esta viajou ontem para Belém para tratar de assunto relacionado com uma casa que tem em Belém. Não deverá demorar. Abençoe o filho – João.”

Brasília, 11 de julho de 1980

Minha Mãe:

Recebi sua carta de 7 do corrente.

Escrevi-lhe antes de ontem, remetendo-lhe umas revistas sobre a vinda de S. Santidade o Papa ao Brasil...

Ah! A Senhora me deu uma boa nova sobre o serviço da nossa casa! Será que desta vez vai? Isto me tem aborrecido bastante. Enfim, creio que chegará o dia em que, indo a Dianópolis, encontrarei o serviço todo pronto, conforme compromisso de Dário.

Ao regressar de Belém, espero encontrar cartas suas dando-me notícias de tudo e de todos. É que tenho um apego demasiado aos meus e à minha terra. Gosto dessa terinha e ainda mais dos meus, tudo isso objeto de minhas preces todos os dias. E isto para mim é um alento...”

Passou o mês de julho/80. Em nova carta à sua genitora, diz o Dr. Leal:

“Brasília, 02 de agosto de 1980.

Eis-nos de novo em Brasília. Regressamos de Belém no dia 30 último. Carmen e as crianças aproveitaram bastante a praia todos os dias pela manhã e à tarde. Os meninos estão prontos para a segunda jornada escolar. Na próxima segunda-feira, começa a luta que vai das 7 da manhã até as 18,40hs...

“Brasília, 17 de outubro de 1980.

Minha mãe:

Recebi hoje sua carta de 13 do corrente. Às vezes, fico a pensar: como estão rápidas as cartas de hoje. Quando me lembro da minha aventura, não raro recebia cartas com mais de seis meses. E quando estava em Niterói essa demora era costumeira. Por falar em rapidez de comunicação, como está a situação dos telefones em Dianópolis? O que tem feito a Telebrasil?

Neste fim de ano, estamos com trabalhos e preocupações redobrados. O João Afonso está num curso preparatório para exames de admissão para o Colégio Militar de Brasília. Isto o tem obrigado a estudar duplamente. Pela manhã, no curso de preparação e, à tarde, no Colégio, onde estuda normalmente. Cancelamos as aulas de esporte por absoluta falta de tempo para a frequência das mesmas. A Maria de Fátima vai indo bem, graças a Deus, sempre tirando boas notas. Ambos fazem espontaneamente os deveres, sem necessidade de a gente estar em cima ou a recomendar os deveres.

Por sua vez, o Rogério está concluindo o 2º ciclo e já se preparando para o vestibular, que será feito em São Paulo, onde já está inscrito. Salvo engano, parece-me que está regularmente preparado...”

“Brasília, 28 de maio de 1981.

Tomamos, Carmen e eu, parte na realização, este mês, de mais um encontro de casais com Cristo. É sempre oportuno e gratificante tomar parte nesses encontros. Este último foi o quarto em que colaboramos. Creio que Dianópolis bem precisa de um encontro desta natureza.

Há poucos dias, conversando com um amigo do Banco do Brasil, este me assegurou que, entre outras agências, figura a de Dianópolis, cuja instalação dependerá, certamente, de trâmites burocráticos. É ajuda de São José, nosso Padroeiro, que tem velado por nossa terra. Se me for possível, darei um pulo até aí no próximo mês de julho..."

Brasília, 05 de junho de 1984,

Minha Mãe,

"(...) Gostaria que a Sr[. Consultasse tio Culeu sobre as sugestões que ele deu sobre o Cinema, isto é, sobre as partes da casa a serem reformadas e os preços respectivos. Vale dizer: em quanto ele estima ficarão os serviços na base do que ele sugeriu. Tenho, também, pressa dessas informações, para melhor me orientar. Do Filho João."

VIII

GALGANDO DEGRAUS EM NOVA FASE: OS CONCURSOS, AS UNIVERSIDADES E OS BACHARELADOS

Como visto no Capítulo anterior, estávamos no final de 1940 e o nosso *grande homem* queria alçar vãos do Regimento Militar ao qual fora grato e onde fez habitação e carreira com patentes que lhe acenavam chegar ao topo dos coronéis engalanados. Deixaria a Caserna nos próximos anos. Para traz ficaria a praça fortificada que o acolheu e que foi servida por ele, um sertanejo cívico. Poderia, enfim, dizer como o apóstolo Paulo, que *combateu o bom combate e carregaria a fé*.

Ei-lo a dizer a sua verdadeiro vocação, que era a vida civil:

“Eu já pensava àquela altura, em deixar o Regimento, onde, não obstante a boa vontade existente, pressentia a possibilidade de ver meus estudos dificultados. Comuniquei este meu temor ao Comandante do Regimento, que me concedeu imediatamente os dois períodos de férias. Pretendia, nesse tempo,

encontrar uma solução para meu caso. A esse tempo, já havia me submetido às provas do concurso do DASP e acreditava num resultado satisfatório. Não se sabia, entretanto, quando sairia o resultado final. Diziam-me que provavelmente no primeiro semestre de 1941. Isto não se ajustava ao meu programa, pois estava disposto a enfrentar os exames de Pedro II e não perder a terceira oportunidade.

Lembrei-me, então, de procurar o Sargento Ary Pereira da Silva, que conhecera em 1938, quando juntos cursávamos o Centro Especial de Transmissões do Exército. Naquela época ele servia em São Paulo, Jundiaí, se não me engano. Atualmente trabalhava no Serviço de Bases e Rotas Aéreas, funcionando no Ministério da Guerra. Resolvi procurá-lo e expor-lhe minha situação e pretensões. Chefiava o Serviço o Coronel Eduardo Gomes, a quem o Ary ficou de falar. Ali voltei alguns dias passados, ocasião em que fui apresentado ao Coronel. Havia a possibilidade de eu ser transferido para o Contingente do serviço Meteorológico da Aeronáutica, subordinado ao Serviço de Bases e Rotas Aéreas. Era preciso, entretanto, o “Concordo” do meu Comandante de Regimento, o que não me seria difícil uma vez que o Coronel Dermeval já estava a par de minhas pretensões. Consegui-o logo. Desta vez não preciso ir à Diretoria! O Coronel Eduardo Gomes, juntando o “Concordo”, encaminhou um ofício, por intermédio do Diretor de Aeronáutica Militar, então General Mendes de Moraes. Poucos dias depois, saiu a transferência. Fiquei satisfeito.

Concluídas as férias, apresentei-me ao Regimento, onde recebi ofício de apresentação ao meu novo destino, isto em 12 de dezembro. A Verdade é que não fiquei no Contingente e, sim, no próprio Serviço de Bases Aéreas. Com expediente somente à tarde, tinha certeza de que poderia enfrentar os exames no Pedro II, sempre realizados à noite.

O Ary foi, efetivamente, um grande companheiro.

Sempre calado, porém muito eficiente no trabalho. Por sua vez, o Coronel Eduardo Gomes era de pouco falar. Gostava mais de ouvir.

Animado e tranqüilo, procurei desempenhar, com todo o interesse, as tarefas que me eram distribuídas. Trabalhava diretamente com o Ary.

Na ocasião dos exames, fui surpreendido com uma generosa medida. O Coronel, ciente do início dos exames, certamente por informação do Ary, chamou-me ao Gabinete e me interpelou sobre o assunto. Após ouvir minha explanação, disse-me que eu estava dispensado do serviço até conclusão dos exames. Vale dizer, uma semana para dedicar-me aos estudos.

Concluídos os exames, e nos mesmos aprovado, retornei ao serviço, comunicando o resultado ao Ary e ao Coronel. Ambos me animaram. Tratei logo de me matricular na 4ª série regular do Pedro II. O curso ginásial completo era de oito anos, isto é, cinco da primeira etapa e três da segunda. O regime do art. 100 permitia que o candidato fizesse três anos de uma vez. Foi o que fiz. Embora dispusesse de tempo para estudar, continuei na expectativa quanto ao concurso a que me submetera no DASP.

Em 20 de janeiro de 1941, fora criado o Ministério da Aeronáutica. O Serviço de Bases e Rotas Aéreas mudou-se em seguida para, dependências localizadas no Aeroporto Santos Dumont. Ali passei a trabalhar diretamente com o Coronel Eduardo Gomes, em mesas que ficavam frente a frente. Ao lado, também de frente para a mesa do Coronel, ficava o Major Valle, seu assistente. Aquela posição, entre dois oficiais, não me era cômoda e só me sentia à vontade quando os dois não estavam. Quando ali apareciam visitas, eu aproveitava a oportunidade para retirar-me e ficar mais à vontade. Recordo-me de algumas personalidades. Quando estas apareciam, o Major e eu nos retirávamos.

Com a criação do Ministério, os cursos que possuía davam-me relativas condições de progredir na carreira militar. Esta, entretanto, não representava meu objetivo.

Em abril saiu o resultado do concurso do DASP. Número relativamente grande de aprovados, entre os quais me encontrava. E as vagas? Era a indagação que me fazia. Por falar neste certame, lembrou-me de uma particularidade. Todos os candidatos foram submetidos a um rigoroso exame de saúde. Tive a impressão de que éramos verdadeiras cobaias para o serviço de Biométrica Médica. A mim me tiraram até líquido com uma agulha que me introduziram na nuca, além de uma série de outros exames, quando me sentia perfeitamente bem, tanto assim que o laudo final não acusou qualquer anormalidade.

Fazia normalmente a 4ª série ginásial, pois dispunha de tempo suficiente.

Em maio, fui nomeado para o cargo de escriturário do Ministério da Viação e Obras Públicas, mais precisamente para o Departamento de Correios e Telégrafos. Os vencimentos seriam inferiores aos que percebia como militar, com a contrapartida, porém, de enfrentar a vida civil com tranqüilidade. Mostrei ao Ary o Diário Oficial que trazia a nomeação. Fez-me algumas ponderações sobre minhas possibilidades no recém criado Ministério. Assim procedeu para proporcionar-me elementos para uma decisão segura quanto À opção final, opção esta aliás já muito sedimentada no meu espírito.

Fui depois ao Coronel Eduardo Gomes que também me fez algumas observações. Disse que compreendia o meu propósito e minhas razões, mas seria recomendável uma decisão ponderada de minha parte. Após meditar bem sobre as ponderações que me foram feitas, resolvi pelo pedido de exclusão da Força Aérea Brasileira e quando voltei a falar com o coronel já levava preparado o necessário requerimento. Mesmo de posse do

requerimento o Coronel Eduardo Gomes recomendou-me uma decisão final, com prudência. Dessa conversa dei ciência ao Ary, que me disse: Achei de meu dever fazer-lhe algumas ponderações, embora já soubesse qual seria sua decisão, tanto quanto mais tenho observado você sempre demonstrou desejo de voltar à vida civil.

Dia seguinte, voltei ao Coronel a quem comuniquei que mantinha o propósito de ver encaminhado o requerimento. Fui atendido, manifestando-me, na ocasião, o desejo de que eu fosse bem sucedido na vida civil.

Passados uns dias, indo ao Gabinete do Ministro Salgado Filho, o Coronel Eduardo Gomes tomou conhecimento de que o parecer do Diretor da Aeronáutica Militar era contra meu licenciamento. Certo é que não prevaleceu o parecer, pois dia 7 de junho foi deferido o requerimento.

Antes de desligar-me, o Coronel Eduardo Gomes entregou-me uma carta de recomendação ao Coronel Landry Sales, então Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos. Creio que, com esta carta, ele visava uma lotação que me fosse favorável. De fato, poucos minutos após entregar a carta de recomendação, recebi instruções para dirigir-me ao Serviço de Pessoal da Diretoria Geral. No mesmo dia fui submetido aos exames médicos, com a recomendação de ali retornar no dia seguinte. Quando ali me apresentei, foi me comunicado que a posse estava marcada para o dia 11 de junho. Levei o fato ao conhecimento do Coronel Eduardo Gomes a quem agradei a valiosa ajuda e apoio que sempre me deu, pois somente assim eu teria tido condições para levar avante meu objetivo. A verdade é que a ele muito devo na luta pela vida. Sua compreensão humana, sua elevação de espírito, sua retidão, seu caráter ilibado sempre constituíram para mim, nas horas boas ou adversas, um exemplo a seguir.

No dia marcado, tomei posse e assumi o cargo para o qual fora nomeado, iniciando, assim o retorno à vida civil.

Chefiava o Serviço (SRP-2) o Dr. Antônio Cavalcante Vieira da Cunha e a Seção Administrativa o Dr. Nelson Rezende. Este fora Juiz de Direito do Acre, posto em disponibilidade e posteriormente aproveitado no Departamento dos Correios e Telégrafos, como Oficial Administrativo.

Embora péssimo datilógrafo, procurei desempenhar, com interesse as tarefas que me eram distribuídas. Não obstante desagradável aquele trabalho e até mesmo sem razão de ser diante das matérias exigidas no concurso, continuei a executá-lo com toda a boa vontade. Em verdade não era datilógrafo, nem a datilografia constara do concurso. Interessava-me, sobretudo, tempo para estudar e este eu o tinha. Assim, o tédio daquele trabalho era compensado, à noite, com as aulas do Pedro II.

Algum tempo depois, sem esperar, passei à disposição do Gabinete do Dr. Vieira da Cunha, cujo Secretário, Alberto Ferreira, era impressionantemente meticoloso. Todo o expediente da Seção Administrativa destinado ao Gabinete passava pelo seu crivo. Nesse trabalho, era auxiliado por seu sobrinho Joel Ferreira Dias, então acadêmico de direito. Vi muitos processos devolvidos para melhor exame e apreciação. Aprendi muito naquele Gabinete e, em pouco tempo, conhecia toda a mecânica da Seção e do Serviço, que superintendia os serviços de pessoal de todo o Departamento.

Com dois anos de exercício, eu assumia a Chefia do Setor de Extranumerários, que abrangia a Direção Geral e Diretorias Regionais. Substituí, naquela função, o Colega Augusto Pereira de Souza, designado para o Serviço de Censura Postal, criado em virtude do estado de guerra em que nos encontrávamos com três chamados países do Eixo. Na passagem pelo Departamento, conheci, além de outros, o Wilson Azevedo e

Silva, aqui expressamente nomeado em virtude de circunstâncias adiante expostas. Havia, na minha turma, uma funcionária que desejava ser transferida para outro Ministério, do qual era oriunda. O Wilson pôs-me a par daquela pretensão, e que estava disposto a ajudá-la. Esclareceu-me que poderia fazê-lo, valendo-se de amizades que mantinha no Ministério, inclusive do Diretor de Pessoal. Disse-lhe que completasse a sua cooperação, arranjando-me um substituto para a servidora. A funcionária foi transferida. Tive a compensação de dois outros.

Passado algum tempo, o Diretor Regional de Goiás, Dr. Cid Müller, convida-o para chefiar o serviço pessoal da Diretoria. Estávamos em 1944/45. Aceitou o convite. No exercício das funções, em virtude de instruções emanadas da Turma, houve, entre nós, algumas trocas de cartas, não raro um pouco fortes. Estes fatos, ao invés de acarretarem distâncias entre nós, aproximaram-nos cada vez mais, culminando, anos mais tarde, com a ida do mesmo, após deixar aquelas funções e voltar para o Rio, para Dianópolis, minha terra natal, conforme relato que será feito no momento oportuno.

Com seu retorno ao Rio, continuou no SRP-2, com tarefas ligadas mais ao serviço externo, principalmente com a Diretoria Geral e Ministério.

Foi morar na Rua das Laranjeiras. Eu residia na Avenida Pedro II, São Cristóvão, desde os tempos do C.P.O.R. Com argumentação convincente sobre facilidade de transportes e outras vantagens, convenceu-me para ir morar com o ele em Laranjeiras. Ambos estudávamos. Mudei-me. Achei-o desorganizado. Era livro por toda a parte, espalhados pelo quarto. Mas, coisa interessante! Aquilo que, para mim, era desorganização para ele era ordenação. Mesmo naquela babel de livros e papéis, ele encontrava tudo que queria com extraordinária facilidade.

Havia um restaurante na Direção Geral, onde fazíamos

nossas refeições. Sugeriu-me, então, que deveríamos mudar ou melhor modificar nosso regime de alimentação. Fiz a experiência. Desisti poucos dias depois. Esta convivência solidificou nossa amizade.

No Pedro II, meus estudos corriam normalmente. Em fins de 1942, conclui o 5º ano ginásial. Dois anos depois, já com trinta anos, quase trinta e um, terminava o clássico. No final de 1942 ou início de 1943, o Ministério da Educação anunciava que aquele tivesse o concluído o 5º ano ginásial pelo regime anterior poderia prestar exames vestibulares, entre outras, para Faculdades de Ciências Econômicas. Procurei informar-me sobre as matérias exigidas para o vestibular e quais as que faziam parte do curso, que era, então, de três anos. Meu objetivo era o curso de direito, mas para este, eu teria de concluir o clássico. Achei que deveria aproveitar aquela oportunidade. As matérias poderiam servir-me, futuramente, quando tivesse que enfrentar o curso jurídico. Submeti-me ao vestibular. Fui feliz e matriculado no 1º ano.

Tive, com o novo curso, que enfrentar três frentes: repartição, Pedro II e Faculdade. Nesta, tive meus primeiros encontros com matérias de direito, economia e finanças, o que muito me valeu no curso jurídico e, posteriormente, para um outro de extensão na Universidade de Bolonha, Itália.

Das matérias estudadas, uma houve, cujas aulas, me deixou agradável impressão. É que aqueles ensinamentos não se harmonizavam com o que se passava no Brasil. A matéria: Direito Constitucional. Professor: Oswaldo Trigueiro, hoje Ministro do Supremo Tribunal Federal. Ele, com sabedoria e elegância, nos transmitia a disciplina e sua prática nos diversos países. Foi naquela época que começou a germinar em mim a semente da insatisfação quando ao quadro reinante no Brasil. À medida que avançava no estudo da matéria, ia-me envolvendo num círculo de profunda desilusão. Esta se agravava com o estudo de outras

matérias. Cheguei a pensar que o Brasil estava “deitado eternamente” não em “berço esplêndido”, mas num berço cercado de espinhos que o impediam de levantar-se. O correr dos anos modificou esta impressão.

Em 1944, concluía o clássico, enfrentando em 1945, o vestibular para o concurso jurídico. Continuei com as três frentes, pois o de Economia só conclui no fim deste ano.

Estava com 31 anos. 1945 foi ano politicamente agitado. Logo no início, uma entrevista do Ministro José Américo de Almeida, ainda em plena ditadura, advogava o retorno do país, à democracia. Foi uma bomba, que estremeceu os alicerces do Governo. Suas palavras percorreram o Brasil. Surgiu a candidatura de Eduardo Gomes. Atônito, o Governo não teve outro caminho senão dar os primeiros passos as eleições.

Naquela confusão política, entro para a Faculdade de Direito. Fui eleito, como representante do 1º ano, para o Diretório Acadêmico. Os alunos veteranos se empolgavam com a mudança política que se processava. Não raro se esqueciam dos livros. As reuniões do Diretor se transformavam em pandemônio. Os divisores de água já limitavam os campos. Políticos anistiados. Entre estes Luiz Carlos Prestes e outros comunistas. Embora calouro na Faculdade, pude verificar como os vermelhos surgiram de uma hora para outra. No Diretório apresentavam proposições inadmissíveis. Queriam dominá-lo. Adotavam a tática do cansaço a fim de que os membros contrários às suas pretensões se retirassem. Utilizavam de todos os processos para que as reuniões fossem tumultuadas. Por descuido o comodismo de alguns companheiros do Diretório, tiveram algumas vitórias. Os membros do Diretório contrários àqueles processos escusos, resolvemos fazer-lhes frente decidida e passamos a infligir-lhes derrotas uma após outras. Já no 2º ano, minha turma, assumia as rédeas do Diretório, do qual fiz parte até a conclusão do curso, com o Manoel Alvarenga Martins, além de outros. Mas os comunistas não

renunciavam suas pretensões. Tumultuavam tanto as reuniões que um dia chegou a haver um entrevero com a Polícia Especial, conhecida pelos quepes vermelhos. Esta do lado de fora da Faculdade e os estudantes na parte interna, já com o grande portão de ferro fechado. Na Secretaria, que ficava de frente para a Rua do Cadete, houve vidros quebrados, tanto nas janelas quanto nas mesas. Foi necessária a intervenção de professores. Só assim se pôs termo à confusão.

Na Faculdade, os campos estavam delineados. Havia brigadeiristas, dutristas, plinistas, e fiuzistas. Eu me incluía, com outros colegas, na primeira corrente. Os fiuzistas, na realidade, comunistas, queriam confusão. Em breve, aliados aos trabalhistas, inventaram o “queremismo”, que significava “Constituinte com Getúlio”, vale dizer: continuismo. Esqueciam-se de que as Forças Armadas estavam moralmente comprometidas com a redemocratização do País e o “queremismo” desejava era nada menos que um golpe, anulando providências eleitorais já estabelecidas.

Na repartição também os campos se definiram, não obstante a apreensão de uns e o temor de outros. Evitaram comentários políticos. Não seguiam o mesmo comportamento quando se tratava de futebol.

Realizaram-se as eleições. Venceu o candidato pessedista, General Eurico Gaspar Dutra, que contou, no final, com o apoio dos trabalhistas. O Presidente Dutra realizou, a meu ver, um grande governo, principalmente considerada a transição da ditadura para a democracia.

Nos correios e Telégrafos, não obstante o tempo disponível para os estudos, a função exercida era demasiadamente absorvente. Resolvi pleitear transferência para o Ministério da Justiça, isto já no final de 1945. Em dezembro, por decreto do Presidente Linhares, fui transferido. No dia 3 de janeiro

seguinte, deixei a chefia da Turma de Extranumerários, mas somente no dia 9 tomei posse e entrei em exercício, sendo lotado no Departamento Federal de Segurança Pública. Deixei boas amizades nos Correios e Telégrafos, comprovadas pelas manifestações recebidas de várias Diretorias Regionais, dos colegas, dos meus chefes imediatos, inclusive do Diretor-Geral, Coronel Landry Sales.

No Ministério da Justiça, permaneci poucos mais de dois anos. Nesta fase já havia concluído o Pedro II e a Faculdade de Ciências Econômicas. Dediquei-me sem prejuízo do serviço no setor administrativo em que trabalhava e da Faculdade de Direito, ao preparo para os concursos para Oficial Administrativo do Serviço Público e Oficial Legislativo da Câmara dos Deputados, Saí-me bem ambos.

Na Faculdade tudo correu bem até o término do curso em 1949, quando as provas foram antecipadas. Foi a Turma Rui Barbosa. Passei em todas as matérias, sem necessidade de me submeter aos exames finais. A 5 de novembro colava grau, com os demais, no Teatro Municipal. Consegui meu objetivo - o curso jurídico."



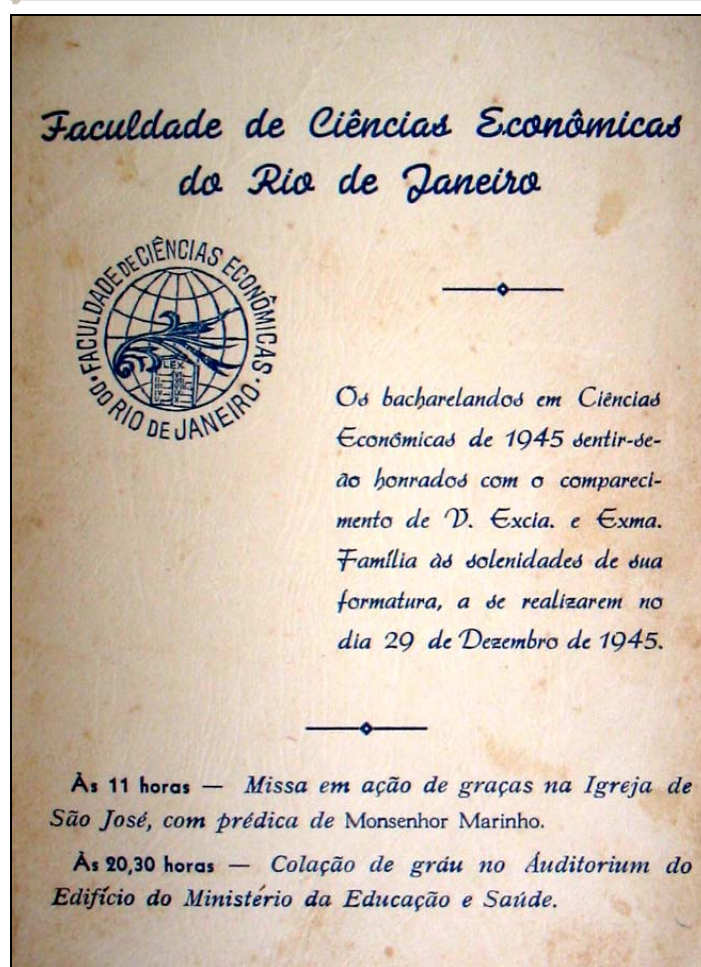
“Tratamos o Alvarenga e eu do registro de nossos diplomas.

Até chegar a este ponto, muitos sacrifícios foram enfrentados. No Pedro II, embora em situação satisfatória nos estudos, a verdade é que nem sempre podia enfrentar as mensalidades e o resultado era o acúmulo de mensalidades atrasadas. O regime era de duas provas parciais e exame final para quem não lograsse média suficiente para aprovação naquelas provas. Ocorreu comigo, o Alvarenga e vários outros o fato de chegarmos às provas sem esta quitação com a Tesouraria. O aluno não podia fazê-las sem esta quitação. Para nós o pagamento constituía o obstáculo em virtude da falta de recursos. Apelávamos para o Secretário Dr. Otacílio Pereira. Intransigente, não abria mão da exigência, mas nos apresentava uma sugestão: um pedido, devidamente formalizado, ao Diretor do Colégio, Professor Raja Gabaglia. Este era, de certa forma, muito temido. A necessidade todavia, não raro elimina o temor e lá, no Gabinete do Diretor, acumulavam-se os requerimentos. As provas se aproximavam. Era o momento das audiências em conjunto. Enquanto o Diretor falava, repreendia e quase gritava com sua voz tonitruante, muitos, no seu momento precioso, apenas balbuciavam suas necessidades, suas dificuldades. Do Diretor caía toda a máscara do homem duro, intransigente para, no seu lugar, aparecer o homem que realmente era, de grande coração. Sobretudo amigo dos alunos em dificuldades. No final, todos eram atendidos. Quase sempre eram dispensadas uma, duas, três e até mesmo todas as mensalidades, segundo a convicção do Diretor, para cada caso. Fui sempre atendido, pagando, somente, aquilo que me fosse possível. Além das mensalidades do Colégio, tinha as da Faculdade, que não as dispensava, razão por que me valia da generosidade do Professor Raja Gabaglia que, justiça seja feita, nunca deixou um aluno interromper os estudos por falta de pagamento ao Colégio.

Em algumas matérias tive dificuldades. Entre estas, a

Física, Química e Matemática. Arrependi-me, até hoje, de não ter cursado o inglês, substituindo-o, por opção, pelo grego.

Na Faculdade de Ciências Econômicas, concluí o curso em 1945, encerrando, assim, mais uma frente."



“Na Faculdade de Direito, a par de relatos já feitos, tive, também, algumas senões. Em Finanças e Economia Política, não tive dificuldades. Eram matérias já estudadas na outra Faculdade. Nos anos seguintes, porém tive outras novidades. Fiz um curso regular com os professores Sady de Gusmão(Direito Civil), Oscar Tenório (Direito Internacional), Oscar da Cunha (Processo Civil), Ary de Azevedo Franco (Processo Penal), além de outros. Não me sentia bem em duas matérias, não obstante as boas notas conseguidas. Estas disciplinas eram Direito Penal, com o Professor Roberto Lira e Medicina Legal, com o Professor Hélio Gomes. Nunca tive simpatia pela primeira, não obstante a excelência do mestre que a manejava com sabedoria e arte. A segunda, ligada à primeira, não me despertava entusiasmo. O Professor Hélio Gomes não se conformava em ficar somente na parte teórica. Exigia, de quando em quando, a presença dos alunos no necrotério do Instituto Médico Legal. Isto para mim era um martírio. Não me alimentava e ficava dias e dias amargurado, principalmente quando ocorria uma autópsia. Tudo aquilo ficava no meu espírito, inclusive a presença daqueles cadáveres congelados.

Durante o curso tive oportunidade de presenciar dois concursos para catedráticos. O primeiro foi para Direito Constitucional. Candidato: Afonso Arinos de Melo Franco. Banca exigente, mas o candidato saiu-se brilhantemente. O outro concurso foi para Direito Romano, em que não menos brilhante foi o candidato Ebert Chamoun, hoje Desembargador do Estado do Rio de Janeiro.

Em fins de 1949, conclui o curso, sem enfrentar os exames finais, pois minhas notas nas provas parciais proporcionaram médias acima do necessário para aprovação. Durante o ano, houve concurso para orador da turma Bela Tertúlia. Ganhou-a Laércio Pellegrino, hoje brilhante criminalista.

Como paraninfo da turma, foi escolhido o Professor Ary

de Azevedo Franco, mais tarde Ministro do Supremo Tribunal Federal e já falecido. Em comemoração ao nascimento de Rui Barbosa, exames e formatura foram antecipados. Foi a turma Rui Barbosa, cuja colação de grau se verificou no dia 5 de novembro, antes, dia 3, houve missa solene na Candelária. Foram solenidades que calaram profundamente o meu espírito.

Com o Alvarenga (Manoel Martins), que já era solicitador, providenciei a expedição do diploma e posterior registro do então Ministério da Educação e Saúde.”



IX

NO ALTO ESCALÃO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Dr. João Leal passava em todos os Concursos que prestava, como vimos. Optou, contudo, pelo da Câmara dos Deputados – Parlamento das Leis Nacionais, onde iria trabalhar por sua terra amada, por Taguatinga, cidade que recebeu o Hospital e a Agência de Correios e Telégrafos graças à sua intervenção; por Porto Nacional, do qual foi um dos articuladores na dotação orçamentária para a construção do *Colégio Sagrado Coração de Jesus*. Por outras cidades citadas do Norte, enfim.

Conta-nos ele:

“Com minha ida para a Câmara dos Deputados, consolidei meus contatos com o Deputado João d'Abreu. Este tinha um escritório com o Dr. José Júlio Guimarães Lima, então Promotor e atualmente Procurador Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Resolvemos o Alvarenga e eu montar um escritório na

Rua Quitanda, mas a despesa, mesmo dividida, era um tanto forte. Consultei o Deputado João d'Abreu se não desejava um escritório mais próximo da Câmara. Acrescentei-lhe que já dispunham de uma sala da qual ele poderia fazer parte e nos ajudar das despesas de aluguel, que seriam, então, divididas por nós três. Aceitou e ainda com vantagem para mim e o Alvarenga, pois o Deputado tinha telefone. Nessa época, uma convivência direta tornou mais sólidas nossas relações de amizade. Acredito mesmo, modéstia à parte, que de nosso esforço conjunto resultou bons frutos para Goiás, especialmente para a região de onde nós somos filhos. Entre estes, está o encaminhamento de colegas e amigos meus para magistratura goiana, como o Manoel Alvarenga Martins, Wilson de Azevedo e Silva, Manoel Luiz Alves, Kisleu Dias Maciel e outros.

Em 1948, precisamente a 3 de março, fui nomeado para o Quadro da Secretaria da Câmara dos Deputados, em virtude de concurso. Poucos dias após, saía a nomeação para Oficial Administrativo na área do Executivo, também em virtude de concurso que havia prestado. Optei pela Câmara, por razões financeiras. Fui lotado na Seção do Expediente, então chefiada por Silva Reis. No início, não nos entendemos bem, situação logo contornada pelos Dr. Adolpho Gigliotti, Diretor Geral e Dr^a. Paula Lopes, Vice-Diretora, vez que me assistiam razões no caso daquele desentendimento. Em síntese: o Chefe fazia jornalismo valendo-se da posição que ocupava e o resultado era sempre prejuízo para o serviço.

Um ano decorrido, em virtude da movimentação de pessoal, fui transferido para Diretoria de Orçamento, sob a direção do Dr. Ângelo Lazary Guedes. Presidia a Comissão de Finanças o Deputado Horácio Lafer. O Dr. Lazary, excelente chefe e profundo conhecedor dos serviços da Câmara dos Deputados, adotou, na Diretoria, naturalmente de acordo com o Presidente da Comissão, um sistema de trabalho que servia de estímulo aos seus subordinados ao mesmo tempo em que neles despertava e inculcia

elevado senso de responsabilidade. Consistia o seguinte: os projetos distribuídos à Comissão, antes de serem encaminhados aos relatores, eram destinados aos funcionários. Estes, após pesquisa sobre a matéria objeto da proposição, elaboravam uma informação da qual constava tudo quando obtivessem a respeito do assunto. Não opinavam, mas proporcionavam aos relatores, com a informação, razoáveis subsídios para elaboração dos pareceres. A praxe deu ótimos resultados, além do estímulo e espírito de responsabilidade inculcados nos servidores informantes que se dedicavam à tarefa com redobrado esforço. Familiarizei-me com o sistema e, de maneira especial, com a elaboração orçamentária, uma das principais atribuições da Comissão de Finanças e da Diretoria.

Paralelamente, meu relacionamento com o Deputado João d'Abreu se tornou mais objetivo. Bem entrosado nos trabalhos orçamentários, preparava as emendas e as submetia à assinatura do Deputado. O resultado é que várias emendas eram aprovadas, especialmente no que diz respeito a obras educacionais, assistência social, inclusive hospitalares. Deste entrosamento, surgiu o Hospital de Taguatinga, vários grupos escolares, auxílios e subvenções a várias instituições, além de prédios para agências do então Departamento dos Correios e Telégrafos. Evidentemente que, para o êxito dessas iniciativas, eu procurava cada um dos relatores das várias partes no orçamento geral, obtendo, quase sempre, resultados satisfatórios.

A área de atuação do Deputado João d'Abreu era muito extensa e muitas as reivindicações. Resolvi, então, com relação a Dianópolis, apelar para outros parlamentares, aliviando aquele deputado, sobre o qual concentrei, de maneira especial, parte relativa ao Ginásio e ao Instituto de Menores, cuja continuidade coube, depois, a outros parlamentares, inclusive o goiano Deputado Wagner Estelita.

Uma outra necessidade se apresentava: um prédio

para a Agência Postal Radiotelegráfica. Enquanto aquelas providências eram tomadas, medidas preliminares foram concretizadas para construção do prédio, ainda na gestão de Paulo Roriz na Diretoria Regional. O prédio teve sua construção iniciada e concluída na gestão de Dario Rodrigues Leal, como Prefeito.

(...)

Já naquela época Benedito Póvoa e eu pensávamos em iluminação para Dianópolis. Como medida inicial e a fim de despertar nos habitantes o interesse pela iluminação elétrica adquirimos no Rio de Janeiro um pequeno motor a óleo. Ensaio precário, mas que serviu para ponto de partida para a futura usina, que será objeto de relato à parte, em lugar oportuno.”

Para melhor caracterizar estas e outras realizações, confira o histórico dos tantos benefícios obtidos para Dianópolis no Capítulo que trata da **Vida e Obra** do Dr. João Leal.



Dr. João Leal e um casal de amigos no Rio de Janeiro.

X

O ACIDENTE

Era o ano de 1953, mês de janeiro. Na Câmara dos Deputados o nosso Oficial Legislativo ia muito bem, com a expectativa da destinação das verbas aprovadas para a construção do Ginásio, atual Colégio João d'Abreu em Dianópolis.

Interessou-se em aprender pilotar avião. Havia trabalhado no Serviço de Bases e Rotas Aéreas da Região Militar do Rio de Janeiro, onde ia bem na carreira no final dos anos 30. Agora queria o *brevê* – diploma conferido aos que terminam o curso de aviação. Quem sabe um dia poderia comprar o pequeno avião e vir pelo menos até Barreiras-BA, na divisa com sua terra, já que naquela época chegar a Dianópolis por via terrestre às vezes demorava, como vimos, até uma semana, atravessando rios em balsas e estradas vicinais, sem malha rodoviária.

Inteligência brilhante e invejável conquistador dos conhecimentos, talvez fosse invejado também...

O motor do avião ia ser ligado pelo piloto que o acompanharia em mais um treino pelo espaço, nos céus do Rio de

Janeiro, vendo a Baía da Guanabara, o morro da Urca, o Pão de Açúcar, enfim, a grande metrópole, capital do País e cidade maravilhosa.

João Leal ainda não havia entrado na aeronave. Estava em pé justamente na parte dianteira. O piloto o pediu para ajudar a manejar a própria hélice da aeronave, que não havia obedecido ao acionamento da ignição. João então rodou a hélice com as mãos e o motor deu partida, havendo um certa sucção pela turbina do aparelho.

Num átimo e instintivamente o Dr. João Leal levou o braço direito para proteger a cabeça do golpe da hélice.

A pancada o derrubou e o braço estava quase decepado, mas a cabeça genial estava salva.

Hospitalização de emergência ali mesmo na Aeronáutica, sendo em seguida transferido ao Hospital dos Servidores do Estado²⁷.

O Dr. Leal nunca apontou culpa a ninguém no caso, que tratou como mero acidente.

O braço foi sujeito a delicada operação médica, com ligamentos e intrusão de platina. Das suas pernas foram retiradas pequenas partes de osso para enxerto no braço, o que o obrigava a ficar com as pernas para cima, por recomendação médica, para também curar-se das cirurgias feitas nelas.

Por muito tempo João Leal carregou o seu braço engessado, sendo depois submetido a longo tratamento de fisioterapia.

²⁷ Esta internação no Hospital de Servidores do Estado nos foi informada pelo Prof. Osvaldo Póvoa no *Prefácio*.

Foi nessa época que ele *alfabetizou* o seu braço esquerdo, a duras provas. Aprendeu a escrever com a mão canhota, tendo assim redigido uma carta para a mãe D. Diana Leal, onde chamava a atenção para que os Colégios ensinassem seus alunos destros a escreverem também com a mão esquerda e vice-versa, de modo que fez da sua dor mais uma lição de vida para todos nós...

XI

VIDA E OBRA DO DR. JOÃO RODRIGUES LEAL

Anteriormente a 1988, bem antes da criação do Estado do Tocantins, o Dr. João Rodrigues Leal iniciou – em 1966 – a redação de um trabalho, cuja bela peça literária nomeou apenas como *“Uma Síntese dos Eventos Para Cuja Realização Dei Minha Contribuição”*.

Modesto e recatado, diz ele:

“Contribuição simples, mas fruto do amor que sempre dediquei e dedico à minha terra.

É pequena parcela que talvez possa ser acrescida ao somatório de quantos lutaram e lutam para dias melhores para essa terra tão sofrida e necessitada.

Para concretização de tais eventos, declaro ter sempre contado com o apoio e colaboração das autoridades e do povo de DIANÁPOLIS que, num alto e sadio espírito de compreensão, viam, antes de tudo, sem qualquer coloração partidária, o interesse

coletivo, o interesse do município.

A todos meu agradecimento.

João Rodrigues Leal”.

“1. CORREIOS E TELÉGRAFOS

Dianópolis tinha, apenas, a Agência Postal, que funcionava no prédio de propriedade do esposo da Agente.

Carecia de tudo. As correspondência ali chegavam com muito atraso e levadas pelos chamados **condutores de malas** montados a cavalo ou mesmo a pé.

No Rio de Janeiro, cheguei a receber cartas com seis ou mais meses de atraso.

Maria Vivina Fernandes Rodrigues era a Agente, coadjuvada por seu esposo Augusto Rodrigues de Santana.

Quando entrei para ao quadro de funcionários dos Correios e Telégrafos, pude sentir as dificuldades dos serviços postais, mormente para o longínquo Estado de Goiás, principalmente para o nordeste do Estado.

A criação de uma estação radiotelegráfica foi um dos meus objetivos. Esta criação esbarrava sempre na dificuldade de obtenção de radiotelegrafista, com a agravante de falta de verba, uma constante na época nas repartições públicas, principalmente

para as sedeadas no interior do país.

Morava no Rio de Janeiro Elizeu de Freitas Cavalcante, que já havia passado por Dianópolis, onde se casara e ficara viúvo. Sugerí-lhe que estudasse radiotelegrafia pois, no futuro, ele poderia ser aprovado.

Após alguma resistência, aceitou minha sugestão.

Era meu propósito pleitear não somente o prédio para a Agência Postal, mas dotá-la também dos serviços telegráficos, objetivos estes pelos quais vinha a tempos trabalhando.

Era Diretor Regional dos Correios e Telégrafos em Goiás o Dr. Paulo Roriz cuja colaboração foi para mim muito valiosa.

Certa feita, como Prefeito de Dianópolis, chega ao Rio de Janeiro Benedito Póvoa. Fora a convite do deputado João d'Abreu com o objetivo de obter recursos para a aplicação na prefeitura. Com ele fora, também, o Prefeito de Taguatinga, Justino José de Almeida. Ali permaneceram. Vários dias e nada receberam.

Eu já integrava o quadro de funcionários da Câmara dos deputados.

Assisti, pessoalmente, a luta do deputado João d'Abreu para conseguir recursos para aqueles prefeitos por ele convocados. Havia dotações inscritas no Orçamento Geral da União, mas a liberação não saía, não obstante o esforço do deputado. Era uma situação de constrangimento. Eu já havia, na época, me entendido com o Diretor-Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, junto ao qual defendi a criação e instalação dos serviços radiotelegráficos em Dianópolis. Por uma feliz coincidência, o Diretor-Geral fora meu chefe anteriormente na

gestão do Coronel Landry Sales Gonçalves à frente do Departamento.

Preveni o Elizeu Cavalcante sobre a possibilidade de o mesmo retornar brevemente a Dianópolis, como radiotelegrafista.

Numa tarde, desiludido, chega-me à Câmara dos Deputados Benedito Póvoa. Disse-me que ali estava para se despedir, pois viajaria no dia seguinte. Estava acabrunhado. Esclareceu-me que não sabia o que dizer à sua gente quando retornasse a Dianópolis de mãos vazias, pois nada obtivera.

Diante da receptividade que observei no departamento quanto à minha pretensão, perguntei a Benedito Póvoa como ele encararia a possibilidade de obter, para Dianópolis, uma estação radiotelegráfica. “Ah! se a obtivesse seria uma satisfação que daria a nossa gente.”

Falei-lhe que, para tanto, teria que suspender a viagem no dia seguinte, enquanto eu providenciasse a solução do assunto. Que aguardasse, no hotel, minha comunicação. Sua fisionomia não demonstrava confiança no que lhe propusera. Esclareci-lhe, então, que já havia encaminhado o caso, cuja solução me parecia bastante favorável.

Ficou mais calmo e já demonstrava um pouco de esperança.

Dirigi-me, em seguida, ao Departamento. Fui logo recebido. Requisitado o processo, este veio com a minuta do ato de criação da estação da estação e um memorando à Diretoria do Material. Ambos os documentos foram assinados. Ali mesmo dei o nome de Elizeu, cujo ato de admissão fora preparado e assinado.

Estava, assim, resolvido o problema. Restava-me, agora, o entendimento com a Diretoria de Material, que forneceria

todo o equipamento. Tudo pronto, fiquei de levar o Prefeito no dia seguinte para assinar o termo de responsabilidade e recebimento da estação, cuja carga fora feita para a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, em Goiânia.

Telefonei para Benedito Póvoa e marcamos encontro, que se deu em seguida. Mostrei-lhe cópia de toda a documentação.

No dia seguinte, recebemos o material que foi despachado pela Panair, via Barreira, Bahia.

Benedito Póvoa era outro. Era todo alegria, entusiasmo.

Com o esforço decisivo do Dr. Paulo Roriz, Diretor Regional em Goiás, efetivou-se a inauguração, em 18 de setembro de 1950, dos serviços radiotelegráficos da Agência de Dianópolis.

A primeira comunicação me foi feita pelo próprio Dr. Paulo Roriz, seguindo-se-lhe as de meu irmão Dario Rodrigues Leal, de Benedito Póvoa, que se encontrava em Goiânia, e o Dr. Alexandre Leal Costa, de Salvador, Bahia.

Foram dias de satisfação para mim, vendo concretizado o objetivo pelo qual vinha lutando.

Este final de 1950 ainda me trouxe maior alento, quando, em 28 de dezembro, o Dr. Paulo Roriz me comunicava a assinatura, naquela data, do contrato para construção do prédio da Agência de Dianópolis, fato que vinha consolidar a luta que me achava empenhado.

Coube a Dario Rodrigues Leal a execução das obras do prédio, ficando, pois, a cidade e a Agência com o prédio próprio e que bem atendia às necessidades do generoso povo de

Dianópolis.

A dotação inicial, com o andamento das obras, não foi suficiente, daí ter apelado para o deputado Wagner Estelita que apresentou emenda que foi aprovada para conclusão da obra, ficando, assim, definitivamente resolvido o caso do prédio.”



Agência dos Correios e Telégrafos de Dianópolis, situada na **Av. João Rodrigues Leal**.

“2. HOSPITAL SÃO VICENTE (Sociedade São Vicente de Paulo)

E eu sentia, pela experiência do passado, a necessidade da presença de médico em caráter permanente em minha terra.

A Prefeitura, carente de recursos, não tinha condições de arcar com as despesas decorrentes do contrato de um médico que se prontificasse a ir para o interior, para uma cidade como Dianópolis.

Os órgãos públicos, estaduais ou federais, não demonstravam qualquer disposição para enfrentar o problema, não obstante o sentido social e humano da medida.

A situação em Goiás era tão séria que o governo do Estado se viu obrigado a criar uma espécie de Serviço Itinerante de Saúde, que percorria as regiões desassistidas, levando médicos, dentistas e medicamentos. Era uma espécie de injeção de bálsamo para confortar os habitantes das regiões percorridas.

Quando sai de Dianópolis, então São José do Duro, médicos só existiam em Natividade e Barreiras, Bahia, localidades

mais próximas.

Em fins de setembro de 1926, meu pai foi acometido de séria enfermidade. Minha mãe teve que mandar uma pessoa de confiança, em viagem urgente, a Natividade, relatando em carta ao Dr. Quintiliano Luiz da Silva o que ocorria com o meu pai. Pedia medicamentos e orientação.

O Dr. Quintiliano atendeu prontamente ao solicitado, manifestando, porém, sua preocupação de que a medicação não chegasse a tempo face a gravidade do estado de saúde de meu pai, conclusão a que chegou pelo relato epistolar que lhe fora feito. Meu pai falecera a 07 de outubro.

Na década de 1930, meu tio João Rodrigues de Santana Filho adoeceu gravemente. Resolveu ir pessoalmente para Natividade em busca de tratamento. Foi e não voltou. Ali faleceu.

Dr. Frederico Nunes da Silva, médico e filho de Natividade, então residindo no Rio de Janeiro, de quando em quando, fazia uma viagem a Natividade. Quando no seu percurso estava Dianópolis, ali fazia uma parada. Atendia a grande número de consulentes, na maioria de graça, sem nada cobrar.

No Rio de Janeiro, eu repassava tudo isso pela memória, lembrando, com tristeza, da precariedade em que vivia minha terra.

Na década de 1950, entre outras, esta era uma das minhas preocupações.

Depois de muitas consultas, uma luz tênue surgia na minha esperança: havia possibilidade de obter recursos para um pequeno hospital a ser construído, se houvesse dotação orçamentária. O mesmo não ocorria com relação à obtenção de

médico, que se dispusesse a ir para o interior, mormente para um lugar desprovido do mínimo de infra-estrutura.

A obtenção de médico era o Calcanhar de Aquiles.

Diante da informação anteriormente obtida, consegui, por intermédio dos deputados João d'Abreu e Janduhy Carneiro, este da Paraíba, a inclusão no Orçamento da União de dotações para construção de um pequeno hospital.

Uma das minhas tentativas junto ao então Ministério da Educação e Saúde, fui informado de que haveria realmente a possibilidade de aplicar a dotação orçamentária na construção de um pequeno hospital, mas desde que no local existisse uma instituição privada de caráter social, sem fins lucrativos e que se responsabilizasse não só pela construção mas também pela manutenção.

Era mais outra pedra no caminho. O Ministério não assumia a responsabilidade pela construção, havendo, entretanto, a possibilidade de cooperar para a manutenção com pequena ajuda decorrente de dotações orçamentárias próprias. Havia boa vontade do Ministério, não obstante suas exigências: dotação orçamentária e instituição sem fins lucrativos. A dotação existia, mas faltava a segunda parte, desta decorrente a obtenção futura de um médico.

Eis que, por intermédio de Benedito Costa Póvoa, soube da fundação, em Dianópolis, da Sociedade de São Vicente de Paulo, iniciativa do Padre João Magalhães Cavalcante e de grande número dos habitantes locais, feita a eleição, foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, o próprio Benedito Costa Póvoa e Dario Rodrigues Leal.

Esta informação me deu novo alento para continuar a luta.

Sabendo da minha pretensão, meu colega de repartição, José de Carvalho França, ótimo desenhista, elaborou o projeto (planta) de um pequeno hospital. Encaminhei este projeto a Benedito Póvoa, pedindo-lhe que o examinasse e, se com o mesmo concordasse, me mandasse o orçamento da obra com preços e especificações, tudo acompanhado do ato da fundação da Sociedade e ata da eleição da diretoria.

Com estes dados em mãos, voltei ao Ministério da Educação e Saúde.

Aprovado o projeto com preço e especificações e com pedido da própria sociedade foi liberada parte da dotação orçamentária, sendo tudo encaminhando a Benedito Póvoa que supervisionou a construção da obra, esta a cargo de Herculano Costa Rodrigues.

Posteriormente, tendo sido apresentada a prestação de contas da primeira parte, foi liberado o restante para conclusão da obra.

O deputado João d'Abreu, enquanto exerceu o mandato, sempre destinou parte de sua cota de subvenções para a Sociedade de São Vicente, apoio continuado com os deputados Wagner Estelita e Janduhy Carneiro, da Paraíba.

Mas, concluída a construção, havia o problema do médico a ser resolvido. Disso tinha conhecimento o povo de Dianópolis.

Conversando com Osvaldo Rodrigues Póvoa, meu primo e estudante no Rio de Janeiro, este me informou que se dava com um estudante de medicina, também goiano. Ambos se conheceram no Restaurante do Calabouço, destinado a estudantes.

Osvaldo entendeu-se com o estudante goiano a quem

consultou se aceitaria, quando formado, ir para Dianópolis. O estudante: Manoel Dias Pinheiro.

Informou-me o Osvaldo sobre o entendimento mantido com o futuro médico e que o mesmo estava disposto a ir para Dianópolis. Diante dessa disposição levou-o até meu escritório, na rua da quitanda, ocasião em que acertamos algumas medidas preliminares.

Já formado, o Dr. Manoel me apresentou uma lista mínima de material e instrumento imprescindíveis para o início de suas atividades. Estive com o próprio Dr. Manoel na firma fornecedora por ele indicada e onde foi feita a aquisição sugerida. Este material foi despachado, via aérea, pela Cruzeiro do Sul.

Certa feita, fui a Dianópolis, com os deputados João d'Abreu, Napoleão Fontenelle, do Espírito Santo e Sigefredo Pacheco, do Piauí, este acompanhado de sua esposa.

Os dois últimos pretendiam ver a possibilidade de comprar fazendas, para tanto influenciados pelo deputado João d'Abreu.

O Dr. Manoel já se encontrava em Dianópolis e com ele o deputado Sigefredo Pacheco, médico, manteve boa conversação.

O Deputado Sigefredo, além de parlamentar, exercia sua atividade de médico conceituado, no Hospital dos Servidores do Estado.

Falou-nos o deputado Sigefredo sobre o Dr. Manoel, dizendo mesmo que o jovem médico deveria estar no Rio de Janeiro, campo propício para o exercício profissional tendo em vista a firmeza e competência demonstradas.

Confesso que senti grande satisfação com o parecer do deputado Sigefredo Pacheco, que chegou a dizer que Dianópolis estava de parabéns pela aquisição de um esculápio, moço ainda, mas detentor de apreciáveis qualificações.

Pouco depois, ausentei-me do Brasil e, no meu regresso, ainda no Rio de Janeiro, soube que o Dr. Manoel já havia deixado Dianópolis.

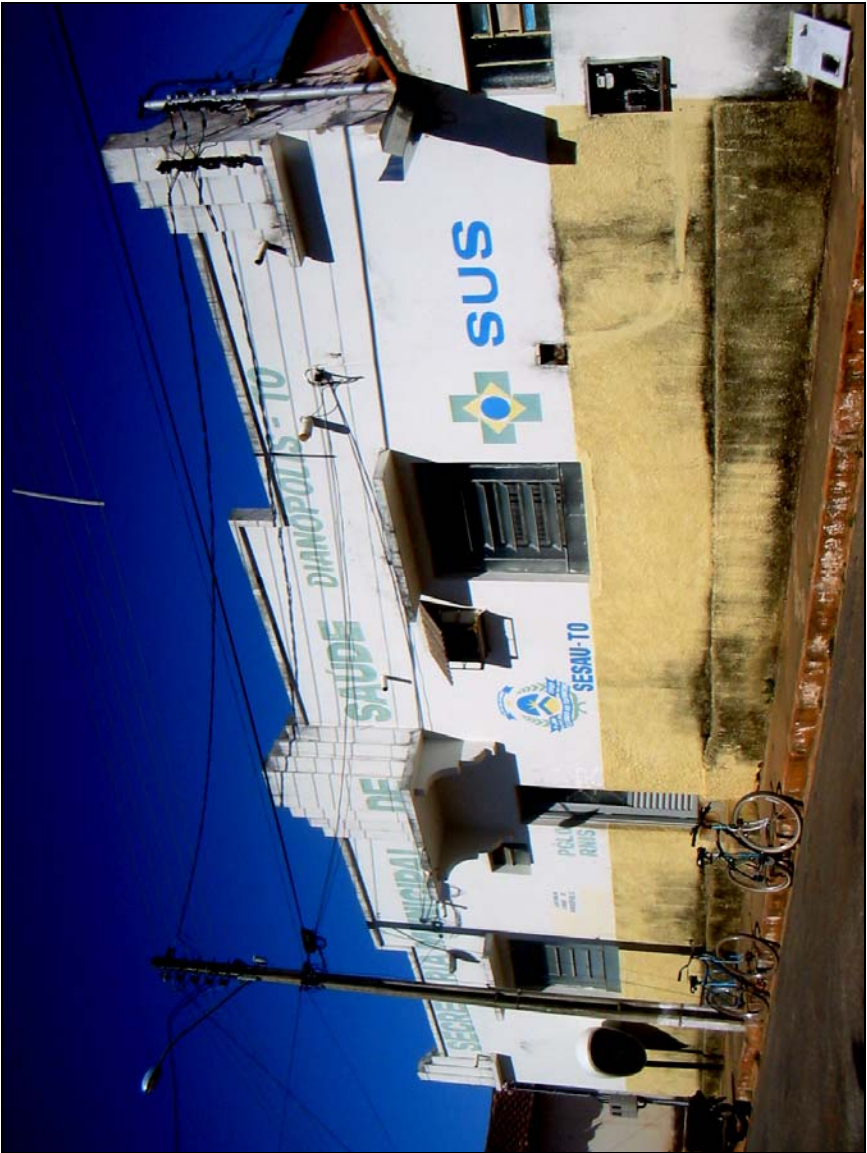
Foi uma desagradável surpresa para mim pois muito me havia empenhado na sua ida para Dianópolis. Ignoro as razões do seu gesto. Soube que ali seria substituído pelo Dr. Alceu Dias Pinheiro, seu irmão e também médico competente. Conheci-o quando fui a Dianópolis.

O Dr. Alceu ali permaneceu cerca de dois anos, período em que exerceu com proficiência sua profissão, sempre imbuído de um alto grau de sentimento e solidariedade humana.

O Dr. Alceu por estas razões e já também afastado de Dianópolis, creio que por motivos de ordem pessoal, granjeou a minha admiração e confiança e minha esposa foi por ele assistida na gravidez e parto, quando nasceu minha filha Maria de Fátima.



Paralelamente a este relato, outras providências foram tomadas com o objetivo de dotar Dianópolis de um posto de saúde e de abastecimento d'água, assuntos que serão objeto de resenha à parte."



Fachada do Hospital São Vicente de Paulo (Foto de janeiro/05)

“3. PONTE SOBRE O RIO PALMEIRAS

Sempre ouvia falar que a ponte sobre o Palmeiras era uma necessidade.

No município de Santa Maria de Taguatinga, minha tia Ana Custódia tinha uma fazenda denominada Poção onde, a seu convite, fui certa feita passar uns dias na sua companhia e dos meus primos Custódio Aires Leal e Confúcio, na intimidade, pois seu nome verdadeiro era Celso Aires Cavalcante, mais tarde meu compadre.

Pois bem, nessa ida ao Poção tivemos que atravessar o Palmeiras em pequena canoa e os animais a nado. Juntava-se a isso o medo que tínhamos pois logo abaixo do porto há uma grande cachoeira.

Tempos depois tive que enfrentar o Palmeiras nas mesmas condições, com meu primo Clidenor Rodrigues Valente. Íamos ao município de Taguatinga comprar açúcar nas vizinhanças da fazenda Jacu. Tudo correu bem, porém me ficou na lembrança estas duas peripécias, revividas com a reclamação de vários interessados nessa ponte, pois possuidores de fazendas ou simplesmente grandes áreas de terras no vizinho município.

Muitos anos decorridos, já no Rio de Janeiro, então capital do país, lembrei ao deputado João d'Abreu o desejo daquela gente e a necessidade daquela ponte, tendo ele me incumbido de preparar emenda ao projeto de orçamento da União na época oportuna. A emenda foi apresentada e aprovada.

Isso ocorreu quando Prefeito de Dianópolis meu irmão Dario Rodrigues Leal que não tinha outro interesse senão o de ver atendido o reclamo daquela gente. Cientificado da existência de dotação destinada à ponte, dirigiu-se a Goiânia exigindo de mim que ali fosse presente.

Atendi à sua convocação e juntos fomos ao 12º Distrito Rodoviário Federal, em Goiânia, então chefiado pelo Doutor Biolkino Pereira, que nos atendeu prontamente.

Compulsado o orçamento, ponderou-nos o Dr. Biolkino a dificuldade da ponte ser construída pelo D.N.E.R. (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), pois o deslocamento de pessoal, inclusive de engenheiro, exigiria maior numerário que a dotação existente. Sugeriu-nos, todavia, que o Distrito Rodoviário poderia examinar a possibilidade de firmar contrato com firma particular para a execução da obra, desde que se tratasse de firma idônea ou mesmo de pessoa física conceituada e capaz para o mister.

O Prefeito lembrou, diante dessa alternativa, o nome de Benedito Costa Póvoa, ex-Prefeito, sócio da Casa Póvoa e que gozava de alto conceito no município. A esta indicação manifestei pleno apoio.

Aceita a proposta, deu-se o início ao esboço do contrato, ficando o Prefeito Dario Rodrigues Leal incumbido de tomar as providências necessárias para que Benedito Póvoa estivesse, quanto antes, em Goiânia.

O Prefeito dirigiu-se imediatamente a Dianópolis de onde retornou com Benedito Póvoa, que se dispôs a executar a obra em vista do apelo, das razões e informações do prefeito.

Assim, fomos todos ao 12º Distrito. Ali foi elaborado projeto da ponte com as especificações necessárias e dentro dos recursos existentes.

Aprovado o projeto, inclusive com sugestões de Benedito Póvoa, foi o contrato assinado.

Fica ressaltada a grande compreensão e boa vontade do Dr. Biolkino, que muito contribuiu para concretização da obra tão esperada pelos habitantes do município.

Esta ponte de madeira serviu por vários anos, inclusive para a linha de ônibus procedente de Goiânia e, mais tarde, de Brasília.



“6. COLÉGIO JOÃO D’ABREU

Toda instituição tem sua história.
Muitos conhecem o Ginásio João d’Abreu.
Conhecem-lhe o nome, mas talvez não lhe conhecem as origens.

Nossa tentativa é precisamente a de buscar seu passado a fim de torná-lo mais conhecido. É com este propósito que ousamos, com falhas é claro, fazer um retrospecto deste estabelecimento de ensino, em cujo cerne se encontra o nome do casal Coquelin Aires Leal e sua esposa Custódiana Costa Aires.

Abordaremos o assunto em duas fases: a primeira, relacionada com os antecedentes e a segunda com a criação do Ginásio João de Abreu, atual Colégio João d’Abreu.

ANTECEDENTES:

Coquelin Aires Leal e João d’Abreu estudaram no Liceu de Goiás, na cidade Goiás, antiga capital do Estado de Goiás. Como estudantes do tradicional Liceu, por sinal o segundo estabelecimento de ensino do gênero no país, pois o primeiro foi o colégio Pedro II no Rio de Janeiro, já se preocupavam com o

futuro da região de onde procediam. Uma sólida amizade, que sempre permaneceu, não obstante os anos de ausência que os separaram. O primeiro foi concluir os estudos em Salvador, Bahia; o segundo dirigiu-se ao Rio de Janeiro, onde se formou em odontologia.

Reencontraram-se anos depois em Conceição do Norte. João d'Abreu percorria a região como profissional onde Coquelin, já então casado, residia com sua esposa Custodiana Costa Aires. Os dois relembrou seus propósitos, quando estudantes, quando estudantes, de se empenharem, naquilo que lhes fosse possível, para um futuro mais promissor para a região a que tanto amavam.

Infelizmente, por circunstâncias adversas, novamente ambos ficaram distantes um do outro. Coquelin, com sua esposa, viu-se forçado a mudar-se para o Estado da Bahia. Passado o período crítico que envolveu a região, a ela voltou em 1928, após duras e longas peregrinações. O casal retornou ao rincão natal com dois objetivos: recompor o pouco que lhe restava e dar início à execução do ideal que envolveu a região, a ela voltou em 1928, após duras e longas peregrinações. O casal retornou ao rincão natal com dois objetivos: recompor o pouco que lhe restava e dar início à execução do ideal que sempre alimentou, isto é, podia à sua gente: educação.

Trataram Coquelin e Diana de fundar uma escola particular. Não obstante as dificuldades enfrentadas, a escolinha progrediu, até ser transformada em Curso Complementar, isto em 1934.

A escola cresceu pela qualidade do ensino ministrado, como também cresceram as dificuldades. Recursos disponíveis eram poucos e a população carente de recursos pelas mesmas razões que atingiram o mestre Coquelin. Não esmoreceram, não se intimidaram com os obstáculos enfrentados. O valor da

educação conhecia-o soberanamente o mestre Coquelin.

Lembrou-se então o mestre, com o incentivo e decidido apoio de sua esposa, de reencetar o contato com João d'Abreu, a esta altura já formado também em direito, então deputado da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás e que conhecia, pela experiência vivida, os sofrimentos e abandono a que era relegado sua região.

Dirigiram-se então ao deputado. A pretensão foi por ele acolhida. E aqui, sobre o assunto, uma informação do próprio João d'Abreu: como deputado, apresentou emenda ao projeto de orçamento estadual, em tramitação na Assembléia, conseguindo um auxílio para a escola, já em funcionamento.

Esta iniciativa do deputado não foi bem acolhida por seus pares, que alegavam falta de material humano: professores e alunos. A recusa não lhe abateu o ânimo. Insistiu. Retrucaram-lhe os colegas: isto é uma utopia. Você quer irrigar planta sem substância, por isso não vai crescer, nem dar frutos. Não há meninos em São José do Duro (antigo nome de Dianópolis). O deputado voltou à Casa e dizia para os colegas: qualquer ajuda é incentivo, é redenção para a escola ali fundada. Venceram as ponderações do deputado. Isto ocorreu em 1933/1934.

Não obstante, as dificuldades continuaram. Não abateram, porém, o ânimo do casal que insistiu, a qualquer preço, em levar adiante seu grande ideal: educar aquela mocidade carente, sob pena de vê-la, no futuro, uma geração de analfabetos.

Tempos depois, eram nomeados professores da escola pública local, quando prefeito municipal Antônio Póvoa.

Em 1938, Coquelin era nomeado prefeito municipal de Conceição do Norte, deixando, assim, ele e esposa o magistério escolar. Mas, ali, exerceu o cargo pouco tempo, pois este não se

coadunava com sua aspiração maior.

Reiterou-se para sua fazenda Uberlândia, situada no mesmo município.

Não se tem a mente tranqüila, quando não se põe em prática o objetivo principal. Ali mesmo, na sua fazenda, veio-lhe novamente a idéia de fundar uma escola em qualquer dos municípios vizinhos.

Precisamente nessa ocasião, conhecendo os propósitos do casal, João d'Abreu, com outros interessados, envia-lhe um convite, por sinal renovado, para que a escola pretendida fosse fundada em Arraias, prometendo-lhe toda a ajuda possível, inclusive acenando com cargos públicos.

Entre municípios vizinhos certamente estaria Dianópolis.

Uma luta se travava no espírito do casal, mormente na ocasião, face aos insistentes convites de Arraias.

Eis que, enquanto se debatiam nesse dilema, chega a Uberlândia uma comissão procedente de Dianópolis, assim constituída: *Custodiana Nepomuceno Wolney Araújo, Maria Vivina Fernandes Rodrigues, Josélia Wolney Leal Costa, Antônio Póvoa, João Rodrigues de Santana Filho e Osvaldo Rodrigues Póvoa, este representando o pai Francisco Liberato Póvoa.*

O objetivo da comissão: transmitir ao casal um apelo, em nome do município e de todos as famílias de Dianópolis, para que nela se fundasse a escola a escola pretendida e que seria a seqüência daquela que ali fundaram anteriormente.

Diante deste apelo, resolveram retornar a Dianópolis.

Oportunamente, transcrevo o que disse o professor Osvaldo Rodrigues Póvoa:

“Em 1940, ante os insistentes convites que recebia de Arraias, estive na iminência de se transferir para aquele município, onde tencionava fundar um colégio.

Estava ele então em sua fazenda Uberlândia, onde uma numerosa comitiva foi levar-lhe o apelo de todos os pais, da cidade e do município, para que voltasse para Dianópolis, sob pena de toda a população jovem do município permanecer analfabeta.

O amor á terra é um fato. E foi este amor que o venceu, como já o vencera em outra oportunidade.

No dia 23²⁸ de junho de 1940, às 4 horas da manhã, chegava ele com sua dedicada esposa e muitos outros parentes. Dianópolis despertou naquela madrugada memorável, embalada ao som da bela canção “Saudade que me trouxe aqui”.

No dia 15 de julho do mesmo ano, Coquelin fundava uma escola que recebeu o nome de Colégio João d’Abreu e que funcionava na própria casa de sua residência, a mesma que fora de D. Joaquina Fernandes” (Quinta-feira Sangrenta, 1979, pág. 121).

O mestre Coquelin comunicou a João d’Abreu a decisão tomada e as razões que a alicerçaram.

João d’Abreu compreendeu bem os motivos alegados, além de prometer ao velho amigo toda a ajuda possível para ver consolidada a obra iniciada.

²⁸ O Dr. Leal observa aí que a alteração para 23 de junho lhe foi fornecida pelo próprio professor Osvaldo.

Vê-se que a razão verdadeira foi o apelo coletivo que lhe fora transmitido pela comissão pela comissão antes referida. Como bem diz o professor Osvaldo:

“O amor à terra é um fato. E foi este amor que o venceu, como já o vencera em outra oportunidade” (obra citada pág. 121).

Fundada a escola, uma luta íntima crescia no espírito do incansável mestre. Relembrava os compromissos assumidos, entre ele e João d’Abreu, quando estudantes na velha Goiás. Devidamente explicadas as razões que alicerçaram a decisão tomada, voltou-lhe a paz da consciência face à elevada compreensão do velho companheiro do Liceu. É oportuno conhecer o pensamento do mestre Coquelin sobre João d’Abreu.

Certa ocasião, foi ele procurado para manifestar seu pensamento sobre o velho colega do Liceu, já então falecido. Eis a seguir, suas próprias palavras e com elas todos saberão a razão do nome “Colégio João d’Abreu”.

O mestre Coquelin assim se manifestou:

“Foi ele um amigo constante, sincero e solidário, que nunca no faltou com sua palavra de conforto e de estímulo nos momentos difíceis, sempre nos encorajando na caminhada que empreendemos. Convidou-me, certa feita, para fundarmos uma escola em Arraias.

E aqui uma extraordinária atitude, somente encontrada em homens de grande espírito de nobreza. Ao declinarmos do convite para a fundação da escola em Arraias, ele demonstrou a elevação de espírito que lhe era inata ao compreender a razão por que de nossa preferência por Dianópolis.

Neste passo, sua grandeza de alma foi tão significativa

que nos sentimos ainda mais encorajados na concretização da obra em que nos achávamos empenhados. A ela nos dedicamos de corpo e alma.

Uma preocupação nos atribulava: como retribuir àquele que tanto nos ajudava e que tantas provas de consideração já nos havia dispensado? Como fazê-lo?

Não nos restou outro caminho de patentear-lhe nosso reconhecimento, senão o gesto simples, mas de todo o coração, isto é, de darmos à escola que dirigimos o nome de “Colégio João d’Abreu”. Foi a forma que encontramos para tributar-lhe nossa gratidão por todos os benefícios recebidos”.

Esta escola, com sacrifício do casal Coquelin-Diana, continuou pelos anos seguintes, especialmente nas décadas de 1940/50. Foi a semente lançada que possibilitou, posteriormente, a criação do Ginásio João d’Abreu, numa região pobre e esquecida dos poderes públicos.

A quem quiser ter uma idéia do que eram a educação e cultura em Goiás, principalmente no norte-nordeste do Estado, não será demais sugerir uma leitura do que sobre o assunto fala o professor Osvaldo Rodrigues Póvoa (em *Quinta Feira Sangrenta*, 1979, páginas 119 e seguintes)."

Recomendamos mais:

Leiam também o belo livro *“Colégio João d’Abreu – Amor História Educação”* do escritor Voltaire Wolney Aires, irmão do autor.²⁹

²⁹ **Voltaire Wolney Aires** concluiu o ensino fundamental no Colégio João d’Abreu. É escritor e membro da Academia Tocantinense de Letras (ATL). É membro fundador da Academia Palmense de Letras (APL) e membro correspondente da Academia Gurupiense de Letras (AGL). Foi vereador em Dianópolis-TO (1993-96) e é Bacharel em Direito UNITINS-Universidade do

Estado do Tocantins. É advogado e funcionário do Banco do Brasil S.A. e tem as seguintes obras literárias publicadas: *Mensagens e Poemas do Além* (espírita); *As Origens e os Principais Eventos Que Deram Origem a Dianópolis* (histórico); *Sertão Hostil* (regionalista); *Abílio Wolney, Suas Glórias, Suas Dores* (histórico-romanesco, adotado nos vestibulares da UNITINS) além do mencionado livro *Colégio João d'Abreu – Amor História Educação*. Tem outros livros ainda inéditos.

“4.1. LUTA PARA CRIAÇÃO DO GINÁSIO JOÃO D’ABREU

Em 1936, dois anos após deixar Porto Nacional (Seminário e Escola Avulsa Secundária, mantida pelos dominicanos), dirigi-me ao Rio de Janeiro, então Capital da República, com o objetivo de continuar nos estudos.

Solicitei ao Ministro Gustavo Capanema, titular da pasta da Educação e Saúde, com base na documentação fornecida pelos dominicanos, que me fosse considerado aquele período de estudos, no Seminário e Escola Avulsa, como parte do ginásial, na época de cinco anos.

Muito tempo depois saiu o despacho do Ministro que dizia simplesmente: “Submeta-se, aos exames do artigo 100, no Colégio Pedro II”.

Procurei informar-me sobre o significado do despacho. Tratava-se do artigo 100 do Decreto nº 21.241, de 1932, que permitia fazer três anos de uma só vez, isto é, 1º, 2º e 3º anos do ginásial, então de cinco anos.

Como funcionário público, eu já havia passado pelos

Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Justiça e da Justiça e Negócios Interiores. Nesse vai-e-vem nunca me abandonou o desejo de lutar para que, no futuro, pudesse fazer alguma coisa para minha terra, esquecida e abandonada naqueles rincões perdidos do nordeste goiano.

Havia sentido pessoalmente a absoluta impossibilidade de estudar na região, onde o ensino primário era quase ausente e o secundário não passava de sonho irrealizável.

Dificuldades materiais e humanas dos órgãos públicos ou bloqueio proposital do ensino constituía a filosofia dos governantes?

Quando saí de Dianópolis (ex-São José do Duro) não tinha sequer o primário regular, não obstante ter estudado em Porto Nacional sob direção das freiras e frades dominicanos, estes na direção do Seminário e Escola Avulsa Secundária. Fiz, no Rio de Janeiro, todo meu curso do 1º e do 2º ciclos no Colégio Pedro II.

Em 1945, houve mudanças políticas no País, com eleições para Presidente da República e Assembléia Nacional Constituinte.

No ano seguinte, quando se elaborava a Constituição, procurei entrar em contato com a representação goiana na Assembléia Nacional Constituinte.

Em 1947, já formado em Economia e cursando o 3º ano de Direito, submeti-me a dois concursos, nas áreas do Executivo e do Legislativo.

Fui aprovada em ambas e as nomeações saíram ao mesmo tempo.

A do Executivo, embora com lotação no Rio de Janeiro, trazia o risco de ser deslocado para qualquer parte do país, caso conviesse à administração Federal.

Optei pela Câmara dos Deputados, onde ingressei em princípio de 1948.

A partir de então meu relacionamento com os integrantes da representação goiana no Congresso se tornou mais fácil, contato este que continuou enquanto permaneci na Câmara dos Deputados.

No início, meus contatos foram feitos com os deputados Paulo Fleury, Jales Machado e João d' Abreu.

Em virtude do deputado João d'Abreu ser o único da região goiana, da qual procedo, resolvi nossos contatos e pude sentir, pessoalmente, quanta dedicação demonstrava ele pelo norte e nordeste de Goiás, região extensa e que o tinha como único representante.

O deputado João d'Abreu, na época, fazia parte do escritório dos doutores José Júlio Guimarães Lima, então promotor público do Distrito Federal e Vasconcelos Costa, deputado por Minas Gerais.

Numa ocasião, conversando sobre Goiás, especificamente sobre a região norte-nordeste, ficou acertado entre nós que procuraríamos estabelecer uma atuação mais concreta com relação àquela região.

Entre meus objetivos, como fruto das dificuldades por mim sofridas, se destacava a educação. Eu já estava de certa forma entrosado com o professor Felipe Tiago Gomes, então presidente da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos. Eu desejava saber como proceder para criação de um ginásio,

especialmente com direção religiosa, segundo meu desejo.

Passado alguns tempo, procurou-me o deputado João d'Abreu. Disse-me que havia pensado num hospital para Taguatinga e que, segundo nosso entendimento anterior, eu poderia pensar em outra instituição, inclusive sua possível localização.

Eu já me havia fixado na educação, inclusive nos meus encontros com Tiago Gomes. Disse, então, ao deputado que optava por um ginásio, com localização em Dianópolis.

Tudo acertado, com prioridade para o hospital, segundo desejo do deputado. Verifiquei que, além do apego à terra natal, outra razão o reforçava: é que seu sobrinho, Antônio Fleury, concluiria o curso de medicina em 1949 e que vinha demonstrado durante o 6º ano que seria um competente profissional, o que realmente se verificou mais tarde, quer como diretor do Hospital São João Batista, de Taguatinga, quer nas atividades junto à Policlínica Geral do Rio de Janeiro.

Coincidentemente, eu também concluía o curso jurídico em 1949, mesmo ano em que o Dr. Fleury concluía o seu de medicina.

Tão logo concluímos o curso de direito, Manoel Alvarenga Martins e eu montamos escritórios na Rua da Quitanda nº 3, sala 513, ao qual nos dedicamos fora do expediente da Câmara dos Deputados e do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, do qual era funcionário o Alvarenga. A este sugeri que convidássemos o deputado João d'Abreu para fazer parte do nosso escritório, situado bem próximo da Câmara dos Deputados.

O convite foi prontamente aceito. Esta concordância foi vantajosa para todos. Para o deputado por ficar mais próximo da Câmara e para o Alvarenga e para mim com a vantagem de o

deputado ter telefone e compartilhar das despesas do escritório que seriam divididas por três.

A essa altura eu já trabalhava na Diretoria de Orçamento da Câmara dos Deputados, setor muito procurado por ocasião da elaboração do Orçamento da União.

Como disse anteriormente, ficou acertado que lutaríamos para a criação do hospital de Taguatinga e do Ginásio para Dianópolis, cabendo a prioridade para o hospital.

No final de 1950, tive que me ausentar do País, em viagem de estudos.

O problema do hospital já estava bem encaminhado e o Dr. Fleury, já formado e trabalhando na Policlínica Geral do Rio de Janeiro, enquanto aguardava a conclusão das obras do hospital e seu equipamento.

Solicitei, então, ao deputado João d'Abreu para, na minha ausência, cerca de 60 dias, dar início à criação do ginásio, preferencialmente com caráter de fundação. Antes de viajar, entreguei ao deputado vários dados, inclusive elementos para a elaboração dos Estatutos. Dessa providência dei prévio conhecimento ao prefeito de Dianópolis, Dario Rodrigues Leal, meu irmão, e aos mestres Coquelin e Diana.

Após meu regresso, tratamos de rever os Estatutos, com o objetivo de remover as dificuldades surgidas a fim de que o Ginásio começasse a funcionar em 1952.

Em 1950/1951, fiz várias viagens a Dianópolis com a finalidade de sentir de perto o funcionamento da escola mantida pelos mestres Coquelin-Diana, concluindo que haveria alunos capacitados para exames de admissão que se realizaram em fevereiro de 1952. A escola funcionava a contento e os alunos bem

preparados.

Diante disso, providenciamos junto ao Prefeito, Dario Rodrigues Leal, mais rápido andamento das obras do grupo escolar em cuja planta foram introduzidas modificações com vistas ao futuro ginásio. Estas obras, impulsionadas pela dedicação e entusiasmo do prefeito, foram executadas em tempo hábil.

Paralelamente, atendíamos às exigências do Ministério da Educação visando à concessão de autorização para funcionamento do ginásio.

Meu propósito foi no sentido de que o ginásio fosse dirigido posteriormente por religiosas.

Embora não as tivesse conseguido ainda, eu já sabia pelos contatos havidos, embora sem resultados, que qualquer que fosse a Congregação religiosa a assistência espiritual era imprescindível. Vale dizer, teríamos que obter um padre para Dianópolis e que ali permanecesse em caráter permanente e não esporadicamente como era comum com as chamadas desobrigas anuais.

Firmando nosso propósito para que o ginásio funcionasse em 1952, não descuramos de outra parte, isto é, ser o estabelecimento dirigido, posteriormente, por religiosas.

Em virtude dessa decisão, incumbiu-se o deputado João d'Abreu de dirigir-se às irmãs dominicanas de Porto Nacional. A resposta nos foi desfavorável sob a alegação de falta de pessoal, alegação que ouviríamos em outras tentativas posteriores.

Este tropeço não nos abateu o ânimo, nem o firme propósito de atingir nosso objetivo. Nesse sentido, percorremos o deputado e eu várias instituições religiosas no Rio de Janeiro,

inclusive as dos subúrbios.

A luta parecia difícil, mas não impossível.

Por essa época, eu trabalhava na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados, mais tarde desdobrada em Comissão de Orçamento e de Fiscalização Financeira.

Na comissão de Orçamento, principalmente no segundo semestre, entre agosto e novembro, se elaborava o Orçamento da União, baseado na proposta do Poder Executivo. Grande era o número de entidades que procuravam ser contempladas no Orçamento. Durante a elaboração do mesmo, tive oportunidade de contatar-me com várias Congregações religiosas, não só do Rio de Janeiro, mas também de outros Estados. Quando lhes falava de minha pretensão, todas alegavam falta pessoal, além de outras dificuldades.

O deputado João d'Abreu procurou contatos em Goiânia, porém sem resultados.

Havia, na Diretoria de Orçamento, uma colega, Henriqueta Paura, muito relacionada e bem entrosada com religiosas, especialmente com a Congregação das Escravas Concepcionistas do Divino Coração.

Sabedora do meu propósito e até comovida com minha luta, Henriqueta apresentou-me, numa tarde, a Madre Consolata que estava acompanhada, se não engano, de Madre San Mariano. Naquele momento, nada ficou esclarecido face à urgência dos trabalhos.

Informadas sobre a situação em que se achavam suas pretensões, retiraram-se ficando de voltar em outro dia, quando então, saberiam o resultado sobre seus pedidos.

Aproveitei a ocasião para expor-lhes minha pretensão, que foi reforçada pela Henriqueta. O assunto foi levado a Madre Benigna, a superiora do Colégio São Marcelo.

Fiquei sabendo, na ocasião, que o Colégio São Marcelo estava sendo despejado do prédio que ocupava na Praia do Botafogo. Embora já tivessem um terreno na Gávea, faltavam-lhes recursos para a construção do prédio para abrigar o Colégio. Despejado o Colégio, ficaram as religiosas alojadas precariamente numa pequena e rudimentar construção existente no terreno. Dei conhecimento dessa situação a deputados da bancada carioca, no que fui reforçado pela Henriqueta Paura. Fomos bem sucedidos. Mas esta é outra história.

As madres já sabiam que eu andava à procura de religiosas para o ginásio de Dianópolis, ainda nas fases preliminares quanto à criação. Madre Consolata e sua companheira nada me adiantaram, mas levaram minha pretensão a Madre Benigna, a superiora. Fiquei na expectativa.

Soube depois pela Henriqueta que Madre Benigna estava disposta a receber-me, sendo necessário um prévio telefonema para marcar dia e hora.

Pedi a Henriqueta que reforçasse minha pretensão. Fui informado que Madre Benigna não assumia qualquer compromisso, senão o de receber-me e ouvir-me. Advertiram-me Madre Consolata e sua constante companheira que, certamente, não seria omitida a falta de pessoal, situação essa existente em quase todas as Congregações, mas adiantaram: *quando Deus quer, tudo se resolve*.

Face a esta parte final, senti que haveria um ligeiro sinal verde. Assim, na expectativa de uma boa acolhida, fui ao encontro tão desejado, acreditando sinceramente que Deus ampararia nosso desejo.

Compareci ao encontro. Fiquei um tanto apreensivo na presença de Madre Benigna. Expus-lhe, com franqueza, o que pretendíamos e a razão da luta para obtenção de uma congregação religiosa, que enfrentasse aquela missão tão difícil quanto espinhosa. Ouviu-me atentamente, mas, na sua prudência religiosa, em nada se comprometeu. Disse-me que iria estudar o caso e transmiti-lo à Madre Geral.

Senti que a palavra **missão** se fixou na mente de Madre Benigna. Durante esse encontro, fiz-lhe sentir que não estava só nessa luta, pois estava acompanhado firmemente pelo deputado João d'Abreu da bancada goiana na Câmara dos Deputados e por todo o povo de Dianópolis, além do prefeito municipal que nos dava absoluto apoio.

Ao despedir-me perguntei a Madre Benigna se poderia receber oportunamente o deputado João d'Abreu e a mim. A resposta foi afirmativa.

Alguns dias depois, Madre Cosolata nos avisou que Madre Benigna nos receberia, desde que marcados, previamente, dia e hora.

Somente após esse entendimento é que dei ciência ao deputado João d'Abreu da iniciativa que havia empreendido. É que eu temia que tudo desse em nada como ocorreu em todos os contatos anteriores que juntos empreendemos.

Observei que, além do constante interesse demonstrado por Madre Consolata, dois fatores impressionaram Madre Benigna: a palavra **missão** e a circunstância de a pretensão estar firmemente apoiada pelo prefeito municipal e todo o povo de Dianópolis e alicerçada claramente pelo deputado João d'Abreu .

Quando falei ao deputado sobre o meu encontro com

Madre Benigna disse-lhe que essas circunstâncias deviam ser mencionadas e defendidas quando, juntos, fossemos ao Colégio São Marcelo.

Incumbiu-me o deputado de marcar o encontro em horários que não coincidissem com as sessões da Câmara dos Deputados. Assim fiz. Nosso encontro se deu numa quarta-feira, pela manhã, presentes Madre Consolata e San Mariano.

Como preliminar, embora sem qualquer compromisso, Madre Benigna destacou que as religiosas não poderiam prescindir da assistência de um Padre, de doação de prédio ou terreno e de outros pormenores. Esclareceu-nos que levaria nossa pretensão à Madre Geral e somente depois de ouvi-la poderia nos adiantar qualquer coisa.

Saímos dali convencidos de que alcançaríamos o desejado, tanto assim que procuramos tomar algumas providências imprescindíveis para alcançar nosso objetivo, isto é, uma Congregação de religiosas.

Solicitamos a D. Alano du Noday, bispo de Porto Nacional, que nos cedesse um padre, de preferência que, como professor registrado, se dedicasse ao magistério, além de seu próprio ministério.

O Deputado João d'Abreu lembrou-se do padre João Magalhães Cavalcante que era professor do Colégio Estadual de Porto Nacional.

Consultado, D. Alano não se opôs, mas lembrou que ao padre se destinasse a direção do estabelecimento. Ele ficaria na direção até que o ginásio fosse entregue a uma Congregação religiosa pela qual nos achávamos empenhados.

Fomos atendidos.

O padre João Magalhães era registrado, mas precisávamos de mais professores, também registrados.

As diligências, nesse sentido, levadas a efeito pelo deputado João d'Abreu foram infrutíferas.

Resolvida a questão do padre com a compreensão e ajuda inestimável de D. Alano, tínhamos que remover outros obstáculos, inclusive de professores.

Lembrei-me, então do Dr. Wilson de Azevedo e Silva, meu colega desde os tempos dos Correios e Telégrafos e que servira, como chefe do pessoal, na Diretoria Regional de Goiás.

Consultado sobre minha pretensão, disse-me que estaria disposto a ir para Dianópolis, contribuindo, assim, para que nossa luta fosse levada à frente. Sua futura esposa, Professora Sulamita Castro, do Instituto de Educação do Rio de Janeiro, não discrepou do pensamento do Dr. Wilson. Sabiam, conforme exposição que lhe fizemos, quais as dificuldades que iriam enfrentar. Foi uma conquista vantajosa e grande passo para o atendimento às exigências do Ministério da Educação.

Precisávamos, entretanto, de mais professores registrados. A procura foi difícil. Tínhamos absoluto interesse que o ginásio começasse a funcionar em 1952. Isto nos facilitaria a obtenção de religiosas para o futuro estabelecimento.

A essa altura, precisávamos obter, pelo menos, um professor para integrar a banca examinadora do concurso de admissão. Por sugestão do deputado João d'Abreu e ajuda utilíssima do Dr. Joaquim Batista de Abreu Cordeiro, conseguimos aquiescência do professor Egídio Turchi, que se prontificou a colaborar conosco naquela empreitada, desde que lhe facultássemos meio de transporte de ida e volta.

Faltava-nos, agora, obter a designação do Inspetor Federal para examinar as condições do prédio do futuro ginásio e acompanhar os exames de admissão. Já estávamos praticamente no fim de fevereiro.

Conseguida a primeira indicação do Inspetor, residente em Goiânia, para ali me dirigi levando em mãos a necessária Portaria. Fui com o Dr. Joaquim Cordeiro, logo cedo, à casa do Inspetor. Este, alegando uma série de dificuldades, não pode aceitar a incumbência. Não conseguimos demovê-lo.

Não me restava outra saída senão regressar imediatamente ao Rio de Janeiro para obter outra solução. No mesmo dia, obtive Portaria designando outro inspetor, este residente em Anápolis. Regressei a Goiânia.

Na ocasião, ali se encontrava Francisco da Costa Ribeiro, promotor de Dianópolis, a quem expliquei tudo o que estava ocorrendo. Convidei-o para ir comigo a Anápolis, na madrugada seguinte. Prontamente aceitou o convite.

Nessa época não havia estrada asfaltada entre Goiânia e Anápolis, mas estrada de terra batida.

Contratei um táxi e no dia seguinte, muito cedo, seguimos para Anápolis, enfrentando chuva e muita lama na estrada. Quando ali chegamos, o Inspetor já havia saído para o aeroporto local para uma viagem anteriormente programada. Não o alcançamos, pois o avião já havia decolado.

Regressamos *incontinenti* a Goiânia, onde expus ao Dr. Joaquim Cordeiro o ocorrido. Era premente a necessidade de obter outro Inspetor. Soubemos, então, que só havia agora D. Abel Ribeiro Camelo, bispo auxiliar de Goiânia. Fomos a ele a quem relatamos todo o ocorrido até o momento e que estávamos diante do tempo que de esgotava. Fiz-lhe um dramático apelo, tal o

estado de espírito em que me encontrava.

Presente estava um padre, creio que secretário, que lembrava a D. Abel ser difícil atender nosso apelo, face aos compromissos assumidos com Rio Verde, para onde teria que se dirigir. Dissemos-lhe que era a única oportunidade de vermos o ginásio funcionando naquele ano.

O padre insistiu no seu aviso.

D. Abel, comovido com nossa situação, disse-nos que iria dividir sua tarefa, isto é, sacrificaria um pouco dos compromissos com Rio Verde a fim de atender às dificuldades relativas a Dianópolis.

Assim, com sua aquiescência, retornei ao Rio de Janeiro no mesmo dia e na manhã seguinte, de posse da nova Portaria do Ministério da Educação, retornei a Goiânia.

Quando ali cheguei, D. Abel já havia seguido para Rio Verde. Avisei o Dr. Joaquim Cordeiro que eu seguiria para aquela cidade, fretando, para tanto, um táxi aéreo a fim de ir buscar D. Abel. Enquanto isso, pedi ao Dr. Joaquim Cordeiro que acertasse com o professor Egídio Turchi a viagem para Dianópolis no dia seguinte.

O professor Egídio, com um alto espírito de solidariedade humana, prontificou-se para seguir para Dianópolis e fazer parte da banca examinadora desde que ficasse assegurada a viagem de volta.

Fui a Rio Verde onde apanhei D. Abel, com o mesmo acertando a viagem para Dianópolis no dia imediato e no mesmo avião.

Partimos bem cedo, com D. Abel e o professor Egídio.

No princípio, a viagem correu bem. Após uma hora de vôo aproximadamente, o piloto nos avisou que o tempo não permitia prosseguir para Dianópolis e que iria descer em Paranã, onde aguardaríamos que o tempo melhorasse.

Fiquei apreensivo. Na direção de Dianópolis, escuras e densas nuvens se formavam cada vez mais compactas, o que justificava a decisão do piloto.

Permanecemos em Paranã cerca de três horas e no correr do tempo aumentava a minha aflição.

Aos poucos o tempo foi melhorando e as nuvens já deixavam vislumbrar o céu mais claro na direção do nosso destino, já permitindo a continuação de nossa viagem.

Chegamos bem a Dianópolis. No mesmo dia, D. Abel, enfrentando chuva e lama, foi verificar as condições do prédio, mantendo, em seguida, entendimentos com os professores, juntamente com o professor Egídio.

Sob a fiscalização de D. Abel Ribeiro Camelo, Inspetor Federal, realizaram-se os exames de admissão ao 1º ano ginásial. Tudo correu bem, dentro da maior ordem.

A banca examinadora era composta dos seguintes professores: Egídio Turchi, que viera de Goiânia, Padre João Magalhães Cavalcante, diretor do Ginásio, Dr. Wilson de Azevedo e Silva e Sulamita Castro de Azevedo e Silva, que presidiu a banca.

Após corrigidas as provas e proclamados os resultados, D. Abel e o professor Egídio regressaram a Goiânia no mesmo avião que os trouxera.

A ambos, especialmente a D. Abel, se deve o

funcionamento do ginásio em 1952. Eu, pessoalmente, fiquei profundamente agradecido a D. Abel pelo seu gesto generoso e compreensivo, sacrificando um pouco de suas atividades em Rio Verde, dando esse pouco em benefício de Dianópolis, vale dizer ao povo de minha terra. Ao professor Egídio Turchi pelo seu desprendimento e solidariedade humana demonstrados ao dar sua parcela efetiva como colaboração para que o ano de 1952 fosse de efetivo funcionamento do Ginásio naquele longínquo e esquecido nordeste goiano.

O número de candidatos aprovados – vinte e seis (26) – foi bastante significativo, comprovando o alto grau de ensino ministrado pelos professores Coquelin Aires Leal e sua dedicada esposa Custodiana Costa Aires, os quais sempre fizeram do magistério um verdadeiro sacerdócio ao longo dos vários anos de ensino a que se dedicaram.

D. Alano du Noday, bispo de Porto Nacional, deslocara-se de Porto para prestigiar a instalação do Ginásio João d'Abreu a 1º de março de 1952.

Na véspera, procedentes do Rio de Janeiro, chegaram o deputado João d'Abreu e Expedito Quintas, meu colega da Câmara dos Deputados e grande repórter do *Diário de Notícias*, matutino editado naquela cidade.

O Ginásio funcionando sob a direção do Padre João Magalhães.

Assistência religiosa assegurada.

Restava-nos reiterar nosso apelo a Madre Benigna no sentido de obter solução da consulta que fizera à Madre Geral.

Nesse entretempo, pedi a D. Alano sua presença no Rio de Janeiro, pois ele me havia dito anteriormente que precisava ter encontro com as Escravas.

Presente no Rio de Janeiro, levei-o ao Colégio São Marcelo, ainda na praia do Botafogo. O encontro foi altamente proveitoso e Madre Benigna ficou bastante satisfeita.

Escrevi, em seguida, à Madre Geral, Annunciata, e pedi a D. Alano que fizesse o mesmo. Nossas cartas reforçaram a consulta de Madre Benigna, pois sensibilizaram a Madre Geral de quem recebi, pouco depois, uma carta, da qual transcrevo o seguinte:

“He agradecido mucho que se acuerde de nuestro Instituto y que muestre tan vivo interés por conseguir que las Esclavas Concepcionistas del Divino Corazón sean las que se hagan cargo del Colégio de Dianópolis, no siendo menor mi gratitud al saber por la Madre Superiora de Río cuanto las favorece com su valiosa influencia en cuantas ocasiones se ven necesitadas de ella. Nuestro Señor no dejará de recompensar estas buenas obras con sus gracias y bendiciones, quedando las religiosas obligadas a contarle el número de sus bienhechores por los que diariamente rogamos con especiales oraciones.”

Como disse acima, o Ginásio em funcionamento sob a direção eficiente do padre João Magalhães e a colaboração constante e segura dos demais professores.

Tudo se encaminhava para que, em 1953, contássemos com a presença das religiosas.

Não demorou e recebemos a tão esperada decisão: a Congregação respondeu afirmativamente à nossa pretensão.

Quanta alegria!

Recebi, uma carta de D. Alano, que acompanhou a minha luta, da qual destaco este trecho:

“Congratulo-me efusivamente pelo êxito de seu esforço, a obter uma Congregação religiosa para Dianópolis.”

Nosso entusiasmo, decorrente da vitória na luta que havíamos empreendido, levou-nos a convidar Madre Benigna para uma viagem a Dianópolis para que ela sentisse, pessoalmente, quão justa era nossa pretensão.

Convite aceito, fomos a Dianópolis Madre Benigna, com suas companheiras Madres São Fernando e San Mariano, João d’Abreu e eu.

Compreenderam as Madres, ao se dirigirem à Igreja, passando entre as fileiras dos estudantes, dos professores e do povo, a grande satisfação de quantos as aguardavam. Toda a praça na frente da Igreja estava ocupada e os semblantes de todos exprimiam o invulgar contentamento daquela massa humana.

Dali do alto dos degraus da Igreja, elas, tendo ao lado o deputado João d’Abreu, padre João Magalhães e professores, contemplaram e sentiram o entusiasmo daquele povo tão necessitado e que muito esperançoso aguardava a missão que, em breve, ali seria desenvolvida à frente do Ginásio.

Voltaram ao Rio levando a lembrança da significativa acolhida que tiveram.

Como medida preparatória, Madre São Fernando retornou a Dianópolis com a finalidade de organizar a Secretaria, Acompanhada de Madre Aránzazu para compor a Comissão de Exames de Seleção, findo os quais retornaram ao Rio de Janeiro.

E a 23 de fevereiro de 1953, num ambiente de grande entusiasmo, ali chegaram as primeiras religiosas que constituíram a Casa de Dianópolis, melhor dizendo, que formaram a

Comunidade Missionária de Dianópolis. Foram elas: Madre Belém, como Superiora, Madre Aránzazu, como Diretora do Ginásio, e mais as Madres Consolata, Glória e Annunciata.

Aparentemente houve um atraso para que as religiosas assumissem mais cedo a direção do Ginásio. Isto decorreu de medidas imprescindíveis a serem tomadas e resolvidas pelas Madres Benigna, no Brasil, e Annunciata, Madre Geral, na Espanha.

É que, anteriormente, a Madre Geral estava envolvida com outra missão a ser atendida ou a ser fundada no Extremo Oriente, se não me engano no Japão. Diante disso, alegamos que a presença da Congregação das Escravas em Goiás tinha caráter de verdadeira missão.

O certo foi que, após vários entendimentos entre Madre Benigna, Superiora do Colégio São Marcelo, no Rio, e Madre Annunciata, a Geral, na Espanha, fomos atendidos, sem prejuízo da missão que iria para o Japão, destinando-se a outra para Dianópolis, esta sob a direção de Madre Belém.

Repetia-se, no caso, quase o mesmo fato quando da obtenção do Inspetor Federal para funcionamento do Ginásio em 1952. Naquela oportunidade, D. Abel Ribeiro Camelo sacrificou um pouco de suas atividades em Rio Verde para dedicar outro pouco em benefício de Dianópolis.

Assim, Madre Annunciata, com a colaboração constante de Madre Benigna, sacrificou um pouco o conjunto das missionárias que iriam para o Japão, destinando-se a parte restante para Dianópolis. Nesta parte, acredito, nossa Madre Belém teve sua rota alterada do Japão para o Brasil, precisamente para Dianópolis.

Efetivou-se, assim, o que me disseram madre

Consolata e sua companheira, na ocasião em que lhes apresentei minha pretensão:

“Quando Deus quer, tudo se resolve”.”

INAUGURAÇÃO DO COLÉGIO JOÃO D'ABREU

Escolhido patrono e nome do Colégio, o Deputado João d'Abreu se dirigiu até Dianópolis no dia 1º de março de 1952, sendo recebido em grande estilo. No seu discurso de inauguração da obra, presentes o Dr. João Rodrigues Leal, o Pe. João Magalhães Cavalcante, o casal de Professores Diana Costa e Coquelin, D. Sulamita e o magistrado Dr. Wilson, o Prefeito Dário Rodrigues Leal além de outras autoridades e pessoas importantes da comunidade, depois de bela peroração, no seu estilo modesto, concluiu:

“(...)Por isso, meus queridos conterrâneos do norte, eu posso dizer, neste momento, que não é possível haja na minha vida outro dia de maior satisfação que o de hoje em que vejo vencida mais uma etapa da obra que impus a mim mesmo, em prol de nosso rincão e de minha gente.

E quando lhe entrego, dado como terminado, um dos órgãos do aparelho que planejei e estou executando, posso trazer na frente a marca do esforço, mas desejo que fique bem claro que minha alma não está cansada.

Apenas recordo a luta imensa para conseguí-lo admirando não me haver desanimado e que não devo render-me aos obstáculos.

Mereceríamos irremissível condenação se não declinássemos, agora, nesta solenidade, com o devido apreço; se

não reconhecêssemos o mérito da ajuda que nos deram com solicitude, neste empreendimento, os nomes dos valorosos dianopolitanos, Dr. João Leal e de nosso amado bispo D. Alano, a fim de patentearmos, de público, nosso reconhecimento pela magnífica colaboração que nos prestaram.

Ressaltemos com especial agrado a atitude patriótica desse casal de idealistas que aqui vieram comungar conosco do mesmo entusiasmo na efetivação desse objetivo – Dr. Wilson e D^a. Sulamita.

Um capítulo especial preciso abrir, com aplausos de todos vós, nesta minha fala.

A flor deste fruto que ora vimos de colher doi irrigada com o carinho cívico e às vezes com o orvalho das próprias lágrimas, deste outro abnegado casal de filhos amantes destas terras.

Foram eles – Diana e Coquelin que aqui fundaram um educandário a que deram o meu humilde nome, sem que até hoje, haja eu atinado com a razão da homenagem.

Não fora esta iniciativa que permaneceu até agora, sem interrupção, marcando destarte um magnífico exemplo da virtude de perseverança, não teríamos o atual ginásio, que constitui, certamente, uma evolução que honra a iniciativa.

Combatemos o bom combate: - não queremos glórias para nós e por isso somos obrigados a imitar o grande e inspirado poeta alemão Haydn, quando ouvindo sua obra sagrada – Criação – ergueu-se e disse: “Não de mim, não de mim, mas de além, veio tudo isso.”

Felizmente aqui presentes, ao lado dos habitantes desta acolhedora cidade, testemunha visual da benemerência

desta ação, continuarão ambos batalhando em busca de um destino cada vez mais digno de sua obra, e por tudo isto eu peço, que de pé, toda a assistência preste a mais comovedora e merecida homenagem a eles com uma salva de palmas por duração de um minuto, durante a qual eu repetirei: não de mim, não de mim, mas deles veio o ginásio.

De minha parte sinto-me altamente compensado e satisfeito por estar ao vosso lado, hoje, e estaremos ao vosso dispor sempre, pronto a pelejar pelas vossas reivindicações, sem desânimo, nem constrangimento, numa sincera e leal dedicação e faço votos para que a Providência me renove a ventura de partilhar convosco outras inaugurações, outros passos mais amplos para o engrandecimento de nossa terra.”

DISCURSO DO DIRETOR – PADRE JOÃO MAGALHÃES

O Pe. João Magalhães Cavalcante foi o primeiro Diretor do Colégio João d'Abreu.³⁰ Para lá acorreriam as primeiras escravas do *Divino Coração*, antes mencionadas pelo Dr. João Leal, quando se referiu a essa *Congregação* bendita que ainda hoje conduz a nau daquele Educandário de Luz e Amor.

Emocionado, o querido sacerdote se pronunciou assim:

“Estamos jogando com o aspecto do interessante problema filosófico, do paralelismo entre o tempo e o espaço.

³⁰ Quatro anos depois, quem assumia a direção do Colégio era a veneranda Madre Aranzazú (Ir. Amparo), que merece um livro da sua biografia, à parte, tal a magnitude da sua obra numa existência de doação a Dianópolis, onde foi professora de três gerações sucessivas e já partia para uma quarta. Chamada de volta ao mundo espiritual recentemente, deixou em todos nós saudade e profunda gratidão.

HOJE, elemento do tempo. AQUI, elemento de espaço, temos um frisante exemplo desse duplo ponto de mira.

A pólis, a comunidade dianopolina se reúne hoje, aqui, nesta manhã radiosa de luz, para inaugurar um marco em sua pequena história: a inauguração de um Ginásio. Um sonho, uma realidade! É o justo orgulho dos que já está acontecendo. É o tempo do crescimento humano. Multiplicam-se, aprofundam-se e se enriquecem as dimensões do homem. Deus deu tempo a todas as coisas para aparecerem com as melhores chances, à hora oportuna.

Sr. Dr. João d'Abreu, Sr. Dr. João Leal, Sr. e Senhora Coquelin Aires Leal, Sr. Dario R. Leal, se levantaram do meio da comunidade e antecederam a concretização dos bons augúrios para o futuro de Dianópolis, empreendimento árduo e difícil foi este, Srs., em prol da elevação, promoção e educação de nossos sertanejos.

Nada se nos passou despercebido – a abnegação foi total! Mas o trabalho compensa, Senhores, tanto assim que é inteiramente merecido o sucesso que alcançastes. Eis uma grande realidade: o Ginásio que, nesta se inaugura. Tudo nele indica confiança no futuro. Salas de aula amplas e arejadas. Há luz, muita luz e ar puro. Eis o edifício. Dentro dele há calor humano a dar-lhe o verdadeiro sentido, marcando-o significativamente. É um prédio que viverá. Que pulsará. Que contribuirá grandemente para o progresso e para a real economia do nosso Estado. Gerações serão, aqui paradas, aqueles que nos irão substituir no revezamento dos pontos chaves onde se traça a alta destinação histórica do nosso Estado, muita construtora de um Brasil novo, passarão, todos os dias, por estas dependências. Estudarão com afinho e dedicação, pois o Ginásio “João d'Abreu” não interessa em aprovar alunos. O seu objetivo é prepará-los conscientemente para o dia de amanhã. No decorrer dos anos, irá ficando o Ginásio “João d'Abreu” mais importante, mais conceituado, maior e melhor.

O espírito marcante deste educandário é puro idealismo: um aluno bem formado será esteio para a sociedade brasileira. Essa será a melhor recompensa que seus diretores-fundadores desejam obter.

Os alunos, aqui, não serão considerados como número ou como nomes abstratos. O Ginásio se interessará por eles como sua célula mais importante, universo de todas as suas atividades, pois, na dimensão da Escola nova, alunos se tornam eixo e flexa do processo educacional.

Instituição de alto nível, de grande interesse social. No ponto de vista didático-pedagógico, visará feliz aprendizagem, assegurando ao aluno o melhor preparo possível. Este Educandário estará em função da educação, da cultura de nossa mocidade: que é o esforço de aperfeiçoar o ser humano, naquilo que tem de perfectível, em sua tríplice condição de corpo, inteligência, de espírito. A cultura física é o aperfeiçoar o que há de material ou biológico no ser humano em si e em suas relações com a natureza. A cultura intelectual aperfeiçoa o que há de racional no homem com relação à natureza, ao homem e a Deus. A cultura se amplia e abarca todo o homem.

A disciplina é a ética do saber. A disciplina não persegue o estudante, pondo freio a seus ideais, deve ampará-lo. O fim da disciplina é ensinar ao homem a se libertar do que é inferior para atingir a perfeição.

Em uma palavra: a educação é a formação integral da personalidade, dentro de uma concepção filosófica da vida.

A finalidade do curso secundário é formar espíritos justos e equilibrados, capazes de observar, refletir, discernir e criticar. Para isso, o Educandário terá o seu corpo docente. Os diretores-fundadores foram criteriosos ao extremo: analisaram o dossiê de cada um dos professores que contrataram: o sr. Dr. Wilson de Azevedo e Silva, moço inteligente, dinâmico, criativo e

realizador e sua exma. esposa – D. Sulamita, com a qualificação a nível superior na área da educação e com experiência no magistério. Feliz escolha.

*Nós, Diretor e professores, estamos informados:
Cultura, método – que é ordem e clareza;
Dedicação – que é amor à mocidade;
Entusiasmo – que é vibração de sentimento;
Inspiração religiosa – que é fraternidade, renúncia e sacrifício;
Justiça, paciência – que é tolerância e serenidade;
Sinceridade – que é coragem.*

A existência dessas qualidades essenciais constituem o que chamamos vocação que é uma síntese de todas elas.

Srs. Dr. João d'Abreu, Dr. João Leal, Sr. Coquelin e d. Diana e o Sr. Prefeito Municipal – Dario Rodrigues Leal, vossa memória ser-nos-á sempre grata. Ficareis, entre nós, na expressividade e patriotismo, cientes daquilo: “Nada nos torna iguais a Deus como fazer o bem”.

Mocidade, sinto o aceno de vossas expectativas. Espero encontrar na minha direção a mesma disposição em que vos vejo, exprimindo os vossos anseios. Então sim, estaremos formando brasileiros para que a vossa vocação temporal e humana seja planificada e brasileiros também, vigorosos de espírito, ensaiando as glórias imorredouras para a eternidade, cidadãos de duas pátrias que sois.

Dianópolis, 1º de março de 1952.”

Pe. João Magalhães Cavalcante



Uma das Primeiras Turmas do Jardim da Infância do Colégio João d'Abreu. A direita, a pioneira Prof. Diana Costa.



Madre Belem e alunos da Primeira Turma do Ginásio (Colégio João d'Abreu), quando Diretor o Pe. Magalhães.



Pe. Magalhães, Madre Belém, Madre Benigna – a provincial – e a Madre Anunciata (Madre Geral da Congregação na Casa mãe da Espanha), quando da recepção desta última em frente à Igreja da Sagrada Família, hoje situada na Praça Cel. Wolney.



Décadas adiante, eis o Pe. Magalhães e Ir. Amparo (Aranzazu) no pátio do Colégio João d'Abreu.



Fachada do Colégio em foto de Dez/2004.



Em 1956, uma das maiores conquistas do Dr. João Leal – o *Ginásio João d'Abreu* – diplomava os seus primeiros Quartanistas, sob o cajo das freiras “*Escravas Concepcionistas do Divino Coração*”.

Em carta de 2 de outubro de 1955, já havia escrito a respeito para João Joca Leal Costa:

“Rio, 2 de outubro de 1955.

Joca,

(...) Recebi sua carta de 26 último. Agradeço-lhe, sinceramente, as notícias que me deu e, de maneira especial, a deferência do amigo ao lembrar ao Tasso o meu nome, para paraninfo da 1ª Turma do Ginásio. Fiquei, deveras, sensibilizado, com a lembrança e esta minha gratidão é tanto maior quanto sei eu não merecer a distinção. Outros que não eu a mereceriam com justa razão. De minha parte, confesso-lhe, sentir-me-ei pago do esforço e da luta constante para que nossos conterrâneos tivessem os meios para proporcionar in loco a educação de seus filhos. Faço votos para que a turma seja feliz e sempre digna de quantos despenderam uma parcela de sacrifício para que o Ginásio fosse concretizado... Um abraço do parente e amigo = Leal =”.

Entretanto, chegado o ano de 1956, o Dr. João Leal não pôde anuir o convite, como justificou em carta de 20 de novembro daquele ano:

“Minha Mãe. Saúde com todos. Recebi nova carta de Madre Belém sobre parainfado da turma de 1956. Mais uma vez acabo de responder à carta declinando do convite pelas razões já expostas na primeira resposta. Aqui na Câmara, deixei a chefia de Comissões, sendo, atualmente, chefe de Seção de Pessoal, o que veio aumentar ainda mais o trabalho e responsabilidade. Recebi, ou melhor, fui sondado recentemente sobre a possibilidade de aceitar convite para chefiar o gabinete do Líder da Maioria na Câmara. Infelizmente não posso aceitar o convite, pois minhas forças físicas não resistirão tamanho esforço. Ficarei mesmo onde estou até normalizar o serviço. No início do ano pretendo tirar umas férias para descansar em Dianópolis. Abraços a todos. Do filho João”.

Em Dianópolis, as solenidades de formatura dos Quartanistas se deu no dia 08 de dezembro de 1956. Às 7 horas foi a Missa na Capela da *Imaculada Conceição*, na nave do próprio Colégio.

Às 16 horas do mesmo dia foi feita a entrega dos Certificados aos alunos Wilson Vieira Soares, Péricles José Cândido Póvoa, Wilton Rodrigues de Cerqueira, Wilson Antônio de Araújo, Péricles Salomão Araújo Costa, Newton Rodrigues Santana, Edmundo Leal Costa, Zilmar Póvoa Aires, Carlos Alberto Wolney, Neide Costa Jacobina, Jacy Fernandes Rodrigues, Joaquina Aires Carvalho, Colemar Rodrigues Cerqueira e Carlos Bartolomeu Leal Costa.

O Paraninfo da Turma terminou sendo o Rvmo. Padre João Magalhães Cavalcante. O Orador foi Wilton Rodrigues de Cerqueira, hoje advogado, cuja vida pública parlamentar foi de orgulho para todos nós.

O primo José Alencar Costa Aires³¹ – que é autor do hino de Dianópolis – teve mais recentemente, no final dos anos 70, a incumbência de fazer a letra e música para as grandes comemorações do Colégio João d'Abreu. Por ocasião do *Jubileu de Prata* do Colégio em 1978, me recorde de tê-lo cantado com os colegas de Turma.³²

Vou tentar transcrever o de que me lembro daquele hino de gratidão:

*“Doce passarinho, canta, canta
Canta essa saudade dos tempos de amor
Canta essa cantiga, canta esse passado
Que o meu coração recorda com fervor*

³¹ José Alencar Costa Aires aposentou-se no cargo Auditor do Tribunal de Contas da União. É advogado e publicou o livro *Passeata das Abelhas* em parceria com José Bonfim. O belo prefácio da obra foi do saudoso e genial Prof. Carlos Alberto Wolney.

³² Nota pessoal do autor: O Ginásio eu concluí com a Turma de 1980. Em 1981 fui para Belo Horizonte-MG, de onde retornei no final do ano e em 1982 comecei, no mesmo Colégio João d'Abreu o Curso Técnico em Ciências Contábeis, o qual concluí com a Turma dos Formandos do 2º Grau em 1984.

*O meu coração, só quer recordar
(...)
Colégio Querido
Não haverá adeus
Se os teus filhos partem,
Voltam sempre aos braços teus.”*

Ao mencionar o grande Pe. João Magalhães, o povo de Dianópolis se lembrará também do sacerdote Joatan Bispo de Macedo, ordenado pároco em 1972, o qual muito fez por nossa terra. Foi meu professor e de tantos outros no Educandário bendito do nosso Colégio.

Outro dia o entrevistei e registrei a informação que ele me passou de que o grande terreno que foi destinado à Casa Paroquial da Igreja Católica de Dianópolis, situada na Avenida Central, foi simplesmente doado pelo Dr. João Rodrigues Leal, que teria dito: *“Desse modo a paróquia de minha terra receberá uma Casa Canônica”*.

“5. AEROPORTO E ABRIGO PARA PASSAGEIROS

Durante o seu mandato, o governador Jerônimo Coimbra Bueno viu concretizada sua iniciativa de ser o nordeste goiano servido por uma linha aérea regular, que partia de Goiânia indo até Porto Nacional, com escalas nas cidades do nordeste no Estado, inclusive Barreiras, no oeste baiano. O avião ia num dia e voltava no outro, com pernoite em Porto Nacional.

Tratava-se de uma linha subvencionada pela União.

Houve concorrência feita pelo Ministério da Aeronáutica. Saiu vencedora a Cruzeiro do Sul, por extensos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul.

A região a ser servida dispunha de campos de pouso. O de Dianópolis, senão me engano, teve de ser deslocado para um lugar mais propício e construído, em tempo hábil, inclusive uma casinha rudimentar onde se processavam os despachos.

Houve, naturalmente, inspeção prévia pelo setor próprio do Ministério da Aeronáutica em todos os campos de

pouso a serem utilizados.

O contrato fora assinado no fim do ano. Caso a publicação do mesmo não saísse a tempo, a Cruzeiro não poderia iniciar os serviços da linha objeto do contrato.

Diante dessa situação de incerteza, dirigir-me, por iniciativa própria ao Dr. Brito Pereira, Diretor-Geral do Departamento de Imprensa Nacional, fazendo-lhe um apelo no sentido de ser o contrato publicado antes do início do ano novo. O contrato, não obstante a sobrecarga de serviço afeta ao Departamento no fim do ano, e por intermédio do próprio Ministério da Aeronáutica, foi publicado e, assim, o Governador, com a Cruzeiro, viu inaugurada a linha aérea no início da segunda quinzena de janeiro seguinte.

No que concerne a Dianópolis, restava mais alguma coisa a fazer.

No momento oportuno, pleiteei junto ao deputado João d'Abreu e depois junto ao deputado Wagner Estelita emendas ao Orçamento da União - parte relativa ao Ministério da Aeronáutica - de dotação destinada à construção de abrigo para passageiros e ampliação do campo de pouso, com alargamento da pista e cerca de arame.

As emendas foram aprovadas.

Era prefeito de Dianópolis meu irmão Dario Rodrigues Leal, que foi cientificado, em tempo hábil, de recursos orçamentários para aqueles fins destinados.

Para tratar do assunto, inclusive de outros casos, o prefeito dirigiu-se ao Rio de Janeiro, então Capital da República.

Dianópolis, no caso, estava subordinada à 4ª Zona

Aérea, sediada em São Paulo (Capital), e cujo pronunciamento seria indispensável para andamento do processo e empenho dos recursos.

Acompanhei o prefeito na sua ida a São Paulo, onde nos dirigimos à sede da 4ª Zona Aérea, então sob o comando do Major Brigadeiro Araribóia. Fomos pelo mesmo recebidos e ao qual esclarecemos as razões de nossa presença, isto é, que o encaminhamento no Ministério da Aeronáutica dependia de projeto e especificações elaboradas sob a supervisão da 4ª Zona Aérea.

O Brigadeiro não se opôs à exigência do Ministério e, de imediato, determinou ao setor competente que elaborasse o projeto para construção do abrigo para passageiros, tarefa que ele mesmo exigiu estivesse desempenhada até às 17 horas do mesmo dia.

À hora marcada, retornamos à 4ª Zona, onde o prefeito recebeu das mãos do próprio Brigadeiro o projeto do abrigo e toda a documentação pertinente.

Dirigindo-se ao prefeito, o Brigadeiro desejou-lhe pleno êxito nos entendimentos com o Ministério da Aeronáutica e que tudo corresse a contento na execução da obra.

Despedimo-nos do Brigadeiro, manifestando-lhe o nosso agradecimento pela presteza com o qual tudo se resolveu na área de atuação da 4ª Zona Aérea.

No que concerne à cerca de arame, antes referida e com os 40 (quarenta) rolos de arame já comprados pela Prefeitura, havia dificuldade para transportá-los.

Como Dianópolis era servida pelos Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul Ltda., lembrei-me de procurar seu presidente J. Bento Ribeiro Dantas, dele tendo recebido correspondência

destaco o seguinte:

“...o assunto mereceu todo o nosso interesse. Em nenhuma cidade do Brasil encontramos tanto espírito de cooperação e tal interesse em assegurar os meios adequados ao bom funcionamento do serviço aéreo, como na cidade de Dianópolis.

Esta afirmação é feita com autoridade que nos dá a experiência de servir a 102 cidades do território nacional. Nestas condições, V.S. bom compreenderá que será sempre um prazer para nossa empresa com aqueles que demonstraram de maneira inequívoca um real interesse pelo transporte aéreo e realizaram um esforço, sem precedentes, em matéria de trabalho e de eficiência, para provar aquele transporte dos meios adequados na superfície.

Assim, teremos a maior satisfação de transportar gratuitamente o arame farpado de que necessita o município de Dianópolis para cercar o aeroporto, e pedimos a V.S. que nos informe onde serão entregues os 40 rolos, se no Rio ou em São Paulo, para podemos tomar as providências que se fizerem mister.”

Transmiti, em tempo oportuno, essa correspondência do presidente da Cruzeiro do Sul ao prefeito Dario Rodrigues Leal para que o mesmo entrasse em contato com a empresa para as providências finais para o transporte do arame.

Devo deixar aqui ressaltado que em todos os casos por mim encaminhados e defendidos, sempre contei com o apoio e cooperação das autoridades e povo de Dianópolis que, num alto e

sadio espírito de compreensão, viam, antes de tudo, sem qualquer coloração partidária, o interesse coletivo, o interesse do município.



Instituto de Menores (entrada).

“6. INSTITUTO DE MENORES

Falar sobre o Instituto, é falar em Hagahús Araújo e Silva, com justificadas razões. Tudo tem sua história. Um dia, no Rio de Janeiro, lá pelos idos de 1951, chega-me ao escritório o Hagahús. Já o conhecia de nome, porque ligado por parentesco a famílias de minha terra, mais precisamente, aos amigos Liberato, Benedito, Peri, Joaquina (Quininha na intimidade), Marieta e Herculina Póvoa, dos quais é sobrinho.

Desembaraçado, boa prosa, fina educação, o Hagahús, após a apresentação, começou a relatar-me suas atividades na Fundação Cristo Redentor, onde trabalhava. Passara, antes, pelo Serviço de Assistência a Menores, órgão subordinado ao então Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Nossos contatos se amiudavam. Num destes, de maneira inopinada, sugeriu-me que fundássemos, em Dianópolis, uma instituição destinada ao amparo de menores órfãos e também para menores filhos de famílias pobres e de prole numerosa.

A idéia, em princípio, deixou-me impressionado. Mas, confesso, achei o Hagahús muito jovem para a empreitada.

Comecei, entretanto, a pensar no assunto. Como levar avante esta pretensão do Hagahús? E os recursos? E as instalações? E a manutenção?

A iniciativa embora nobre, era temerária.

Hagahús era presidente e voltava à mesma tecla nos encontros seguintes. Era uma demonstração de firmeza para levar adiante sua pretensão. Disse-me, certo dia, que estava disposto a deixar a Fundação Cristo Redentor para se dedicar a uma instituição que se criasse em Dianópolis com as mesmas finalidades.

A idéia já se encontrava sedimentada em meu espírito, face à insistência do Hagahús. Perguntei-lhe, num dos encontros, quanto achava ele necessário para começo de seu plano. Respondeu-me de imediato: Cr\$ 100.000,00 Deduzi, logo, que ele já havia meditado bastante sobre o assunto e certamente estudado o caso nos seus vários aspectos. Era um ponto de partida, acrescentou ele.

Disse-lhe, porém, que não dispunha de tamanha importância mas que iria falar com o deputado João d'Abreu e com ele estudaríamos a maneira de tornar viável aquela iniciativa.

Levei o caso ao deputado a quem sugeri emendas ao projeto de Orçamento da União para o próximo exercício financeiro. Fiquei de elaborar, na ocasião oportuna, as necessárias emendas.

Transmiti ao Hagahús o resultado dos entendimentos havidos e ele já se mostrava indócil e desejoso de retornar a Patos, de Minas Gerais, para junto de seus pais.

Duas emendas foram apresentadas: uma, ao anexo do Ministério da Agricultura e outra ao anexo do Ministério da Justiça e Negócio Interiores. Do primeiro, era relator o deputado Israel

Pinheiro, de Minas Gerais; do segundo, o deputado Aloysio de Castro, da Bahia.

Recomendei ao Hagahús que não se demitisse da Fundação sem antes se entender comigo. Veríamos o andamento das emendas, enquanto apressaríamos a fundação da entidade desejada, dando-lhe personalidade jurídica e posterior registro nos órgãos competentes.

É certo que não bastava à apresentação de emendas. Era mister fossem as mesmas defendidas no momento oportuno. Para evitar mais trabalho ao deputado João d'Abreu, envolvido com uma série de reivindicações do eleitorado de sua região, resolvi dirigir-me diretamente aos relatores as quais expus devidamente os objetivos das emendas. O deputado Israel Pinheiro recomendou-me que falasse com seus assessores Vicente Ferrer Correia Lima e Henriqueta Paura, esta encarregada, precisamente, da parte onde se incluía a emenda, o que foi devidamente anotado para apreciação no momento oportuno.

Já o deputado Aloysio de Castro advertiu-me que emendas havia várias. Era preciso que eu o avisasse no momento em que ele iniciasse a apreciação do conjunto das emendas do seu setor para que ficasse destacada a emenda desejada. Assim fiz.

Estava nessa fase e o Hagahús já se mostrava impaciente. Sem me avisar, demite-se da Fundação Cristo Redentor e viaja para Patos. Em carta, pedi-lhe que ali aguardasse instruções. Somente depois de estar tudo em ordem, pretendia instruí-lo para deslocar-se para Dianópolis. A documentação estava sendo preparada, inclusive Estatutos. Para isso, entendi-me previamente, com o Dr. Wilson de Azevedo e Silva, Juiz de Direito de Dianópolis, a quem expus o caso solicitando as providencias legais necessárias para levar adiante o

empreendimento.

Enquanto procurava consolidar a idéia, eis que recebo carta do Hagahús, não de Patos mas de Dianópolis para onde já se deslocara. Ficamos surpresos e atônitos o Dep. João d'Abreu e eu. Preocupamo-nos e nos desdobramos em esforços para a obtenção de recursos destinados à empreitadas. Ambas as emendas foram aprovadas: a do Ministério da Agricultura Cr\$ 400.000,00 e a do Ministério da Justiça no valor de Cr\$ 350.000,00 o deputado Aloysio de Castro foi corretíssimo ao ser lembrado da emenda que lhe era pertinente.

Este o começo.

Creio que o Hagahús se valeu, inicialmente, da boa vontade do povo e comerciante locais.

Resolvi ir a Dianópolis. Lá o encontrei com um barracão coberto de palha e cerca de 18 meninos ali concentrados! Fiquei apreensivo. Quê fazer se não fossem recebido os recursos inscritos no Orçamento da União? A obra, mercê de Deus e do esforço hercúleo do Hagahús, fora bem acolhida e os recursos liberados.

Por sua vez, o Hagahús obteve do Ministério da Agricultura um pequeno trator, mas teria de ir buscá-lo em Pernambuco, o que fez.

Nos anos seguintes, procurei, pedindo a um e outro deputado, mesmo representantes de outros Estados, obter maior soma de recursos para o Instituto, já agora com vistas à construção de prédio próprio para abrigar a meninada, bem como para instalação de máquinas e oficinas. A obra bem merecia e a vários deputados mostrei as fotografias que tinha em meu poder. Descrevia-lhes ao mesmo tempo a situação de Dianópolis, onde grande era o número de crianças pobres e quase desamparadas.

O Município, pobre, não tinha de condições de abrigá-las e encaminha-las. Isto impressionou os deputados aos quais me dirigia.

Esta luta eu a levei à frente, enquanto permaneci na Câmara dos Deputados. Nada pedia para mim, mas para aquele segmento de pessoas tão necessitadas e que encontra no Hagahús alguém com abnegação quase paternal, no trato com aquela meninada.

Devo destacar a ajuda constante dos deputados João d'Abreu e Wagner Estelita Campos. Com o afastamento do primeiro para a Vice-Governadoria do Estado, quase tudo se concentrava no deputado Estelita que nunca nos faltou com sua ajuda. O deputado João d'Abreu era da região o que não acontecia com o deputado Estelita. Este tinha outra região a atender e inúmeras as solicitações que lhe eram presentes. Nem mesmo sua elevação à Presidência da Comissão de Orçamento fez com que se esquecesse de Dianópolis. Nunca foi omissos e continuou sua ajuda até o fim do seu mandato como representante de Goiás, na Câmara dos Deputados.

A essa boa vontade do deputado Estelita Campos, acrescento a correspondência dos deputados de outros Estados eles destaco os deputados José Bonifácio, de Minas Gerais, e Manoel Novais, da Bahia, junto aos quais eu defendi aquela obra tão justa e humana.

No que concerne aos objetivos, trabalhos e dificuldades locais, melhor falará o próprio Hagahús de quem vai transcrita correspondência a mim dirigida e que trata do instituto ao qual dedicou esforço, sacrifício e extraordinária boa vontade, tudo isso aliado a uma invulgar perseverança e abnegação.



Fachada do Instituto de Menores (janeiro/05)

“6.1. CARTA DO DEP. HAGAHÚS ARAÚJO E SILVA AO DR. JOÃO LEAL

“Brasília, 1º de maio de 1977.

Leal,

A idéia de criar uma obra de assistência a menores de Dianópolis, nasceu de uma palestra que tivemos, no Rio de Janeiro, parece, em 1951.

Nela falamos da necessidade de uma instituição que cuidasse do amparo de crianças pobres de nossa região, talvez mais carentes que as de outras áreas, porque ali, até os adultos era esquecidos.

Naquela ocasião eu era funcionário da fundação abrigo do cristo redentor e antes havia dirigido escolas do SAM, antigo órgão do Ministério da Justiça, onde, recebemos determinação superiores, burocratizadas e idiotas muitas vezes, já tinha uma idéia formada de como não deveria cuidar das crianças.

Pessoas sem nenhuma vivência do problema, colocadas em altos postos, determinavam as normas a seguir,

completamente divorciadas da realidade. Muitas vezes, as preocupações eram mais com as aparências do que com os fatos. O menor em si valia menos do que a possibilidade da divulgação dos erros. No SAM, vi menores violentados por quem devia educá-los, sem que providências fossem tomadas, para evitar a repercussão da notícia. Na Fundação Abrigo do Cristo Redentor, vi escolas com muito tratores e sem lápis ou cadernos para as salas de aula ou o menor, que tirava leite, não poder tomá-lo para que as estatísticas acusassem um bom volume de venda.

Daí o plano de uma escola assistencial em Dianópolis, cidade pobre, carente de tudo, onde os menores recursos, maior número de crianças seriam assistidas. Ali, nossos erros, não poderiam ser debitados a ninguém. Os menores seriam assistidos levando em conta a sua necessidade somente e não a tranquilidade do adulto, o que levava o SAM a internar principalmente aqueles que pelo seu mau comportamento levava desassossego a terceiros.

Contrariando também os princípios básicos de educação e assistência de certas obras daquela época, que pensavam apenas ensinar e ler e escrever, ao par de algum conforto material, que não consideravam o trabalho como o fator principal da formação educacional, nós pensamos em modificar este aspecto.

“Educar é ensinar a viver”. E como ensinar a viver é instruir e educar e, sobretudo, formar bons hábitos, é claro que o trabalho seria usado como fator necessário à formação moral do garoto, já que faz parte integrante da vida de qualquer um.

Nossa escola teria, no trabalho do menor, um dos suportes de sua manutenção. Ele seria preparado a viver dependendo do produto do seu esforço, jamais vendo ou sabendo de que sua subsistência iria depender da caridade alheia. Participando ainda com um percentual do que produzisse, teria um

estímulo maior a trabalhar e economizar, já que na vida, iria contar tão somente com seu esforço.

Assim foram as idéias que trocamos. Você prometeu sua ajuda e, baseados apenas na confiança mútua e uma brutal esperança no futuro, fui para Dianópolis.

Dr. Wilson de Azevedo e Silva, Juiz de direito, por instruções sua, já havia feito a parte burocrática, feito reuniões, elaborados os Estatutos e dado a personalidade jurídica à Fundação do Instituto Profissional Agro-Industrial “São José”.

Muitas pessoas, na ata de fundação para formar o patrimônio inicial, fizeram doações no fim elas foram dispensadas, já que havíamos adotado o princípio de que o Instituto não poderia depender da caridade do povo. Em uma comunidade pequena e pobre seria um golpe na moral de nossos garotos saberem que seu alimento dependeria da caridade alheia.

Na escolha do local para as obras, contamos com a ajuda inestimável do Coronel Abílio Wolney que nos sugeriu e nos levou às capoeiras do “Discreto”, onde teríamos terras para cultura irrigável e até, se fosse preciso, uma cachoeira para uma pequena usina hidrelétrica.

A Casa Póvoa financiou os trabalhos iniciais e por longo prazo, quando tudo era só planos e esperanças.

Más o “pé de boi”, aquele que agüentou idéias malucas e soube dar conselhos nas horas e certas e difíceis, só foi você. Não fosse sua ajuda e estímulo, o instituto teria terminado no meio de nossa primeira palestra no Rio.

Por mais de uma dezena de anos os recursos do Instituto dependeram tão somente de você. As verbas, como por milagre, eram arrancadas das quotas de deputados até de outros

Estados, já que as do velho Abreu não bastavam.

Quando cheguei a Dianópolis, você já havia incluído duas verbas no Orçamento da União: Uma pelo Ministério da Justiça Cr\$ 350.000,00 e outra pelo Ministério da Agricultura de Cr\$ 400.000,00. Este último apresentou também uma planta da obra a ser construída. Grande, cara e sem levar em conta as peculiaridades do meio e a carência de recursos, que mal davam para o início. As obras foram iniciadas e a subvenção cortada. Primeira desilusão.

A subvenção do Ministério da Justiça foi paga, já no fim do ano. Mas como nos planos de aplicação da verba havia a inclusão da compra de um caminhão para transporte, para ajudar nos obras este, iria levar grande parte do dinheiro a ser recebido. Deste modo tivemos de comprar o mais barato. Um Ford, Thames, inglês. Uma grande porcaria.

Mas, muito antes, o Instituto já havia começado.

No início foi o estudo do terreno, a locação de tudo que teria feito.

Depois, uma horta teria uma base alimentar às crianças.

A seguir, a construção de um rancho de palha, bem grande onde havia a residência do Diretor, escritório, cozinha, refeitório e salas de aulas, e um salão onde seriam penduradas as redes dos meninos, festas e reuniões.

Tentei arranjar um trator, por empréstimo, na secção de Fomento Agrícola, no Rio. Recusaram da primeira vez. Voltei no dia seguinte. Recusas e insistências de alternaram. Na 6º vez, vislumbrei uma esperança. Na 7º, zangado, o chefe emprestava um trator, se o buscase em Recife.

Você estava no Hospital. Triunfante, fui-lhe levar o ofício de autorização para você ver. Más o havia esquecido no táxi. Lembra-se? Depois consegui uma segunda via, por intermédio de uma Secretária, já que falar em trator com o chefe seria uma temeridade.

Em 1º de maio de 1953, este trator, arrastando um carro de bois, partia de Dianópolis, levando os primeiros alunos do Instituto. Eram 18 e mais Antonio Araújo e sua esposa que foram os primeiros funcionários a cuidar das crianças.

O instituto foi inaugurado.

No rancho de palha 18 redes foram dependuradas, o que para muitos garotos foi sua primeira noite de “conforto”.

A água vinha de bicas de coqueiros e o banheiro cercado de palha de buriti, a água jorrava incessantemente.

Tábuas pregadas sobre estacas, em dois níveis eram bancos, carteiras e mesas.

No escritório, um caixotão deitado, oferecido pela Casa Póvoa, era a escrivaninha do Diretor.

Mesmo naquela pobreza franciscana, nossos garotos passaram a gozar regalias que nunca tiveram.

Limpeza, alimentação farta e certa, escola e recreação e, sobretudo, carinho.

Os Trabalhos foram intensificados, com a ajuda da mão de obra dos alunos.

A reserva inicial, a desconfiança do caboclo, foi-se modificando. Já havia problema de vagas. Não era mais possível

atender a todos que queriam ficar no Instituto.

A fé no êxito do empreendimento, que no princípio parecia ser um produto de uso exclusivo para nós dois, começou a aparecer em outros. No princípio era só descrença; depois a dúvida. Agora, alguns já acreditavam.

O Instituto foi crescendo. Novos ranchos eram feitos para agasalhar novos colaboradores que chegavam. O dormitório foi reforçado para agüentar o peso de mais redes.

Com os recursos que você conseguia, todas as contas tinham sido pagas e as obras definitivas tinham sido atacadas com maior intensidade.

A polícia de Goiás, nos mandou o cabo Albino, que virou professor. O Dr. Gervalino, pela Malária, contratou Geraldo Mota que era nosso motorista. O DNER, contratou o José de Alexandre que ficou encarregado da olaria. O Estado nos deu uma professora.

O Departamento de Correios e Telégrafos, nos emprestou um pequeno gerador, com motor, que substitui os candeeiros fumacentos nas aulas noturnas.

No setor de transporte, já tínhamos melhorado. Uma bicicleta, um jumento, um trator arrastando um carro de bois e, agora um caminhão, significativa uma evolução constante.

Já havia 38 meninos. Pedidos de matricula surgiam por toda parte, sem que pudéssemos atendê-los.

Eu morava junto com os meninos, em igualdade de condições. A única regalia era um quarto em separado, conjugado com o escritório, já que a parte burocrática ia pela noite adentro.

Certo dia, de manhã, tive a melhor idéia de minha vida. Éramos uma família muito grande, mas faltava a mãe. Deu-me o palpite de me casar. Faltava, no entanto, a noiva. Como ao encontrá-la, o padre não quis fazer logo o casamento, tivemos que esperar para a manhã seguinte. Vinte e quatro horas depois, o problema estava resolvido. Éramos já 40 pessoas na família. O casal e 38 filhos.

Por quase dois anos ainda, vivemos no rancho de palha. Depois, mudamos para construções definitivas, ainda inacabadas.

Com a chegada de Josa, tudo mudou. Ela, que tinha o curso Pedagógico, além de lecionar, orientava a parte das aulas, administrava a casa, sua cozinha, rouparia, etc. Vivíamos dentro do Instituto, com todos os meninos; o mesmo teto, a mesma alimentação, os mesmos problemas.

O Instituto cresceu. De toda parte vinham pedidos de matrícula. As crianças da vizinhança freqüentavam o curso primário, recebendo material escolar e merenda.

A Prefeitura de Dianópolis, que no início recusou a pagar uma subvenção de Cr\$ 4.000,00 (velhos) recusou ainda isentar o Instituto da taxa de luz. O estado de Goiás, recusou também doar as terras onde ele se localizava, que eram devolutas. Por isto, nem tudo eram flores.

A Campanha Nacional de Educação Rural, do Rio, resolveu nos ajudar. Fez um convênio para a instalação de um centro de Treinamento de Cooperativismo. Deu-nos um jeep, um projetor cinematográfico. Contratou o Hercy como Técnico Agrícola. O César como Capataz e Josa como professora. Foi uma ajuda inestimável dada pela campanha.

Das Forças Armadas, conseguimos roupas usadas,

cobertores e vários equipamentos, descarregados como inservíveis, mas ainda utilizáveis para quem, como nós, pouco tínhamos.

Apesar de que o Instituto não tenha dependido materialmente quase nada Dianópolis, é preciso deixar claro, que foi graças ao apoio material e incondicional do povo, é que ele se tornou uma realidade.

Erros, houve aos montes. Mas nenhum que possa ser debitado à responsabilidade de quem quer que seja, pois tudo foi feito sem ouvir palpites. Fiz o que achei conveniente e contei sempre com o apoio de todos. A Fundação teve sempre uma diretoria e uma assembléia Geral como órgão soberano. Mas havia confiança mútua e jamais houve sequer, um atrito. Afonso Carvalho, foi, do princípio ao fim o Tesoureiro. Benedito Póvoa foi o Secretario até se mudar para Goiânia, quando foi substituído por Wilson Póvoa.

O Instituto que começou com um rancho de palha, tendo como patrimônio apenas esperanças, já era uma realidade, disputando o primeiro lugar dentre as obras assistenciais a menores de Goiás.

Os ranchos de palha foram substituídos por quase 20 construções definitivas, com água, luz elétrica, esgoto, telefone, etc. Havia o prédio principal, casa para professores, oficinas completas, galpões, maquina de arroz, cerâmica, lavanderia, mecanizada, cinema, pomar com frutas a perder, criação de gado, porcos, galinha, abelha. Seu patrimônio maior, era ainda uma equipe de gente modesta e abnegada, que em regime de tempo integral, de dia ou de noite, dedicava à Instituição.

Vários alunos que já cursavam o Ginásio, lecionavam para os mais atrasados. A disciplina era mantida pelos mais velhos

e disciplinados. Jamais tivemos problemas disciplinares graves, embora, por toda parte os trabalhos fossem executados pelos meninos ou com ajuda deles.

O Wilson, atual Diretor, havia terminando Odontologia e veio para Dianópolis. Depois, para o Instituto, onde acumulava as funções de chefe de Disciplina, Secretário, chofer de caminhão e Cirurgião Dentista.

Certa ocasião, tivemos dois meninos doentes, necessitados de assistência médica urgente. Levamo-los para P. Nacional, onde foram submetidos a intervenção jurídica. Eram o Inácio e o Napoleão. Logo soubemos que aquele médico era um simples aventureiro. Logo a seguir fui ao Rio, onde, com sua ajuda veio também o primeiro médico para Dianópolis: Dr. Manoel Pinheiro. Inclusive foi você que comprou o instrumental necessário.

Cerca de 200 menores, sendo 110 internos, eram amparados pelo Instituto. Em todos os problemas da comunidade, o Instituto ajudava; não recebia.

Mas, com sua saída da Câmara dos Deputados, tudo mudou.

Os recursos começaram a escassear e, por muitas vezes tivemos de nos recorrer até a agiotas para as despesas de manutenção.

O Estado de Goiás, que desde inicio sempre que foi contrario aos nossos empreendimentos, recusando até doar a área de terras devolutas onde o Instituto se localizava, continuou recusando a sua ajuda. Em 10 anos, a soma de tudo que havia dado, mal bastava para a manutenção de uma semana. Até professores do Estado que ali lecionavam, inclusive para alunos externos, de gente, pobre da vizinhança (cerca de quase uma

centena) foram transferidos. A representação do Governo de Goiás, em Belém do Pará, chegou a cúmulo de deduzir até 40% de comissão de outras despesas, para receber verbas junto a antiga SPVEA.

A situação foi ficando insustentável. Na região não havia a quem recorrer. Tudo era pobre e o Instituto que havia crescido muito, tinha despesas maiores que as possibilidades do meio.

As dividas cresciam. O comercio e agiotas em atraso, necessitavam de pagamento. Os chamados planos de economia do governo, cortavam os minguados recursos constantes Orçamento. Quando você estava na Câmara, a situação era outro. Com sua saída, já não havia sequer esperanças. A incerteza era constante. Certas, só tínhamos as despesas.

Não havia mais condições de manter a obra e, por ironia, nem sequer de fechá-la. Os meninos que ali estavam, era justamente porque não tinham para onde ir. Servidores que, por muitos anos, tinham dedicado seus esforços e até sua mocidade, teriam que começar tudo de novo.

Foi convocada a Assembléia Geral Extraordinária e estudado o problema em todos seus ângulos. A única solução encontrada foi a transferência da obra quem pudesse mantê-la. Foi me autorizado, com poderes totais, a encontrar donatário, estabelecer condições e fazer a transferência, exigindo apenas que a obra continuasse assistindo a menores, preferentemente os da região, que seu patrimônio não fosse transferido de Dianópolis, além do aproveitamento do pessoal subalterno.

Por intermédio do deputado José Freire, que sempre nos ajudava, fizemos os contatos com o Secretario da educação (Padre Rui) e a seguir com o Governador.

Ficou acertado que o Instituto seria transferido ao Estado de Goiás, mas este não aceitaria o passivo. Este, além do nome - Fundação do Instituto Profissional Agro-Industrial São José - constituíram o novo patrimônio, partindo para nova arrancada, construindo outro estabelecimento de cunho semelhante, mas destinado ao amparo de meninas. Dívidas, não era um patrimônio inicial muito animador, mas etapas piores haviam sido vencidas. Foram dias difíceis. Eu, que há 10 anos vivia ali, com planos de àquela obra dedicar o resto da minha vida, via tudo aquilo que havia sonhado, ruir como um castelo de cartas. Era como se uma família numerosa tivesse de ser dividida. Vivíamos todos juntos: o mesmo teto, a mesma alimentação e os problemas partilhados por todos. Meus 115 filhos seriam reduzidos a 5 somente. Todos eram filhos. Deixaria para trás, os planos de toda uma vida. Levava, porém a certeza do dever cumprido. As capoeiras do "Discreto", já era uma das maiores obras sociais do Goiás. Ali estava implantada definitivamente uma obra, onde, por gerações seguidas continuaríamos ouvindo o riso das crianças.

Recusei a nova direção do estabelecimento. Lembrava-me do SAM e do abrigo do Cristo Redentor. Tinha idéias próprias e certeza de não atacar certas determinações de quem nunca viveu realmente o problema do menor abandonado. A teoria é bonita e, às vezes, contrasta com a realidade.

Primeiro de maio de 1963. Ironia ou coincidência, até em horas quando o Instituto foi transferido ao estado de Goiás, completava exatamente 10 anos.

Na solenidade de doação, vieram o representante do Governador, Secretário de Estado e outras autoridades. E o Governo, que durante tantos anos recusou sua ajuda, assumiu a responsabilidade completa de tudo.

Terminada a solenidade de transferência, na mesma noite, eu me mudei para Dianópolis. Chegara ao fim nossa

administração e responsabilidade a frente daquela obra. Restava-me apenas a pecha de subversivo, como se assistência social fosse privilégio de comunistas. Muitos dissabores iria ainda enfrentar. Mas isto é já é outra história.

Portanto meu compadre, aí, em linhas gerais, está o que fizemos pelo Instituto. Minha colaboração foi somente neste setor. Mas a sua este presente em tudo que Dianópolis tem de bom.

Abraços

Hagahús Araújo e Silva”.³³

³³ Esta carta está nos originais do texto deixado pelo Dr. João Leal. A mais, confirmam no livro *Hagahús Araújo Uma Lição de Cidadania*, Brasília : Ideal, 2003, com organização, pesquisa e texto final da brilhante Jornalista e Assessora Parlamentar, Dr^a. Iara Araújo Alencar.



Entronização do busto de Hagahús Araújo e Silva por ocasião dos 50 anos do Instituto de Menores em Julho/03 (Foto do autor)



“7. POSTO DE SAÚDE E SERVIÇO DE ABASTECIMENTO D’ÁGUA

Pedi ao professor OSVALDO RODRIGUES PÓVOA, valendo-me de seus conhecimentos, boa memória e facilidade de expressão, que me fizesse um histórico sobre o assunto.

Eis o que escreveu o professor Osvaldo:

“DIANÓPOLIS – BREVE HISTÓRICO DO SERVIÇO DE ABASTECIMENTO D’ ÁGUA”

Pode-se dizer que, historicamente, o serviço de abastecimento d’água de DIANÓPOLIS tem suas raízes em 1898, quando o Cel. Joaquim Aires Cavalcante Wolney construiu um aqueduto de bicas de coqueiro com a extensão de 1,400 metros, destinado à sua casa e, por extensão, aos parentes mais próximos.

Caprichoso, o Cel. Wolney se comprazia em realizar obras que despertassem a curiosidade e sobre tudo admiração. Assim, face à natureza do terreno acidentado, teve que abrir valas profundas algumas vezes, e outras erigir postes de grande altura,

inclusive com emendas realizadas com muita arte, para conseguir o nivelamento das bicas.

No início deste século, entre 1910 e 1915, as bicas foram substituídas por encanamento de metal, assegurando maior pureza à água, antes contaminada pelo excremento de aves.

Com a fase tumultuada que o município atravessou a partir de 1918, quando a família Wolney perdeu tragicamente o seu chefe e os seus elementos tiveram mesmo que buscar refúgio em outras terras, o público começou a fazer uso da água que jorrava no quintal do Cel. Wolney.

Após a Revolução de 1930, nas gestões dos Prefeitos Coquelin Leal Costa e Antonio Póvoa (1933 a 1934) foi construído na única praça existente na vila, hoje praça Liberato Póvoa, um reservatório elevado de madeira, abastecido pela água que durante muitos anos jorrava no quintal do Coronel. Esse reservatório, durante alguns anos, resolveu satisfatoriamente o problema de abastecimento d'água à pequena população da então vila de São José do Duro.

Sendo de propriedade particular, o encanamento foi vendido, tendo o Prefeito de então, Bendito Costa Povoá (1948 a 1949) comprado novo encanamento e promovido a captação de outro manancial, vizinho do anterior. A velha caixa d'água foi também substituída por outra de cimento, localizada no mesmo local do anterior.

Objetivando obter uma solução que tranquilizasse esse setor da administração por longo tempo, o Prefeito Dario Rodrigues Leal assinou convenio com o Serviço Especial de Saúde Pública para construção de um posto de saúde e da rede de abastecimento d'água, enquanto, paralelamente, adquiria encanamentos para alimentar o manancial com água de outro vizinho. O período desses acontecimentos foi de 1951-55.

Durante a gestão de João Joca Leal Costa, a crise do precioso líquido se tornou bastante aguda, com a diminuição da capacidade do manancial, e algumas soluções de emergência foram tentadas para aliviar a crescente pressão da demanda, até que teve início a execução do convenio com o SESP, na administração de Osvaldo Rodrigues Póvoa (1959 a 1960) que implantou o serviço de abastecimento d'água em 1960.

A captação foi feita num manancial do lugar denominado Poção e adutora tem 1.000, metros de extensão e as redes distribuidoras abastecem cerca de 70% das casas (aproximadamente 500 ligações) e uma população percentualmente bem superior, considerando-se a existência de muitas torneiras públicas.

Um poço artesiano, aberto na gestão do Prefeito Hagahús Araújo e Silva (1965 a 1969) reforçou o abastecimento.

Em maio de 1974, na gestão do Prefeito Hercy Ayres Rodrigues, foi assinado um convênio com a Saneamento de Goiás S.A - SANEAGO, em virtude do qual essa autarquia estadual passou a administrar o serviço de abastecimento d'água cidade. Desde então, dois poços artesianos foram abertos, não sendo, porém, ligados à rede abastecedora, até a presente data, presumindo-se que isso deverá ser feito ainda este ano, pois a crise de água já é bastante seria".³⁴

*Sobre a matéria aqui ventilada, desejo prestar algum esclarecimento, especialmente no que concerne ao convênio com o Serviço Especial de Saúde Pública - **SESP**, convênio este cujo objetivo era a construção de um posto de saúde e de dotar a cidade de um serviço próprio de abastecimento d'água.*

³⁴ Nota do Dr. João Leal: "Este relato do Professor Osvaldo é de junho de 1976. Ele não tocou expressamente no posto de saúde, cuja execução ocorreu paralelamente pelo SESP).

Tive oportunidade de sentir o drama vivido pela população local quanto ao precioso líquido. O problema tornava-se mais crítico com o aumento da população.

Era necessária uma solução para esse setor da administração. Era Prefeito Dario Rodrigues Leal, meu irmão. Hospedava-me em sua casa nas minhas idas a DIANÓPOLIS.

A Caixa d'Água, então existente, ficava em frente da casa de Dario. Numa das minhas idas a DIANOPOLIS, tive meu sono interrompido em plena madrugada. Um falatório chamou-me a atenção. Abri a janela para ver de que se tratava. Era uma fila, intercalada de espaço a espaço, por grupos que se formavam vizinhos à Caixa d'Água. Ao falatório somava-se o barulho do vasilhame. Não era agradável o espetáculo e sim uma cena constrangedora.

Ao retornar ao Rio de Janeiro, então a Capital da Republica, entendi-me com o deputado João d'Abreu a quem relatei o que presenciara. Viu ele, conhecedor dos problemas do norte e nordeste goiano que o fato relatado bem justificava a sugestão que lhe fizera anteriormente, isto é, inclusão na proposta orçamentária – parte relativa à Superintendência da Valorização Econômica da Amazônia- de dotação para aquele fim.

Além desta emenda, havia outra parte relativa ao Ministério da Saúde, do qual era relator o deputado Janduhy Carneiro, da Paraíba. As emendas visavam ao abastecimento d'água em DIANÓPOLIS, sendo que a ultima previa também um posto de saúde.

A primeira emenda da qual fora relator o deputado Parsival Barroso, do Ceará, foi aprovada sem dificuldade. O difícil, depois, seria a liberação da dotação para o serviço. A segunda, porém, não teve a mesma sorte. Havia sobre abastecimento d'água outra emenda relativa a Santa Catarina, firmada pelo

deputado Konder Reis, para a cidade de Lajes, se não me engano.

O então Superintendente da SESP esclareceu ao relator serem duas emendas inoportunas posto que, se aprovadas, criaram situação anômala no orçamento daquele Serviço.

Interpelado, ponderei ao relator que a aprovação da emenda proposta representaria para a Prefeitura, no caso, o único meio viável para solucionar o problema do abastecimento d'água em DIANÓPOLIS, além do posto de saúde previsto na mesma emenda.

A solução encontrada foi a seguinte: o Superintendente do SESP - Serviço Especial de Saúde Pública - comprometeu-se com o relator a mandar executar o serviço, no ano seguinte, sem necessidade de destaque daquelas dotações, cujas emendas deveriam ser rejeitadas.

Diante do compromisso assumido, as emendas foram rejeitadas, ficando, porém, para DIANÓPOLIS, a emenda relativa à Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia-SPVEA, sendo o convenio firmado posteriormente na gestão de Dario Rodrigues Leal. O Superintendente da SPVEA, na época, era o Dr. Arthur César Ferreira Reis.

Mas a verdade é que o compromisso não foi cumprido e o serviço não foi executado, nem mesmo em função do convenio assinado com relação à SPVEA.

O caminho era aguardar o trâmite da proposta orçamentária do ano seguinte. Na Câmara dos Deputados não houve emendas. Tudo correu normalmente para o Superintendente do SESP.

Aguardei, pacientemente, a oportunidade para pleitear emenda no Senado. Obtive-a por intermédio do senador Benedito

Valadares, de Minas Gerais. Não sei como, mas o certo é que o representante de Santa Catarina, deputado Konder Reis, teve a mesma idéia, com emenda firmada por outro senador. Possivelmente, o compromisso com ele assumido também falhara.

Surpreendeu-se o Superintendente do SESP, pois não contava com tais emendas na volta da proposta orçamentária do Senado. Ficou atônito. Foi ao relator, deputado Janduhy Carneiro, pleitear a rejeição das emendas. Não foi feliz, pois o deputado Janduhy fora testemunha do compromisso assumido e só em razão deste emitira parecer contrário à aprovação das emendas no ano interior. Assim, falecia razão ao Superintendente para nova investida. O relator deixou claro seu ponto de vista.

Mas o Superintendente era persistente. Confessou ao relator, deputado Janduhy Carneiro, sua falta, mas acrescentou que iria executar o serviço e que, para tanto, elaboraria um ofício dirigido ao Prefeito, assumindo, formalmente, o compromisso de executar o serviço logo no início do ano, desde que rejeitada a emenda do Senado. O deputado Janduhy disse-lhe que só daria parecer contrário se houvesse concordância expressa sobre a nova proposta do Superintendente. Interpelado, eu disse ao relator que o tempo era exíguo e não me permitia consultar o Prefeito como sugerido.

Expus, claramente, ao relator e ao presidente da Comissão, as dificuldades de comunicação com o Prefeito, tanto mais que a votação do Orçamento Geral da União já se achava nas horas finais da aprovação face a exigência constitucional. Deram-me razão e, diante do ocorrido anteriormente, se tornaram defensores intransigentes da emenda assinada com tanta boa vontade pelo senador mineiro.

Diante do insucesso, o Superintendente disse ao relator que iria pleitear a rejeição da emenda no Plenário da Câmara e que naquele instante se dirigiria ao Líder do Governo,

que detinha a maioria.

A ameaça não surtiu efeito, nem dela tomou conhecimento a Comissão de Orçamento, que aprovou o parecer do relator.

Em verdade, o Superintendente do SESP procurou o Líder do Governo a quem transmitiu sua pretensão de ver rejeitada a emenda. Mas, na ocasião, quem era o líder do Governo? Era o deputado Vieira de Melo, da Bahia, mas ligado por laços familiares ao povo da minha terra.

Ciente da pretensão do Superintendente, disse-lhe que, pessoalmente, não poderia atendê-lo. Não esclareceu por certo, os motivos. Permitiu-lhe, entretanto que procurasse o Vice-Líder, deputado Jefferson Aguiar, da bancada do Espírito Santo, para, se quisesse, pedir destaque, no Plenário, para rejeição da emenda. Procurou-o de fato, o Superintendente. Parlamentar experiente, foi à comissão saber o que havia em torno do assunto. Foi devidamente esclarecido pelo relator. Dirigiu-se, em seguida, ao Líder a quem expôs as razões que o levaram a não atender a pretensão do Superintendente. Resultado: a emenda foi aprovada.

Assim, não restou o Superintendente outro caminho senão aceitar o fato consumado e mandar executar o serviço, na gestão do Prefeito Osvaldo Rodrigues Póvoa.

Eis aí uma parcela da luta da qual resultou o abastecimento d'água paralelamente com a construção do Posto de Saúde de Dianópolis.”



Posto de Saúde de Dianópolis, antigo SESP-Serviço Especializado de Saúde Pública (Fundação Federal)



O mesmo Posto de Saúde de Dianópolis, com nova fachada (Prefeito José Salomão Jacobina Aires)

“8. USINA HIDRELÉTRICA

Dianópolis, como quase todos os municípios do nordeste goiano, carecia de iluminação elétrica. Benedito Costa Póvoa, eleito prefeito após a reconstitucionalização do País, interessou-se pela solução do problema.

Escreveu-me, certa feita, solicitando-me que verificasse, no Rio de Janeiro, a possibilidade de aquisição de um grupo eletrógeno, especificando as características desejadas.

Consultei várias firmas e estas pediam sempre dados complementares. Dei conhecimento desta situação a Benedito Póvoa, que resolveu ir pessoalmente ao Rio de Janeiro. Ali, ele percorreu as firmas por onde eu já havia passado. O grupo por ele desejado foi encontrado na firma Vasconcelos, situada no final da Rua Visconde de Inhaúma. Este grupo foi adquirido e por ele despachado para Goiânia.

Para melhor apreciação desta parte, julgo oportuno mencionar o que disse Benedito Póvoa, mais tarde, quando falou ao JORNAL DO DURO, nº15, de maio de 1982, sob o título “O Motor da Luz”. Eis suas palavras:

“O grupo eletrógeno e demais materiais elétricos foram comprados no Rio de Janeiro e levados de caminhão até Goiânia, onde então o embarcamos no avião da Cruzeiro do Sul com destino a Dianópolis. Para construção da rede de iluminação pública fui pessoalmente pedir aos moradores da cidade que como ajuda, dessem um poste de aroeira para as casas em cuja frente tivéssemos de colocar um poste, e nesse sentido contei com a colaboração de todos. O motor chegou, os postes foram fincados e as lâmpadas colocadas. Feita a fundação para o motor e colocando-o na base faltava apenas o teste inicial. Quanta decepção! Rodamos a manivela e o motor funcionou maravilhosamente com um ruído entusiasmador, porém as lâmpadas continuaram apagadas. O alternador se negara a gerar eletricidade.

Como não existia ninguém que conhecesse o assunto, parti para investigar o defeito, contando com o suporte de bons livros que possuía sobre a especialidade. A minha preocupação era com a firma que nos havia vendido o grupo gerador, pois estávamos informados de que não se responsabilizaria pelo funcionamento se o grupo fosse desmontado. Acontece que em Goiânia a Cruzeiro do Sul só permitiu o embarque se o peso do equipamento fosse distribuído no avião para não comprometer a segurança do voo. Como tínhamos pressa, desmontamos o grupo.

Três longos dias passamos a procurar as possíveis causas do defeito, sem o menor resultado. Estudava e observava tudo, até as placas de identificação. Tive então a idéia de fazer excitação externa do alternador, colocando pilhas de lanternas junto do dínamo, que era para 24 volts corrente continua. Fui à loja Póvoa, peguei 16 pilhas, liguei em série, enrolei em papel de embrulho e amarrei com barbante deixando as duas extremidades descobertas para ligar à bobina. Pusemos o motor para funcionar e lentamente fui virando o reostato de campo até que percebemos que começava a circular corrente. Colocamos então até o máximo. Como já estava noite escura, o efeito das lâmpadas nas ruas foi

deslumbrante. O povo gritava, soltava foguetes e demonstrava toda forma o entusiasmo e alegria. Até agora não sabemos qual foi o defeito, o certo é que a pilha de pilhas desmanchou e as lâmpadas continuaram acesas, com gerador funcionando por conta própria.

Por este contratempo não tivemos a oportunidade de inaugurar a luz com festas e discursos”.

Na gestão seguinte, de Dario Rodrigues Leal, outras providências foram tomadas, visando, já agora, a uma usina hidrelétrica.

Entre as providências, podem se destacar as seguintes:

- **a) Pedido ao Ministério da Agricultura, pelo então departamento Nacional de Produção Mineral de concessão para exploração de energia elétrica da cachoeira do rio Manoel Alvinho;**
- **b) Inclusão de dotações no Orçamento da União para estudos e construção da usina;**
- **c) Contrato com uma firma de São Paulo para fornecimento de material de construção da usina;**
- **d) Tentativa de obtenção de recursos junto ao governo do Estado de Goiás para construção da usina, mediante empréstimo.**

Das providencias acima, foram concretizadas:

- **a) Concessão do Departamento Nacional de Produção Mineral;**

- **b) Contrato com a firma Alfredo Veronesi de São Paulo;**
- **c) Inclusão de dotações orçamentárias na parte relativa à SPVEA- Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia, com emenda do deputado João d'Abreu e, no Ministério da Agricultura, mediante gestão que fiz junto ao deputado Israel Pinheiro, de Minas, e relator do citado Ministério e posteriormente Presidente da então Comissão de Finanças, depois transformada em Comissão do Orçamento. Esta dotação do deputado Israel Pinheiro destinava-se a estudos e projeto da referida usina.**

Enquanto isso, a Prefeitura já ia providenciado a aquisição de postes para linha de alta tensão e a respectiva fiação, deixando pagos na gestão de Dario Rodrigues Leal. Ainda nessa gestão, foram assinados os contratos elaborados pela então SPVEA e outro junto ao ministério da Agricultura.

A firma contratada, acima referida, fora indicada pelo deputado João d'Abreu, que levava para Arraias e já tendo em vista contratos com Natividade e Porto Nacional, acredito.

Não obstante as providências acima, a firma não vinha atendendo, como se esperava, à expectativa, em que pese todo o esforço despendido pela Prefeitura. Conclui-se, além disso, que o projeto inicial estaria, em breve, ultrapassado face às reais necessidades municipais, tudo indicando a conveniência de se orientar para um projeto mais recomendável, sem prejuízo das medidas tomadas e com o aproveitamento do material adquirido, cancelando-se o fornecimento restante e rescisão do contrato.

Houve a seguir a eleição para prefeito, tendo sido eleito

o Sr. João Joca Leal Costa, que compartilhava do mesmo ponto de vista acima exposto. Para as providências que se faziam necessárias, o novo prefeito dirigiu-se ao Rio de Janeiro. Por sua sugestão, acompanhei-o até São Paulo. Ali foi obtida a rescisão contratual com o Sr. Veronesi.

Retornando ao Rio de Janeiro, entramos em contato com a A.E.G- Companhia Sul Americana de Eletricidade. Na mesma ocasião foram acertadas as primeiras medidas com a referida firma, inclusive a ida a Dianópolis de um topógrafo que faria estudo do local e conseqüente levantamento topográfico que seria a base para a elaboração do novo projeto. Elaborado este, foi firmado o contrato definitivo, não só para a construção, como para fornecimento do material, grande parte importado da Alemanha.

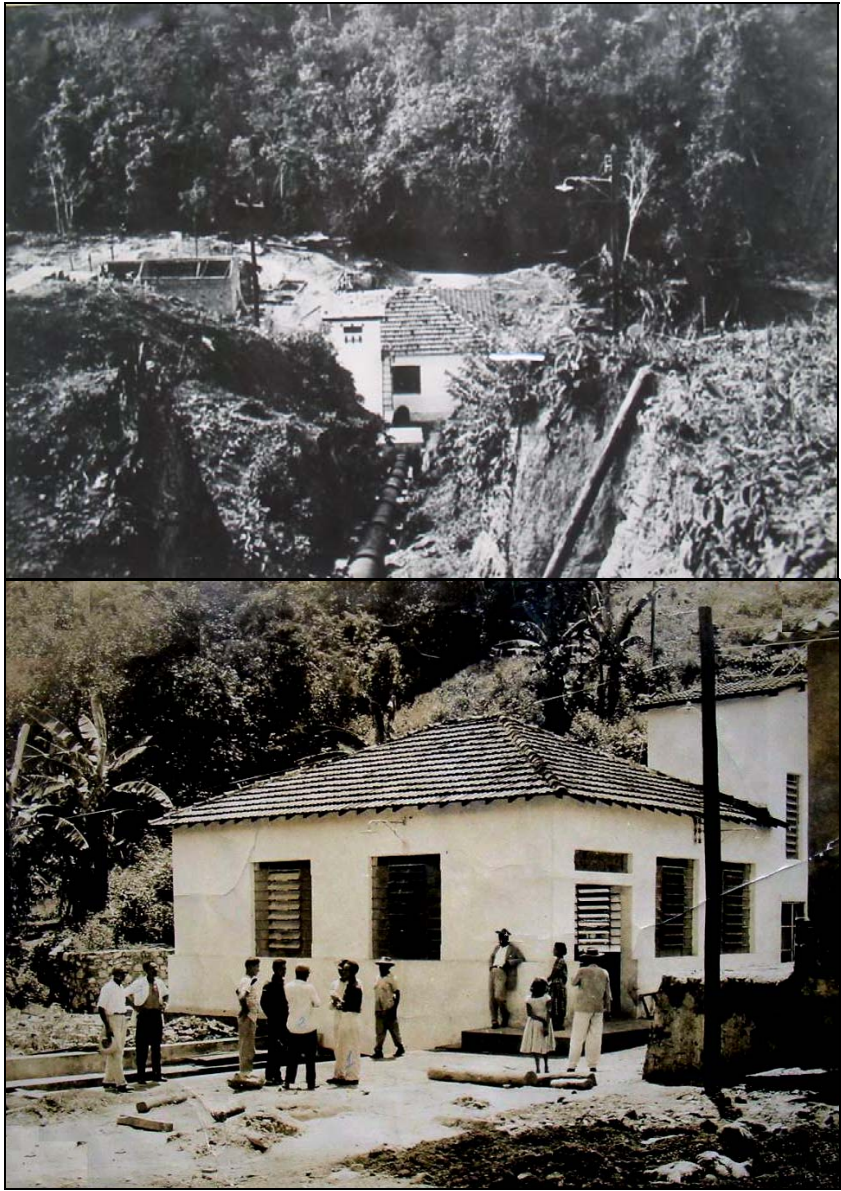
Daqui em diante, os auxílios federais foram obtidos pelos deputados Wagner Estelita, Israel Pinheiro e José Bonifácio, os dois últimos da bancada mineira e que muito nos ajudaram nesta empreitada. A saída do deputado Israel Pinheiro para a NOVACAP fez com que me valesse única e exclusivamente dos deputados Wagner Estelita e José Bonifácio, os quais foram, na verdade, nosso braço direito, pois o deputado João d'Abreu já havia deixado a Câmara dos Deputados pela Vice-Governadoria de Goiás.

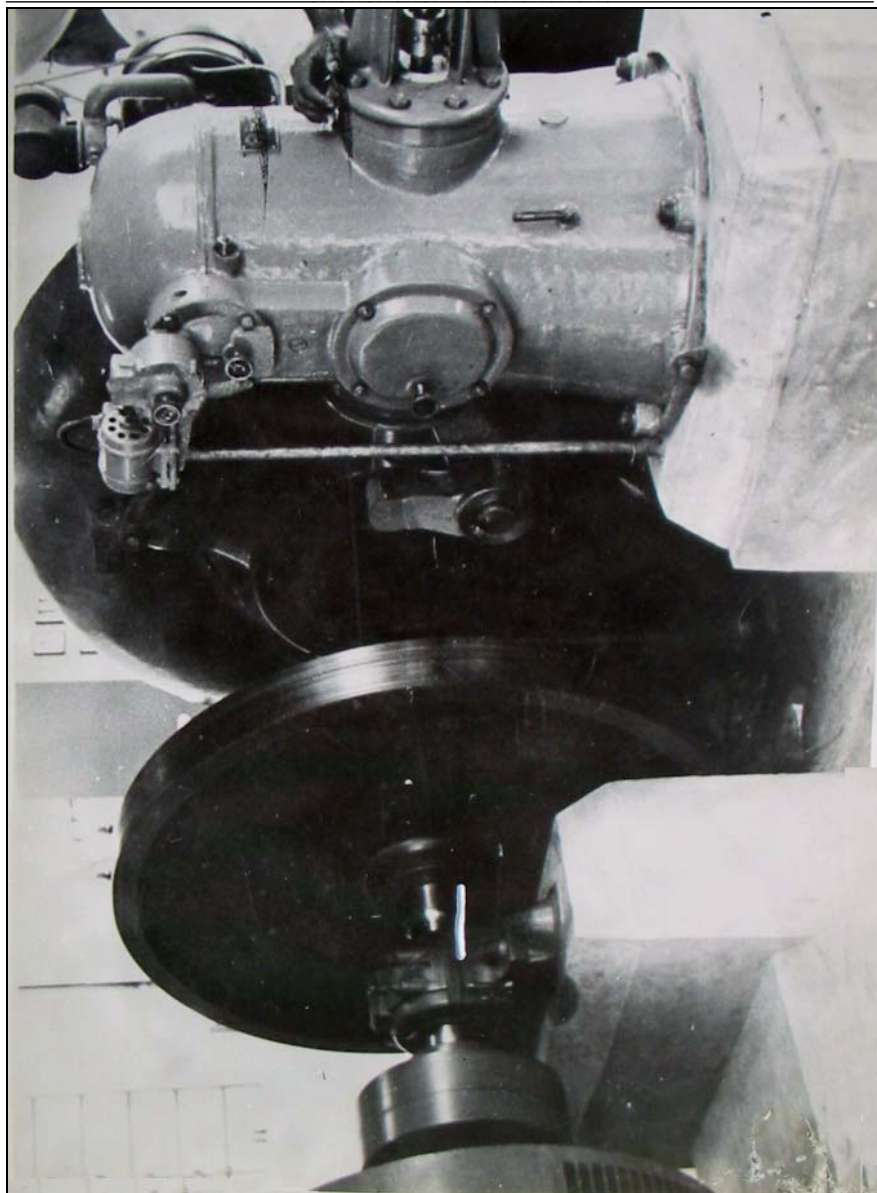
O povo de Dianópolis acompanhou, de perto, a luta local para ver concretizada a usina, cuja execução coube ao Prefeito João Joca Leal Costa. O Dr. Hermínio Pedroso, como engenheiro, acompanhou construção da usina e o fez como encarregado pela A.E.G. mas, ao que soube, o responsável direto e diuturno pela construção foi Coquelin Leal Costa, o qual, segundo o próprio Dr. Hermínio, tinha todos os predicados para tamanha tarefa.

Pedi ao prefeito Joca, ainda em vida, que me fizesse um relato da luta por ele encetada, pois eu desejava que todos os

dianopolinos sentissem pelas palavras do prefeito as dificuldades e obstáculos enfrentados e nunca divulgados.

Há, entretanto, uma pessoa credenciada para falar sobre o assunto: Coquelin Leal Costa, irmão do prefeito falecido e que viveu, sentiu e soube contornar as dificuldades encontrados para ver realizada uma obra que, seu tempo, trouxe benefícios à terra."





Parte do sistema interno da Usina (Fotografias reproduzidas do Museu Municipal de Dianópolis)



Fincamento dos primeiros postes de energia elétrica (A direita o Prefeito Joca Costa)

XII

NA ITÁLIA E EM OUTROS PAÍSES DA EUROPA

Em 1959 o Dr. João Rodrigues Leal se dirigiu à Itália a fim de cursar a Extensão Universitária em Economia e Finanças na Faculdade de Economia e Comércio da Universidade de Bolonha, onde apresentou *trabalhos* entre os quais “Noções Elementares Sobre Orçamento”. Este recebeu do Prof. Guglielmo Gola, Diretor do Instituto de Finanças, a seguinte apreciação:

“O presente trabalho foi desenvolvido sobre um tema que se relaciona com o campo de interesse do Dr. Rodrigues. À elaboração singela da 1ª parte – que de resto não requeria grande atenção – segue um estudo acurado que examina a forma, o conteúdo, a elaboração e o controle do orçamento do Estado, em geral. O trabalho diligente, executado pelo Dr. Rodrigues, é fruto adequado do interesse por ele demonstrado no período de estudos feitos neste Instituto de Finanças, pelo que me sinto na obrigação de atestá-lo”.

Quando a Universidade de Bolonha entrava em férias, dirigiu-se a Roma, onde fez estágio nos Ministérios do Tesouro e do Orçamento italianos. Ao concluí-lo, apresentou um trabalho intitulado “O orçamento italiano”, que mereceu lisonjeiras referências do Inspetor Geral Chefe das Finanças do Ministério do Tesouro.

Em fins de 1959, regressou ao Brasil, indo servir no Gabinete do Presidente da Câmara dos Deputados.

Em 1961, foi novamente convidado para retornar à Itália a convite do Prof. Fernando Capecchi, Adido Cultural do Governo Italiano no Brasil. Finalidade: observar a técnica do Parlamento Italiano na elaboração das leis. O convite mereceu especial parecer do Deputado Alfredo Nasser, então 2º Secretário da Câmara, com lisonjeiras referências ao convidado. Com a renúncia do Presidente Jânio Quadros e estabelecimento do Parlamentarismo no Brasil, a Câmara o autorizou a aceitar o convite do Governo Italiano, designando-o como chefe da comissão integrada por dois funcionários – secretários das Comissões de Finanças e de Constituição e Justiça – para, em Roma, estudar a técnica e o funcionamento do Parlamento da Itália.

O expediente de convite, após tradução, é do seguinte teor:

‘Embaixada da Itália, Rio de Janeiro, 28 de julho de 1961. Exmº. Sr. João Rodrigues Leal. Câmara dos Deputados, Brasília, DF – Com relação às atividades que Vossa Excelência desempenha como funcionário da Câmara dos Deputados dos estados Unidos do Brasil, desejo convidá-lo para assistir a um período de funcionamento do Parlamento Italiano a fim de que, pelo contato direto com nosso Órgão Legislativo, possa Vossa Excelência enriquecer os seus conhecimentos no setor de nossa técnica legislativa. Augurando o melhor sucesso na sua viagem e

*estadia na Itália, peço-lhe que receba a expressão da minha estima. Fernando Capecchi, Adido Cultural”.*³⁵

Ao regressar, em dezembro, apresentou, como Chefe do Grupo, o Relatório intitulado “*Parlamento Italiano*”, que teve ampla divulgação.

Da sua estadia na Itália dos Césares e em outros Países da Europa, conseguimos com a sobrinha, Prof. Nadir, alguns cartões destinados por Leal à sua mãe Diana.

Os *postais*, a seguir, trazem ilustrações belíssimas de lugares italianos e no verso o espaço reservado à correspondência, de onde tiramos as anotações e datas, ocorrendo do mesmo modo com os seguintes.

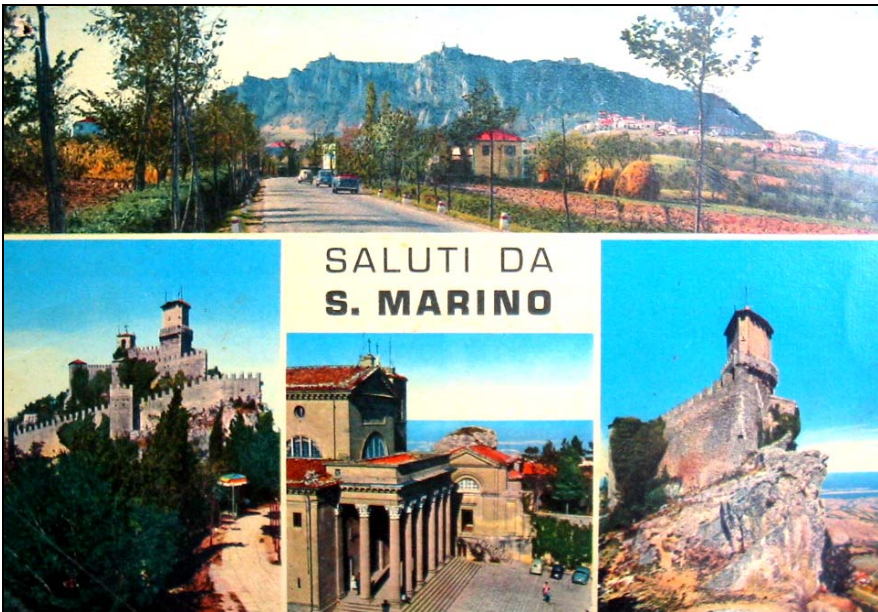
³⁵ A respeito, escreveu o Dr. João Leal: “Reservado. Brasília, **13/7/61**. Minha Mãe, (...) Para não fugir à regra e julgando ser motivo que lhe cause satisfação, refiro-me a uma carta que acabo de receber da Embaixada Italiana...Como vê, minha querida mãe, trata-se de uma distinção especial que sinto com a Senhora. Antes, fiz, na Itália, um curso especial de economia e finanças e agora é a própria Embaixada que me convida para ver o funcionamento do Parlamento Italiano. É uma honra que passo à minha família e à minha querida Dianópolis. Vou terminar com recordações a todos. Do filho =João=. P.S. Não respondi ainda se aceito ou não convite. Com certeza o aceitarei e, neste caso, a viagem deverá realizar-se até o fim do corrente ano, com uma duração de 3 a 4 meses. Que acha?”.

Em nova carta, disse: “**6/8/61**. Minha Mãe. Com relação à minha última carta, já respondi à Embaixada aceitando o convite que me fora feito. Assim sendo, possivelmente viajarei até o fim do ano. Antes irei a Dianópolis. Irei dando à Sr^a. notícias das ‘demarches’ para a viagem. O Presidente da Câmara está de acordo. Assim, só mês resta agora saber dos pormenores, a fim de acertar as coisas. É mais uma oportunidade que terei de rever a velha Roma. Por enquanto, o assunto deve ser mantido em reserva...”

Comecemos por Bolonha, cidade da Itália, em 02 de março de 1959, conforme estampas postais que se seguem:



No dia 21 de junho de 1959 estive em Saluti da S. Marino, também na Itália:



Abaixo, uma bela perspectiva de flores, mar e rocha, em Sorrento-Nápoli (Itália), onde passou em afazeres o dia 28 de junho de 1959.



No dia 17 de setembro passava por Frankfurt, capital da Alemanha:



No dia 19 de setembro de 1959 viajou para Köln(Colônia), também na Alemanha:



Do cartão-postal endereçado na mesma data a D. Diana Leal consta a fotografia acima, onde se vê o Rio Reno, em Köln(Colônia), e a maravilhosa ponte que dá trânsito sobre ele. A maioria dos visitantes vão àquela cidade por causa de sua catedral – as duas torres mais altas –, um dos mais belos e importantes monumentos góticos da Europa, cuja construção e acabamento atravessaram seis séculos. A cidade, fundada pelos romanos há 2000 anos, com o nome de *Colônia Claudia Ara Agrippinensium*, tem muito mais a oferecer. Ela é o próprio exemplo de que é possível renascer das cinzas: Completamente destruída ao fim da 2ª. guerra mundial, hoje a capital da *Rheinland*, além de ser uma moderna metrópole, está rodeada por um cenário privilegiado,

entrecortado por históricos castelos medievais.

A parte mais movimentada da cidade é em torno de sua catedral, onde estão também as principais ruas comerciais e a movimentada estação central de Köln, como a *Hohe Strasse* e *Schildergasse*. Dizem que é impossível passar fome ou sentir sede em Colônia, pois há mais de três mil restaurantes, lugares de lazer, o maior percentual destas localidades por habitante, em relação a qualquer outro lugar da Alemanha.

Como grande parte da cidade foi arrasada durante a 2ª. Guerra Mundial e depois reconstruída, quase tudo por lá agora é novo. Entre as construções mais proeminentes, destacam-se os prédios construídos dentro do estilo germânico, que enfeitam o centro da cidade. Dizem que Colônia é uma cidade elegante, que costuma abrigar importantes conferências e convenções internacionais, além de festivais de ampla repercussão. Foi lá que surgiu em 1709 a famosa água perfumada, que viria a correr o mundo, batizada logicamente com o nome de *Água de Colônia*.

No dia 03 de outubro de 1959, o nosso Leal conterrâneo esteve em Milano(Milão), em regresso à Itália:



Andou ele também pela Áustria, em Salzburg.

Em 1963, o Dr. Leal foi elevado ao cargo de Diretor do Patrimônio da Câmara dos Deputados onde permaneceu até abril de 1966, quando foi nomeado Diretor do Pessoal da Secretaria da Câmara, já no fim da carreira, rumo à aposentadoria.

Desempenhou, ainda, várias outras funções entre as quais se destacam as de membro da Banca Examinadora de vários concursos e, após a aposentadoria na Câmara, como já o dissemos, foi nomeado Diretor do Banco da Amazônia S.A - BASA.

Assim que completou o tempo no Banco da Amazônia em Belém-PA, retornou para Brasília, onde mantinha Escritório de Advocacia desde os tempos da Câmara dos Deputados, com extensão no Rio de Janeiro.

Advogou até quando as forças o permitiram...

XIII

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.

Eleito governador o Dr. Otávio Lage de Siqueira, num encontro que tivemos, providenciado por um amigo comum, falou-me sobre a representação de Goiás na SUDAM, ex- SPVEA. O jornal “O Popular” chegou a mencionar meu nome para aquela função.

Creio que esse ato do Dr. Otávio tenha tido origem em manifestação espontânea de nosso comum amigo Dr. João d’Abreu.

Eu disse ao futuro o governador que agradecia a lembrança do meu nome e que iria pensar sobre o assunto, manifestando, entretanto, na ocasião, meu pouco interesse pela sugestão. Em março do ano seguinte, fui a Goiânia por ocasião da posse do ex-governador José Ludovico de Almeida como Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

Presente estava o governador Otavio Lage que, após a solenidade, me convidou para ir sem sua Companhia até o Palácio das Esmeraldas, sede do governo.

Ali me fez saber seu propósito de indicar-me para uma das vagas na diretoria do BASA. Disse-lhe que gostaria de pensar sobre este caso. Ele insistiu e, ao despedir-me, advertiu-me que já havia determinado o necessário expediente de indicação do meu nome, já dirigido ao General Osvaldo Cordeiro de Farias, Ministro do Interior (Organismos Regionais), ao qual era subordinado o Banco.

Isso ocorria no momento em que o General Cordeiro de Farias resolvera afastar-se do Ministério por discordar da maneira segundo a qual estava sendo encaminhado o processo da sucessão do presidente Castelo Branco.

Em consequência, a indicação do meu nome não prosperou, mas o governador dela não se esqueceu.

Em 1967, foi eleita nova diretoria do Banco da Amazônia, sendo escolhido o nome do Dr. Hélio de Brito, como representante de Goiás no referido estabelecimento.

Parece-me o Dr. Hélio não demonstrou satisfação ou interesse pela sua escolha. Acabou renunciando.

Diante disso, novamente surgiu meu nome³⁶. Já no governo do presidente Costa e Silva. A bancada da ARENA de

³⁶ Em carta de **6/4/67**, dizia: *“Minha Mãe: Não farei comentários. Transmito-lhe, apenas, cópias fotostáticas de uma carta que ontem me foi entregue, aqui em Brasília, pelo Gov. Otávio Lage. Estão agindo espontaneamente, acredito que impulsionados pelos deputados Adail e Issy Quinan e outros aos quais nada pedi. A cópia da carta anexa, com aval do Governador, é significativa e me sensibilizou...”*

Eis o teor do expediente: *“Goiânia, 3 de Abril de 1967. Exm^o. Sr. Dr. OTÁVIO LAGE DE SIQUEIRA, DD Governador do Estado, NESTA. Senhor Governador. Conforme já é do conhecimento de V. Excia., dentre os nomes indicados pela Bancada Goiana da Arena, com assento no Congresso Nacional, ao Governo Federal, para disputar uma Diretoria do*

Goiás, liderada pelo deputado Lisboa Machado, na Câmara dos Deputados, creio que orientada pelo Dr. Otávio Lage, manifestou apoio ao meu nome, não obstante a existência de uma ala contrária à indicação. Esta ala não prosperou. Ficou isolada.

Por sua vez, a bancada arenista na Assembléia Legislativa do Estado externou seu apoio ao decidido pela bancada federal.

Esta manifestação da Assembléia Legislativa do Estado foi levada pelo Dr. Rondon Pacheco, Chefe do Gabinete Civil, ao presidente Costa e Silva, a pedido do governador Otavio Lage.

Já um tanto alheio ao que se passava, providenciei parte da minha mudança para Dianópolis, onde permaneci cerca de uma semana. A ninguém comuniquei esta viagem.

Retornei a Brasília no dia 31 de maio, uma quarta-feira. Na portaria do edifício de minha residência, fui informado de que me procuravam com insistência. Já no apartamento, o telefone não parava de tilintar. Quando o atendi, era o Chefe do Escritório da

Banco da Amazônia S.A., ressalta-se o do Dr. JOÃO RODRIGUES LEAL. Nome de gabarito e conceito nacional, onde se destaca como profundo estudioso dos problemas econômicos, financeiros e sociais, o Dr. JOÃO RODRIGUES LEAL traz em sua bagagem, marcadamente, acendrado amor à região amazônica – da qual é filho –, além de aprofundados estudos dos problemas daquela área. Assim, os deputados que o presente subscrevem, notadamente os representantes do norte e médio norte, onde o Banco da Amazônia tem o seu campo de ação, vêm pelo presente reafirmar a V. Excia. integral apoio àquele nome, por ser o mais identificado com os problemas norte-goianos. Solicitam, outrossim, faça V. Excia. chegar às mãos do Exmo. Sr. Presidente da República, Marechal Arthur da Costa e Silva, e do Chefe da Casa Civil, Dr. Rondon Pacheco, este nosso apelo, que é no sentido do aproveitamento do Dr. JOÃO RODRIGUES LEAL, em uma das Diretorias do Banco da Amazônia S.A. Atenciosamente. (rubricas ilegíveis)".

Representação de Goiás. Esclareceu-me que o presidente Costa e Silva homologara a indicação do meu nome desde a semana passada e que eu deveria comparecer, com urgência, ao Gabinete Militar. Já não mais se falava em Gabinete Civil.

Foi o próprio Chefe do Escritório de Goiás que me levou ao Palácio do Planalto, onde já era aguardado pelo Subchefe do Gabinete Militar. Este me informou que já estava aprovada minha indicação e dessa já eram conhecedores o Ministro do Interior, General Afonso de Albuquerque Lima, e o presidente do Banco Dr. Francisco de Lamartine Nogueira.

Acrescentou, ainda, o Subchefe do Gabinete Militar que o Ministro e o presidente do Banco estariam em Brasília no dia seguinte, recomendando-me que estivesse no Aeroporto onde deveria apresentar-me àquelas autoridades com vistas à viagem para Belém, sede do Banco.

Ponderei ao Subchefe, naquele momento, em razão de informações que me haviam dado no ano anterior, que a indicação para a Diretoria do bando só poderia recair em acionista do estabelecimento. Respondeu-me que esse assunto já estava resolvido e que me apresentasse àquelas autoridades no Aeroporto local às 9 (nove) horas do dia seguinte.

Atendi ao que me foi determinado, recomendando-me o Ministro que eu deveria viajar para Belém com o presidente do Banco. Expus ao Ministro as dificuldades que tinha para uma deslocação imediata. Pedi-lhe alguns dias para tomar algumas providências inadiáveis. Concordou, mas me recomendou que estivesse em Belém até o próximo dia 11 de junho.

Viajei para Belém do dia 11. Acompanharam-me nesta viagem os deputados federais Jales Machado, Joaquim Cordeiro e Benedito Ferreira e os deputados estaduais Issy Quinam e Adail Santana, além de outras pessoas.

Aguardavam-nos no aeroporto o presidente Lamartine Nogueira com os demais membros da diretoria, com exceção do diretor Antônio Nadaf, que se encontrava em Mato Grosso.

Tomei posse no dia seguinte, 12, começando minha atividade em área diferente da anteriormente exercida.

Meus primeiros passos foram de observação e procurando me entrosar com os demais integrantes da diretoria.

Tive ocasião de manifestar minha estranheza pelo fato de ainda não ter o Banco sua sede própria, após tantos anos decorridos. Sua diretoria e vários órgãos estavam espalhados em vários prédios alugados. Senti que outros membros da diretoria também assim pensavam.

O Banco mantinha uma escola primária para os filhos de seus servidores. Visitei a escolinha que estava pessimamente instalada, com sofrimento para professores e alunos. Foi construído um ótimo prédio e também, ao fim do mandato da Diretoria, excelente prédio estava construído para a sede do Banco, capaz de abrigar a Diretoria e outros órgãos que estavam espalhados.

Resolvi fazer, no meu setor, algumas alterações que me pareceram oportunas. No geral, havia deficiência de pessoal, situação com perspectivas de agravamento de velhos e experimentados servidores.

No que concerne a Agências, Goiás tinha 6 (seis) e destas somente 4 (quatro) na área amazônica, ficando as outras 2 (duas) situadas em Goiânia e Brasília, Distrito Federal.

Durante nossa gestão, foram criadas e instaladas três novas agências: **Gurupi, Miracema do Norte e Dianópolis.**

Quanto a pessoal, os goianos eram quase ausentes nos quadros do Banco. Sugerimos à Diretoria – o que foi aprovado – que os concursos se realizassem preferencialmente nas sedes das agências existentes e nas criadas. Assim foi que vários goianos passaram a integrar os quadros do Banco e foi, também, a maneira de dar oportunidade a muitos brasileiros residentes nas áreas de jurisdição das agências do BASA.

No que concerne aos créditos destinados ao Estado eram, pode-se dizer, insignificantes para a área abrangida.

Quando assumimos o cargo de diretor, as exigências existentes, no Estado, no conjunto, dispunham somente de Cr\$ 5.500.000,00 (cinco milhões e quinhentos mil cruzeiros)

Ao deixamos o Banco, estes créditos, já incluídas as novas agências, montavam, no global a Cr\$ 139.900.000,00 (cento e trinta e nove milhões e novecentos mil cruzeiros).

No setor de imóveis, em Goiás, havia 5 (cinco). Ao deixarmos o Banco, estes já eram 10 (dez), dobro dos existentes.

As agências de Tocantinópolis e Pedro Afonso tinham prédios próprios, porém deficientes e carentes do mínimo de condições de trabalho.

O Prefeito de Pedro Afonso, Adhemar Amorim, já havia, com o concurso da Câmara Municipal, doado um terreno para construção da sede da agência. Esta doação já fazia algum tempo e como não houvesse a construção, o prefeito já pensava em anular a mesma. Ao assumir a diretoria do Banco, soube dessa disposição do prefeito. Pedi-lhe, em expediente próprio, que não levasse adiante essa iniciativa, pois tomaríamos as providências necessárias para que fosse construída a nova sede da agência, cujo Gerente era Mozar Martins, e entusiasta pelo novo prédio. Esta nova sede foi inaugurada em janeiro em 1969.

Novo prédio foi também construído para a agência de **Tocantinópolis**, o mesmo ocorrendo com as agências de **Porto Nacional e Natividade**.

As duas últimas funcionavam em prédios alugados, cujas instalações eram deficientes e não ofereciam condições satisfatórias para o trabalho.

Para a instalação das novas agências, foi adquirido pelo Banco um prédio para a de Miracema do Norte, prédio este que sofreu modificações para torná-lo em condições favoráveis para a nova agência a se instalar. Em Gurupi, não encontramos prédio para compra e ali a agência se instalou em prédio alugado, por pouco tempo pois a intenção do Banco era de prédio próprio.

Em Dianópolis, o prefeito Hagahús Araújo e Silva dispôs-se a prestar toda colaboração para a futura instalação da agência para ali destinada. Assim foi que, por nossa sugestão, construiu às expensas da prefeitura um prédio em boas condições para os trabalhos da nova agência.

Tanto a Prefeitura de Dianópolis como a de Porto Nacional se prontificaram em tempo oportuno a doarem terreno para construção da sede das respectivas agências. Essas agências, inclusive a de Natividade, tiveram inaugurados seus novos prédios em abril de 1971.

Limito-me neste relato ao Estado de Goiás, ressaltando que o conseguido o foi por contar com o apoio do governador goiano e ajuda e solidariedade constantes dos integrantes da Diretoria do Banco, tudo respaldado pela cobertura efetiva e firme do Governo Federal.

No decorrer do mandato, senti como é difícil conciliar interesses conflitantes. Enquanto eu procurava desempenhar o mandato com uma visão global, via meus propósitos serem

combatidos por interesses paroquiais, que chegaram, não raro, ataques especiais.

Numa ocasião, chegou ao meu conhecimento que, no campo universitário, em Brasília, um grupo de estudantes, ali reunidos, dizia que uma campanha intensa seria iniciada com o objetivo específico de lutar pela minha destituição do cargo de diretor do Banco. Adiantava este grupo que já contava com o apoio de vários deputados e áreas do governo estadual; acrescentava o grupo que já teria havido uma reunião com parlamentares federais e estaduais e prefeitos no palácio do governo estadual.

Tive dúvidas sobre a realização de tal reunião. Mas, entre o fato e a versão prevaleceu esta, cujo objetivo seria a minha destituição. Esta não prosperou e disso tive certeza diante de comunicado de um Ministro do Estado. Diante dessa comunicação, conclui que houve realmente um movimento para aquele fim, somente debelado em virtude de não contar com apoio na esfera federal, melhor dizendo, não teve acolhida do Governo Federal.

Mercê de Deus e com minha formação cristã, soube transpor esta e outras fases de lutas subterrâneas e jamais deixei de seguir a minha caminhada visando sobretudo o interesse do Estado e da região amazônica em cuja parte se inclui o norte goiano.

Chegou a um ponto esta luta adversa que não trepidaram em apresentar um verdadeiro libelo contra mim e minha terra ao presidente da República. Suportei, calmamente, todas as invectivas e vi, no final, a vitória dos meus propósitos e realizações pelas quais vinha lutando. Tenho o próprio espírito tranqüilo pois fiz o que me foi possível em benefício da região e da minha terra pensando sempre no seu futuro.”

Abramos um parêntese:

Dianópolis tem hoje uma bela agência do Banco da Amazônia S.A., situada na Praça Cel. Wolney. Em fileira perpendicular estão os famosos pés de jambo vermelho, de frondes piramidais e verticalizados como pinheiros imponentes. No Natal, são enfeitados de luzes e adereços... É mais uma das marcas do Homem que plantou no mundo os seus filhos, escreveu suas Memórias e fez plantar árvores. Sobre os jambos, declarou certa feita o Dr. Leal:

“– Sim, eu trouxe de Belém 20 mudas (de avião). Dei 10 mudas para o Prefeito de Dianópolis que as plantou nas praças da cidade. Uma foi plantada na Fazenda “Cinena” de Dário Leal; outras, em minha casa de Dianópolis e algumas em Natividade. Depois minha saudosa mãe me deu duas mudas que trouxe para minha residência em Brasília. Já deram frutos.





Posse do Dr. João Leal como Diretor do BASA, (Jornal *A Província*, do Pará, de 13.06.67).



Último à direita, João Leal lê o termo de posse (Jornal *Folha do Norte*, Belém-PA, 13.06.67)



O jornal *Folha do Norte*, de Belém-PA, trazia a seguinte manchete do dia 13 de junho de 1967:

“Assumiu ontem, em nossa capital, as funções de Diretor Financeiro do Banco da Amazônia, o Dr. João Rodrigues Leal, indicado para o cargo pelo Governo do Estado de Goiás. O ato se revestiu de simplicidade e caráter interno, presentes ao mesmo, além da comitiva de parlamentares e deputados estaduais de Goiás, que acompanharam o Dr. João Leal na sua viagem a

Belém, ocorrida no domingo, apenas servidores, os mais destacados do BASA. Com a palavra, o Dr. Francisco Lamartine Nogueira, diretor presidente daquela organização bancária, situou a pessoa do novo diretor como homem da região e relacionado com os seus problemas, sendo por isso de se esperar marcante atuação sua em favor do desenvolvimento econômico da Amazônia. Falando a seguir, o Dr. João Rodrigues Leal agradeceu a confiança em si depositada pelo Governo da República, permitindo-lhe nesta oportunidade dar de si em favor da região que o viu nascer. Seu empenho é trabalhar em favor da Planície, irmanado com seus demais companheiros de Diretoria no BASA. Cumprimentos ao novo diretor do BASA encerraram a cerimônia, da qual a foto mostra aspecto.”

O jornal *A Província do Pará*, também de 13 de junho de 1967, trouxe a seguinte manchete:

“Foi empossado ontem na diretoria da Carteira Financeira do Banco da Amazônia S.A o Dr. João Rodrigues Leal, representando o Governo de Goiás, em substituição ao Sr. Hélio Brito, que renunciou àquelas funções. A cerimônia foi prestigiada por parlamentares goianos, que acompanharam o novo diretor em sua viagem de Brasília a Belém. Além do Presidente Lamartine Nogueira, estiveram presentes os demais diretores do BASA, assessores e os deputados goianos Jales Machado e esposa, Joaquim Cordeiro e esposa, Benedito Ferreira da Silva(deputados federais), Issy Quinan e Adail Santana (estaduais). A CERIMÔNIA – Após a assinatura do termo de posse, o Dr. Lamartine Nogueira, Presidente do BASA, declarou que era com satisfação e honra que dava posse ao novo Diretor, especialmente porque completava o bloco que lutará para conseguir, na esfera federal, maiores recursos para o pleno desenvolvimento da Amazônia. Agradecendo as palavras do Dr. Lamartine, o novo Diretor do BASA fixou em seguida suas diretrizes de trabalho em dois pontos que considera fundamentais. O primeiro é a política de redução de gastos e o segundo, o incentivo à relação entre funcionários e a

direção, para obter maior rendimento e evitar a monotonia do trabalho. Prometeu colaborar positivamente com o Banco, onde pretende desempenhar suas funções com a mesma concepção de honestidade com que tem agido na vida pública. Finalizando, declarou saber que sua passagem na diretoria é transitória, mas o Banco é duradouro e, por isso mesmo, não medirá sacrifícios para desempenhar muito bem a sua função.”

Em 20 de junho de 1967, o Jornal *Província do Pará* trazia uma nota:

“Dr. João Rodrigues LEAL.

Presença nova na terra e firmando simpatia e apreço entre nós, a cada novo instante: O Dr. João Rodrigues Leal, há pouco nomeado Diretor do Banco da Amazônia S.A.. Bacharel em Direito e Economista, o novo Diretor é figura prestigiosa dos círculos políticos e sociais do Estado de Goiás.”

Nos idos de 1969 os jovens da Cidade das Dianas foram concitados a estudarem para o concurso da Agência do Banco da Amazônia, que seria implantada na cidade. A Primeira agência, que ficava num prédio construído onde atualmente está a Câmara de Vereadores (antiga Praça Getúlio Vargas, hoje Praça Liberato Póvoa) foi inaugurada com os concursados Nelito Alves de Sousa, Alvino Lopes Barbosa, Alberto Andrade Cruz, Lamartine Rodrigues Cavalcanti, Idalício Pereira Gomes, Jairo Alves Guerreiro, Pedro “Pan” e Raimundo Rodrigues Bezerra (Dico), que começou como auxiliar de serviços gerais e posteriormente prestou concurso para o quadro. O 1º gerente foi Ney Lopes Barbosa, que veio de outra agência, tendo como sub-gerente Geraldo Alves. Ao longo dos primeiros anos que se seguiram, diversos outros foram admitidos por concurso como foi o caso de Wilson Ramos, Pitágoras de Melo, Wellington Costa, Ailton Leal e lá está o Banco da Amazônia com outros dianopolinos trabalhando

na sua bela agência.

Em Carta à mãe, remetida de Belém no dia 11 de outubro daquele ano, o Dr. João Leal já havia dito:

“(...) Acredito que, brevemente, faremos aí um concurso para admissão de pessoal destinado à futura agência de Dianópolis. A mesma coisa se dará com as demais a serem instaladas. Acho sinceramente que a mocidade vai ter que estudar bem português, matemática e datilografia. O emprego, para iniciar, começa com cerca de Cr\$ 500,00 mensais. É um salário que compensa. É, além disso, uma oportunidade que o Banco vai oferecer aos moços e moças da região. É oportunidade que se não deve perder. Quisera eu, na minha mocidade, ter tido esta chance. Os que lograrem aprovação e forem admitidos, terão, no futuro, a possibilidade de serem transferidos para grandes centros, como Brasília, Goiânia, Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Fortaleza e Belém, onde poderão continuar os estudos. Isto nunca houve em nossa região. É mais uma oportunidade para os moços e moças de nossa Terra. Só com o estudo se vence, só com o estudo se progride. Já designamos os gerentes e subgerentes das Agências a serem instaladas em Goiás, inclusive Dianópolis... A Carmen lhe envia e a todos os nossos recomendações. Abençoa o filho =João=. P.S. Convém dar notícia do que esclareço aos que se interessarem, pois será em benefício de todos e da região.”

Dentre as organizações oficiais, da esfera federal, era conhecido o trabalho desenvolvido pelo Banco da Amazônia, cujas finalidades vinha preencher uma lacuna no campo creditício na região amazônica, estendendo os seus benefícios a todos, sem distinção, dando amparo àqueles que, movidos por elevado espírito de brasilidade, produziam e faziam produzir riquezas para o País.

No dia 05 de abril de 1970, por volta das 17 horas, uma Comitativa governamental, integrada, dentre outros, pelo

Governador Otávio Lage, o Vice-Governador Osires Teixeira, Sr. Antônio Moisés Nadaf, o Presidente do BASA Francisco de Lamartine Nogueira e o Diretor Superintendente, Dr. João Rodrigues Leal, pousava em Gurupi-GO.³⁷

A alta direção do Banco foi recepcionada pelas autoridades e o povo, já no aeroporto, de onde seguiram para a agência local, procedendo às solenidades de inauguração da Agência.

O Dr. Francisco Lamartine Nogueira se pronunciou com menção honrosa ao Dr. João Leal:

“A inauguração desta Agência é parte de um programa sub-regional, elaborado, especificamente, para assistir esta parte da Amazônia, constituída pelo sul do Maranhão e mais onorte de Goiás e Mato Grosso. O passo inicial de sua implantação verificou-se em fins do mês passado, com a inauguração da Filial de Carolina. Hoje estamos inaugurando a de Gurupi. Logo depois, serão as de Miracema do Norte e Dianópolis, ainda neste Estado, e as de Barra do Garça, Dom Aquino e Várzea Grande, no Estado de Mato Grosso.

(...)

Por enquadrar-se nessa faixa, o Município de Gurupi vê-se, no dia de hoje, contemplado com esta que é a 57ª. Filial do BASA.

(...)

Estamos certos, finalmente, de que um futuro promissor aguarda esta filha mais nova da família bancreveana, porque teve ela um defensor entusiasta e grande amigo desta terra.

– Em verdade, é de justiça dizer-lhes que o Dr. João Rodrigues Leal, ilustre representante de Goiás na atual Diretoria do Banco, merece todas as honras da festa e detém o mérito maior deste ato inaugural. Trazemos-lhes o testemunho

³⁷ Veja noticiário do *Correio Braziliense*, de 10 de abril de 1970.

espontâneo e, por isso, franco e desinteressado, de que Sua Excelência tem sido eterno vigilante dos interesses do seu Estado e um destemido advogado de todas as suas causas.

– Homem de larga experiência administrativa, acostumado ao trabalho silencioso, à feição daqueles que encaram a atividade pública como um ensejo para realizar grandes coisas sem nada alardear, o Diretor Leal em momento algum falhou à confiança dos seus conterrâneos. Infelizmente, nem todas as vezes é possível atender os que procuram e buscam solução para os seus problemas. Mas o empenho continuado desse prestimoso companheiro de Diretoria sempre nos fez voltar as vistas para o Estado de Goiás ...”

Após o corte da fita simbólica, discursaram diversas autoridades, dentre elas o Governador e o **Dr. João Rodrigues Leal**, que se pronunciou nos seguintes termos:

“Integrada à Amazônia legal brasileira, devido a seus aspectos típicos, inteiramente distintos do resto do Estado, esta região merece receber, de quantos detenham qualquer parcela da Administração Pública, cuidados e atenções especiais. Precisamente, por isso, sentindo, em toda a plenitude, o caráter impositivo desta realidade, ao assumirmos as funções de diretor do BASA – sem o mais leve propósito de estimular preferências ou alimentar sentimentos regionalistas – firmamos, conosco mesmo, o compromisso de proporcionar a este pedaço de território goiano meios adequados a superação de todas as deficiências que os tornaram, no passado, exemplo frisante de “área-problema”

No dia seguinte – 06 de abril de 1970 – a Comitiva chegava em Miracema do Norte, às margens do Tocantins, onde foi recebida também no aeroporto pelo Prefeito Oscar Sardinha, realizando um verdadeiro desfile até o centro da cidade, onde realizaram-se igualmente as solenidades de inauguração da Agência do BASA.

Falaram o Governador Otávio Lage, o Presidente, Sr. Francisco de Lamartine Nogueira, o Prefeito e o Diretor Superintendente, **Dr. João Rodrigues Leal**, que num discurso sintetizou o evento com as seguintes palavras:

“(...)Sem olhar a posição geográfica com que nosso Estado participa das delimitações legais da região e consciente papel que lhe incumbe desempenhar (...), a direção do banco encara a Amazônia como um todo e concebeu um plano de realizações que desconhece fronteiras, não possui pruridos regionalistas e vai desde o preparo do homem para receber o crédito até a criação de nova estrutura funcional”.³⁸

No mesmo dia 06 de abril de 1970, por volta das 15 horas, o avião sobrevoava e pousava no aeroporto de Dianópolis, trazendo a pomposa Comitiva para a instalação da Agência do Banco da Amazônia S.A. na cidade.

O mesmo Jornal *Correio Brasiliense*, ao publicar o grande evento, em edição do dia 10 de abril 1970, sob a manchete “*Amazônia Já Não é Só Promessa*”, registrou todo o percurso da Comitiva governamental e, sobre a Cidade das Dianas, disse o seguinte:

“Em Dianópolis, promoveu-se verdadeiro desfile do aeroporto à cidade, com toda a população concentrada na praça principal, numa significativa homenagem aos diretores do Banco

³⁸ *Idem.*

da Amazônia e a Comitativa do Governador. Durante as solenidades de inauguração da agência do BASA naquela cidade, falaram os senhores: Governador Otávio Lage; Vice Osires Teixeira; Presidente do BASA, Sr. Francisco de Lamartine Nogueira; Hagahús Araújo e Silva, ex-Prefeito de Dianópolis e o **Dr. João Rodrigues Leal**, que fez o seguinte pronunciamento:

‘Mesmo sob o risco de repetir um dos muitos lugares-comuns da fraseologia brasileira, devo confessar a todos os presentes que, tocado de justificada satisfação, experimento uma das mais gratas emoções da minha vida, ao presenciar a vinculação do Banco da Amazônia S.A. à vida econômico-financeira deste e de outros municípios goianos. Aqui nasci. Aqui me criei. Aqui vivi toda a infância e uma boa parte da juventude. Aqui ainda tenho, mercê de Deus, entre outros afetos, a minha veneranda mãe que é, em última análise, a inspiradora de todos os meus passos e a principal responsável pelo papel que ainda hoje desempenho.

É, portanto, perfeitamente compreensível que vibre com o progresso da minha terra e sinta inusitado contentamento quando antevejo, como é possível vislumbrá-lo nesta solenidade, dias mais promissores para o seu futuro. Pretendi, inutilmente, dissociar da pessoa do Diretor do Banco a do filho da terra. Que ambos falem, pois, a mesma linguagem.

Dianópolis sempre representou para nós o começo e o fim. Começo de uma existência simples, pontilhada de vicissitudes, porém marcada por inquebrantável força de vontade, a qual nos tem acompanhado pelo mundo afora e servido, a um só tempo, de lenitivo e estímulo. Fim de todas as ambições sadias de servi-lo, de transformá-lo no Município próspero, cujas reservas econômicas tanto nos autorizam perseguir.

Como remanescente de uma geração que foi obrigada a pagar o tributo do pioneirismo, – numa época em que tudo era difícil nestas plagas –, sentimo-nos sempre no dever de reduzir os

obstáculos a serem enfrentados pelas gerações seguintes e, em todas as funções até hoje ocupadas, ao longo de 37 anos de vida pública, jamais esquecemos a terra-berço. Aí estão, por exemplo, como fruto dessa filosofia, o antigo DCT com prédio próprio, o Instituto de Menores, o Ginásio João d'Abreu, o Hospital São Vicente, a Usina Hidrelétrica, o Posto de Saúde, o abastecimento d'água.

O momento, evidentemente, não é para balanço daquilo com que já nos foi possível contribuir para Dianópolis. Nem desejamos, tampouco, fincar na memória dos nossos conterrâneos marcos de realizações e muito menos deles receber homenagens de gratidão. As referências são feitas, mais como apelo àqueles outros que também possam contribuir para o desenvolvimento do Município, para que o façam sem tardança, a fim de manter sempre viva, no espírito dessa mocidade sequiosa, a chama da esperança.

O Banco da Amazônia S.A. aqui vem instalar-se como parte do seu plano de interiorização do crédito. É mais uma demonstração da sua atual Diretoria de que, na execução dos programas e no fiel cumprimento da missão para a qual foi ele reestruturado, não vê porções territoriais, mas, simplesmente, a capacidade econômica das áreas e o bem-estar das populações amazônicas.

O norte de Goiás já foi considerado o exemplo frisante de 'área-problema'. Hoje, porém, tendo um Governador idealista, probo e realizador, com é o Dr. Otávio Lage, que voltou para cá as suas vistas e dotou a região da infra-estrutura indispensável à implantação da semente de um progresso autêntico, já pode ser considerado exemplo inicial de área polarizadora.

Exatamente por isso, ao conceber o plano de assistência às áreas que até bem pouco tempo ainda se ressentiam da falta de integração ao contexto nacional, (...) a

Diretoria do BASA sentiu-se no dever de concentrar o melhor dos seus recursos neste pedaço da Amazônia, constituído pelo sul do Maranhão e norte de Goiás, nela instalando nada menos que quatro Filiais, sendo uma em Carolina, uma em Gurupi, uma em Miracema do Norte e a que ora inauguramos em Dianópolis.

Merece aqui uma referência especial o ex-prefeito Hagahus Araújo e Silva, o legislativo local, o povo enfim. Ao 1º, pela colaboração extraordinária, construindo este prédio, onde ora nos instalamos, às expensas do município em cerca de trinta dias. Ao 2º, pela doação de terreno para a futura sede do Banco. Ao 3º, pelo alto espírito e cooperação constante, quando falam dos interesses do município.

Apesar da participação que tivemos, como diretor da casa na fixação das linhas-mestras do programa, fomos o menos importante instrumentos de sua realização.

A iniciativa mais segura coube, sem dúvida alguma, à ação revolucionária, atração, evoluindo o sistema de financiamentos, aumentando e diversificando as suas faixas de crédito, melhorando a mentalidade dos administradores e aceitando, corajosamente, a tarefa de modificar, também a mentalidade empresarial, fazendo o “Jogo da verdade” que foi proposto à nação pelo ilustre presidente da República, (1) – (ref. Ao presidente e diretores).

Nesses quase quatro anos de atividade, como Banco Regional de desenvolvimento, já pode o BASA oferecer resultados que justificam as modificações que lhe foram impostas. No caso particular de Goiás, por exemplo, com a multiplicação de suas agências. Aí já estão Gurupi e Miracema do Norte. Agora, Dianópolis. Melhorou as instalações de Pedro Afonso, ainda esse ano, novos prédios terão natividade, Porto Nacional e Tocantinópolis. Promoveu diversos concursos para suavizar o problema da mão-de-obra ociosa. Acionou as atividades

produtivas e reprodutivas com substanciais fluxos de recursos que fizeram subir, em menos de três anos, de pouco mais de dois e meio milhões de cruzeiros novos para trinta e dois e meio milhões de cruzeiros novos, o total de limites ocupacionais.

No que concerne às operações contratadas em nosso Estado, estas passaram de pouco mais de cinco milhões de cruzeiros novos para a cifra de 54 milhões de cruzeiros novos em dezembro de 1969.

Com essas credenciais é que o BASA hoje se apresenta aos homens de empresa desta região.

É óbvio que o sucesso depende muito da colaboração e da compreensão das classes produtoras e conservadoras. Apenas em parte, ele decorre do trabalho de sua Diretoria. Esperamos, assim, contar com o apóio de todos, dos Poderes públicos, dos comerciantes, agricultores e industriais, das classes liberais e do público enfim, porque o desenvolvimento de qualquer região só será autentico se possuir a participação coletiva.

Considerando tudo isso e por acreditar no progresso do Estado como força viva que não comporta qualquer hipótese de vacilação, é que não lhes trazemos palavras melancólicas, nem admitimos voltar, levando, de quantos de achem aqui presentes, a imagem de um semblante contemplativo.”

Discursando naquele mesmo dia em Dianópolis, o Governador Otávio Lage de Siqueira afirmou em praça pública:

“(...) o povo terá as condições necessárias para desenvolver-se e fazer desenvolver o Estado. Hoje assistimos as inaugurações das agências do BASA em Gurupi e Miracema do Norte e agora, com alegria e entusiasmo, assistimos a abertura da agência de Dianópolis. É o fruto da Revolução, do Ministério do Interior e da direção do Banco da Amazônia que têm na sua

presidência o dinâmico Dr. Francisco de Lamartine Nogueira e na sua Superintendência o goiano ilustre, Dr. João Rodrigues Leal”.

O ex-bancário do BASA, Raimundo Bezerra (Dico) nos contou que, por ocasião daquele evento memorável de 06 de abril de 1970, em breve reunião com os funcionários recém-concursados da Agência, o Dr. João Leal deixou bem claro:

“—Aqui é minha terra amada, mas nada de proteção a parentes ou aderentes. O concurso foi feito dentro dos critérios estritamente legais e para toda a região. Passou quem estava preparado!”.



Fotografia do Governador Otávio Lage em Dianópolis, na posse do Dr. João Leal.



A mãe Diana Leal na inauguração do Banco da Amazônia em Dianópolis.

XIV

O CASAMENTO E A NOVA FAMÍLIA

Levado pelo destino a Belém do Pará, de onde traria para a região amazônica, que compreendia o antigo nordeste goiano, os frutos de sua promissora administração do Diretor Superintendente do BASA, o nosso guerreiro, enfim, foi novamente à praia.

O mar e o céu são lindos naquelas paragens. Faz-nos lembrar o poeta:

*“Dois infinitos ali se estreitam num abraço insano. Azuis, doirados, plácidos, sublimes. Qual dos dois é o céu; qual o oceano?”*³⁹

Leal de há muito morava em Brasília, mas já agora também em Belém, lugares de climas eram bem diferentes.

Retornemos no tempo.

³⁹ Tragédia no Mar, de Castro Alves.

Começava o ano de 1959.

D. Carmen Ruth era funcionária do BASA em Belém, mas o Diretor era muito sério, nem mesmo levantava as vistas para evitar qualquer suspeita ou comentário.

No Banco se viam quase sempre. Mas um dia se viram naquela praia, naquele mar de Belém, como que por acaso. João bem que queria aquela *coisa mais linda e cheia de graça* para alegrar os seus dias da madureza.

Seria devaneio, quimera, afeiçoar-se tanto àquela moça? Justamente por ser do mesmo ambiente de trabalho, poderia no dia-a-dia aquilatar as qualidades daquela que seria a sonhada esposa. O Dr. Leal era do trabalho para casa e de casa para Brasília. Não saía para nada. Onde encontrar o amor da sua vida?

Por certo se recordava de moças cariocas, com as quais namorou, ou se perguntava por aquela italiana, nos dias do *Exterior*.

– Tudo passou!

A mãe Diana Leal há tempos que vinha pedindo que o filho se casasse. Sempre que ia a Brasília, D. Diana se admirava da mobília e dos atavios do grande apartamento do filho; do movimentar-se das secretárias, telefonemas, gente importante à sua procura. Quem diria que o seu filho enfim estaria tão bem.

– É hora de casar, meu filho. Joãozinho, você já tem casa e tudo...!

– Só me caso quando der o que posso à minha terra.

– Então não vai casar nunca!

E de fato, o Dr. Leal foi o último dos irmãos a se casar. Fê-lo já à idade de 54 anos, pois que renunciara mais de meia vida em prol da sua formação e do norte goiano. Sua esposa e grande amor da sua vida: D. Carmen Ruth Bentes Leal, a quem ele se refere a falar da família que constituíram juntos: *“Quando nos casamos ela já tinha um filho, Rogério, que adotei posteriormente. Do casal, tivemos dois: João Afonso e Maria de Fátima.”*

Em poder da querida Prof. Nadir Raimunda Rodrigues de Melo está uma carta, sob a epígrafe *“confidencial”*, cujo teor não pode ser negado à posteridade:

“Belém, 23 de fevereiro de 1959.”

Minha Mãe,

Reconheço que, no íntimo, a senhora muito se preocupa com minha situação de isolamento, sem uma companheira dedicada que me acompanhe na vida. É o que tenho sentido nas suas observações sensatas, procedentes, verdadeiras.

Confesso-lhe que este problema jamais me assaltou, mesmo porque, em sã consciência, nunca encontrara quem me despertasse a necessária atenção para semelhante procedimento, mormente agora que não alimento ilusões.

Habitado, desde cedo, a viver só, nunca ligara para a instituição de um lar. Isto estava fora de minhas cogitações, não obstante a senhora me fazer, vez por outra, suas recomendações.

Eu não poderia entregar-me a qualquer moça pelo simples fato de ir constituir um lar. Trata-se de assunto que considero seríssimo e cujo êxito depende do afeto, do carinho, do amor e da sincera estima entre dois entes que se querem e que desejam, com a união, empenhar um ao outro dedicação e fidelidade. Só assim se constrói um verdadeiro lar.

Supunha-me definitivamente imune com relação a casamento. Mas a vida humana tem suas facetas. Quando menos esperava, conheci uma moça que me despertou sensação diferente, jamais sentida no caminho que tenho percorrido. Recalcitrante, procurei resistir a esse impulso, que poderia ser passageiro. Verdade, entretanto, é que uma força estranha me impulsionava para ela. Não fossem outros predicados, sua delicadeza, sua educação, sua simpatia, sua maneira afável no trato quebraram-me as últimas resistências. Capitulei-me, ao final.

Nunca, minha mãe, simpatizei com alguém capaz de desviar-me do caminho que tenho seguido. Não faltaram tentativas. Todas infrutíferas. Não havia chegado o dia.

Conheci-a quando vim para Belém, mas somente após 18 meses decorridos nos aproximamos. Desejo tê-la, sinceramente, como esposa. Outros pormenores eu a relatarei pessoalmente quando for a Dianópolis. Chama-se Carmen. Embora muito mais nova que eu, não é criança. Possui, hoje, segura noção da vida, à qual tem enfrentado com galhardia, firmeza e superioridade de espírito.

Conheço-lhe a mãe, que é simples, generosa, sincera. Desde o primeiro instante, soube imprimir-me simpatia e respeito. (...)

Esta é a comunicação que lhe faço, por dever filial, para a sua e minha tranquilidade.

Escolhemos, em princípio, o mês de maio para o casamento. É o mês dedicado à Virgem Maria Santíssima, cuja ajuda imploramos para a caminhada que vamos iniciar.

Gostaria, portanto, de receber sua manifestação sobre o assunto objeto desta carta.

Com recomendações aos nossos, aqui fica o filho que lhe pede a bênção.

=João=.

Numa cartinha de **24 de julho de 1977**, a nora Carmen Ruth escrevia para a sogra:

“Os seus netos estão ótimos. Aqui tem lindas praias e eles estão aproveitando bastante; estão muito queimados de sol... Dê lembranças para todos daí e receba um carinhoso e saudoso abraço da sua filha e nora”.



Dr. Leal e D. Carmen Ruth no dia do nascimento do filho João Afonso.



A Dr^a. Maria de Fátima Benthes Leal, advogada, é casada com o Dr. Marcos Pereira Dias (formado em Publicidade e bacharelado em Direito), e é filha do Dr. João Rodrigues Leal. Na foto ela apresenta e sua filha Luísa aos 5 meses.

XV

DIANA, A MÃE VENERADA

Diana de Dianópolis, ou melhor, Dianópolis de Diana. Quem foi D. Custodiana Leal Rodrigues, conhecida como Diana Leal, além do que vimos?

Foi uma mulher, cujo percurso de vida, do berço ao túmulo, seria marcado por lutas e sacrifícios, que se fizeram o crisol aperfeiçoador da sua personalidade segura.

Nasceu em ambiente simples na Fazenda Taipas, município de Conceição do Norte no dia 28 de junho de 1897, sendo filha do Cel. Custódio José Leal, que foi Senador Estadual e político influente, e Francisca Bandeira Gonçalves.

O nome Custodiana decorreu do casamento do seu avô, Cel. Custódio José de Almeida Leal com a avó Ana Benedita Teles. Seu avô veio de Goiás Velho, na comitiva de um bandeirante, como secretário de um Bispo em *desobriga* – visita periódica feita por religiosos a regiões desprovidas de clero, com o fim de desobrigar os fiéis, que ao se confessarem para o sacerdote

obtinham a quitação e absolvição de suas contas com a Providência Divina, segundo a religião.

Passando a Comitiva por Conceição do Norte⁴⁰, Custódio José de Almeida Leal, inteligente, cheio de qualidades, se apaixonou por Ana Benedita Teles, filha do Coronel Serafim Teles Fernandes, rico fazendeiro, e com ela enamorou e se casou.

Moço polido, afeiçoado, trouxe o patronímico Leal para a descendência mais importante daqueles tempos. Abandonou os paramentos do culto e plantou com a esposa grande família em Conceição do Norte. Tiveram vários filhos⁴¹. Além de Custodiana, outra homenagem foi dada pelo casal, que batizou um filho com o nome de Custódio José Leal, que foi Senador Estadual em Goiás.

Custodiana ou Diana Leal era filha do Senador Custódio José Leal (Custodinho) e de Francisca Bandeira Gonçalves, portanto neta do ex-sacristão e depois Coronel Custódio José de Almeida Leal.

Do casamento de tia Diana com Afonso Rodrigues Santana houve os seguintes filhos: 1 – João Rodrigues Leal; 2 – Guiomar Rodrigues Leal Alves (nascida em 18.11.1915 e viúva de Aníbal Cândido Alves, hoje falecido); 3 – Dário Rodrigues Leal (nascido em 23.02.1927 e casado em primeiras núpcias com Anisiana Costa Leal e em segundas núpcias com Diran Fernandes Rodrigues Leal)⁴²; 4 – Maria Rodrigues Leal (Mariquinha, nascida

⁴⁰ Hoje Conceição do Tocantins.

⁴¹ Filhos: José de Almeida Leal (que também teve patente de Coronel e foi chefe político de grande prestígio, inclusive candidatou-se a vice-governador em 1900), Serafim José Leal, Custódio José Leal, Maria da Purificação Leal, Maria Jovita Leal, Auta do Espírito Santo Leal, Benedita Leal, Luísa Beatriz Leal, Modestina Leal, Francisca Leal e Francelina Leal.

⁴² Diran Fernandes Rodrigues Leal, além de esposa é prima de Dário Leal e neta de João Rodrigues de Santana, que foi martirizado juntamente com um filho no tronco em 1919.

em 02.10.1922, esposa de Tertuliano Alves Bandeira); 5 – Nilo Rodrigues Leal (falecido aos 7 meses de idade)⁴³; 6 – Edward Rodrigues Leal; 7 – Francisco Rodrigues Leal (falecido aos 7 anos de idade) e Nadir Raimunda Rodrigues Leal, que com o casamento passou a assinar Melo (nascida em 24.04.1926 e viúva de Casimiro Pereira de Melo).

Ao tempo do casamento, em 1913, Diana tinha apenas 15 anos de idade, mas o seu pai queria que ela se casasse logo, pois estava muito doente e, prevendo a morte, tratou em casar a filha para deixá-la amparada – como se acreditava na época – por uma nova e continuada família. Era a cultura da época, em que a mulher vivia para o marido e os filhos. Aos 16 anos ela dava à luz o primogênito João Rodrigues Leal, que quando rapazinho, assumiu a função de orientador dos irmãos menores, como se vê de suas cartas, onde os admoesta para tomarem caminho seguro na vida.

O esposo Afonso Rodrigues de Santana nasceu em 25 de março de 1887 e era 10 anos mais velho que a esposa. Faleceu em 07 de outubro de 1926, antes mesmo de chegar aos 40 anos de idade, deixando a viúva com 29 anos de idade e os filhos pequenos e órfãos.⁴⁴

⁴³ O nome Nilo foi em homenagem a mártir Nilo Rodrigues de Santana, morto no tronco em 1919.

⁴⁴ Numa carta, Diana Leal narra esse momento de dor: *“Ilmo. e Exmo. Sr. A. C. Rodrigues. Respeitosamente vos cumprimento, desejando-lhe paz e saúde. Tem esta por fim participar-vos que no dia 7 do andante passou desta vida para a outra o espírito do meu nunca esquecido esposo e vosso irmão Affonso Rodrigues de Sant’Anna. É com o coração cheio da maior saudade e os olhos cheios de lágrimas ardentes que pego na pena para dar-lhe esta triste notícia. Confio, porém, na inimitável bondade do Pai Celestial, que dar-me-á a resignação e a coragem para prosseguir na estrada escabrosa desta vida. Tristes de nós se nesses transes dolorosos, em que o nosso coração sangra de dor, não viesse o Pai Amantíssimo derramar sobre ele o bálsamo santo da resignação! Rogo-lhe que em*

Diana Leal ficava daí com a pesada responsabilidade de ser mãe e pai de oito filhos, tendo dois deles morrido cedo, para completar o seu *vale de lágrimas*.

Entretanto, jamais se deu por vencida. Enfrentou a viuvez naqueles tempos difíceis, mormente com extensa prole para dar meios de subsistência. Criou seus filhos sozinha, com dificuldades e honestidade, e conseguiu dar a eles educação moral e cristã. E à Pátria, João, que foi muito especial...

Dizia sempre para seus rebentos:

– Meus filhos, tenham sempre muita fé em Nossa Senhora da Conceição e em nosso padroeiro São José. Sejam bastante unidos e nunca se esqueçam da nossa terra.

Era o seu anelo ver todos os filhos formados, embora só o Dr. João Leal viesse a graduar-se e pós-graduar-se, e por mais de uma vez. É que não havia escola no sertão, naquela época, é tanto que João Leal foi levado por um bispo para Porto Nacional e depois encarou o Rio de Janeiro, no Exército, para ter um teto onde ficar e depois poder começar a estudar.

Desde mocinha destacou-se entre as amigas, dona de uma certa liderança, herdada da força política do pai, que demais a educou com uma boa visão do mundo.

Tia Diana andava alinhada, com um xale ou uma manta de seda, cobrindo e agasalhando-lhe os ombros e o tronco. A fita do cabelo combinava com o vestido. Tudo vinha do Rio de

sessão vibreis, com vossos bons irmãos, pela felicidade do espírito do meu saudoso esposo e peçam a Deus para que me dê coragem e faça-me ver, claramente, o luminoso caminho da Verdade. Que a paz esteja convosco. Vila de S. José do Duro ... de outubro de 1926. Custodianna Leal Rodrigues

Janeiro, mandado pelo pai e depois pelo filho. Do pescoço pendia a corrente de ouro, um pingente em crucifixo. Recatada, com um certo ar cortês ou cerimonioso, trazia o cheiro agradável de perfume francês ou mesmo uma fragrância de jasmim, que dava suavidade e doçura no ambiente. Deixava cair a manta bordada ao sentar-se, quando, nas poucas vezes, saía de casa para um *dedo de prosa*. Em casa recebia sempre muitas visitas.

Após a morte do esposo, o crepe foi a nova manta ombreada num luto que duraria até sua morte. Sempre o xale ou uma blusa preta, da mangas compridas. Vez em quando mudava para em seguida retomar o traje lutuoso.

Gostava de ler e escrevia bem, como se vê das cartas ao seu filho no Rio. Em casa tinha um biblioteca, com livros de pedagogia para uma boa formação dos filhos e outros de medicina prática.

Proprietária de três Fazendas, entre elas o *Cinema*, conquistadas por herança e por esforço comum com o esposo, tocava lavoura com os filhos e criava gado bovino. Conta-nos a sua filha, Prof. Nadir, que a mãe liderava sempre um grupo de mais ou menos 20 pessoas, que trabalhavam na Fazenda, cujo pátio era rodeado de casas.

Ela tinha o vaqueiro de confiança, que arrumava a tropa de burros rumo a Barreiras-BA para comprar sal, café, mercadorias, gêneros para passar o ano todo, além de tecido para vestir-se e aos filhos e fornecer aos trabalhadores. Da Bahia vinha também o remédio.

“Fato marcante em sua vida ocorreu em 1931, quando vieram da Bahia, tangidas pela seca, dez famílias que a procuraram. Ela deu abrigo a todos, não lhes faltando lugar para

morarem, além de alimento e terra por muito tempo para cultivo da lavoura.”⁴⁵

Mais tarde, quando a pequena Vila de São José do Duro foi assolada pela epidemia da bexiga (varíola), Diana Leal ajudou a cuidar dos doentes, imbuída do seu fervoroso espírito cristão, pois que era mesmo uma criatura abnegada, dona de uma formação católica muito profunda na fé.

Para os lados a favor do vento predominante, afastado da casa da Fazenda, numa das porteiras da propriedade, Diana colocava comida pronta, frutas do quintal, farinha para os doentes de varíola se alimentarem, de modo que eu não chegassem perto da sede para não contaminar os seus filhos órfãos de pai. Essa ajuda caridosa perdurou por um bom tempo. Muitas vidas foram ceifadas na região da velha São José do Duro. Um tempo duro de se lembrar, em que os corpos do bexiguentos às vezes não ganhavam sequer sepultura – pois todos temiam uma proximidade maior – e terminavam ao léu, aos lebréus, aos urubus, tendo depois os seus pertences e casas de palha queimadas para aniquilar o mal horripilante.

Mesmo do *Cinema*, preocupava-se com todos os fatos sociais da Vila do Duro, há poucos quilômetros da Fazenda.

Era deveras hospitaleira para com os chegantes. Quando chegava gente importante na cidade, Diana se unia às outras Dianas, ainda vivas, para a recepção altaneira, com preparativos típicos da cozinha dianopolina.

Naqueles tempos idos ninguém conhecia na cidade cenoura, beterraba, batatinha, repolho... Um tio que morava no Rio

⁴⁵ Estas e outras informações deste Capítulo foram colhidas de um trabalho de pesquisa biográfico sobre D. Diana Leal, feito por Alunas do 3º Magistério do Colégio João d'Abreu, orientadas pela Prof. Anisiana Jacobina Aires Selpúlvida (Nizinha).

de Janeiro mandou-lhe as sementes e a senhora amante das plantas ornamentais foi cuidar também de novas variedades em sua horta.

Do Rio vinha também champanhe, vinhos finos. A cantoria depois da reza, as modinhas, ria-se, e o folguedo ia avante. Para as festas de tia Diana, os pais de família deixavam as filhas donzelas irem.

Quando os jovens da antiga Vila iam se casar, ou quando o casal não estava vivendo bem, ou ainda quando os rapazes tinham vida desregrada, surgia a mulher conselheira, orientadora e respeitada por todos.

Bastante autêntica, tomava atitudes como criticar políticos, fossem prefeitos, vereadores, havendo mesmo certa vez que confabulou com um padre sobre o verdadeiro sentido das tradições religiosas e festas dos sertão. Chegava mesmo a convoca-los em sua casa para tomar satisfações, pois tinha prestígio e peso político na comunidade, angariado pela vida matriarcal, de uma chefe de família, na cidade que lhe tomava emprestado o próprio nome.

Na velhice, a sua principal ocupação era com os tecidos rendados executados à mãe com uma agulha de crochê utilizada na confecção de peças ornamentais, de vestuário e outras de ponto alto.

Doceira de primeira, fazia também bolos e biscoitos deliciosos, especialmente por ocasião de suas rezas como devota de Nossa Senhora Imaculada da Conceição, com oráculos emocionantes no debulhar do terço, entremeado dos cantos lindos das rezadeiras e pessoas da cidade que iam até o *Cinema* para a reza de tia Diana, que mais tarde passou a ser feita na casa grande em Dianópolis.

Na mesa especial do altar, coberta com um pano

alvinitente e rendado com *renascença*, estava entronizada a imagem da mãe Imaculada do Cristo⁴⁶

Diana Leal, tia Diana do *Cinema*⁴⁷, uma das quatro Custodianas que deram origem ao nome Dianópolis,

Já sabemos – era mãe do Dr. João Rodrigues Leal.

Por volta de 1956⁴⁸, João Leal já havia conquistado condições no Rio de Janeiro, e a primeira coisa que fez foi renunciar a boa parte dos seus vencimentos para pôr em prática a idéia acalentada de proporcionar à mãe uma casa com melhores acomodações, a fim que ela pudesse usufruir os dias da velhice com mais conforto.

Então mandou fazer uma bela e ampla casa em Dianópolis, na antiga Av. Major Veríssimo da Mata, hoje Rua João Rodrigues Leal⁴⁹, cuja residência foi concluída por volta de 1958.

Tia Diana não queria ter vindo do *Cinema* para a cidade. Foi lá onde criou os filhos. Mas compreendeu a sua importância para Dianópolis, era preciso vir para a cidade, embora a Fazenda fosse tão próxima.

E viveu décadas em Dianópolis, para onde veio por volta de 1959, cercada do carinho de todos os filhos.

⁴⁶ A imagem da Imaculada Conceição foi doada à filha e à sobrinha Prof. Marlene Rodrigues Alves. Esta colocou o nome de Imaculada Conceição no seu Educandário Infantil, onde também lecionou a Prof. Nadir, sua tia.

⁴⁷ A Fazenda *Cinema* tem uma vista muito bonita que se abria na varanda lateral da antiga casa-sede – daí o nome. Mirando o azul, é mesmo como uma janela para o céu, acima do longínquo horizonte da Serra Geral. Um painel majestoso se amplia num vale entre morros e vegetação nativa a leste.

⁴⁸ Em 1956 o Colégio João d'Abreu formava a primeira turma de quartanistas, o que foi motivo de gaudio para o Dr. João Leal.

⁴⁹ Avenida renomeada em sua homenagem *post mortem*, como veremos am Capítulo ao final.

Do Rio, e depois de Brasília – embora não necessitasse – a velha matriarca recebia mensalmente do filho João Leal quantias em dinheiro, remetidas como preito de gratidão do filho primogênito.

No dia 24 de março de 1985, Diana Leal partia para a outra vida, aos 85 anos de idade.

Na missa, o amorável e mui querido Pe. Joatan Bispo de Macedo, após belo sermão, arrematou:

– Morreu a mãe dos dianopolinos!

O Casarão feito pelo filho ficava como um marco de duas existências tão importantes para a nossa história.

A Cidade das Dianas, consternada, pronunciava uma frase nas consciências dos que sabiam tê-la:

– Acorda, Dianópolis! Já se foi a penúltima das Dianas!

XVI

AS CANDIDATURAS A DEPUTADO ESTADUAL E FEDERAL

Nas eleições proporcionais do ano de 1954 o Dr. João Leal, lançado por amigos, candidatava-se a Deputado Estadual por Goiás, pelo Partido Social Progressista – PSP.

– Vai João Leal, que o norte o elege! – diziam todos.

Entretanto, não obteve os votos de todos os dianopolinos, embora não se possa dizer que Dianópolis tenha-lhe sido tão ingrata. Nos anos 50, a população do município era pífia, com menos de 1.500 eleitores e João obteve uma votação que ultrapassou os 800 votos que lhe foi endereçada na pequena comuna.

É verdade também que um outro candidato obteve quase 600 votos em Dianópolis.

O próprio Deputado João d'Abreu lançou dois candidatos a Dep. Estadual – o seu sobrinho Ranulfo de Abreu Batista

Cordeiro e o taguatinguense Antônio Almeida – que embora não tendo sido eleitos, conseguiram desviar muitos votos do Dr. Leal em Taguatinga, Porto Nacional e Natividade, não obstante estes dois últimos municípios lhe tenham sido pródigos em votos.

Mesmo assim o Dr. Leal continuou sócio no Escritório de Advocacia com João d'Abreu no Rio e grato por este último ter assinado os diversos Projetos de Lei redigidos na Câmara dos Deputados pelo gênio dianopolino.

Enfim, em todo o Estado João Leal chegou a quase 3.500 votos, como escreveu em carta a sua mãe, mas não foi eleito.

“20.XI.62.

“Minha mãe,

Graças a Deus continuo com saúde e procurando por dia o meu serviço. Terminaram as apurações em Goiás. Não me foi favorável o resultado. Minha votação, segundo um Jornal de Goiânia, foi de 3.370 votos, um terço do que esperava. Estou convencido de que não se faz eleições sem dinheiro ou sem distribuição de favores pelos poderes públicos. Isso eu jamais não faria. Tenho a consciência tranqüila. Fiz o que pude e fui sincero com os eleitores. Recomendações a todos e benção do filho João”.

Não obstante, o sempre Dr. Leal continuou trabalhando pelo norte, dentro da Câmara dos Deputados e recorrendo, dentre outros, ao próprio Deputado João d'Abreu, que assinava os encaminhamentos feitos por aquele dedicado servidor público da maior *Casa de Leis do País*.

Parece mesmo que redobramos os seus esforços por sua terra. Foi daí que compreendeu que tudo o que fizera pelo norte foi sem mandato eletivo; que o seu lugar ao sol foi

conquistado pela via do Concurso Público; que poderia continuar fazendo o bem à sua gente do seu posto na Câmara dos Deputados, nos bastidores, vendo os Parlamentares eleitos entrarem e concluírem os seus mandatos, saindo em seguida.

Em 1962, embalado pelo prestígio de tudo que havia feito por sua região, supôs merecer o voto dos nortistas para a sua eleição de Deputado Federal. A campanha foi árdua, feita por um homem talhado para a honestidade e credor de gratidões.

Dianópolis deu-lhe 1.000 (mil) e poucos votos.

José Freire também era candidato a Deputado Federal e tomou do filho da nossa terra uns 600 e tantos votos, graças a alguns dianopolinos que se esqueceram do ilustre conterrâneos que tanto fizera por Dianópolis.

No resto do Estado de Goiás João Leal não conseguiu votos para a sua eleição a Deputado Federal e definitivamente deixou de concorrer a cargos eletivos.

Continuaria no alto escalão da Casa de Leis do País, com um mandato concursado de *Assessor Parlamentar* que já durava décadas, até a sua aposentadoria dali a cinco anos, em 1967, quando vai assumir a Direção do Banco da Amazônia S.A.

Mas por que todos, exatamente todos os eleitores de Dianópolis não votaram no seu filho gigante?

Essa resposta fica a cargo dos chefes políticos e pessoas que desviaram os seus votos.

A história nem se lembra deles.

Já o mesmo não se pode dizer do Dr. João Rodrigues Leal...

XVII

SÍNTESE DA VIAGEM À TERRA SANTA E EGITO

Um sonho acalentado pelo nosso grande Dr. João Rodrigues Leal era pisar o solo sagrado da antiga Palestina e depois do Egito, em companhia de duas pessoas muito amadas: a esposa e um dos três filhos – a filha.

Vamos viajar com eles:

Maria de Fátima Bentes Leal
Carmem Ruth Bentes Leal
João Rodrigues Leal

“Partimos de Brasília no dia 19 de dezembro de 1995, às 11:13, pela Transbrasil, chegando a São Paulo, às 12:30. Às 16:15 embarcamos no avião 767, da Alitalia, com escala no Rio de Janeiro, prosseguindo viagem às 17:40, com destino a Roma onde chegamos às 3:40, hora local. Nota: há uma diferença, no fuso

horário, de 3 horas entre o Brasil e Itália. Ex.: Brasil 10 horas e Itália 13 horas. Em Roma tivemos que aguardar conexão para Tel Aviv. Partimos às 12:17 em outro avião da Alitalia, chegando a Tel Aviv (Israel) às 15 horas. Mais uma diferença de fuso horário entre Itália e Israel, isto é, mais 1 hora.

Em Tel Aviv nos hospedamos no Grand Beach Hotel. Ótimo tratamento. Tel Aviv é a capital econômica de Israel. Nesta cidade, em novembro último, foi assassinado o Primeiro Ministro de Israel, Isaac Rabin.

Dia 21/12, após o café da manhã, seguimos para Jafa, em ônibus. Jafa faz parte da administração de Tel Aviv, que é uma cidade moderna, ao contrário de Jafa que é muito antiga. Segundo a tradição foi fundada por Jafé, filho de Noé. Provas documentárias a fazem remontar a 3.500 anos. O rei egípcio Tutamos III entrou pacificamente na cidade em 1468, a.C.. Nela se encontram o Museu Arqueológico, a casa de Simeão (o conciliador), a Igreja de S. Pedro, além de outros monumentos antigos. Às 9:40, continuamos a excursão passando por várias povoações às margens do Mediterrâneo e muitos laranjais e plantações de bananas. Às 10:50 chegamos a Cesarea, construída por Herodes. Aí permanecemos cerca de uma hora. Herodes, o Edomita (descendente de Esaú), nominalmente hebreu, era personalidade anormal e de extrema crueldade. Megalômano e de uma exorbitante febre edificativa. Reconstruiu Jerusalém e o Templo, além de outras construções, como Cesaréia, Samaria e Massada ao sul do Mar Morto. Cesaréia foi capital da província romana da Judéia e seu nome foi uma homenagem a Júlio César. Visitamos as ruínas do Teatro Romano, com uma parte reconstruída, onde atualmente se realizam festivais de estio, concertos e representações.

Prosseguimos a excursão com destino a Haifa, principal porto e segunda cidade de Israel, situada na extremidade da Baía de Acre. Possui uma excelente universidade, além do

tradicional Instituto de Ciências, que forma engenheiros em vários ramos do saber. Dali se avista o Monte Carmelo, com sua formosura (Isaias 35:2); ali está a Cripta de São João. Nos jardins persas, está o Templo de Bahai de cuja cúpula dourada se avista o panorama da cidade. Bahismo é uma seita maometana muito difundida, até mesmo no Ocidente. É um ramo do Babismo e considera todas as religiões como revelação de Deus Único. Foi introduzida em fins do século passado no Ocidente.

Atingimos depois o Acre. Quando Josué chegou a Canaã, dividiu-a entre os filhos de Israel. Acre e seus arredores coube a Asher. A Cripta de São João está no Monte Carmelo, como já vimos. São João, segundo S. Lucas, nasceu em Judá. Iniciou suas atividades religiosas no ano 15 do Imperador Tibério, pregando nas margens do Rio Jordão, onde batizou Jesus Cristo. Sua pregação descontentou as autoridades e sua missão, como precursor de Cristo, terminou com seu encarceramento na fortaleza Machaerus onde foi degolado por ordem de Herodes Antipas.

Às 17:20, prosseguimos viagem para Tiberíades, onde chegamos às 18:30, com pernoite no Hotel Washington. Tiberíades, às margens do Lago Kinneret, é a capital da Baixa Galiléia. Foi fundada cerca de 20 anos d.C. por Herodes Antipas. O Mar da Galiléia, onde Jesus desenvolveu sua pregação, está 200 metros abaixo do nível do mar. É também chamado Lago Kinneret na Bíblia. Tem 21 km de comprimento e 11 de largura. É alimentado pelas águas do Rio Jordão. Jesus percorreu as margens do Mar de Galiléia. Em seu tempo havia grande número de povoações, daí a grande difusão da cristandade em Tiberíades, tornando-se mais tarde uma das quatro cidades santas da Palestina.

Dia 22/12, prosseguimos a excursão, partimos de Tiberíades, às 8:05. Teríamos, nesta jornada, que percorrer os seguintes pontos: a) Monte Tabor; b) Narazé; c) Cafarnaum; d)

Tabgha; e) Monte do Sermão da Montanha e f) volta de Tiberíades, esta feita em lancha atravessando o Mar da Galiléia.

Comecemos, então, pela ordem acima com início no:

MONTE TABOR – Fomos de ônibus até o pé do Monte. Em vários carros (táxis) atingimos o cume do Monte, que é realmente alto. Fiquei a imaginar que sacrifício experimentaram os discípulos de Jesus para atingir o topo daquele alto Monte. A Fé, dizia Cristo, remove montanhas. No cume do Monte está a Igreja da Transfiguração. Foi construída sobre os restos da primitiva igreja. Dali se avista outro monte de tradição: Monte Nain onde Jesus restituiu à vida o filho de uma viúva (Lucas 7:11). Até hoje somente o Papa Paulo VI visitou Israel, limitada a vista ao Monte Tabor, onde há um busto da sua visita. Também uma placa contendo os nomes de vários brasileiros que, em 1960, lá estiveram em peregrinação, entre os quais o Deputado Federal Eurípedes Cardoso de Menezes.

NAZARÉ – Onde Jesus passou sua infância. É atualmente uma cidade com cerca de 50 mil habitantes e está situada na Galiléia. Uma rua tortuosa da velha Nazaré, calçada com pedras, nos leva à Igreja da Anunciação. A nova cidade data de 1950. A história de Nazaré faz reviver os tempos antigos, anos durante os quais José, tendo acolhido o conselho do anjo (Mateus 2:21-23), foi ali residir. Em Nazaré, estão muitos lugares sacros, como a Fonte de Maria, vizinha à igreja de S. Gabriel, a Igreja Grega Ortodoxa da Anunciação, a nova e imponente Basílica da Anunciação, a Igreja-Sinagoga onde Jesus ia aos sábados, segundo seu costume (Lucas 4:16). Almoçamos no restaurante de nome Fontana de Maria.

CAFARNAUM – Uma branca Sinagoga, em pedra calcária, representa um símbolo, quer para os judeus, quer para os cristãos. Situada às margens do Mar da Galiléia. Ao tempo dos romanos era uma florescente cidade hebréia. Em Mateus (4:12),

encontramos o relato de Jesus ao fazer seu retiro na Galiléia. Deixando Nazaré, estabeleceu-se em Cafarnaum para cumprir a profecia de Isaías. Suas primitivas Sinagogas foram construídas na Galiléia: uma ricamente construída e outra mais interna construída de pedra basáltica preta de Korazin, remontando ao segundo século d.C.. Aqui, segundo a história, os hebreus proibiram Jesus de fazer pregações. Em Lucas (10:13-15) vemos que foram lançadas contra as cidades impenitentes as seguintes palavras: “Ai de ti Corazin! Ai de ti, Betsaida!... E tu Cafarnaum, exaltada até aos céus, serás abatida até ao inferno. O que vos ouve, a mim ouve e o que vos despreza a mim despreza”.

TABGHA – A história de Jesus faz-nos lembrar que ali houve a multiplicação dos pães e dos peixes. A mesa de pedra onde aconteceu o milagre foi o altar de sucessivas igrejas. A mais antiga remonta ao quarto século. Entre Tabgha e Cafarnaum está o Monte das Bem-aventuranças (Sermão da Montanha), Mateus 5:1-16.

Ao final da jornada, retornamos ao hotel Tiberíades. Fizêmo-lo de barco, atravessando o Mar da Galiléia, pois o ônibus fora nos esperar no lado oposto.

Dia 23/12 – Partimos de Tiberíades às 8:15, com o seguinte itinerário a cumprir: Rio Jordão, Monte da Tentação, Jericó, Mar Morto e Jerusalém.

RIO JORDÃO – O conhecimento generalizado é que foi neste rio que Jesus foi batizado por São João Batista, mas, já no Gênesis, vemos no Capítulo 13:10 o seguinte: “E Lot levantou os olhos e contemplou toda a região de Jordão”. É ele talvez o rio mais famoso de todo o mundo. Uma de suas fontes brota no Monte Hermon. Seu curso é sinuoso entre o Lago de Genesaré e o Mar Morto. Ainda nas cercanias está Caná, aldeia da Galiléia, onde Jesus fez o milagre da transformação da água em vinho, durante o banquete de bodas. No vale do Jordão, surgem diversos

santuários cristãos dedicados ao batismo de Jesus. O mais importante é o Mosteiro de São João, em árabe Kasr El-Yahud (Castelo dos Hebreus) por causa da tradição, segundo a qual, ali Josué conduziu seu povo para a Terra Prometida. Fizemos uma parada abaixo da ponte que liga o Jordão ao mar da Galiléia. Nós excursionistas fizemos várias compras, como terços, estojos contendo óleo de oliva, terra (da Terra Santa), água do Jordão. A água é límpida e escorria entre as pedras descobertas.

MONTE DA TENTAÇÃO – Neste Monte, Jesus jejuou durante quarenta (40) dias e resistiu às tentações de Satanás, que lhe oferecia “todos os reinos do mundo” (Lucas 4:5). Ainda segundo Lucas (19:1), Jesus passou através de Jericó de Jesus não era esta e sim a cidade de Herodes, alguns quilômetros mais ao sul. Junto do Monte da Tentação, melhor dizendo incrustado no Monte, está hoje o Mosteiro de Karantel. Este Monte, realmente alto, fica a leste das ruínas de Jericó de onde pode ser visto, inclusive o Mosteiro que fica nele encravado.

JERICÓ – Jesus passou por Jericó, que era cidade de grande comércio ao tempo dos romanos. Ela fora, no passado, uma das conquistas de Josué, após atravessar o Jordão. Esta cidade-fortaleza caiu ao som das trombetas de Josué no ano 1250 a.C. e, embora ele tivesse proibido sua reconstrução, ela foi reconstruída no nono ano a.C. por Hiel de Bethel (1 Re 16:34). Não obstante a maldição de Josué ter caído sobre Hiel, inclusive pelo sacrifício do filho primogênito, a cidade perdurou por 400 anos. Os Macabeus usaram Jericó como centro administrativo no século II a.C. Jesus, nas suas andanças, passou por Jericó de Herodes, onde grandes escavações revelaram importantes restos do período herodiano.

MAR MORTO – A alguns quilômetros de distância de Jericó, brilha, sob o sol, a extensão azul deste mar, que representa a mais baixa depressão existente sobre a terra, isto é, 425 metros abaixo do nível do mar e três vezes mais abaixo de

Jerusalém. Suas dimensões: 46 km de comprimento e 17 km de largura e uma profundidade de 490 metros no seu ponto mais baixo. Este mar deve a sensação oleosa de suas águas ao percentual de magnésio, sódio, cálcio, cloreto de potássio e bromureto de magnésio que são refinados e utilizados para fins agrícolas, industriais ou para exportação. O percentual de sal do Mar Morto é dez vezes superior àquele contido nos oceanos, os banhistas não conseguem mergulhar em virtude da densidade da água. Ficam flutuando. Viajando ao longo da costa do Mar Morto, Mar Salgado segundo a Bíblia, chega-se a Qumran, onde as ruínas acumuladas ao redor dos buracos furados nas cavernas não haviam suscitado qualquer interesse até 1947, quando dois pastores beduínos ali encontraram sete jaras de terracota contendo manuscritos de inestimável valor. Estes manuscritos são da Bíblia.

Prosseguindo a viagem, chegamos a.

JERUSALÉM – às 12:55. Paramos no Horto das Oliveiras, parte mais alta de onde se tem uma vista da milenar cidade, que está situada num altiplano rodeado de dois vales: o Cedron e o Geena, dos lados leste e sul, respectivamente. É o vale Cedron que separa a cidade do Monte das Oliveiras, onde paramos. Foi-nos oferecido vinho tinto, em cálices de madeira. Carmen, Maria de Fátima e eu, profundamente emocionadas fizemos nossas orações. Difícil descrever o estado de espírito em que nos achávamos de por nossos pés sobre a terra onde ficaram as pegadas de Jesus. Ali, no alto, vimos placas com os nomes de pessoas que fizeram doações a Universidade de Jerusalém. Para entrar na cidade é preciso descer o vale e subir até as muralhas. Preparamos nossos espíritos para as emoções que, certamente, se sucederão na Cidade Santa. Após o almoço, visitamos o Cenáculo e Igreja da Dormição. Em seguida, fomos para o Shalom Jerusalém Hotel, onde ficamos hospedados. DIA 24/12 – Falamos ontem sobre a visita ao Cenáculo e Igreja da Dormição. O Cenáculo foi o lugar onde Jesus fez sua ceia com os apóstolos. É uma sala grande em arcos apoiados em colunas e chamada de

“Última Ceia”, revestida de tapetes e, então, já preparada (Marcos 14.15) onde Jesus sentou-se com seus discípulos para a Ceia Pascal. Embaixo do Cenáculo está o lugar conhecido como “Sala do Lava Pés”, onde Jesus, colocando “água numa bacia, começa a lavar os pés dos discípulos” (João 13:15). Ao lado deste cômodo, está outra sala com um enorme cenotáfio-túmulo em memória de alguém – que a tradição popular identifica como o túmulo de David. IGREJA DA DORMIÇÃO – Para os católicos, a Virgem Maria não morreu. A imagem dela, em mármore, representada no leito, indica que estava dormindo e nessas condições foi levada para o céu (assunção).

Este 24/12 foi uma jornada intensa, começando às oito e quinze pelo:

MURO DAS LAMENTAÇÕES – Monte Moriah ou Monte do Templo. É o que restou do Templo de Salomão. Foi destruído por Nabucodonosor em 536 a .C. Sobre as ruínas foi construído outro templo. O rei Herodes o ampliou. No ano 70 d.C. foi novamente destruído e só restou o **Muro** que é muito alto. Vamos falar um pouco sobre a Velha Jerusalém, que é dividida em 4 bairros: o hebraico a sudeste; armênio a sudoeste; o cristão a noroeste e o muçulmano a nordeste. As zonas são delimitadas por duas ruas calçadas de pedras: uma do norte à Porta de Damasco (a de Sion) e a outra da Porta de Jafa ao Monte do Templo, que é dividido entre o bairro hebreu e o muçulmano. Faz parte espiritualmente da herança hebréia. Chamado Monte Moriah ou Haram el-Sharif – Recinto do Nobre Santuário – onde, segundo a tradição, o Senhor Deus formou o homem com o pó da terra (Gênesis 2:7) e onde Abraão se apresentou para imolar Isaac. Ali, na crista da colina, estava o altar de David sobre o qual Salomão construiu o Templo, substituído muito tempo depois pelo complexo arquitetônico de Herodes, cujo Muro Ocidental está até hoje intacto. Ao pé deste Muro, na sua extensão, são feitas preces, muito ajoelhados e outros de pé apoiando as mãos no Muro. Quando ali chegamos, nosso guia disse: mulheres à direita e

homens à esquerda. A fila dos homens ficou na direção da porta do Salão onde, no momento, só vi homens, todos com seus chapéus e trajes pretos e Bíblia à mão num ambiente de orações e profundo respeito.

MESQUITAS – Voltemos um pouco à história do Templo. Devastado pelos romanos que impuseram suas imagens pagãs aos hebreus, o Monte Moriah foi abandonado durante o período bizantino. Quando o Califa Omar entrou em Jerusalém em 658 d.C. encontrou a Colina deserta e coberta de ruínas. Ele achou que, nesse lugar, se deu a cena milagrosa de viagem noturna de Maomé. É o lugar mais sagrado para o Islã, depois de Meca e Medina. Ele achou que ali devia ficar o sinal de sua passagem. Foi então construída a grande Mesquita. Ela tem o seu nome e cuja cúpula é toda de ouro. Visitamos antes a outra Mesquita, que fica próxima. Para entrar em todas elas, tivemos de ficar descalços. Os pisos são todos tapetados. O da Mesquita de Omar teve seus tapetes doados pelo Faraó do Egito. Três eram as funções da Mesquita: oração, peregrinação e sacrifício. As piscinas próximas são para limpeza do templo e, ainda, para os judeus se limparem antes de nelas entrar. Entre outros lugares de interesse do Monte do Templo, esta El Acsa com sua cúpula de prata, construída no ano 700 d.C. na área onde havia o Palácio de Salomão.

VIA DOLOROSA – É o caminho por Cristo do Tribunal ao Gólgota, que tem início na Porta dos Leões e continua numa rua estreita e sinuosa até a Igreja do Santo Sepulcro, passando pelas estações. Vê-se, no caminho, a igreja cruzada de Santana com a piscina Betsaida. Há a história do paralítico que ali estava há 38 anos e ninguém o jogava na água para se curar. Ao vê-lo, Jesus o curou. Por isso Jesus foi perseguido. Para os judeus se ele era paralítico era por vontade de Deus e assim devia ficar. Demais, Jesus curou o doente no Sábado, contrariando a ordem, portanto, devia por isso ser perseguido. A seguir, está a Primeira Estação, um templo herodiano, fortaleza Antonia, onde Pôncio

Pilatos condenou Jesus à morte, e o arco do “Ecce Homo” do qual se pensa que Pilatos, indicando Jesus, tenha dito o “Ecce Homo”. O Arco, com efeito, remonta a 100 d.C. pois faz parte da entrada triunfal e levantado no ano 135 d.C. ao lado oriental da Aelia Capitolina em cuja parte foi incorporada a capela do convento das Irmãs de Sion. As estações 10^a a 14^a estão no interior da Igreja do Santo Sepulcro ou da Ressurreição. A VIA DOLOROSA é uma rua estreita e de trânsito difícil com o vai-e-vem de turistas, peregrinos, além dos vendedores que dificultam a passagem com suas ofertas. Nas paredes laterais se vêem os números das Estações, em portas fechadas, creio que em cimento ou aço. Não me foi possível distinguir. É um percurso que devia ser feito com calma e meditação. Infelizmente isso não ocorreu.

IGREJA DO SANTO SEPULCRO – *Foi construída originalmente pelo Imperador Constantino e sua mãe Helena no ano 335 d.C. exatamente em redor da rocha que serviu de sepultura para Jesus (seria o túmulo destinado a José de Arimateia que o construíra). Destruída pelos persas em 614, foi reconstruída pelos Cruzados na forma atual. Na entrada principal se vê uma laje vermelha, suspensa, vale dizer altar, a Pedra de Consagração. À direita, os degraus que levam ao Gólgota com as 10^a, 11^a a 13^a Estações da Cruz, quando Jesus foi despido e pregado na Cruz, morto e depois conduzido à sepultura. A 14^a Estação indica o túmulo de Jesus, precedido de uma pequena antecâmara chamada Capela dos Anjos. Vimos, ainda, a pedra onde caiu o sangue de Jesus, outra fechava a Santo Sepulcro e, finalmente, aquela em que Jesus foi ungido. A Igreja é católica, ortodoxa e armênia.*

IGREJA DA ASCENSÃO – *Nela se vê uma pedra com a marca dos pés de Jesus, quando ascendeu ao céu.*

IGREJA DE SANTANA – *Construída no lugar onde nasceu a Virgem Maria e onde moravam seus pais Joaquim e Ana. Igreja simples, lugar de orações. Excelente acústica. Nunca foi*

destruída pelos muçulmanos em virtude de sua beleza. Os franciscanos a compraram no século XVIII. Próximas à Igreja as ruínas de duas piscinas. Ali se deu a cura do paralítico, segundo São Mateus, caso relatado quando falamos sobre a Via Dolorosa.

IGREJA DA AGONIA – No Jardim Getsemani, antigas árvores de oliva circundam a Basílica da Agonia, cujos tímpanos revestidos de mosaicos azuis e de ouro são visíveis de longe. É também chamada de Igreja de Todas as Nações por Ter sido construída com a contribuição de vários países. Ali Jesus passou os momentos de profunda agonia, daí o nome que lhe é dado. Falamos, antes, em Jardim dos Getsemani. É que na gruta dos Getsemani havia uma cavidade, isto é, um buraco pouco profundo, onde os camponeses israelitas pisavam as azeitonas a milhares de anos e os seus companheiros ali buscavam refúgio contra as chuvas inverniais e também fugiam do calor do verão. Em hebraico, um lagar de azeite é chamado “gat shemen” e deriva a palavra getsemani.

TORRE DE DAVID – Dia 25.12. Em ruínas e algumas reminiscências que fazem parte do Museu. Esta Torre era verdadeira fortaleza. A história de David ocupa grande parte dos livros de Samuel (I-III) e diz que ele aceitou o combate com Golias a quem prostou com uma pedra lançada com sua funda.

IGREJA DO PATER NOSTRO – Este não é, em verdade, seu nome, isto é, seu nome primitivo. Trata-se de uma gruta onde Jesus ensinou seus discípulos a oração do Pai Nosso. É atualmente uma capela em cujo claustro carmelitano revestido de pastilhas esmaltadas se vê o texto da oração em 44 idiomas. Assim, a Igreja que tem hoje o nome de Pater Nostro (Pai Nosso) foi mandada construir pela Imperatriz Helena (Santa Helena), mãe do Imperador Constantino. A Imperatriz teve uma atuação extraordinária e mandou construir várias igrejas e capelas em Israel.

BELÉM – À tarde, parte final, fomos a Belém, que fica a cerca de 10 quilômetros ao sul de Jerusalém. Os árabes a chamam de “Beit Laham” – Casa da Carne – naturalmente uma corruptela de “Bet Lehem”, antigo nome judeu – Casa do Pão. Possessão da tribo de Judá, Belém tem sua vocação espiritual quando ali nasce David, o maior rei de Israel, de cuja descendência veio o messias ansiosamente esperado. Na Bíblia há a seguinte passagem, profecia de Miquéias: “E tu, Belém de Judá, não és a mínima das cidades. De ti sairá o Salvador”. Esta afirmativa desconsertava a quantos consideravam Belém uma cidade sem importância. Entre os cristãos a fama de Belém está descrita por Mateus (2:1) que a indica como lugar do nascimento de Jesus. Também Lucas nos faz menção quando fala de Maria que “trouxe a luz seu primeiro filho... e o depõe em uma manjedoura porque não havia encontrado lugar para pousada”. O Imperador Constantino, em 325, resolveu destruir o templo pagão ali existente para edificar uma Basílica. Sua mãe Santa Helena, com sua presença pessoal, encorajou os trabalhos da construção da Igreja romana com quatro filas de colunas sóbrias. Nela se vê um mosaico representado os Magos em hábitos persianos. Dizem que esta foi a razão porque as tropas persas de invasão em 614 d.C. pouparam a Igreja da destruição. Para se chegar à gruta é preciso descer por uma escada talhada na pedra. A gruta, com seu altar da Natividade, pertence aos católicos e aos gregos ortodoxos. Ali na gruta há um nicho sob a abóbada escura no rochedo. Em baixo, na pedra, uma estrela de prata dourada assinala o lugar exato onde Jesus nasceu. A gruta é iluminada e para se tocar na pedra no centro da estrela é preciso abaixar-se num procedimento que nos envolve em profunda emoção.

Dia 26.12. – Dia Livre. Visitamos o Museu de Israel, que fica numa praça, tendo ao lado esquerdo uma fileira de árvores plantadas por vários países, cujos nomes figuram em placas aos pés das árvores. Visitado diariamente por jovens e velhos numa atmosfera alegre. Rico e variado museu contendo o Templo do Livro com rolos bíblicos de inestimável valor. Uma

seção de arqueologia a nível internacional e outros setores de tradição e artes judaicas. Mais adiante, no fim do lado direito, está o que se pode chamar de parte relativa ao holocausto com várias salas cheias de fotografias que nos deixa profunda e triste lembrança e abatimento traduzidos pela barbaridade a que foram submetidos seres humanos, principalmente judeus. À tarde, visitamos o comércio, especialmente a Fábrica de Diamantes e Jóias, de quantidades impressionantes e sempre cheia de visitantes, na maioria turistas.

Dia 27.12 – Manhã cedo, iniciamos a viagem para o Egito, em ônibus, com duas interrupções. A primeira, na chamada “Faixa de Gaza” onde tivemos uma demorada parada. Esta faixa já esta sob o domínio palestino e, nesse dia, ali chegava Yasser Arafat, razão do intenso policiamento para segurança do mesmo. Somente depois de sua retirada, fomos liberados para prosseguimento da viagem. Horas mais tarde, nova parada. Esta na fronteira entre Israel e Egito para desembarço alfandegário. Daí em diante, um longo percurso pela Península do Sinai até o Canal de Suez. Este trajeto foi feito em verdadeiro comboio de ônibus e carros de polícia, isto por medida de segurança preventiva contra atentados. Partimos de Jerusalém às 8:10 e só chegamos ao Canal às 17:40. Após a travessia, partimos às 18:40 chegando ao Cairo às 21:15, hospedando-nos no Sofitel Sphinx (hotel). O Canal de Suez liga o Mar Vermelho ao Mediterrâneo.

EGITO – *Dia 28.12 – Aniversário de Maria de Fátima. Pela manhã, visita à cidade. Trânsito horrível e complicado. Museu do Cairo, sempre cheio. Muito belo. Ali vimos as jóias e sarcófago de ouro (reprodução em madeira dourada) do Faraó Tutankamom. As peças verdadeiras estão no Luxor. À tarde, fomos às Pirâmides. São três Queops, Quefren e Miquerinos. A Esfinge (de Gizé) a eterna guardiã das Pirâmides. Descemos na de Miquerinos, 30 degraus, o que se faz bem abaixados. Lá dentro, não há nada. Só os túmulos destinados aos faraós e suas riquezas. Não sei como aquele árabe (vigia) agüenta ficar naquele*

ambiente de pouco ar e este bastante viciado. Cada bloco de pedra, segundo nos foi informado, pesa cerca de duas toneladas. Estas pedras, segundo informação do guia, vieram de Assuan (Aswan) a 800 quilômetros de distância. Como teria sido possível o transporte de tantas pedras e de grande tamanho, inclusive para as outras pirâmides? A Maior é Queops, a média a de Quefren e a menor a de Miquerinos. A primeira estava fechada e a Segunda em obras. Assim só nos foi possível ver de perto a última. Carmen e Maria de Fátima andaram montadas em camelos. Na hora de montar, o camelo fica ajoelhado e só depois ele se levanta. Para se montar ou para se tirar fotografias é exigido sempre o pagamento antecipado. Foi naquele ambiente de pirâmides e camelos que Maria de Fátima aniversariou. Estava alegre e satisfeita. À noite, Carmen e Maria de Fátima foram novamente ao local das pirâmides para ver o show de som e luz. Acharam belo o espetáculo, embora não entendessem a história, narrada em russo. Nosso hotel dá vista para as pirâmides.

Dia 29.12 – Dia livre. De táxi fomos ate Menfis, antiga cidade. Em Sakara, vimos a 1ª pirâmide, construída em forma de escadas. Visitamos a Escola de Tapetes. Estes muito bonitos, porém bastante caros. As crianças (meninas) começam cedo no trabalho de tapeçarias. Não freqüentam escolas.

Dia 30.12 – Dia livre. Visitamos a Fábrica de Perfumes. Essências são fornecidas à Franca e vários países. Visitamos, também, uma grande joalheria. Ouro barato. Em seguida fomos ao Bazar El Kalil. À noite, 20 horas, passeio pelo Nilo, com show de Dança do Ventre. Preço U\$ 40,00 por pessoa e jantar. Divertido e agradável. Agora, vamos a um pouco de história do Egito, numa rápida síntese. Situado no nordeste da África e na Península do Sinai. História antiga e longa, pode ser dividida nos seguinte períodos:

- a) Macedônico ou Ptolomaico (332-30 a.C.);*
- b) Romano-Bizantino (30 a.C.);*
- c) Medieval (640-1798 d.C.)*

d) **Moderno (1798-1968 d.C)**

PIRÂMIDES – Monumentos de quatro faces triangulares e base retangular que serviam de túmulo aos faraós do antigo Egito. As mais conhecidas se encontram em Gizé, onde constituem um grupo de nove monumentos entre os quais se distinguem:

- a) Pirâmides de Queops, também chamada a Grande Pirâmide;
- b) A de Quefren;
- c) A de Miquerinos, a menor delas.

A de Queops tem 175 metros de altura e 230 metros de base. Curioso é que as pirâmides foram construídas com grandes blocos de pedra, material raro na região desértica que circunda o vale do Nilo, o que revela o penoso trabalho dos operários, todos escravos, na busca desse material bem como na construção dos majestosos túmulos.

Em quase todas, a inclinação das faces laterais é de 52° e os lados da base são orientados numa direção quase uniforme, daí dizer-se que a geometria nasceu no Egito.

Ainda sobre as pirâmides:

- a) Ramsés II e III da 19ª Dinastia;
- b) Amenotís (A menotep IV e fascinante figura da história);
- c) Tutmés I e III da 18ª Dinastia;
- d) Tutancamon (Tur-Anch-Amon) Rei egípcio 1.300 a.C.

Sua sepultura foi descoberta em 1922, perto do Luxor.
Faraó quer dizer Casa Grande, antiga denominação do palácio real, designação posterior dos próprios reis.

Dia 31.12 – Volta a Roma. No aeroporto Leonardo Da Vinci, não estava o representante da Mundirama, em Roma. Quando chegou, bastante atrasado, começou um vai-e-vem, ora para um lado, ora para outro, sem qualquer informação. Isto já nos irritava a todos sem a menor justificativa. Após muito tempo, fomos conduzidos para uma saída, onde tomamos ônibus para o hotel, que fica situado na Vialle Castelo Magliana, 65 – Parco dei Medici, bastante afastado do centro de Roma. No hotel, a recepção nos encaminhou para um grande salão à direita da entrada. O hotel tinha feito as reservas e o pagamento respectivo não havia sido feito. Eis a razão de tantas complicações e que só então tivemos conhecimento. Depois de muito entendimento, a Gerência do hotel resolveu liberar os apartamentos reservados, sob a condição de a representação local da Mundirama assumir diretamente a responsabilidade pelo pagamento. Mas, para tanto, tivemos cada um de pagar seu apartamento à representação local, ficando, desde logo, estabelecido que o pagamento poderia ser feito em lira italiana, dólar ou mediante cartão de crédito. Resolvi minha parte com o Cartão Diners Internacional, assumindo a responsabilidade pelo pagamento de 750.000 liras, mediante cobrança no Brasil. Eis o motivo de tanto aborrecimento. E tudo isso ocorria no dia 31 de dezembro, véspera do Ano Novo. Que entrada tivemos!... Dias 1º, 2 e 3 permanecemos em Roma. Embarcamos de volta ao Brasil dia 3 às 23:55, pela Alitalia com destino a São Paulo – Conexão pela Transbrasil. Chegamos a Brasília dia 4 de janeiro às 13:15. Após nossa chegada é que tivemos conhecimento do que realmente ocorrera. É que a Mundirama, ou melhor seus diretores desapareceram lesando mais de 700 turistas, estes diretores desapareceram desde 28 de dezembro, conforme noticiário constante do Correio Braziliense de 05.01.96, página 14, sic:

“Decretada a prisão de empresário de turismo.

O empresário Maurício Roitman e sua mulher Isabel Ester Roitman, donos da Mundirama Turismo Ltda, tiveram a prisão temporária – por cinco dias – decretada pela Justiça. Eles

são acusados de lesar 700 turistas que compraram pacotes de viagem para Saint Martin e Isla Margarita, no Caribe. Os dois estão desaparecidos desde 28 de dezembro, alguns não puderam embarcar porque a empresa não pagou às companhias aéreas, outros tiveram problemas com hospedagem". Nosso caso foi, precisamente, com problemas de hospedagem como acima já explicado. Felizmente não tivemos problemas com passagem de volta, creio que a Alitalia tenha exigido pagamento antecipado.

JOÃO RODRIGUES LEAL"

XVIII

O PARANINFO E O JUBILEU DE PRATA DO COLÉGIO JOÃO D'ABREU.

“**M**INHAS AFILHADAS:

Convocado para a difícil tarefa de paraninfo esta Turma de Magistério, a 3ª deste Colégio, a vossa Turma, vi-me ante sério dilema: desprovido do cabedal necessário, como aceitá-la? Se a vossa intérprete, Professora Andiará, me transmitia verdadeiro ultimato, como recusá-lo?

Neste dilema permaneci algum tempo. Lembrei-me, então, de que um filósofo classificara em duas categorias as temeridades que o homem pode praticar: temeridades voluntárias e temeridade necessárias ou fatais. A esta última pertence a que cometi. Para amenizá-la, resolvi buscar, como tema do meu discurso, os Sete Sábios da Grécia, cuja história vos é certamente conhecida. Tomei-os como guias mentores, pois eles nos oferecem à reflexão aquelas memoráveis sentenças que tanto os celebrizaram.

I – SOLON

Começo por Solon, originário de Salamina e natural de Atenas. Deixou ele à posteridade um Tratado de Leis, Orações e Elégias e versos Jambos. É a ele que se atribui o axioma grego:

NADA COM DEMASIA.

Esta máxima envolve eloqüente condenação àqueles que se deixam levar pelo desordenado apetite de conseguir dignidades, alcançar o que está acima dos méritos, lograr postos, o qual se chama ambição que São Bernardo classificou como sendo um mal sutil, uma cruz e tormento para o ambicioso.

O homem deve regular as suas ações de maneira que toda a sua vida seja de equilíbrio entre os extremos do pouco e do muito, porque o pouco não chega e o muito é supérfluo.

Entre o pouco e o muito, está a virtude.

Hesíodo costumava dizer que o meio era melhor que o todo, porque no todo entram os extremos e entre estes se conserva o meio.

Lembra-vos de que as cabeças dos ambiciosos parecem com aquelas espigas vãs, sempre empinadas, olhando e forcejando para cima.

Sêde como aquelas espigas ricas de grãos que se inclinam humildemente para baixo, olhando as raízes de que dependem.

Continuai-vos com o que Deus houve por bem conceder-vos.

A Divina Providência sabe melhor do que nós o que nos convém.

II – PERIANDRO.

Nasceu na cidade de Corinto e foi contemporâneo de Salon. Foi o autor da máxima:

COM A FORTUNA, NÃO TE LEVANTES A MAIORES.

MINHAS AFILHADAS;

Alexandre esqueceu-se de que era filho de Felipe, quando sua vitórias se foram tornando cada vez maiores.

Prosperidade e moderação poucas vezes se acham juntas.

Não raro, qualquer sopro ou vento da boa sorte faz com que algumas pessoas ultrapassem a linhas do bom-senso.

Deveis ter sempre em mente que alegria e tristeza, contentamento e desgosto, fortuna e infortúnio em toda a parte são irmãos gêmeos.

Assim como uma forte luz cega os olhos do corpo, assim também a prosperidade cega os olhos da alma.

É a fortuna tão incerta que não tem outra certeza senão a de ser sempre mutável. Ela costuma fazer desgraçados aqueles que primeiro fez felizes e ditosos. Aos desgraçados alenta com esperanças de venturas e aos venturosos assusta com temores do infortúnio. Tão inconstante é em seus favores que, de ordinário, faz anoitecer pranto o que amanheceu sorriso.

Em síntese: de nenhuma fortuna se deve fiar menos e nenhuma recear mais que a próspera.

A sua constância é a mutabilidade, traduzida na

leviandade com que vem e na brevidade com que passa.

Não vos esqueçais, pois, do bom conselho do Sábio Periandro.

III – PÍTACO.

Nasceu em Mitilene, famosa cidade da Ilha de Lesbos.

Destacou-se como chefe militar. Na guerra contra os Atenenses, sobre a posse do monte Aquilitide, deu provas de uma coragem fora do comum. Por isso teve o mando e o comando das armas.

De chefe militar passou a chefe político, chegando ao governo de Mitilene. Nesse cargo acrescentou ao triunfo sobre os inimigos o triunfo sobre os vícios.

Ao assassino do seu filho Tirreu, ele puniu entregando ao verdugo da sua própria consciência que, no tribunal do coração, castiga os delitos de forma mais profunda que os instrumentos da justiça.

A um maledicente, que condenava o seu governo, ele perdoou, alegando que o perdão é ação mais generosa que a vingança.

Um dos mais célebres documentos de sua sabedoria, nestas poucas palavras se encerra:

NOS TRABALHOS SE VÊEM OS POUCOS VERDADEIROS AMIGOS.

MINHAS AFILHADAS:

É comum, na vida humana, a existência de períodos de

prosperidade e outros de adversidade.

A prudência do amigo modera o orgulho que a prosperidade inspira, ajuda a conhecer os enganos da adulação e as ciladas da inveja.

Em toda a parte há horas alegres e horas tristes. Das horas alegres, todos são amigos. Das horas tristes, poucos.

O Imperador Tibério possuía dois amigos aos quais chamava de amigos de todas as horas.

A amizade é como sombra. Só acompanha os corpos nas horas em que há sol. Enquanto dura a magnífica claridade, é a sombra companheira inseparável. Mas, no escuro, desaparece.

Amigos verdadeiros são poucos. São os que encontramos nas dificuldades da vida, na adversidade conforme afirmou o Sábio da Grécia, Pítaco, de Mitilene.

É a amizade que faz que se aparentam os espíritos e contraíam parentesco as almas.

Mas, antes da escolha de um amigo, deve-se formar um maduro juízo para o escolher com acerto. Não serve para amigo qualquer que o pretenda ser, senão aquele que o merece.

Bons amigos são aqueles que fazem igual rosto aos desiguais semblantes da fortuna.

A sábia escolha de amizades é o próprio meio de prover aprazível camaradagem para o presente e abundante satisfação para o futuro.

IV – KILOM

Era natural da Lacedemônia. No Templo de Delfos, mandou ele gravar, em letras de ouro, as seguintes palavras:

CONHECE-TE A TI MESMO.

MINHAS AFILHADAS:

Poderia alguém perguntar: Será mesmo grande coisa conhecer-se? Qual a pessoa que não se conhece e não conhece a muitas outras?

Conhecemos os parentes e conhecemos os amigos. Conhecemos os vizinhos e os companheiros. Até conhecemos os estranhos. Mas, este conhecimento, na verdade, é superficial. Sabemos os nomes uns dos outros, mas nem por isso nos conhecemos.

De vista, conhecemos a muitos. Mas a estes mesmos não lhes conhecemos o gênio, o temperamento, as intenções. Dizem que o rosto é a imagem da alma. Mas há pessoas de duas caras, portanto, de duas imagens. E destas duas imagens, qual a verdadeira?

Segundo o ditame da razão, o homem sabe, conhece e reconhece que é animal racional. No trato da vida civil, ele já foi definido como animal incontentável. Eis aí a diferença essencial do homem moral: o homem natural é animal racional e o homem moral é animal incontentável.

Interessante é que quanto mais incontentável, menos racional, porque o não saber contentar-se é despir-se de razão. E o não querer contentar-se é desatino, que nasce de outro desatino, que é a causa de muitas desgraças do mundo.

A razão por que o homem não se conhece é porque

deixa o desejo dominá-lo. Como o desejo é paixão que não tem limites, seguindo os impulsos desta paixão, o homem que é animal racional se faz animal incontrolável.

Em todos os estados, ocupações e ofícios é preciso que qualquer pessoa conheça as suas forças, o seu talento, o seu saber e a sua obrigação, para que assim possa por limites ao desejo.

Muitos são os modos de se conhecer, mas, de um só deles depende a felicidade do homem no estado da vida civil e da vida moral.

O homem deve conhecer-se intimamente. Deve examinar e ver dentro de si a razão ou a sem razão dos seus apetites e desejos. Só assim poderá reprimí-los ou refreá-los de maneira a regular as suas ações com discreta moderação. Esta é, sem dúvida, a ciência mais necessária e um dos maiores bens da vida humana. Eis a razão porque o Sábio da Grécia nos recomenda tanto o conhecimento de nós mesmos.

Procurai sempre conhecer a vós mesmas. Conhecer a si próprio, eis a mais crescida dificuldade pelos filósofos.

Para Diógenes, o emendar em si o que estranhar nos outros, é a melhor maneira de se conseguir o magistério próprio.

Perguntando Platão, como passava a vida, respondeu que ignorando. E Heráclito perguntado pelo que sabia, respondeu que bastantemente sabia em saber que não sabia nada.

Nunca vos esqueçais de que a humildade é um requisito insubstituível de progresso tanto moral quanto intelectual. Aquele que não reconhece quão limitada é a sua sabedoria é realmente cego.

O grande Laplace gastou uma vida inteira no estudo dos céus, procurando decifrar as leis que regem os movimentos siderais. Sua obra monumental, Mecânica Celeste, constitui um marco do pensamento humano. Pensaríamos que um gênio assim teria uma concepção exaltada de suas aquisições. Ouví-o, porém, no leito da morte:

O QUE SABEMOS É POUCO; O QUE NÃO SABEMOS É MUITO.

Isaac Newton, outro gênio de primeira grandeza, que abriu vastos horizontes no domínio da matemática e da física, costumava dizer em seus últimos anos de vida:

SE VI MAIS LONGE QUE OS OUTROS, FOI POR HAVER SUBIDO EM OMBROS DE GIGANTES.

Finalmente eu vos digo que somente nos conhecendo, poderemos chegar ao conhecimento de Deus para o qual nos guia, como pela mão, o conhecimento próprio.

V – B I A S

Segundo Valério Máximo, expugnada e rendida a cidade de Priene, fugiram os cidadãos com o melhor das alfaias que podiam carregar, menos Bias, que saiu com as mãos vazias. Perguntaram-lhe por que não levava também alguma coisa e ele respondeu que consigo levava tudo o que era seu.

Assim, Bias saiu de sua pátria sem outro cabedal que o do seu saber. É dele a seguinte sentença:

O QUE TENHO, COMIGO O TRAGO.

MINHAS AFILHADAS;

No Areópago de Atenas foi Demócrito condenado como perdulário e esbanjador do seu patrimônio. Apurado que gastava seus haveres em aprender ciência, foi absolvido e até louvado por estar adquirindo tão precioso tesouro por tão pequeno preço.

De Cícero, ainda que seu adversário, dizia César que ele merecia maiores glórias que as do triunfo, por ser muito maior obra o haver dilatado a esfera do engenho humano que o ampliar os confins do Império Romano.

Por sua vez, dizia Santo Agostinho que teria sido mais justo levantar um Templo a Platão que aos Deuses do Paganismo.

Bias foi um sábio modesto. Não quis aceitar aquela mesa de três pés com um letreiro grego que dizia: AO SABIO. Mandou ele que a mesa, que era de ouro, fosse levada para o Templo de Apolo, onde a Sacerdotisa Febas pronunciava os Oráculos.

Rico do seu saber, foi que ele saiu de Prience, sua pátria derrotada, saiu sem se preocupar com o que deixava porque o saber que era verdadeiramente seu consigo o levou.

A maior excelência que uma pessoa pode ter é o saber, pois, é pelo saber que nos tornamos mais semelhantes a Deus, já o dizia Cícero.

Assim, ensinando vossas magistrais lições aos alunos que tiverem a ventura ou privilégio de vos possuir como professoras, comunicando-lhes o que sabeis, vos tornareis mais sábias. E não vos será pesado encargo ensinar o que sabeis, pois, de ensinar, vos resultará o saber mais.

Exercei com brilho e dignidade a Majestade do cargo de Professora, preparando o futuro do Brasil e procurando

valorizar o seu maior patrimônio que é o homem.

E mais do que com as vossas esplêndidas lições, ensinaí com a vossa vida exemplar que, sem dúvida, catequizará mais, muito mais do que com a vossa palavra verdadeira.

Neste Colégio, abençoado pelo Divino Coração e iluminado pelas virtudes das Escravas Concepcionistas, cada uma de vós estudou não apenas para saber muito, mas principalmente para viver uma vida irrepreensível e realmente exemplar.

VI – CLEÓBULOS

Outro sábio Grego foi Cleóbulo, natural de Rodes. Deslocou-se para o Egito, onde floresciam as artes e as ciências. De lá trouxe tudo quando pode aprender.

Aos intrincados manejos do governo, preferiu a vida privada. Morreu aos 70 anos.

Entre as várias sentenças que deixou à meditação da posteridade está a seguinte:

FAZEI BEM A TODOS. AOS AMIGOS PARA CONSERVÁ-LOS. AOS INIMIGOS PARA REDUZÍ-LOS.

MINHAS AFILHADAS:

Cabe, aqui, uma indagação: Quê coisa é fazer bem?

Fazer o bem é ser benfeitor, sem eleição nem distinção de pessoas. Pondo à prova a grandeza de sua infinita bondade, Deus faz o bem sem qualquer restrição, a bons e a maus, a agradecidos e a ingratos, aos que o amam e aos que o blasfemam.

Assim, sem olhar a quem é que se deve fazer o bem.

Aristóteles, repreendido por haver beneficiado um homem tido por mau, disse que não fizera bem a um homem mau, mas ao homem. Queria ele dizer que fizera o bem a uma criatura da mesma natureza que a dele. O filósofo não olhou para a iniquidade, mas para a humanidade.

Nenhuma virtude há entre os mortais que mais os faça parecer a Deus do que o fazer o bem.

A benevolência é uma ação com a qual o ânimo brando se move para fazer o bem a quem o deseja e, também, para não fazer o mal a ninguém.

Que sempre desejeis ver bem ao próximo, principalmente àquelas pessoas cuja educação e cuja instrução vos forem confiadas.

Que também saibais fazer o bem àqueles que o esperam do vosso carinho de mestras. Na escola ou fora dela, fazei o bem a todos que vos baterem à porta do coração.

Lembraí-vos que o calor do sol aquece a todos, sem distinção na repartição dos seus luminosos raios, que atingem a todos indistintamente.

Imitai a essas religiosas escravas que vos doutrinaram com toda a verdade e luz. Elas, com os vossos demais mestres, vos deram a mais nobre educação, sabendo temperar o rigor da disciplina com um carinho pelo qual lhes deveis beijar as mãos, a elas sempre obrigado o coração.

Elas vos foram amigas de todas as horas, amigas de uma amizade fundada na perfeição da alma, sobre intrínseca e firme vontade e não sobre externos e acidentais interesses. Amizade que tem por objetivo o próprio Deus.

Ótimas amigas que não vos seguiram, mas vos guiaram. Que vos repreenderam, quando vos tornastes repreensíveis, demonstrando, assim, que o verdadeiro amigo é aquele que sabe repreender, como dizia Públio Mimo.

Amigas leais que vos acompanharam todos os passos, mostrando-vos o bom caminho em que deveis trilhar daqui para a frente. Elas despertam a vossa lembrança para aquelas palavras antigas, segundo as quais os que tiram a amizade tiram o sol do mundo.

Amigas que vos ensinaram a viver bem, viver que consiste em entender a verdade, em querer o justo, em fazer o lícito.

Imitai as vossas Mestras que vos ensinaram a amar o objeto principal da ciência: a Verdade que é um dos nomes de Deus, a Verdade que rege os céus, ilumina a terra, sustenta a justiça, confirma o que é claro, aclara o que é duvidoso, flor que não se murcha, mar que não se altera, sombra onde todos descansam, força sem a qual a fortaleza é fraca, tocha que com nenhum vento se apaga e com nenhum vento se move.

Imitai, pois, as vossas Mestras que souberam ter e manter aquela verdadeira autoridade, conseguida com a inteireza da vida, honra e merecimento, nascida dos bons e cristãos conselhos.

VII – TALES DE MILETO.

Refiro-me, finalmente, a Tales de Mileto que foi, na realidade, aquele que primeiro mereceu o nome de sábio.

A citação que dele faço em último lugar é, precisamente, para coroar os outros já nomeados e como síntese que ele e da sabedoria grega.

Foi Tales de Mileto que penetrou primeiro nos segredos da astronomia. Antes dele, dizem, nenhum matemático havia chegado a prognosticar os Eclipses. Cabe-lhe divisão do ano em 365 dias.

Viveu 90 anos, deixando à posteridade um Tratado sobre Meteoros e outro sobre o Equinócio.

Um dos seus axiomas foi sobre a estimação que devemos fazer da immortalidade da fama, quando sentenciou:

PERCA-SE TUDO, MENOS A FAMA.

MINHAS AFILHADAS:

Na vida da fama, ela mesma é o prêmio do merecimento. Não nasce para glórias póstumas quem não morreu com peregrinas virtudes.

Ninguém seria admitido no Templo da fama, se não houvera quem, com honradas ações, se assinalasse na vida. Sem a existência da pessoa, não se logra a vida da natureza. Mas, sem embargo da extinção da pessoa, persevera a vida da fama.

Os Sete Sábios da Grécia são bons exemplos do que estou afirmando.

Eles viveram em tempo das Olimpíadas, portanto muitos anos antes de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Morreram há mais de 2 mil anos. E, passados tantos séculos, ficou a fama de cada um deles bem viva, bastante viva.

Melhor tesouro do que todas as riquezas do mundo, eis como a Sagrada Escritura classifica uma boa fama. Isto está dito

no Livro dos Provérbios e no Livro do Eclesiastes.

Todos devem ter muito cuidado com essa jóia de maior estimação, principalmente a Mestra a quem não basta ser virtuosa para si, mas é necessário estampar o conceito das suas virtudes no ânimo de todos.

A fama é um subscrito e epígrafe que declara o que há, realmente, em cada pessoa, disse-o Pelisioto.

O que uma boa Mestra deve Ter sempre em vista é que, sendo a boa fama um estado de dignidade ilesa, comprovada com os bons costumes, não ficará ileso o ofício, se ofendidos os bons costumes.

Em uma de suas Epístolas, ao apreciar a fama, disse Sêneca:

“Não é outra coisa a fama que uma sombra que acompanha sempre o corpo sólido das virtudes ainda que estas dispensam. E, assim como a sombra às vezes vai adiante, outras vezes vem atrás, conforme encaminhamos os passos, assim a fama se põe à vista”

Contra uma boa fama não adianta a calúnia ensaiar a sua cólera. Assim como as estrelas luzem mais quando a noite obscurece, assim a fama resplandece, mais vigorosa, entre as nuvens da calúnia.

Quem despreza a fama, facilmente desprezará as virtudes.

A ambição é comumente reprovada. Mas, a ambição da boa fama sempre foi louvada.

Devem todos procurar enriquecer-se da boa fama,

porque sobre ser para todos a coisa mais preciosa que podem possuir, é, para as gerações vindouras, a maior riqueza que lhes pode ser legada.

Todas as coisas desta vida, quando muito duram, acabam com ela. Mas, a glória de um bom nome parece competir com a mesma eternidade.

Devem as mestras sempre brilhar, sobretudo pelos bons exemplos.

E bom será se puderem ser as Mestras de todos, dos seus alunos e dos que não lhes freqüentam as aulas, resplandecendo sobre todos nas virtudes, sendo vistas como excelentes exemplares que todos miram, admiram e procuram imitar, dizia Roberto Owen.

Sempre foi assim em todos os lugares: as Mestras são aqueles exemplares por onde copiam os alunos os exemplos de sua vida.

Santo Ambrósio escreveu que a pessoa que a outras deve reger, deve resplandecer nas virtudes da inteireza, de maneira a que sempre seja: na vida, honesta; conselho, útil e, nas obras, irrepreensível.

Não há eloquência que tanto persuada como o bom exemplo.

Não basta que luzam para si as pessoas que têm a obrigação de alumiar os outros.

Mas admirável é quem ensina com seu procedimento com os seus trabalhos do que quem procura persuadir dizendo, apenas dizendo.

É o galo Embaixador da Aurora, porque quando divisa entre as sobras da noite os primeiros prelúdios do dia, canta alegremente e nos avisa a todos que é hora de nos despertarmos do sono e nos levantarmos para maior proveito de todo o dia.

E para que as suas vozes não desdigam das suas obras, é o primeiro que, batendo as asas e sacudindo as penas, sai a lograr o bem que anuncia em seu canto, a cuja imitação quem quiser mover outrem, se deve primeiro mover a si.

A Mestra, Embaixadora da Luz ou Núncia do Verbo, deve imitar o Embaixador da Aurora.

Se o Império manda, o exemplo obriga.

Não há lei mais poderosa que o exemplo.

MINHAS AFILHADAS:

Sem omitir o dilema ressaltado no início do meu discurso, devo dizer-vos que foi com alegria que atendi ao vosso honroso convite a fim de parainfar esta bela solenidade. Belíssima cerimônia em que, entre as bênçãos meigas de vossos pais e os aplausos calorosos de todos que são da vossa família e da vossa amizade, recebeis vosso diploma, conquistado e bem merecido prêmio de tantos anos de estudos, de aplicação e de disciplina.

Às cordiais felicitações com que saúdo vosso esplêndido triunfo, adito meus sinceros agradecimentos à distinção que me conferistes e às palavras com que realmente me cativastes, através do primoroso discurso pronunciado pela oradora a Turma: Professora Marluce Póvoa Bezerra.

A eloquência preclara, florida e sonora com que falou a

intérprete dos vossos pensamentos nos deu a saber o que fostes como alunas, o que aqui aprendestes e qual a formosura do talento de cada uma, pois as palavras, no dizer de Santo Ambrósio, são espelhos em que se deixa ver o entendimento.

Nas palavras, dizia Quintiliano, se descobrem os costumes e segredos da alma.

Deus que vos abençoe e que vos pague a distinção com que me deslumbrastes.

Sêde felizes.”

XIX

BODAS DE PRATA DO CASAMENTO



Num dia lindo de maio de 1994, o casal João Leal e Carmen Ruth comemoravam 25 anos de casados.

As bodas de prata do homem que se casara já aos 54 anos retratam na fotografia acima o seu vigor aos 80 anos de idade, ladeado pela irmã Nadir Leal e assentada, à direita da fotografia, a irmã Guiomar Leal, dentre as demais pessoas e parentes amados dos cônjuges.

Os seus filhos, então rapazes e universitários, eram todo alegria.

XX

OS ÚLTIMOS DIAS

O Dr. João Leal foi sempre avesso a badalações. Nada de divulgação nem de honrarias. Conhecia bem a lição do Cristo: *"Eu não procuro a minha própria glória; há quem a busque e julgue"*.

Algo o fazia sempre feliz: Era quando sabia que um filho de Dianópolis sobressaía, de algum modo, no cenário da sua cidade, do seu Estado etc.

Era chegado o momento da sua partida. Modesto, afirmava ter deixado apenas a infra-estrutura para Dianópolis e algumas cidades do norte. O certo é que fez mais que isso...

No leito de morte, aos 86 anos, ainda a tempo, chamou a sobrinha, Prof^a. Marlene Rodrigues Alves:

- Cadê o Hagahús, está em Dianópolis?
- Sim, tio!
- Diga a ele que cuide da nossa terrinha.

A garganta acometida negava-lhe a voz.

Então, bem mais perto da angústia sofrida da esposa e dos filhos, por certo divisou na tela mental a figura da mãe, do pai...

Num átimo, como ocorre aos desfalecentes lúcidos, deve ter vislumbrado em retrospectiva os dias vividos, os acontecimentos, as lutas, as vitórias...

Laborum meta.

Nada, todavia, soava fatalidade.

Nenhuma ausência iminente tinha a pretensão de encontrar qualquer sonho rompido numa vida octogenária e mais de um lustro.

Despedia-se dos parentes, amigos, colegas.

Um último olhar de adeus a Carmen Ruth, de quem contou no amor extremado de esposa, fazendo lembrar o lugar da mãe venerada, insubstituível...

Quase posso ouvi-lo, nas palavras de Tagore:

– *“Já posso partir! Que meus entes queridos se despeçam de mim! Saudações a todos vocês; começa minha partida. Devolvo aqui as chaves da porta e abro mão dos meus direitos na casa. Palavras de bondade foi o que recebi por último.*

Estivemos juntos tanto tempo, mas recebi mais do que pude dar. Eis que o dia clareou e a lâmpada que iluminava o meu quarto escuro se apagou.

A ordem chegou e estou pronto para minha viagem.”⁵⁰

E partiu, rodeado de mimos, banhado de pranto, no acalanto do ninho doméstico.

O calendário registrava a data de 28 de novembro do ano 2000.

Há menos de um mês, seria o primeiro natal sem ele.

Todavia, aliviava-se da dor física, do corpo cansado pelo tempo.

A missão estava cumprida.

Combatera o bom combate e carregava a fé.

Foi, então, para onde os felizes desfrutam de uma claridade resplandecente e do sublime espetáculo do infinito...

⁵⁰ (Gitanjali, XCIII).

XXI

DIANÓPOLIS - SINÓPSE HISTÓRICA

Oswaldo Rodrigues Póvoa

Em 1751 D. Marcos de Noronha mandou preparar um mapa da Capitania de Goiás, recém-emancipada, ficando desvinculada da de São Paulo. Esse mapa, feito pelo italiano Tossi Colombina, assinala um sítio denominado Oiro, na área onde está hoje o Município de Dianópolis. A denominação do sítio, talvez se devesse a existência do outro no local.

Entre 1750 e 1752 foram construídos três aldeamentos numa área de doze léguas quadradas, especialmente destinadas a esses aldeamentos. Foi nas vizinhanças desses aldeamentos que nasceu o arraial de S. José do Duro.

Por quê S. José do Duro? A presunção lógica é que o arraial inicialmente se chamara S. José do Ouro que, ao longo dos anos, foi sofrendo alterações: S. José do Ouro, S. José do Duro.

Esta hipótese é fundamentada no nome do Sítio já mencionado, assinalado no mapa da Colombina.⁵¹

Em 1919, a então vila de S. José do Duro sofreu um duro golpe, conseqüente de confronto político entre a família Wolney e seus amigos e o governo de Goiás, então liderado pelos Caiado.

No dia 16 de janeiro daquele ano ocorreu o que nossa história registra como a Chacina dos Nove. Foram mortos pela polícia nove pessoas nove pessoas que se achavam presas como reféns, apenas por serem amigas do Coronel Abílio Wolney, chefe político que rompera com o governo. Os executados foram os seguintes: João Batista Leal, Major da Guarda Nacional, cunhado do Coronel Abílio Wolney; João Rodrigues de Santana⁵², Capitão da Guarda Nacional e seus filhos Salvador Rodrigues de Santana e Nilo Rodrigues de Santana; Benedito Rodrigues de Cerqueira Póvoa, Capitão da Guarda Nacional e seu filho João Pinto Póvoa (Joca); Messias Camelo Rocha, sobrinho de Benedito Pinto de Cerqueira Póvoa; Joaquim Aires Cavalcante Wolney Filho, irmão do Coronel Abílio Wolney, mais conhecido como Wolneyzinho; Nazário de Bonfim, morador da Fazenda Água Boa de João Rodrigues de Santana.

⁵¹ Este parágrafo mereceu a seguinte nota do Prof. Osvaldo Póvoa, vinda com o seu belo Prefácio: “Da sinopse final sobre a origem de Dianópolis, descobri depois que no mapa, a palavra que me parecia Oiro era na realidade Duro, da serra de mesmo nome. Este engano veio desde os meus tempos de aluno do mestre Coquelin e assim aprendi, equívoco que só muitos anos depois foi desfeito através da leitura de mapas, um dos quais deixava claro que a letra arredondada, que mais parecia a letra O era na realidade um D. Paciência, não é? O.P.”

⁵² O Dr. João Rodrigues Leal é neto do mártir João Rodrigues de Santana citado, que era Capitão da Guarda Nacional e morreu no tronco na Chacina Oficial de 1919 juntamente com dois de seus filhos mencionados, Salvador e Nilo Rodrigues Santana, tios do nosso protagonista.

Em 1938, para homenagear as quatro Custodianas da cidade, mais conhecidas como Dianas, o nome do município foi mudado para Dianópolis. As Dianas eram as seguintes: Custodiana Wolney Póvoa; Custodiana Wolney Nepomuceno Araújo; Custodiana Leal Rodrigues; Custodiana Costa Aires. Só esta última ainda vive.

Nos últimos trinta anos a cidade cresceu muito com a chegada das rodovias, dos bancos, de família de várias estados que se integraram à vida do município, fazendo-o progredir, principalmente no setor agrícola.

Uma das praças da cidade, ajardinada, tem o nome de Praça da Capelinha, que o povo chama também de praça dos Nove. A razão é que naquela praça, que em 1919 era mato, foram sepultados em cova comum, pelo adiantado estado de decomposição, os nove chacinados naquele trágico 16 de janeiro de 1919. Sobre o tumulto coletivo foi erguida uma capela em cuja frente está um singelo monumento com uma placa contendo os nomes das nove vítimas mortas naquele dia.

Dianópolis, 29 de setembro de 1989.

XXII

ANEXO

CARTAS DO EX-DEP. ABÍLIO WOLNEY AO DR. JOÃO RODRIGUES LEAL

“Dianópolis, 24 de março de 1941.
Meu prezado e esperançoso sobrinho João Rodrigues Leal.

Augusto deu-me vista de uma carta sua pedindo-lhe respondesse um questionário e, por último, sua carinhosa e boa mãe deu-me vista da sua preocupação constante de bem servir a Pátria e, em particular este rincão brasileiro que lhe serviu de berço. Por essas partes notei que V. está sendo mal compreendido e mal correspondido, percebi a ansiedade que V. tem por informes que possam completar e confirmar o que V. diz aí e, acrescentar o que se há realizado depois de sua saída; vou lhe dar algumas notas, curiente-calâmo neste momento em que estou de partida para Barreiras para atacar o trabalho da Rodovia, que deve ligar

àquela a esta Cidade.

GARIMPAGEM – A de ouro tem continuado e até progredido em alguns pontos, St. Elias, Vasante e Manoel Alves no nosso Município; diamante, no Rio do Peixe e seus afluentes do de Natividade. Ainda não pudemos encontrar cristal de água pura.

CRIAÇÃO DE GADO – Vai melhorando bastante em qualidade com a introdução de maior número de reprodutores zebus das diversas raças deste.

LAVOURA – A mesma, sempre acanhada por falta de transporte.

COMÉRCIO – Tem melhorado graças ao clima de que desfrutamos aqui no patamar da serra onde se abrigam do impaludismo do baixio. A Cidadezinha está crescendo e há esperança de desenvolver-se muito e mesmo se tornar entreposto entre Barreiras e esta faixa da fronteira goiana.

FONTES DE ENERGIA – Temos algumas quedas d'água bem volumosas do Rio Palmeiras e do Manoel Alves destacando-se porém a do Manoel Alvinho com um salto ...

PRODUTOS NATURAIS – Temos bons mangabais, buritizais, extensos tucumzais, cuja fibra começa a ser explorada.

TERRAS DE CULTURA – As nossas não são melhores que as da região, mas dados os numerosos cursos d'água que as regem podem, em boas extensões, serem cultivadas durante a estação de estiagem e, muitos lavradores já procedem assim.

CORREIO – Penso ser o pior serviço público do Brasil, está abaixo da crítica. Ainda não conseguimos uma estação de rádio.

TRANSPORTE – *Tem se desenvolvido bastante o de carro de bois para Barreiras.*

De referência a este ramo essencial temos agora fundadas esperanças com a vinda do grande industrial e abnegado patriota Dr. Geraldo Rocha, que deixou a metrópole, trazendo uns oito mil contos para fundações industriais em Barreiras, ponto que centraliza o comércio da zona a que pertencemos. Conforme V. sabe, há alguns anos ele montou ali uma turbina e fornece luz e energia à Cidade. Agora que veio para residir, vai triplicar a energia e já está construindo um grande prédio para montagem de maquinismos para preparo de carnes conservadas, pretendendo abater uns dez mil bois por ano, prensa para óleos, a fim de aproveitar o caroço de algodão, nossos coquinhos e, sobretudo incrementar a cultura da mamoneira entre nós; vai também montar fábrica de doces para exportação, aproveitando nossos caju, mangabas, buritis.

Convidado pelo Dr. Geraldo fui a Barreiras donde cheguei a 19 deste tendo acertado com o mesmo desfechar uma grande invernada para solta de bois e abrir a estrada de rodagem por que tenho me batido, desamparado desde 1915, quando construí a ponte que V. conhece. Estou de partida hoje para ir atacar os trabalhos, e irão comigo, levando carros de bois, seus primos Clidenor (meu genro), Duca Rodrigues e Theopompo. José Anísio e Venâncio também mandarão carros e o baiano Felix Trindade, que V. não deixou aqui e já é morador, segue na frente com o carro capitânia com que meu pai inaugurou a Estrada carroçável em 1891, VII carros.

Em 40 dias fecharei a invernada e passarei a estrada, que ai entrará em nosso território e, até novembro, nesta cidade. Pretendo empregar uns 100 homens no trabalho.

Desde já estou concitando nossos patrícios a iniciarem as culturas de algodão e mamona em grande escala.

Estou restaurando nossa fazenda Jardim onde tenho bom regadio e ótimas terras calcárias, tenho a veleidade de fazê-la modelo nesta zona.

Vou terminar, já mandei ensinar os animais, vou para o deserto donde custarei dar notícias, o que farei na conclusão do trabalho.

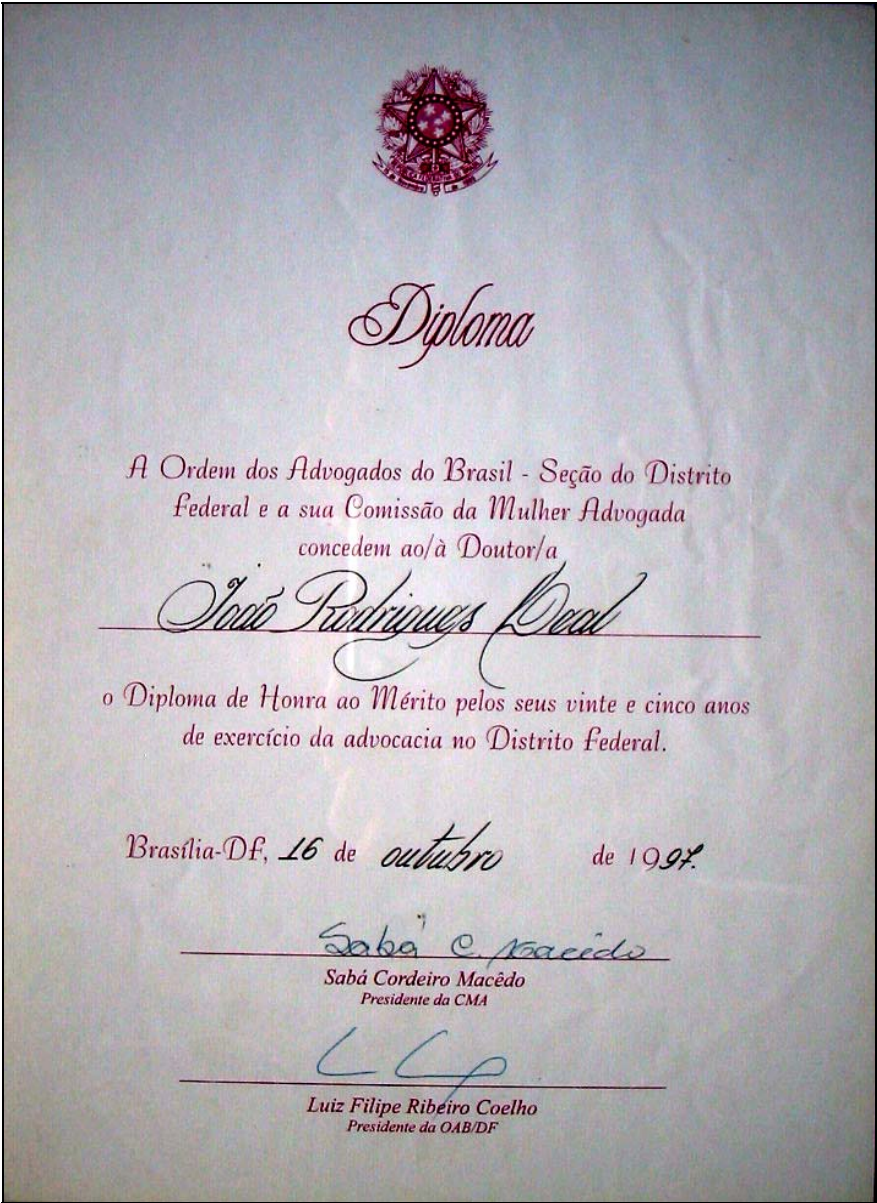
Faço votos sinceros para que continue meu sobrinho triunfante na carreira que adotou e que, como Alexandre Costa, seja um destacado representante da velha estirpe que frondejou em Conceição do Norte, por cujo levantamento, todos nós devemos trabalhar com o melhor dos nossos esforços.

Adeus, receba do tio que se entusiasma pelos dignos membros de sua família, um grande abraço.

Abílio Wolney”.

XXIII

TITULOS E
HOMENAGENS



Acima, Diploma de Honra ao Mérito concedido pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal, pelo exercício de 25 anos de Advocacia, que até o ano de 2000 perfizeram 28 anos de militância.

HOMENAGENS PÓSTUMAS

Uma das primeiras providências que Dianópolis tomou foi renomear a antiga Av. Major Veríssimo da Mata para Rua João Rodrigues Leal⁵³, em homenagem *post mortem* ao nosso precioso conterrâneo. Afinal, a casa da sua mãe Diana Leal está naquela Rua, onde ele sempre ficava nas visitas a Dianópolis. A casa – uma das mais belas construídas na época – é uma marco indelével da passagem de uma das mulheres que emprestou a nome a Dianópolis e que foi construída pelo homem que propiciou a infra-estrutura da nossa nova cidade.⁵⁴

Outra providência que realçou a *Memória* imortal de João Leal ficou a cargo do então Deputado Estadual e hoje Prefeito de Dianópolis, Dr. José Salomão Jacobina Ayres, que encaminhou expediente indicando o nome do Dr. Leal, *post mortem*, para receber a “*Ordem do Mérito do Legislativo*”, o que foi feito pela Assembléia Legislativa do Estado do Tocantins graças à iniciativa do ilustre conterrâneo e parente.

⁵³ O Projeto que deu origem à Lei Municipal 854, de 15.10.01, sancionada pelo Prefeito Deodato Costa Póvoa, foi do Vereador Raimundo Bezerra (Dico), que nos encaminhou material de pesquisa para este livro com um bilhete que merece transcrição: “*Dr. Abílio: Somos herdeiros do desejo e da ação de prestigiar aqueles que vêm construindo esta nossa boa e amada Dianópolis. Assim entrego-lhe estas preciosidades, para o que couber, encarecendo a devolução quando possível, pois fazem parte do meu balaio de saudades. Dico (18.07.05).*”

⁵⁴ O Major Veríssimo da Mata, que foi Prefeito em Dianópolis, com certeza merecerá ter o seu nome em outro logradouro público.

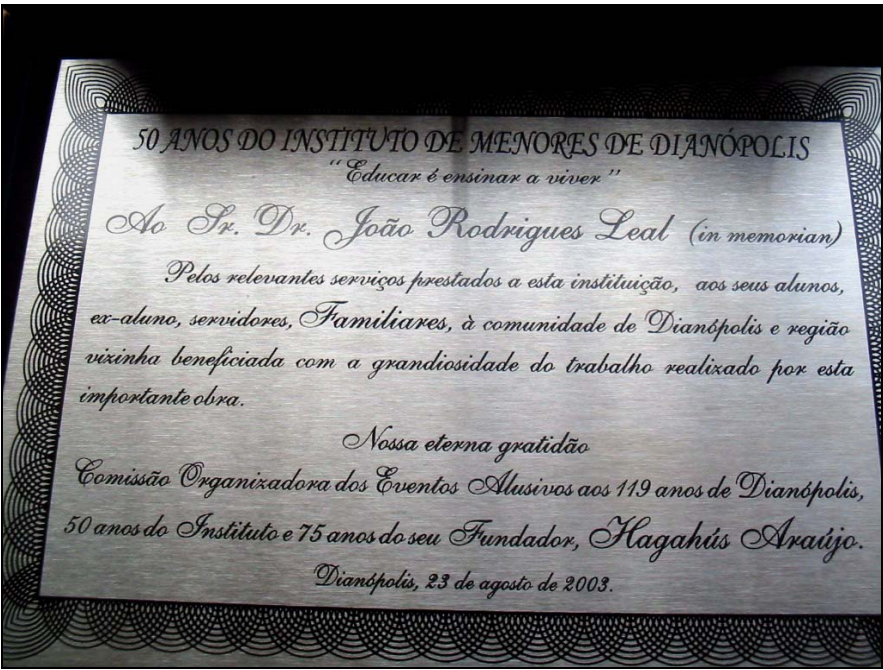
De outra parte, coube à vereadora Anisiana Jacobina Aires Sepúlveda (Nizinha)⁵⁵ a iniciativa do Projeto de Lei 08/02 que denominava de “Dr. João Rodrigues Leal” a agência do Banco da Amazônia S.A – BASA de Dianópolis, com razões muito bem expostos na lavra da bela *Justificativa* que encaminhou aquele Projeto de Lei.

O vereador Raimundo Rodrigues Bezerra (Dico) ficou com a incumbência de fazer anotações ricas e oportunas na emissão do seu *Parecer* ao Projeto de Lei, que foi sancionado pelo então Prefeito Municipal Deodato Costa Póvoa, surgindo a Lei Municipal 873, de 03.06.02

Coube também à Prof. Anisiana (Nizinha) o acompanhamento do trabalho de pesquisa sobre a vida do Dr. Leal, feito por suas alunas Edileusa, Elisete, Fernanda, Leila e Maria Jacinta, do Curso Magistério do Colégio João d’Abreu.

⁵⁵ De Professor a gente nunca se esquece. Permita-me o leitor fazer uma breve biografia da Professora **Nizinha(Anisiana Jacobina Aires Sepúlveda)**: É natural de Dianópolis, filha de Celso Aires Cavalcante (Confúcio) e Carmen Jacobina Aires. Estudou no Colégio João d’Abreu, do Jardim da Infância até o Curso Magistério. Saiu de Dianópolis para estudar e trabalhar em Brasília, na Fundação Educacional do Distrito Federal – FEDF, em 1971, onde ingressou através de concurso público. Ao mesmo tempo que trabalhava, estudava na Universidade de Brasília-UnB, onde formou-se em Biblioteconomia. Em seguida, estudou no Centro Unificado de Brasília-CEUB, onde formou-se em Letras, curso que a habilitou para ser professora. Fez Especialização e depois Pós-Graduação em Língua Portuguesa na Faculdade Plínio Augusto do Amaral, em São Paulo. Em Brasília, através de concurso público, trabalhou, também, como bibliotecária no Ministério das Relações Exteriores (Itamarati) e na Câmara dos Deputados. Mudou-se para Dianópolis e, desde 1981, como professora concursada, trabalha no Colégio João d’Abreu. Como professora desempenha as seguintes atividades: a) Aulas no Colégio João d’Abreu; b) Coordenação do Jornal Escolar; c) Coordenação de Concursos de Poesias e de Redação; d) Coordenação do Projeto “Espalhando Poesia”; e) Aulas de Preparação para Concursos e Vestibulares; f) Cursos de atualização e reciclagem de professores. Em 2000 foi a primeira mulher eleita vereadora pela sua sigla partidária no Sudeste do Tocantins. Exerceu o Mandato 2000/04, tendo sido reeleita vereadora para o Mandato 2004/2008, tendo se destacado na Câmara de Vereadores por seus Projetos e Requerimentos aprovados nas áreas da Educação(principal), Cultura e Social. O belo prefácio do livro de Voltaire Wolney, intitulado “Colégio João d’Abreu – Amor História Educação” é de autoria da Prof. Nizinha. Sobre ela, vale ainda registrar que é irmã do atual Prefeito de Dianópolis, Dr. José Salomão Jacobina Aires, que foi Deputado Estadual por um certo período.

HOMENAGEM DO DEP. HAGAHÚS ARAÚJO E SILVA
POR OCASIÃO DOS 50 ANOS DO INSTITUTO DE ME-
NORES



HOMENAGEM DO PROF. ZILMAR WOLNEY AIRES FILHO

TRIBUTO A JOÃO RODRIGUES LEAL

Jornal do Tocantins, Dez/2000.

Deixou de estar em nosso meio, desde o dia 28.11.2000, o estadista de inúmeras conquistas, João Rodrigues Leal.

João de São José do Duro, que hoje é Dianópolis-TO, de modo especial, quando compunha a Comissão de Orçamento da União, fez empenho valioso ao Projeto do saudoso Dep. João d'Abreu, a fim de que as verbas necessárias à edificação do primeiro Ginásio estudantil de Dianópolis, que leva o nome do citado Parlamentar, fossem uma realidade.

O Colégio João d'Abreu proporcionou a sua incontestável colaboração para todo o Norte Goiano, catequizando e ministrando educação aos filhos do lugar, e regiões vizinhas, cujo referencial de cultura, ainda hoje, é atestado por seus ex-alunos que se destacam, como respeitáveis autoridades em diversos seguimentos no País.

O inesquecível Educandário tem tido perdas irreparáveis dos seus baluartes, no dias que passam. Recentemente, perdeu a madre Arãzazu, missionária oriunda da Espanha que dedicou toda a sua vida à referida Instituição de Ensino. Assim, também foram, mais remotamente, professor

Carlos Alberto Wolney, Madre Belém e os fundadores Coquelin e Diana, sem desmerecer a participação e a colaboração de consideráveis anônimos, e outros conhecidos, que aqui não fizemos a merecida menção honrosa.

Eles foram e já nos são saudosos. Certamente estão em paragens melhores que aqui. Agora, o nosso João também lhes fará companhia. E tanto plantou neste lugar que a sua residência, por lá, já se encontra edificada, como fruto inestimável de suas obras empreendidas em nosso meio.

Dentre os inúmeros feitos de João Rodrigues Leal, cabe destacar a conquista do Banco da Amazônia S/A para Dianópolis-TO e Natividade-TO, feito que possibilitou grande impulso na economia do antigo norte goiano, hoje sudeste do Tocantins.

A verdade é que os chavões populares continuam atuais, quando nos ensinam que os grandes vultos só são reconhecidos após a morte. Esse dizer para o nosso João agora pode nem importar, porque as homenagens que vem recebendo de tantos outros entes queridos já lhe são inúmeras.

Se não podemos, em vida, reconhecer todos os seus méritos, João Rodrigues Leal, e lhe dirigimos apenas singelas exaltações, segue agora o nosso derradeiro tributo, para que em folhas de um Jornal fique registrado que nos orgulhamos de tê-lo como conterrâneo, que nos agradecemos por todos os seus feitos, e que, se porventura não externamos à sua pessoa todo o nosso orgulho de tê-lo como irmão dianopolitano, tem nada não, João. A sua perda irreparável para o nosso povo causará inúmeras reflexões, que só mesmo o tempo com sua invejável paciência poderá demovê-las.

Siga com Deus, João de Dianópolis-TO. Os saudosos artífices do Ginásio João d'Abreu o esperam na pátria

espiritual. E nós, filhos e netos do Colégio João d'Abreu, no compasso da nostalgia, externamos as nossas preces e preito de gratidão.

*Zilmar Wolney Aires Filho*⁵⁶

⁵⁶ **Zilmar Wolney Aires Filho** é Advogado e Professor em Cadeiras de Direito no Centro Universitário da UniEvangélica e nas Faculdades FIBRA em Anápolis. É Professor licenciado da Faculdade de Direito de Ribatuba-GO.

**HOMENAGENS DA PROFESSORA ANISIANA JACOBINA
AIRES SEPÚLVEDA (NIZINHA)**

A D^a. DIANA LEAL

“Como era bom ir com meu pai às rezas na casa de tia Diana! Ela era irmã de minha avó Ana Custódia, mãe do meu pai. Hoje sei muito mais sobre ela: Mulher corajosa, lutadora, religiosa, caridosa, admirável!”

“Falo com sinceridade
E com muita humildade
Transmiti aos meus amigos
Com muita satisfação
A glória de participar da história
De tão grande e amado chão.

E lá do céu docente
Torço constantemente
Pra todo dianopolino
De berço e adoção
Que ame uns aos outros
Sem egoísmo ou desgosto
Mas com muita união.

Prof. Nizinha

AO DR. JOÃO RODRIGUES LEAL

Sou filho de Dianópolis

E de Custodiana Leal
Sai novinho daqui
Foi pro Rio de Janeiro
À procura de instrução
Estudando e lutando
Procurando um ideal

Nessa busca incessante
Comecei a me indagar
Meu Deus!...
Meu povo precisa de um educandário
naquele lugar

Bate ali, bate acolá
Encontrei um Deputado
João d'Abreu... que bom!
É dos nossos lados...

Me apeguei com Jesus Cristo
Notícia boa chegou
São freiras vindas da Espanha
E nessa luta bendita
São José foi dando a pista
A esse povo sofredor
Conversas, acordo, que glória!
Assim mudou nossa história
Pra nosso orgulho e louvor
O Colégio aqui chegou
São irmãs abençoadas
Por Deus foram enviadas
Pra nos dar ensino e amor!

Prof. Nizinha

Dr. João Leal:

Além da amizade com meu pai – primos e compadres – sempre o vejo como uma pessoa respeitável, admirável!

Hoje, reconheço nele aquele dianopolino que fez o possível e às vezes até o impossível pelo desenvolvimento de nossa terra...

Hoje sei que Dr. Leal é aquele dianopolino que lutou, fez, conseguiu, mas sem buscar, esperar ou cobrar coroas de louros ou glórias...

Modelo e exemplo para todo o povo dianopolino!

Prof. Nizinha

FONTES E BIBLIOGRAFIA

I – FONTES DOCUMENTAIS:

- ANOTAÇÕES DATILOGRAFRADAS PELO PROTAGONISTA NOS ANOS 80, CUJOS ORIGINAIS ESTÃO COM A ESPOSA;
- TRABALHO REDIGIDO PELO PROTAGONISTA DANDO CONTA DOS EVENTOS PARA CUJA REALIZAÇÃO DEU SUA PREPONDERANTE CONTRIBUIÇÃO.
- TEXTO DO PROTAGONISTA INTITULADO “*SÍNTESE DA VIAGEM Á TERRA SANTA E EGITO*”

II – LIVROS CONSULTADOS, REFERIDOS E CITADOS PELO PROTAGONISTA:

DIVERSOS, Pensadores. Livros de Filosofia e História Geral (Citações do Protagonista).

PÓVOA, Osvaldo Rodrigues. *Quinta-Feira Sangrenta*. Goiânia, GO: Três Poderes, 1975 (Edição Comemorativa do I Centenário de Emancipação Política de Dianópolis).

SÍNTESE BIOGRÁFICA DO AUTOR



ABÍLIO WOLNEY AIRES NETO nasceu em Dianópolis (TO), no dia 07/10/1963, filho de Zilmar Póvoa Aires e Irany Wolney Aires. Em sua terra natal cursou o 1º e o 2º Graus no Colégio João Abreu (Primário, Ginásio e Curso Técnico em Contabilidade). Em 1989, foi para Goiânia (GO) cursar a Faculdade de Direito na Universidade Católica de Goiás, depois pós-graduando-se em Processo Civil pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás. Em 1993, ingressou no Ministério Público do Estado de Goiás, tendo sido Promotor de Justiça nas comarcas de Formo-

so, Mara Rosa, Porangatu e Anápolis (GO), até o ano de 1999, quando, já adiantado entre os figurantes da lista dos Promotores de 3ª entrância para Procurador de Justiça, resolveu prestar concurso para ingresso no Poder Judiciário, na Magistratura de carreira, sendo hoje Juiz de Direito titular da 2ª Vara de Família, Sucessões e Cível da comarca de Anápolis (GO), depois de ter judicado em Águas Lindas de Goiás e Petrolina de Goiás, cidades que lhe outorgaram Títulos de Cidadão águas-lindense e petrolinense, respectivamente. Fez parte da sua Carreira Jurídica os precedentes cargos de: 1) Suboficial do 2º Ofício de Notas, por nomeação indicada por seu pai Zilmar Póvoa Aires, titular do Cartório; 2) Escrivão concursado do Cartório de Família, Sucessões e Cível em Dianópolis (TO); 3) Assessor de Juízes no Fórum de Goiânia (GO), via concurso para o cargo básico de Escrevente; 4) Técnico Judiciário e Assistente do Desembargador José Soares de Castro no Tribunal de Justiça em Goiânia (GO). No Magistério Jurídico Superior, é Professor Universitário da Faculdade de Direito de Anápolis (FADA),

onde já lecionou em nove Cadeiras diferentes, tendo figurado por duas vezes como Nome de Turma de Formandos, por outras duas como Padrinho, noutra como Patrono, e nos demais semestres como Homenageado Especial, ao longo de oito anos de docência, onde foi também Professor acompanhante em Monografias. Foi aprovado para o cargo de Professor Substituto da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Goiás e para o Curso de Mestrado em Direito pela Faculdade de Direito de Anápolis (aguardando convocação). Foi Professor em Cursinho e é Presidente do Conselho Deliberativo da APAC – Associação de Proteção aos Presos e Condenados, em cuja frente conseguiu a construção do Pavilhão B da Cadeia Pública de Anápolis, em condições mais humanas para a recuperação dos presos. É Conselheiro junto à Diretoria do Hospital Espírita de Psiquiatria de Anápolis e filiado à ABRAME – Associação Brasileira dos Magistrados Espíritas, sendo ainda palestrante em diversas Casas Espíritas de Anápolis, cidade que também lhe outorgou Título de

Cidadão e uma Moção de reconhecimento expresso da Câmara de Vereadores pelos trabalhos como ex-Promotor de Justiça, bem como a alta comenda “Gomes de Souza Ramos”, concedida pelo Poder Executivo local. Da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás recebeu a Moção nº 1.142/00, na Proposição de reconhecimento expresso *“pela forma efetiva e eficiente, dedicada e competente, firme e corajosa; pelo esforço e empenho no exercício do seu cargo de Juiz de Direito, inclusive contribuindo significativamente no desenvolvimento de projetos comunitários locais”*. É autor, além deste, dos livros *O Diário de Abílio Wolney*, *O Duro e a Intervenção Federal – Relatório ao Ministro da Guerra* (publicados pela Ed. Kelps), *No Tribunal da História* e *O Barulho e os Mártires*, inclusive com publicações virtuais em site e CD. Tem inéditos os livros *A Chacina Oficial*, *O Grande Alexandre Costa*, *O Monsenhor Magalhães e Arma-se a Revolução Comunista – Liga Camponesa*, 1962. Está trabalhando nos livros *Abílio Wolney na Bahia*, *Vultos Dianopolinos*, *A Cidade de Ana*

– Anápolis, *Os Evangelhos Que Não Estão Na Bíblia, Cristianismo Espírita, Páginas de Filosofia, Viajando em Canções e Princípios de Direito Constitucional*. Atualmente cumpre o biênio como Juiz Diretor do Foro e Juiz Eleitoral da 3ª Zona da comarca de Anápolis e é especializando pela Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas/Escola Superior da Magistratura, a caminho do Mestrado.

AW

Biblioteca Virtual AW Editor (Do autor)

Homepage: (www.abilio-wolney.cjb.net e <http://abilio-wolney.blogspot.com/>)

Veja o site www.dnoto.cjb.net, em “Especial”.

© 2006 by Abílio Wolney Aires Neto

Leitura de originais e digitação: Abílio Wolney Aires Neto

Revisão: Idem

Projeto gráfico e diagramação: Idem

Capa: Idem

Impresso pelo autor em impressora *Hp LaserJet 1200*, computador *Pentium V*, Anápolis-GO.

Composto em 2005 na fonte *Arial 11*. Miolo em papel A4 210x297mm e capa dura.

